

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Contribuições das ciências humanas para a sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C764 Contribuições das ciências humanas para a sociedade /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-903-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.032221802>

1. Ciências humanas. 2. Sociedade. I. Batista, Fabiano
Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

A coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**', dividida em dois volumes, reúne textos de autores e autoras nacionais e internacionais que propõem em trazer discussões atuais, críticas e necessárias sobre a importância, bem como as diversas contribuições dos estudos na área das Ciências Humanas para a sociedade.

Assim, ao longo dos 35 artigos podemos vislumbrar uma série de indagações, questionamentos e reflexões, que negam, afirmam e constroem saberes para que possamos entender e ampliar nosso repertório de conhecimento sobre as mais diversas sociedades e culturas.

Ao longo do primeiro volume é exposto um conjunto de textos que tematizam sobre um panorama nacional, enfatizando, sobretudo, as contribuições das Ciências Humanas para compreensão das dinâmicas e interações no Brasil. Assim, as principais abordagens e temáticas deste volume são: questões regionais, política e planejamento, educação e ciência, representações sociais sobre a velhice, agricultura familiar, questões mercadológicas, condições de trabalho, religião, dentre outros temas que exploram, cada qual a sua maneira, a realidade brasileira e as múltiplas relações com as Ciências Humanas.

No segundo volume os textos reunidos discutem sobre as produções das identidades, subjetivações, metodologias e epistemologia das Ciências Humanas, questões sobre a comunidade surda, juventude, suicídio, vida e morte e processos discursivos, se consolidando como uma abordagem multidisciplinar dentro das Ciências Humanas.

Neste sentido, podemos compreender, a partir das leituras, que as contribuições das Ciências Humanas, ao longo dos anos, nos permitem, conhecer nossa história, a história dos outros, entender o homem e a sociedade como um todo. Suas contribuições nos fornecem informações sobre Política, Mercado, Trabalho, Artes, Natureza, Relações Sociais, dentre outras instâncias da vida humana que precisam, cotidianamente, serem perscrutadas, remexidas e revisitadas, pois todas essas informações fazem de nós seres críticos e nos permitem a entender a realidade a nossa volta.

Por fim, esperamos que a coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**' possa se mostrar como uma possibilidade discursiva para novas pesquisas e novos olhares sobre as contribuições das Ciências Humanas para a sociedade, buscando, cada vez mais, uma ampliação do conhecimento em diversos níveis.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A QUESTÃO REGIONAL E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL:
APRECIÇÕES

Franciclézia de Sousa Barreto Silva

Alberto de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218021>

CAPÍTULO 2..... 13

A HISTÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL FUNDAÇÃO IBIFAM (CEFI): EXPERIÊNCIA
PIONEIRA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA BÁSICA EM
BELÉM-PA

Reginaldo do Socorro Martins da Silva

Ney Cristina Monteiro de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218022>

CAPÍTULO 3..... 32

ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VELHICE ENTRE OS SUJEITOS
VELHOS DA CIDADE SENHOR DO BONFIM – BA

Valéria Cunha Rodrigues

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218023>

CAPÍTULO 4..... 50

O LUGAR DOS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar

Hilene Marilan Lima Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218024>


CAPÍTULO 5..... 67

OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) COMO PERSPECTIVA DE MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA PARA
AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS DO
POVOADO PORTEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Handresha da Rocha Santos

Sandra Andréa Souza Rodrigues

Hádrian George da Rocha Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218025>

CAPÍTULO 6..... 77

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E OS FATORES DE RISCOS CARDIOVASCULARES EM
FREQUENTADORES DA PRAÇA BATISTA CAMPOS NA CIDADE DE BELÉM (PA)


Rafaella Maria da Silva

Caroline Moraes Monteiro

Thiago dos Santos Cruz

Carmen Françaasy Martins Nascimento


Daniele Magalhães Souza
Josiana Kely Rodrigues Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218026>

CAPÍTULO 7..... 86

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BAHIA: RELATOS SOBRE AÇÕES ENTRE 1970 E 1990

Alex Vieira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218027>

CAPÍTULO 8..... 98

TRATANDO RISCOS: OFERECER CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA ATRAVÉS DE GRUPOS TEMÁTICOS PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG


Viviane Andrade Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218028>

CAPÍTULO 9..... 104

SHOW OPINIÃO: ARTE, POLÍTICA E CRIAÇÃO TEATRAL NO BRASIL DOS ANOS 1960

Kátia Rodrigues Paranhos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218029>

CAPÍTULO 10..... 115

ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DAS REPORTAGENS EM CAMPO GRANDE, MS SOBRE OS POVOS HAITIANOS: APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OUTRO POR INTERMÉDIO DA ENUNCIÇÃO MUDIÁTICA

Euzenir Francisca da Silva


Melly Fátima Goes Sena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180210>

CAPÍTULO 11..... 134

CICLO DE VIDA DO MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO

Márcia Regina Valle Mielke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180211>

CAPÍTULO 12..... 146

O MERCADO IMOBILIÁRIO EM MARÍLIA (SP) E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL


André Pimenta Mota





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180212>

CAPÍTULO 13..... 166

FINANÇAS PESSOAIS E TESOURE DIRETO: UMA ANÁLISE PRÁTICA PARA GERIR OS CUSTOS DOS INVESTIMENTOS NOS TÍTULOS DO TESOURE DIRETO

Eduardo Alvim Guedes Alcoforado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180213>

CAPÍTULO 14.....	186
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO INTERMITENTE ENQUANTO PRECARIZAÇÃO Gabriel Bacarol Kerber	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180214	
CAPÍTULO 15.....	194
ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS PELA FUNDAÇÃO CASA À LUZ DA TEORIA DE WINNICOTT Alex Pereira de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180215	
CAPÍTULO 16.....	204
A UMBANDA E O CANDOMBLÉ NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A SUA RELAÇÃO RACIAL Francisco Rangel dos Santos Sá Lima Cícero Nilton Moreira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180216	
CAPÍTULO 17.....	212
CIVILIZAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI André Soares Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180217	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	224
ÍNDICE REMISSIVO.....	225

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO REGIONAL E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL: APRECIÇÕES

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 01/01/2022

Franciclécia de Sousa Barreto Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte – UERN
Pau dos Ferros/RN
<http://lattes.cnpq.br/3882414577607536>

Alberto de Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/8075270856419961>

RESUMO: As desigualdades sócio-espaciais não foram eliminadas, mas sua natureza, geografia e complexidade se modificaram. Nesse ínterim, o artigo tem como objetivo refletir sobre os avanços e questionar os obstáculos enfrentados pelas políticas regionais no Brasil, na atualidade. Para tanto, considera-se essencial apresentar como as políticas regionais pioneiras no Brasil emergiram da lógica macroeconômica do pós-guerra; mostrar como a ascensão do liberalismo, nos anos 1990, reformatou os princípios das políticas regionais; discutir os efeitos regionais derivados da recuperação da capacidade de consumo da população de baixa renda. E, por fim, analisar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, destacando seus princípios e limitações.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento regional; Políticas públicas; desigualdade social; federalismo; desenvolvimento regional.

THE REGIONAL QUESTION AND THE PLANNING POLITICS IN BRAZIL: APPRECIATION

ABSTRACT: The socio-spatial inequalities don't have been deleted, but your nature, geography and complexity they have change. So, the article goals reflect about the advances and have questions around the obstacles confronts by the regional politics of Brazil, nowadays. Therefore, we consider essential to show how the first regional politics in Brazil emerged of logic post-war macroeconomic; show also how the rise of liberalism, in the 1990s, reformatted the principles of the regional politics; discuss the regional effects derived from repercussion of consumption capacity of the low-income population. And finally, we're analyze the National Politics of Regional Development, highlighting their principles and limitations.

KEYWORDS: Regional Planning; Public Politics; social inequality; federalism; regional development.

1 | INTRODUÇÃO

O regionalismo brasileiro há muito está presente na história política e social do Brasil de modos distintos, como no império, em meio aos debates parlamentares realizados, nos variados movimentos revolucionários regionais do século XIX; na ampla produção intelectual regional, ou mesmo, já em fins do século XIX, com o destaque do problema da seca que castigou o Nordeste (CANO, 2010). No entanto,

foi somente a partir de meados do século XX que as desigualdades regionais passaram a ocupar posição de destaque na agenda governamental. Tal mudança decorreu, sobretudo, em razão do aprimoramento das estatísticas nacionais que tornou visível o fosso econômico que separava os estados e do agravamento das condições sociais no Nordeste derivado das fortes estiagens dos anos 1930 e 1940 (CANO, 1985).

Desde então, o país experimentou um amplo leque de políticas setoriais, sociais e espaciais que redefiniram a distribuição espacial da produção da riqueza. As desigualdades sócio-espaciais não foram eliminadas, mas sua natureza, geografia e complexidade se modificaram. Assim, cumpre refletir sobre os avanços e questionar os obstáculos enfrentados pelas políticas regionais no Brasil, na atualidade.

O trabalho¹ está organizado em seções, além desta introdução e das notas à título de conclusão, apresentadas ao final do texto. Inicialmente, mostra como as políticas regionais pioneiras no Brasil emergiram da lógica macroeconômica do pós-guerra. Em seguida, mostra como a ascensão do liberalismo, nos anos 1990, reformatou os princípios das políticas regionais. Na seção seguinte, discute os efeitos regionais derivados da recuperação da capacidade de consumo da população de baixa renda. Por fim, a última seção, é dedicada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o mais recente marco legal de combate às desigualdades espaciais, destacando seus princípios e limitações.

2 | ORIGENS E CONDICIONANTES DA POLÍTICA REGIONAL NO BRASIL

Ainda que o governo federal tenha mobilizado recursos para o combate às secas do Nordeste no início dos anos 1920, as primeiras ações que se assemelham a um movimento sistemático de enfrentamento da questão regional ocorrem apenas entre 1932 e 1942, já no governo Vargas (OLIVEIRA, 1981). Os anos 1930 e 1940 foram um período de fortes tensões políticas e de surgimento de novas arenas² (NEVES, 2001). O Nordeste passou a ocupar posição especial na agenda governamental, seja do programa de construção de açudes³ sob a direção do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (DNOCS, 1945), seja pela criação da Companhia Siderúrgica do São Francisco (CHESF), em 1945, a fim de aproveitar a potencialidade hidráulica do rio São Francisco.

Os primeiros passos da industrialização no país foram acompanhados pelo aprimoramento das ações de planejamento e do corpo técnico da burocracia estatal, por meio da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1934 e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938.

Nos anos 1950, as políticas setoriais implementadas pelo governo Kubistchek (JK) abriram caminho para a incorporação de novos espaços e a integração da economia nacional.

1 Trabalho apresentado e consta nos anais do III SEDRES, Blumenau (SC), de 14 a 16 de setembro de 2016.

2 Para Neves (2001, pag. 161) os canteiros “[...] transformaram-se imediatamente em arenas políticas onde se desenrolava um embate estranho de pressões e contrapressões, em que mais valia o envolvimento pessoal que domina os códigos da cultura do que uma racionalidade universal baseada na legalidade ou na capacidade técnica”.

3 Maiores detalhes, ver: Neves (2001); Bomfim (2007).

Neste contexto, destacou-se a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, e da Operação Nordeste, em 1959, projetos articulados por Celso Furtado e que serviram de base para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959 e, mais tarde, das demais superintendências regionais: Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), Superintendência de Desenvolvimento da região Sula (SUDESUL) e Superintendência Regional do Sudeste (SUDESTE) (FURTADO, 2009).

Os diagnósticos produzidos pelo GTDN mostraram a fragilidade das ações voltadas exclusivamente ao combate à seca e as limitações impostas pela estrutura agrária concentradora. Nas palavras do autor: “[...] a ação do governo federal tem se limitado a compensar a tendência imigratória dos capitais privados nordestinos para a região que oferece melhores oportunidades” (FURTADO, 2009, p. 105).

No entanto, diante da pressão exercida pelas oligarquias regionais, a industrialização se tornou a principal alternativa para a melhoria das condições de vida da população nordestina. Camargo (1981) advoga que o governo JK buscou implementar ações modernizadoras sem enfrentar as forças regionais e a perversa rigidez fundiária, preservando o atraso das relações sociais no campo.

As medidas de integração da economia nacional foram contrabalançadas pelo ingresso maciço de capital estrangeiro no Sudeste, particularmente em São Paulo. Mesmo as políticas que moveram recursos para o Nordeste acabaram por beneficiar indiretamente as áreas dinâmicas do país, posto que os generosos subsídios da SUDENE e os baixos salários dos trabalhadores nordestinos contribuíram para a redução dos custos e o processo de acumulação capitalista no Sudeste (OLIVEIRA, 1981).

A partir de 1964, com a ascensão dos militares ao poder, as expectativas de abrandamento da concentração fundiária, seja no campo ou na cidade, foram definitivamente abandonadas. O modelo de crescimento econômico foi ancorado na expansão do crédito e do consumo das famílias com renda média, enquanto medidas ortodoxas de combate a inflação promoviam o rebaixamento dos salários. Os investimentos produtivos estatais que – no início foram puxados pelo Plano de Metas e, mais tarde, pela liquidez do mercado financeiro internacional – foram responsáveis pela construção da infraestrutura de energia, transporte e saneamento, permitindo a instalação da complexa matriz produtiva presente na atualidade. O rápido crescimento econômico foi igualmente sustentado pela reestruturação do sistema financeiro nacional, nos 1960, que criou mecanismos de captação de baixo custo para o investimento de longo prazo.

Bomfim (2007) ao fazer referência a condução política do país nesse período, ressalta a lógica de planejamento espacial dos governos militares, que além de almejar colocar o país em posição de destaque entre as nações desenvolvidas, visou garantir a soberania do território nacional. Assim, o planejamento territorial calcado na redução de desigualdades foi substituído por uma visão de técnica de ocupação estratégica do espaço.

Nos anos 1970, a ênfase no desenvolvimento da indústria de bens intermediários deslocou investimentos públicos e privados em direção das áreas concentradoras de matérias-primas. Simultaneamente, os esforços bem-sucedidos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a adaptação de espécies de grãos para o cerrado, que vinham sendo realizados desde os anos 1960, abriram caminho para a expansão da agroindústria no Centro Oeste. Além disso, os militares desenharam medidas deliberadas de desconcentração industrial do Sudeste, como atesta a criação das centrais petroquímicas de Camaçari (Bahia) e Triunfo (Rio Grande do Sul). Tais políticas culminaram na criação das zonas de especialização produtiva presentes na atualidade (CANO, 2011; DANTAS; SILVA, 2011).

Para Cano (2011), a década de 1970 foi marcada pelo abandono das políticas sociais e pela imobilização das ações no campo agrário, enquanto a política urbana se limitou ao financiamento de moradia, sobretudo para as famílias de renda média, a partir do Banco Nacional de Habitação (BNH), que era suportado por recursos de baixo custo captados através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No campo regional, as ações foram dispersadas pela aparição de outros programas, de norte mais setorial, retrata Cano, a exemplo, dos investimentos no Turismo, da Pesca, do Reflorestamento, entre outros. Tais “constrangimentos”, segundo ao autor, teriam sido compensados pela intensidade do crescimento do período de 1967-1980:

[...] queda do salário-mínimo foi atenuada pelo excepcional crescimento do emprego urbano, que elevou o salário médio e dispersou a estrutura salarial. A dispersão dos recursos financeiros regionais do NO e NE foi compensada pela desconcentração regional do investimento, pois o aprofundamento e diversificação imprimidos à industrialização obrigavam a uma utilização mais intensa das bases regionais de recursos naturais (terra, água e minérios. Isso também obrigou a uma forte desconcentração regional da infraestrutura energética, de comunicações e de transporte (CANO, 2011, p. 7).

Enfim, seja pelo GTDN, que buscou a redução das disparidades regionais, seja pelos militares, que buscaram a desconcentração econômica e a ocupação estratégica do espaço, as políticas de desenvolvimento regional no pós-guerra foram desenhadas a partir do paradigma de que cabia ao Estado planejar, direcionar e supervisionar o crescimento econômico no país. Tal pressuposto seria abandonado nos anos 1980.

3 | O NOVO PLANEJAMENTO REGIONAL SOB A LUZ DO LIBERALISMO

Os anos 1980 marcaram o fim do ciclo de expansão da economia brasileira baseada no endividamento externo. A dependência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a adesão incondicional ao paradigma liberal, disseminado pelas administrações Reagan e Thatcher, eliminaram a prática do planejamento que havia sobrevivido mesmo durante os governos militares. A política industrial, que endereçava as ações governamentais no

território nacional, foi abandonada em favor medidas emergenciais de geração superávit nas contas externas para geração de divisas estrangeiras para atender o serviço da dívida externa.

Nos anos 1980, a política econômica se limitou a administração da dívida interna e a um pífio combate a inflação. A estatização e a internalização da dívida, juntamente com a desmobilização dos investimentos públicos, eliminaram a capacidade de coordenação da economia pelo Estado. Os escassos recursos públicos foram dispendidos na sustentação dos setores exportadores, dando início a reprimarização da economia que caminharia a passos largos a partir dos anos 1990.

A política econômica baseada na expansão das exportações reforçou a importância das ilhas especialização produtiva dispersas pelo interior do país, enquanto o desmonte da indústria, o aumento do desemprego e o declínio da renda do trabalho corroeram a renda disponível para o consumo, reduzindo o tamanho do mercado interno.

No plano formal, a questão do planejamento e sua relação com o território retornou a agenda governamental por meio da Constituição de 1988, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) e sua relação com os programas nacionais, regionais e setoriais, de forma a estabelecer regionalizações para as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. No entanto, a prática do planejamento somente foi efetivamente restituída a partir de 1995, quando a eliminação da instabilidade dos preços (graças ao Plano Real) permitiu a elaboração de planos e controles de médio e longo prazo.

A primeira experiência concreta de planejamento surgiu com o Programa Brasil em Ação, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que privilegiou o desenvolvimento dos recortes geográficos mais dinâmicos do país, novamente, reforçando o crescimento econômico das zonas de especialização produtiva. O desenho dos eixos de desenvolvimento não apenas atendia aos princípios de liberdade que sustentavam a ideologia econômica liberal, mas, sobretudo, harmonizava-se com um modelo específico de inserção do país no mercado internacional a partir da exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Tratava-se, pois, de eliminar o chamado Custo Brasil que, segundo seus defensores, obstaculizava o crescimento econômico (BRANDÃO; GALVÃO, 2003).

Resumindo, o Plano Real valeu-se da abertura econômica e da valorização do câmbio para pressionar os preços para baixo no mercado interno. Embora tal estratégia tenha obtido sucesso no combate à inflação, gerou, como efeito colateral, o desequilíbrio no balanço de pagamentos. O descontrole das contas externas foi amenizado pelas privatizações e pelo endividamento externo, porém, era preciso elevar as exportações para garantir o equilíbrio do balanço de pagamentos, daí, portanto, a necessidade de incrementar as vendas externas reduzindo o custo de exportações, ou seja, o Custo Brasil. Nesse contexto, a política regional foi diluída dentre as demais ações governamentais que, naquele momento, tinham como prioridade central o combate a inflação.

Nesse contexto, a questão regional foi retirada da agenda governamental em favor

da economia dos lugares. De acordo com Carleial (2014) o Brasil passou a ser conduzido por ações de curto prazo, colocando a escala local como espaço privilegiado da intervenção pública. Porém, “[...] a primazia do local é uma impossibilidade, isto porque, na economia mundializada, com forte presença da firma-rede multinacional, as atividades fazem-se e articulam-se em diferentes escalas espaciais” (CARLEIAL, 2014, p. 11). Nesse sentido é que Brandão (2013, p.32) tem afirmado o fato, de que toda a institucionalização construída durante décadas, foi sendo destruída com a passagem do século XX e início do século XXI, “[...] malgrado o recrudescimento do processo de desenvolvimento desigual”.

4 | RECUPERAÇÃO DA RENDA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O cenário econômico mudou nos anos 2000 e, com ele, a posição das regiões na produção de riqueza. No *front* externo, o crescimento vertiginoso do mercado chinês criou as condições necessárias para a ampliação das exportações, a despeito das deficiências logísticas no Brasil. O saldo positivo da balança comercial beneficiou o país de duas formas: (1) fortaleceu as reservas internacionais, criando uma blindagem contra as crises externas e (2) ampliou as margens para importação, permitindo a modernização da estrutura industrial e (infelizmente) o aumento do consumo supérfluo. No *front* interno, dois movimentos simultâneos e complementares induziram o aumento do consumo no mercado interno. De um lado, a expansão da previdência social, a ampliação dos programas de transferência direta de renda e os aumentos reais do salário-mínimo elevaram a renda das famílias da base da pirâmide social. De outro lado, o declínio da inflação e a melhoria da economia levou os bancos a ampliar a oferta de crédito. A combinação destes fatores criou as condições necessárias para o crescimento sustentado da economia brasileira, entre 2003 e 2009, a despeito das incertezas observadas nos EUA e na Zona do Euro.

Os investimentos decorrentes da novíssima fase de crescimento da economia não se distribuíram de forma equilibrada entre os diferentes quadrantes do território. Do ponto de vista do investimento privado, novos estados passaram a disputar com São Paulo a hospedagem de plantas industriais; o aumento do consumo da população de baixa renda moveu grandes grupos varejistas em direção aos estados menos desenvolvidos e às periferias das grandes cidades; os bancos também buscaram novos mercados nos bolsões de baixa renda das grandes cidades, dentre outros movimentos decorrentes da expansão do consumo de fração da população batizada com a alcunha de Nova Classe Média.

Quanto ao investimento público, a necessidade de recompor a capacidade de geração de energia no país teve como resultado o investimento maciço de recursos na Região Norte. A modernização e a ampliação das zonas portuárias deslocaram investimentos públicos para diferentes sítios que se estendem do Sul ao Nordeste brasileiro. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU, 2012), entre 2009 e 2012, 30% das obras contratadas no programa Minha Casa Minha Vida estavam localizadas no Sudeste, reforçando a

dispersão espacial dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em suma, importa reter que a lógica espacial dos investimentos apresenta diferenças não desprezíveis em relação à lógica que vigorou no passado, porém, as desigualdades territoriais continuam presentes com novas lógicas e complexidades._

5 | A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ENCRUZILHADA

Nos anos 2000, documentos oficiais e depoimentos de representantes do governo federal não deixaram dúvidas que a discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil tornou a ascender à posição de destaque na agenda governamental. Exemplos disso são a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o restabelecimento das Superintendências para o Desenvolvimento Regional (SUDENE e SUDAM e, mais recentemente, da SUDECO). No entanto, ao investigar as ações de governo notadamente nomeadas para o desenvolvimento regional chama atenção o fato da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sancionada pelo governo federal em 2007, não dispor de instrumentos suficientes ou adequados para enfrentar os desafios impostos pelo contexto atual. Dentre as fragilidades encontradas na PNDR é possível destacar: a ausência de mecanismos de financiamento e de uma coordenação efetiva, seja horizontal, com os demais ministérios, ou vertical, com diferentes entes federativos.

Para Alves e Rocha Neto (2014), a ausência de políticas regionais nas décadas de 1980 e 1990 levou a institucionalização da PNDR em base menos robusta do que os estudos e debates acadêmicos alvitavam. Além disso, a fragmentação da institucionalização da PNDR não contribuiu para o avanço das ações governamentais. Para os autores, a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que é composta por executivos de diferentes ministérios e coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, ilustraria a fragmentação da iniciativa.

No que se refere às Superintendências, tal recriação parece ter acontecido apenas na esfera formal, uma vez que carecem, ainda hoje, de reestruturação em seus quadros técnico-administrativos, da elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento, marco-orientador de suas ações, e da própria redefinição/consolidação de suas missões institucionais, posto atuarem em meio a cenário econômico e político bastante diferente daquele no qual foram concebidas. Quanto ao financiamento do Desenvolvimento Regional, os Fundos Constitucionais de Financiamento, os Fundos de Desenvolvimento Regional e os Incentivos Fiscais, além de constituírem instrumentos que atuam praticamente de forma isolada, são frutos de uma perspectiva de estímulo ao desenvolvimento que, diante dos resultados observados, carece, no mínimo, de questionamento.

Como mencionado anteriormente, nos anos 2000, a atuação do governo federal foi marcada pelo fortalecimento das políticas sociais e de transferência de renda. Somase a isto o movimento dos governos estaduais e municipais de replicarem as iniciativas

propostas pelo governo federal, seja reproduzindo parâmetros para utilização de recursos federais, ou mesmo patrocinando programas com o mesmo viés. A implantação do Programa Renda Melhor, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 2011, ilustra tal tendência. É importante ter em mente que tais ações foram viabilizadas pela melhoria das condições macroeconômicas e, por conseguinte, da capacidade orçamentária do setor público, que abriram caminho para a ampliação dos gastos sociais, repercutindo expressivamente no território ao ponto de inscrever novos contornos à questão regional brasileira.

Cumprir lembrar, no entanto, que os programas sociais contam com disponibilidade de recursos bastante superior àqueles destinados aos instrumentos notadamente nomeados para o desenvolvimento regional, sobretudo os vinculados ao Ministério de Integração Nacional (MI). Neste último, a parcela mais expressiva da dotação orçamentária é aplicada em projetos de recursos hídricos, no Nordeste. Assim, o Brasil experimenta uma aparente contradição em suas medidas de atenuação das desigualdades territoriais: de um lado, um dos principais símbolos do enfrentamento da questão regional, em tempos recentes, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, carece de instrumentos e funciona a partir de princípios que não são totalmente aderentes ao contexto atual. De outro, as políticas sociais (que geram rebatimentos territoriais) se beneficiaram de expressiva expansão orçamentária, porém, parecem atuar de forma descoordenada entre si, entre os diferentes níveis de governo e, não menos importante, descoladas de uma estratégia clara de desenvolvimento territorial.

Uma segunda observação mostra que a despeito das diferenças orçamentárias, de autonomia e na própria lógica de atuação dos diferentes Ministérios; bem como dos diferentes interesses que orientam a ação dos entes federados, é possível notar que parte considerável dos recursos tem sido direcionada para recortes geográficos comuns. Essa suposta coincidência na destinação espacial de recursos pode ser explicada pela persistência da crônica desigualdade territorial brasileira. Apesar da lógica setorial reinante, toda ação governamental carrega um rebatimento territorial cuja lógica de distribuição espacial está relacionada aos contornos da política em si, bem como à distribuição geográfica do público-alvo que, por fim, acaba se tornando chave de análise da interação existente entre as políticas sociais e seus efeitos socioeconômicos no território.

Considerando que há uma interação inequívoca entre políticas sociais e território e que ela demarca importante marco de análise para compreensão dos novos contornos inscritos na questão regional brasileira e, por desdobramento, nos fundamentos que baseiam ações governamentais de enfrentamento desta questão, faz-se necessário saber em que medida essa interação, quando estrategicamente orientada pode contribuir para intensificar os esforços governamentais movidos para o combate da crônica desigualdade territorial brasileira.

Nesse sentido, a coordenação territorial de políticas sociais se apresenta como valiosa estratégia de redução da desigualdade sócio-espacial porque guarda possibilidade

de inculir expressivos “ganhos de escala” à ação governamental. Assim, a coordenação de programas sociais, geridos ou patrocinados por diferentes instâncias governamentais, num determinado recorte geográfico, poderia intensificar os benefícios produzidos sobre a população-alvo, contribuindo para atenuação das desigualdades sócio-espaciais.

A proposta de integração de programas governamentais não é novidade na literatura. Tal discussão parte da premissa de que o aparato governamental, em seus diferentes níveis, atua de forma paralela e desarticulada, implicando na duplicação de tarefas, na conformação de áreas não atendidas ou atendidas aquém do necessário. Em suma, o paralelismo das ações governamentais tende a gerar ineficiências e desperdício de recursos públicos (INOJOSA, 2001).

Parece haver relativo consenso, principalmente entre os profissionais que atuam com programas sociais, que a integração sob diferentes dimensões (saúde, educação, indivíduo, família etc.) tende a gerar impactos mais consistentes na transformação das condições de vida das populações socialmente vulneráveis. E mais: todas essas ações e seus respectivos planejamentos demandam, necessariamente, uma plataforma territorial. Brandão (2014) defende que é preciso construir uma estratégia consistente, orientada pelos princípios da “transversalidade, multidimensionalidade e transescalaridade”, o que requer gerar compromissos regionalizados de ações reais/efetivas que atinjam áreas essenciais como a saúde, educação, indústria, CT&I, serviços básicos etc.; com fins de progredir no processo de desenvolvimento. Na mesma direção, Alves e Rocha Neto (2014) defendem a transversalidade, além de destacar a necessidade de integração das agências governamentais, em meio a um exercício sucessivo de negociações, que possibilitem a criação e implementação de políticas públicas, que tratem adequadamente das desigualdades regionais.

Sendo assim, é preciso pensar além das políticas focalizadas, lutar contra a excessiva setorialização; reconhecer, como muitos autores têm sinalizado, a diversidade regional, no âmbito de um movimento dinâmico que promova a criação de instituições articuladas e de políticas públicas eficazes. Não se pode esquecer, no âmbito das discussões sobre a questão regional, as implicações dos processos do capitalismo globalizado. É tarefa árdua compreender, principalmente, a complexidade dos efeitos do processo de neoliberalização no espaço, quando esse se dá de forma desigual e descontínuo no tempo. Para tanto é preciso avaliar como os processos em curso no capitalismo impactam, representam em termos de penalizar o país e as regiões.

E mais: a fragmentação de funções e o compartilhamento de competências, por determinação constitucional, entre União, Estados e Municípios possibilita que os entes federados possam se omitir em suas responsabilidades perante a população. Isto é, “[...] tem-se um processo não transparente e de responsabilização difusa, que possibilita que cada esfera de governo culpe a outra pelo problema, sem que nenhuma ação efetiva seja tomada” (ABRUCIO; FRANZESE, 2007, p.14).

Outro elemento que precisa ser considerado são as ações relacionadas à estratégia

de investimento do setor público. Ainda que inversões sejam realizadas por praticamente todos os ministérios federais e empresas públicas, uma fatia relevante desses recursos foi rotulada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e seus derivados. À título ilustrativo tome-se os investimentos realizados para a geração de energia elétrica. Tendo em vista o potencial hidroelétrico da Região Norte, novamente, observa-se o efeito de “escorregamento” de recursos federais em favor das regiões menos desenvolvidas do país.

Resumindo, é possível admitir que parcela significativa de recursos públicos vem sendo carreada para recortes geográficos comuns, porém por meio de institucionalidades conflitantes. Assim, considera-se possível obter incrementos na efetividade da ação pública a partir da integração de programas governamentais em determinados recortes geográficos e para públicos-alvo definidos. Portanto, a questão que se coloca é: quais são as limitações para a integração de políticas públicas em bases territoriais?

Para Inojosa (2001), os motivos que levam ao paralelismo da atuação governamental estão ligados a forma de organização do aparato governamental, que reflete a especialização do conhecimento e das corporações, resultando na formação de estruturas hierarquizadas e verticalizadas (inclusive entre os entes federados). Inojosa argumenta ainda que a tradicional fragmentação político-partidária derivada da formação de governos de coalização tende a levar a especialização descoordenada do aparato governamental.

Sobre a questão das políticas de coalização, Arretche (2004) sustenta que a coordenação de ações entre as esferas de governo depende de como estão estruturadas as relações federativas em cada uma das políticas particulares. Assim, não existe relação direta entre as decisões de governo nos níveis estadual e municipal e o pertencimento desses prefeitos e governadores à sigla partidária do presidente da república. Mesmo as coalizões partidárias que sustentam a aprovação de projetos no legislativo são inócuas para a coordenação de políticas entre níveis de governo.

Ao lado da questão das coalizações está a própria noção de federalismo, pois, parte das disputas no interior do aparelho de Estado reflete interesses localizados nos diferentes quadrantes do território nacional. Diferente dos EUA, cujo federalismo nasceu do pacto entre unidades autônomas, no caso brasileiro, o federalismo resultou do processo de descentralização do poder a partir centro para os estados, uma vez que o Estado Nacional foi regido, durante quase 70 anos, por um Império bastante centralizador (ABRUCIO; FRANZESE, 2007).

Assim, o federalismo brasileiro é fortemente marcado pela competição, o que tende a transformá-lo num instrumento de divisão territorial do poder, de forma a acomodar conflitos ao invés de incentivar a cooperação. Tal característica é explicada pela histórica influência exercida pelas elites regionais e setoriais sobre o Estado. Graças a construção de territórios economicamente dinâmicos dotados de elevada autonomia, tornou-se possível acomodar os interesses dos diferentes grupos de pressão espalhados nas diferentes regiões do país (SOUZA, 1998 e GADELHA, 2007 *apud* PEREIRA, 2010).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão regional está presente na agenda governamental, de forma mais ou menos destacada, desde o final do século XIX. Contudo, tal discussão somente ensejou o desenho de políticas de desenvolvimento regional com contornos minimamente articulados apenas em meados do século XX, como resultado do agravamento das condições de vida no Nordeste, derivado das estiagens, bem como pela disseminação do conhecimento sobre as desigualdades espaciais.

No entanto, a política de desenvolvimento regional não é desenhada no vácuo. Ela reflete não apenas as condições objetivas da economia nos diferentes períodos da história do país, como, também, a adesão aos diferentes paradigmas que moldam a atuação do Estado sobre a sociedade e, particularmente, sobre a economia. Assim, as rédeas da política de desenvolvimento regional no Brasil passaram das mãos do Estado para o mercado, entre o pós-guerra e os anos 1990.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, sancionada em 2007 e já em sua segunda versão, introduziu avanços incontestáveis na direção de um modelo cooperativo de organização espacial do Estado, no entanto, os obstáculos enfrentados pela PNDR estão ligados as heranças da própria formação Estado Nacional Brasileiro e, dos arranjos de poder que acomodam os interesses dispersos nas regiões brasileiras. Portanto, a incorporação do território como base das políticas públicas demanda não apenas o aprimoramento dos instrumentos operacionais, mas, igualmente, um rearranjo das forças políticas dentro e fora do Estado. É reconhecendo a complexidade de uma política regional de caráter nacional, que Brandão (2014, p.343) lança luz sob importante questão: que uma política dessa natureza “deve ser questão não de governo, mas sim, ter a permanência e a consistência de uma política de Estado”.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. **Federalismo e políticas públicas**: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. Tópicos de economia paulista para gestores públicos, v. 1, p. 13-31, 2007.

ALVES, A. M; ROCHA NETO, J. M. da. **A nova política nacional de desenvolvimento regional – PNDR II**: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. Revista Política e Planejamento Regional. v.1.n2. Julho/Dezembro, 2014.

ARRETCHE, M. **Federalismo e políticas sociais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BOMFIM, P. R. de A. **A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional**: Estado e planejamento no período pós-64). São Paulo: Tese (Doutorado) - apresentada no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. In BRANDÃO C. A. *et al.* (Orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Unesp/Anpur, 2003.

BRANDÃO, C.A. Transversalidade, multiescalaridade e os desafios da legitimação das políticas regionais no Brasil. In.: RAINER, R; TAVARES, H. M. (Org.). **Política e Planejamento Regional: coletânea**. Brasília. Gráfica Movimento, 2013.

BRANDÃO, C.A. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la em uma estratégia de Estado. **Revista Política e Planejamento Regional**. v.1.n2. Julho/Dezembro, 2014.

CAMARGO, A. A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930 – 1964). In: B. Fausto (org.) **História geral da civilização brasileira** - O Brasil Republicano, tomo 3, vol. 3, São Paulo: Difel, 1981.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Global, Campinas, Unicamp, 1985.

CANO, W. FURTADO: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, vol, 5, out. 2010.

CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Texto para discussão n.193. IE/UNICAMP, julho de 2011.

CARLEIAL, L. O desenvolvimento regional brasileiro em questão. **Revista Política e Planejamento Regional**. v.1.n1. Janeiro/Junho, 2014.

DANTAS, J. R. Q.; SILVA, F. S. B. A (re) organização sócio-espacial no Rio Grande do Norte e suas implicações para o Alto Oeste: particularidades sobre Pau dos Ferros. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 24, ano XIII, p 35-44, dez. 2011.

FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da Sudene**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

INOJOSA, R.M. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade**. São Paulo, Cadernos FUNDAP, n.22, p. 102-110, FUNDAP, 2001.

NEVES, F. de C. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. SUDENE, Nordeste, planejamento e luta de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, P. de G. Território, Federalismo e Escala: implicações para o processo recente de requalificação do planejamento governamental brasileiro. Universidad de Buenos Aires - UBA. **Anais...** XI Coloquio Internacional de Geocrítica 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Relatório de auditoria operacional do programa Minha Casa Minha Vida. TC 033.568/2012. Acórdão 2431/2012.

CAPÍTULO 2

A HISTÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL FUNDAÇÃO IBIFAM (CEFI): EXPERIÊNCIA PIONEIRA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA BÁSICA EM BELÉM-PA

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 08/11/2021

Reginaldo do Socorro Martins da Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA) – NEB
- Programa de Pós- Graduação em Educação
em Rede da Amazônia (PGEDA)
Belém - Pará
<https://orcid.org/0000-0002-2765-8334>

Ney Cristina Monteiro de Oliveira

Universidade Federal do Pará (UFPA) – NEB
- Programa de Pós- Graduação em Educação
em Rede da Amazônia (PGEDA)
Belém - Pará
<https://orcid.org/0000-0002-8091-5213>

RESUMO: O artigo tem por objetivo analisar a implementação da concepção de educação integral em tempo integral de forma pioneira na escola básica em Belém - PA. As estratégias metodológicas foram: a) revisão bibliográfica; b) análise documental exploratória e c) entrevista. Fundamentou-se teoricamente em Arroyo (2012), Cavaliere (2009), Coelho (2009), Guará (2006), Moll (2009), Paro (2009), Ribeiro (1986), Teixeira (1959), entre outros. Os resultados apontaram que a experiência da CEFI foi pioneira na implementação da concepção de educação integral em tempo integral e baseava-se na oferta diversificada de atividades complementares à formação dos alunos, visando à formação integral.

PALAVRAS-CHAVE: Educação integral.

Tempos-espacos educativos. Escola básica.

IBIFAM FOUNDATION EDUCATIONAL CENTER HISTORY (IFEC): PIONEERING EXPERIENCE OF FULL-TIME EDUCATION AT THE PRIVATE SCHOOL IN BELÉM-PA

ABSTRACT: The article aims to analyze the implementation of the concept of full-time integral education in a pioneering way in elementary school in Belém - PA. The methodological strategies were: a) literature review; b) exploratory document analysis and interview. It was theoretically based on Arroyo (2012), Cavaliere (2009), Coelho (2009), Guará (2006), Moll (2009), Paro (2009), Ribeiro (1986), Teixeira (1959), among others. The results pointed that CEFI's experience was pioneer in the implementation of the concept of full-time integral education and was based on the diversified offer of complementary activities to the formation of students, aiming integral formation.

KEYWORDS: Integral education. Educational Times and spaces. Private school.

1 | INTRODUÇÃO

Apartir dos estudos mais contemporâneos sobre o processo de implementação das escolas de tempo integral no estado do Pará, considerando, particularmente, a participação das escolas básicas nesse cenário, mergulhamos um pouco mais no passado, no início dos anos 90 do século XX, para realizar o estudo mais focalizado nas experiências pioneiras de

educação integral em tempo integral nas escolas da cidade de Belém. Buscamos, assim, responder à questão problema proposta para a pesquisa do mestrado: como se deu o processo de implementação da educação integral em tempo integral, nas experiências pioneiras, na escola básica da cidade de Belém?

Como ponto de partida, realizamos pesquisa exploratória com base no levantamento das informações sobre a experiência da escola Centro Educacional Fundação IBIFAM (CEFI), instituição considerada, até então (1992), como pioneira na implementação da educação integral em tempo integral na cidade de Belém e que nos serviu de marco para o estudo do objeto da pesquisa. Em função da temática adotada, um fenômeno contemporâneo ligado às ciências humanas e sociais – educação integral –, iniciamos o processo apresentando a experiência em educação integral em tempo integral da escola CEFI, situando-a, historicamente, no contexto em que a escola surgiu, no final do século XX.

As informações foram coletadas a partir dos documentos oficiais disponibilizados por órgão público (CODOE da SEDUC-PA) e pelos dirigentes, professores e demais trabalhadores da antiga escola. Assim, buscamos através dos documentos do Centro Educacional Fundação IBIFAM (CEFI) levantar informações que nos permitissem caracterizar o seu respectivo projeto educativo, enfocando a história de sua fundação, a estrutura administrativa e pedagógica, a organização espaço-temporal, a relevância das atividades pedagógicas e, principalmente, informações específicas que caracterizassem a (s) concepção (ões) de educação integral em tempo integral basilares de sua prática pedagógica.

Dessa forma, nos próximos tópicos apresentamos as características do projeto educativo do CEFI que foram levantadas por meio de ampla pesquisa exploratória documental sobre a referida instituição.

2 | A HISTÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL FUNDAÇÃO IBIFAM – CEFI (1992-1997)

O lançamento da pedra fundamental de construção do Centro Educacional Fundação IBIFAM (CEFI) data do início do mês de outubro de 1989, conforme matéria divulgada em jornal impresso da cidade de Belém. Em clima descontraído, a solenidade reuniu representantes dos funcionários, dos clientes e fornecedores, além dos representantes da diretoria da indústria IBIFAM S. A., que estiveram presentes e registraram, no ato, o compromisso de materializar o projeto da creche/escola.



FIGURA 1 – Ato de lançamento da pedra fundamental da creche/escola IBIFAM

Fonte: JORNAL O LIBERAL. Belém, 12 out. 1989.

No mês seguinte, novembro de 1989, a empresa IBIFAM criou uma fundação destinada a prestar assistência educacional, médica, odontológica, alimentar, inclusive creche, aos filhos dos servidores da empresa. Assim, surgia a Fundação IBIFAM, que mais tarde, no ano de 1991, passou a ser a responsável pelo Centro Educacional Fundação IBIFAM - CEFI (FUNDAÇÃO IBIFAM, 1989). Decorridos 2 anos do lançamento da pedra fundamental, a indústria IBIFAM, cumprindo o termo assinado em 1989, inaugurou a escola no dia 21 de dezembro de 1991. As atividades educacionais propriamente ditas iniciaram no ano de 1992.

Como testemunho daquele feito histórico, a placa inaugural da escola (figura 1), permanece até os dias atuais fixada na parede do hall de entrada do prédio da atual E. E. de Ensino Fundamental e Médio Professora Palmira Gabriel. Nela, pode-se destacar um trecho que traduzia a filosofia do CEFI e o compromisso e a dedicação com a educação das crianças e com o futuro dos jovens:

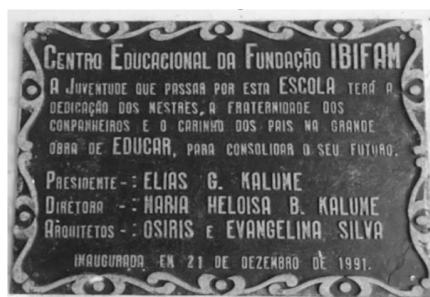


FIGURA 2 – Placa inaugural da escola CEFI

Fonte: registro do autor

Nessa placa inaugural da escola IBIFAM, também é possível identificarmos em destaque o nome dos profissionais que se dedicaram diretamente na idealização do projeto educativo da instituição e na elaboração do projeto arquitetônico da escola. A escola

localizava-se na Rodovia Augusto Montenegro, km 10, CEP 66.800-000, na época distrito de Icoaraci – Belém – Pará. A instituição tinha como entidade mantenedora a empresa Indústria Biológica e Farmacêutica da Amazônia S/A (IBIFAM), inscrita no CGC/MF sob o número 04.932.265/0001-89, cuja sede localizava-se no km 08 na mesma rodovia. Uma grandiosa infraestrutura física foi construída em uma imensa área em meio a um bosque para servir de sede à escola CEFI. Na figura 3, apresentamos uma imagem com vista aérea das antigas estruturas pertencentes à escola CEFI:



FIGURA 3 – Vista aérea da antiga estrutura física do CEFI¹

Fonte: Google Earth – acesso: julho/2018

O CEFI foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 176, de 30 de julho de 1992, resultante do Processo n.º 541/91- CEE/PA e do Parecer n.º 131/92 – CEE/PA. A instituição desenvolveu os serviços educacionais no período compreendido entre os anos de 1992 e 1997. A escola oferecia a pré-escola e o ensino de 1º grau (chegou a ofertar até a 7ª Série) e atendeu cerca de 250 alunos. A direção pedagógica da escola era de responsabilidade da pedagoga Ana Maria Silva Matos (Registro n.º 0619/PA). E a direção administrativo-financeira era de responsabilidade da Dra. Maria Helena Bentes Kalume (médica).

A escola CEFI na maior parte de sua história (1992-1997) seguiu as diretrizes educacionais emanadas da Lei n.º 5.692/71 (BRASIL, 1971), que era o principal marco legal naquele período da história da educação brasileira. O regimento escolar e a proposta pedagógica, documentos que foram extraviados da escola, de acordo com a voz dos interlocutores, seguiam as normas básicas obrigatórias previstas na referida LDB. Esse fato pode ser evidenciado por meio da Resolução n.º 172/92-CEE, que autorizou o funcionamento da escola.

Ressaltamos que a inauguração do Centro Educacional Fundação IBIFAM na cidade de Belém foi um grande diferencial na rede de ensino em função das características do seu projeto pedagógico, da grandiosidade da estrutura física e do espaço natural.

¹ O prédio da ex-escola IBIFAM hoje é ocupado pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Palmira Gabriel pertencente à Rede Pública Estadual do Pará.

Os serviços educacionais ofertados eram diferenciados, e em pouco tempo a escola ganhou credibilidade no meio educacional e político do estado do Pará. Tal feito pode ser evidenciado no discurso proferido pelo então deputado federal Osvaldo Melo (PR-PA) na plenária da Câmara Federal na sessão realizada no dia 26 de maio de 1994, exaltando o exemplo de sucesso do Centro Educacional Fundação IBIFAM. Destacamos alguns trechos do discurso que ressaltam a proposta de educação integral em tempo integral no CEFI:

[...] Aqui venho para exaltar um exemplo ímpar que nos vem de Belém do Pará, onde cerca de 600 crianças vivem a rara experiência de estudar numa escola de ensino integral de excelente nível, que adota os pressupostos metodológicos do construtivismo de Jean Piaget: essa instituição vitoriosa é o Centro Educacional Fundação IBIFAM (CEFI). No CEFI as crianças entram às 7h30min e lá permanecem até as 17h30min, todos os dias da semana. Além das atividades normais de sala de aula, a escola oferece aos alunos uma extensa gama de atividades extraclasse, tanto físicas - como natação, judô e dança - como artísticas, abrangendo artes plásticas e iniciação musical, além de orientação religiosa. Todas as refeições são feitas na escola, do café da manhã ao jantar, com a assistência de nutricionistas. Criada nos moldes das CIEPs cariocas, a escola ostenta um conjunto completo de instalações, onde figuram, além das salas de aulas, dependências específicas para as atividades físicas, artísticas e de lazer, dormitórios, gabinetes odontológico, médico e psicológico, enfermaria e refeitório. A iniciativa da CEFI, fruto da elevada consciência social dos dirigentes da IBIFAM, avulta como uma estrela de primeira grandeza, e é um exemplo que deve ser imitado por todos os empresários deste país. (MELO, 1994, p. 4330-4331).

Dessa referida fonte documental foi possível extrairmos importantes informações sobre o CEFI. A escola ofertava serviços educacionais, transportes, alimentação e atendimento à saúde, além das atividades socioculturais e esportivas. A esse conjunto de atividades era denominado de “atividades a nível diferenciado de educação” (ensino, atividades extracurriculares e alimentação). Essas atividades eram ofertadas em tempo integral compreendidas no horário das 7h30min às 17h30min.

Os serviços eram oferecidos aos filhos dos funcionários da indústria IBIFAM S. A. gratuitamente e para alguns poucos comunitários, que adquiriam as vagas por meio de assinatura de um contrato específico de prestação de serviços educacionais. Destacamos a seguir as condições descritas nos 3º e 4º parágrafos do referido documento:

No **Parágrafo 3º** - O contratante reconhece neste ato ser a contratada instituição de nível diferenciado, que além das atividades de fins educacionais como ensino especial do Maternal até a 7ª série do 1º Grau presta outras ligadas à complementação da educação e saúde da criança como: transporte, alimentação, assistência médica-odontológica, bem como, atividades não curriculares de cunho Sociocultural-esportivas durante o período de permanência da criança na escola, que será: - Maternal a 4ª Série (de segunda a quinta-feira de 7h30 às 17h com intervalo de almoço e lanche. Exceto nas sextas-feiras cujo término será às 16h) e da 5ª Série a 7ª Série (de segunda a sexta-feira, em dois turnos diferenciados, como segue: de manhã de 8h às 12h e de tarde das 13h às 17h.

No **Parágrafo 4º** - Neste ato é reconhecido por parte do Contratante que o valor da anuidade constante dos parágrafos 5º e 6º abaixo, destina-se a cobertura dos custos orçamentários, dos serviços a serem prestados especificamente e que formam o conjunto chamado de “Atividades a Nível Diferenciado de Educação”, e que são os seguintes: Ensino Curricular, Ensino Extracurricular, Atividades sócio-esportivas, Atividades ligadas à Saúde da Criança, Transporte e Alimentação (FUNDAÇÃO IBIFAM, 1997, s. p.).

A experiência do Centro Educacional Fundação IBIFAM, naquela época (1992-1997), já se caracterizava como uma experiência educacional inovadora em função de enunciar nos documentos a concepção de educação integral em tempo integral, característica esta que nem se quer era mencionada no texto da LDB/71 (Lei nº 5.692/71). Esse fato foi ratificado por meio dos depoimentos concedidos pelos trabalhadores que tiveram atuação marcante no CEFI, entre eles destacamos um diretor da empresa IBIFAM, a diretora pedagógica, os professores e demais profissionais da escola como psicóloga e agente financeiro.

O CEFI foi inovador para os padrões daquele momento histórico da cidade de Belém, pois a instituição foi a primeira que colocou em prática, a partir do ano de 1992, a concepção de educação integral em tempo integral entre as redes de ensino da cidade de Belém. A seguir, destacamos dois trechos do relato concedido pelo Dr. Elias Gatasse Kalume², diretor e sócio proprietário da empresa IBIFAM S.A., a respeito da criação da escola CEFI:

[...] A Dra. Maria Heloisa Bentes Kalume, minha esposa, criou a creche dentro da empresa IBIFAM. Uma creche grande. O valor dessa creche era imensurável para a Instituição. Valor para todas as pessoas. Nós tínhamos mais ou menos no setor industrial em torno de 90% de sexo feminino, no setor fabril propriamente dito. Então, o que acontecia elas eram umas gestantes, outras já com filhos, com problemas em casa e tal. Aí criou a creche e o ônibus da empresa trazia essas trabalhadoras com seus filhos pequenos para ficar na creche (KALUME, 2017, s. p.).

[...] Então, quer dizer que a primeira organização que levou à escola IBIFAM foi a creche. Daí surgiu a ideia de fazer a escola. Ainda hoje está lá com o nome de E. E. Palmira Gabriel. Fizemos uma coisa ultramoderna em termos de arquitetura. Ultramoderna mesma. Se tivesse a planta para te mostrar era uma beleza. Era uma organização que eu não tinha visto em Belém. (KALUME, 2017, s. p.).

Com a mesma relevância, também destacamos trechos do depoimento da professora Ana Maria Silva Matos³, ex-diretora pedagógica do CEFI, a respeito do projeto de implantação da escola:

[...] Mas, eu tinha uma vontade de fazer um plano de implantação de uma escola. Quando ela me chamou assim, eu falei tudo isso para ela. _ Doutora eu tenho maior vontade implantar uma escola, aquilo que eu penso aquilo

2 Entrevista concedida por KALUME, Elias Gatasse. Entrevista I. [dezembro. 2017]. Entrevistador: Reginaldo do Socorro Martins da Silva. Belém-PA, 2017. 1 arquivo. iPhone (50 min.).

3 Entrevista concedida por MATOS, Ana Maria Silva. Entrevista II. [março. 2018]. Entrevistador: Reginaldo do Socorro Martins da Silva. Belém-PA, 2018. 1 arquivo. iPhone (56min).

que eu acredito que seja uma escola realmente. [...] Vamos trabalhar para colocar essa criança dotada de tudo aquilo que é necessário para o indivíduo caminhar, que ele não se sinta inferior a ninguém. [...] Dra. Heloisa teve a ideia da escola de tempo integral nos anos 90. Para justamente ficar com os filhos dos funcionários, porque eles trabalhavam até 5 horas da tarde, então quando eles saíam, as crianças saíam também. [...] Fomos pioneiras, inclusive nós ganhamos troféus, ganhamos muito reconhecimento, aquela enciclopédia britânica deu muita coisa assim para a escola, [...] Eu tive visita de pessoas daquele CIEPs do Rio de Janeiro, que eles achavam assim: como é que a gente tinha conseguido fazer? Eles passaram uns dois ou três dias e eles viram realmente que a coisa acontecia, sem problema nenhum. Então eles ficaram impressionados [...] (MATOS, 2018, s. p.).

Com base nos depoimentos dos profissionais e nos documentos da escola CEFI, foi possível caracterizar a infraestrutura física, administrativa e pedagógica, bem como as concepções que a norteavam. Utilizamos fotografias aéreas, o depoimento dos arquitetos e a visita exploratória *in loco* na antiga propriedade da escola realizada no dia 9 de agosto de 2018, para constatar a complexidade do conjunto arquitetônico do CEFI e, assim, relacioná-lo à concepção de educação integral em tempo integral anunciada pela escola.

A escola foi edificada em área muito ampla com 72.000 m² medindo 120m de frente por 600m de profundidade. Era uma área muito extensa com amplo bosque. A área edificada correspondia a cerca de 10.000 m² distribuídos pelos diversos pavilhões que formavam o conjunto da escola IBIFAM. Sobre a concepção arquitetônica do CEFI, registramos, a seguir, um importante trecho do depoimento dos arquitetos que foram os responsáveis pela concepção arquitetônica da escola:

O Projeto foi instalado num terreno de grandes proporções próximo à Indústria IBIFAM. Sua concepção foi pensada levando em conta as características regionais do clima e meio ambiente. O projeto fundamentalmente horizontal foi dividido em diversos blocos, que atendessem a Administração, Salas de aula, Refeitório com Cozinha, Salas para atividades especiais, como dança, música etc. Contando também com uma área de esporte com piscina, quadra poliesportiva, play ground, além do espaço de recreio coberto. Na implantação destes blocos, teve-se o cuidado de só extrair as árvores onde eles seriam implantados. Foram alocados em posição de forma que evitasse a incidência de raios solares nas maiores fachadas e contribuísse com a circulação dos ventos. Quando da concepção deste Projeto, procuramos utilizar materiais e recursos locais que remetesse as construções Amazônicas. Utilizando-se pilares, estrutura da cobertura e esquadrias em madeira, como também, telha e piso cerâmico. Optou-se por telha cerâmica na cobertura por reduzir a transmissão de calor para o interior dos ambientes, o formato do telhado com lanternim para exaustão do calor, e grandes beirais para proteção das chuvas e excesso de raios solares. Esquadrias em madeira de lei com venezianas que ajudassem na circulação dos ventos, tornando com isso um ambiente mais agradável e saudável para o aprendizado (SILVA, O; SILVA, E., 2018, p. 1)⁴.

4 Entrevista concedida por SILVA, Osiris e SILVA, Eva. Entrevista III. [agosto. 2018]. Entrevistador: Reginaldo do Socorro Martins da Silva. Belém-PA, 2018. 1 arquivo.

Com base nesse relato dos arquitetos, constatamos que o projeto educativo da escola CEFI usufruiu de uma excelente infraestrutura física e que sustentou a implementação de uma concepção de educação integral em tempo integral proposta no projeto educativo. Os depoimentos das professoras corroboraram essas afirmações:

O espaço da escola era grande, arejado e com uma estrutura física maravilhosa. Foi construído para ser essa escola, diferente de muitas escolas que são em prédios adaptados. As salas de aulas eram bem iluminadas e ventiladas. A área verde tinha piscina, viveiro, um campinho, espaço livre com muitas árvores e com parque, quadra de esporte. Além das salas de aula, parte da educação infantil era abrigada em colmeias (salas conjugadas lembrando colmeias), refeitório maravilhoso e cozinha industrial serviam refeições nutritivas, gostosas e diversificadas, planejadas por uma nutricionista e toda equipe de cozinheiros e auxiliares. Na ala administrativa, tinha biblioteca, sala da direção, sala da psicóloga, secretaria, sala da equipe técnica, sala da enfermaria e consultório médico com uma médica pediátrica permanente. (DUTRA, 2018; MARTINS, 2018, s. p.).

Com relação ao quesito tempo escolar, a escola CEFI foi pioneira em adotar o regime de tempo integral diário entre as escolas básicas da cidade de Belém. As atividades pedagógicas eram organizadas de forma a ocupar o tempo de maneira integral. O currículo da escola contemplava as atividades obrigatórias da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) e outras que a escola ofertava como um “conjunto diferenciado de atividades” constituído por atividades culturais, esportivas, artísticas e sociais que visavam à formação mais completa possível de seus alunos (FUNDAÇÃO IBIFAM, 1997). Sobre a organização do tempo integral no CEFI, obtivemos importantes esclarecimentos nos depoimentos dos professores:

As crianças entravam às 7h30 e saíam às 17h30. Pelo horário da manhã, eram ministrados os conteúdos das aulas até às 11h30. Após esse evento, as crianças e professores almoçavam na escola e repousavam até às 14h. Nesse contraturno, eram desenvolvidas atividades culturais, esportivas, artísticas e sociais. Eram oferecidas aulas de natação, musicalização (com aula de violino) e inglês. Além das atividades escolares, os alunos recebiam atendimento médico e odontológico. Projetos de higiene bucal e prevenção de cáries, bem como os cuidados com a saúde eram ensinados e faziam parte da rotina da instituição. A Dra. Heloisa como médica pediatra, a enfermeira e a odontóloga eram pessoas presentes, diariamente, na escola. A organização do calendário anual era adequada aos projetos desenvolvidos pelas professoras (BATISTA, 2018, s. p.)

Aferimos, por meio dos depoimentos das professoras e dos registros fotográficos, que havia estrutura física de apoio completa e uma organização do tempo integral de forma que durante toda a jornada os alunos permanecessem em atividades orientadas pela escola. Portanto, as ações educativas que caracterizavam a organização do tempo e do espaço escolar no CEFI estavam previstas no projeto educativo em forma de programas e projetos desenvolvidos na e pela instituição.

Entre os principais programas desenvolvidos pela escola CEFI estavam os de assistência social como os de natureza médico-odontológica e os de natureza nutricional. Esses programas eram desenvolvidos durante todo o ano letivo e eram orientados por equipe de profissionais especializados no atendimento em tempo integral às crianças. Eram programas permanentes e se justificavam pelo fato de que a maior parte dos alunos era oriunda de famílias de baixa renda. Eram os filhos dos funcionários da indústria IBIFAM que passavam a ter assistência educacional, médica e nutricional completa na escola.

Com relação aos projetos, estes eram emanados das ações curriculares e com frequência confirmada no calendário escolar. Destacam-se os projetos artísticos e culturais (música, artes e inglês), esportivos (natação, judô e futebol), ecológicos (jardinagem e horta escolar), literários e cívico-comemorativos (BATISTA, 2018).

De acordo com Dutra (2018), a proposta educativa da escola CEFI sintetizava uma nova prática escolar, pois atuava para além da instrução obrigatória, incorporando um leque de opções que no entendimento de seus idealizadores e dos educadores contribuía de forma intensa na formação integral de seus alunos. A seguir, apresentaremos a análise dos dados coletados que confirmaram a relação teórico-conceitual e que nos auxiliaram no estudo do objeto de nossa pesquisa.

3 | A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA CEFI

Esta seção apresenta em síntese as prescrições formuladas nos documentos que foram absorvidas pelos agentes internos do CEFI para subsidiar a implementação da educação integral em tempo integral. Buscamos através da análise dessas prescrições, compreender a (s) concepção (ões) e a proposta de educação integral em tempo integral anunciada pela referida escola, para assim respondermos à questão central da pesquisa: como se deu o processo de implementação da educação integral em tempo integral, na experiência pioneira, na escola básica da cidade de Belém?

Para tal compreensão, ancoramo-nos aos estudos acerca dessa concepção realizados por Arroyo (2012), Cavaliere (2009), Coelho (2009), Guará (2006), Moll (2009), Paro (2009), entre outros. Esses estudos nos possibilitaram conhecer e compreender as várias concepções ou perspectivas de educação integral que foram utilizadas como referencial analítico do estudo do objeto em questão.

Diante de uma gama de autores, de conceitos diversos, de diferentes perspectivas e modalidades, referenciamos-nos na concepção da vertente “escola de tempo integral”, anunciada por Cavaliere (2009), pois seus apontamentos sobre educação integral e de tempo integral nos ajudaram concretamente na identificação de palavras ou fragmentos textuais relacionados a essa concepção de educação, no contexto dos documentos da escola CEFI.

4 I CENTRO EDUCACIONAL FUNDAÇÃO IBIFAM (CEFI): AS CONCEPÇÕES REVELADAS

Para caracterizar as concepções reveladas e a perspectiva de educação integral que foi proposta na escola CEFI, analisamos as relações existentes entre a documentação da escola, as entrevistas transcritas e as características do antigo prédio, que, em conjunto com os referenciais teóricos estudados, confirmaram as categorias de análise para caracterizar a concepção de educação integral anunciada naquela instituição (BARDIN, 2016).

Apresentamos, no quadro esquemático 1, a síntese das prescrições associadas à categoria “educação integral” no contexto dos documentos da escola CEFI:

Unidades de Registro	Unidades de Contexto
Assistência educacional	Intenção de criar nesta cidade de Belém uma Fundação destinada a prestar assistência educacional , médica, odontológica, alimentar, inclusive creches aos filhos dos servidores da Instituidora, enquanto estes conservassem a condição de seus servidores (IBIFAM 1).
Serviços de beneficência	“proporcionar outros serviços de beneficência , como também recreativos, esportivos, artísticos e culturais podendo manter escolas e cursos profissionalizantes” (IBIFAM 1).
Atividades a Nível Diferenciado de Educação	“ Atividades a Nível Diferenciado de Educação ” que caracteriza o conjunto dos serviços que eram oferecidos aos alunos: serviços educacionais, socioculturais, transporte, saúde e alimentação (IBIFAM 2).
Desenvolvimento em todas as dimensões (Formação Integral)	A concepção de educação integral do CEFI era o desenvolvimento do aluno em todas as dimensões : emocional, social, intelectual, cultural e física, reconhecendo a aluno como um todo e não fragmentado formando assim, cidadãos críticos e questionadores, no curso de toda a vida (IBIFAM 3).
Amplios serviços prestados	Os serviços prestados extraclasse do CEFI eram amplios : música (diversos instrumentos); esporte (natação, judô, vôlei, futebol); língua estrangeira; atendimento com o dentista (consultório no próprio CEFI); médico pediatra (consultório no próprio CEFI); técnico em enfermagem; psicólogo (também para a família); transporte próprio (4 ônibus escolares); alimentação (café da manhã, almoço, lanche da tarde e pré-janta) (IBIFAM 3).

QUADRO 1 – Categoria: Educação Integral no CEFI

Fonte: Escritura Pública e Estatuto Social (FUNDAÇÃO IBIFAM, 1989); Contrato de Prestação dos Serviços Educacionais (FUNDAÇÃO IBIFAM, 18997); transcrições das entrevistas.

A análise das informações apresentadas no quadro acima nos permite inferir que a concepção de educação prescrita nos documentos da escola CEFI considerava a formação integral entendida como ação que proporcionava aos seus alunos o desenvolvimento amplo nos seus mais diversos aspectos, considerando o físico, o social e o cognitivo. Em função de anunciar um conceito muito amplo de educação, o projeto educativo da escola apoiava-se no desenvolvimento de diversas atividades, otimizando ao máximo a utilização do tempo e espaço e dos recursos disponíveis.

Na experiência do CEFI a concepção de educação proposta foi bem assimilada pelos agentes da escola. O planejamento das atividades era construído coletivamente. O sentimento de participação e de pertencimento foi externalizado por todos – empresário-dirigente, professor e demais funcionários – por meio dos depoimentos. Procuramos em cada situação levantar pontos que pudessem caracterizar o embasamento teórico que sustentou o processo de implementação da educação integral em tempo integral naquela experiência. Em decorrência desse fato, destacamos uma importante expressão presente em um documento que prescrevia a concepção de educação integral praticada na escola CEFI: “Atividades a Nível Diferenciado de Educação”, que caracterizava o conjunto dos serviços que eram oferecidos aos alunos, como educacionais, socioculturais, transporte, saúde e alimentação (FUNDAÇÃO IBIFAM, 1997, s. p.).

Entendemos que se tratava de uma concepção de educação que, dentre os vários fatores presentes no processo formativo do aluno, considerava os interesses, as necessidades e a cultura dos estudantes. Estes eram pertencentes a uma realidade social bastante desfavorecida, pois eram crianças carentes, pertencentes a famílias de baixa renda, filhos dos funcionários da indústria IBIFAM S.A., que em sua maioria residiam nos bairros periféricos Benguí e Tenoné e no Distrito de Icoaraci, em Belém. A ideia central da concepção de educação integral anunciada contribuía para que o indivíduo superasse suas limitações e que pudesse assim se inserir no contexto social de forma mais justa.

Em quase uma década de realizações (1992-1997), foram inúmeras experiências vividas pelos alunos e pelos professores naquela escola. Muitas delas foram relatadas nas falas dos agentes do CEFI ficando a sensação do dever cumprido. O relato a seguir de uma ex-professora e ex-coordenadora pedagógica expressa essa característica no contexto da escola:

O Centro Educacional Fundação IBIFAM – CEFI tinha como premissa filosófica da práxis pedagógica, a perspectiva epistemológica do modelo socio-histórico. A proposta educacional era formar valores humanos, compreendendo o aluno como ser holístico com uma história de vida, situado num tempo, com sua bagagem cultural em constante construção. Dessa forma, o trabalho pedagógico tinha como objetivo oferecer possibilidades, criar espaços de aprendizagens significativas, respeitando o ritmo e experiências de cada um. Favorecer a construção do pensamento, da linguagem (de todas as formas) de forma crítica, inventiva e criativa. O universo cultural daquele educandário era permeado pela diversidade. Reuniam-se crianças de grande poder aquisitivo com crianças extremamente pobres, numa convivência harmoniosa, cheia de alegria, esperança e sonhos. Visando fundamentar a prática pedagógica, realizávamos estudos periódicos com os docentes com o intuito de ampliar o referencial teórico-prático do modelo socio-histórico, na escola construtivista. Naquele momento, o processo ensino-aprendizagem vivenciava uma transformação na concepção do ensinar e aprender, rompendo com modelos tradicionais e rígidos do fazer pedagógico. E, como o CEFI era pioneiro no modelo de educação integral, a equipe técnica formada por pedagogas (supervisora, orientadora e administradora escolar), psicóloga e todos os educadores, uniram esforços na construção coletiva da proposta

educativa numa perspectiva interacionista. Nesse sentido, a formação continuada, buscava favorecer o estudo da gênese do desenvolvimento e da aprendizagem na perspectiva interacionista, possibilitando a atuação do educador como mediador do conhecimento e concebendo o educando como elemento dinâmico e participativo no processo de aprendizagem. (DUTRA, 2018, s. p.).

Sobre o relato acima depreendemos que o CEFI primava por um planejamento global e participativo de suas atividades pedagógicas, fato este que garantia o êxito do projeto educativo da escola em todas as suas dimensões. O importante relato da referida professora sintetiza os fundamentos do projeto educativo da escola. Por meio dele, podemos ressaltar importantes aspectos pedagógicos e do formato da organização daquela instituição.

Os delineamentos da filosofia da escola primavam pela visão de homem e de mundo que se propunha a formar para uma sociedade em constante transformação. Destacamos que o período de existência da escola CEFI ocorreu logo após a abertura democrática no país. Nesse sentido, ao privilegiar essa perspectiva, entendemos que a escola que se construiu tratava-se de um modelo inovador ao pretender dar conta da formação mais completa possível das crianças advindas de condições sociais amplamente desfavoráveis. A concepção de educação integral no CEFI esteve sempre associada ao avanço das dimensões educativas e sociais (DUTRA, 2018).

Para a materialização da concepção de educação integral em tempo integral, tornou-se imperativo que o CEFI considerasse as dimensões espaço e tempo como condição indispensável para essa construção. A seguir, apresentamos, no quadro 2, as características da categoria “tempo escolar” no contexto da experiência do CEFI.

Unidades de Registro	Unidades de Contexto
Creche em tempo integral	A Fundação IBIFAM destinava-se a prestar serviços educacionais inclusive com creche em tempo integral aos filhos dos servidores da Instituidora (IBIFAM 1).
Tempo integral	Os serviços educacionais eram ofertados em tempo integral , no horário de 7h30 às 17h, período este de permanência da criança na escola (IBIFAM 2).
Professor em tempo integral	Os professores eram de tempo integral , todos eram contratados com tempo integral. Eu inclusive fui convidada a morar na escola. Morei 7 anos numa casa que eu podia deixar aberto, na hora que eu entrasse e voltasse ninguém chegou à porta, porque era dentro da propriedade, tinha vigilância 24 horas. Todos os professores eram de tempo integral, até os especializados. (IBIFAM 3).
Dia inteiro de atividades	Aí a criança passava o dia inteiro lá, se alimentava, tinha assistente, enfermeira, assistente social. Tudo isso! Quando era hora de tocar a sirene às 5 horas, aí elas iam ver o que precisava nas crianças e levavam todas elas ao nosso ônibus e voltava (IBIFAM 3).

A organização do tempo integral	A organização do tempo integral se dava através de um trabalho planejado e organizado pelas equipes responsáveis. O tempo era devidamente respeitado. Entrada das crianças 7h30 (ônibus da Fundação): café da manhã. Sala de aula. Parque. Atividades na horta. Viveiro, biblioteca, artes. Higiene pessoal. Almoço. Descanso. Lanche. Aula extraclasse: natação, educação física, judô e balé. Banho. Pré-janta. Saída 17h (IBIFAM 3).
---------------------------------	--

QUADRO 2 – Categoria: tempo escolar no CEFI

Fonte: Escritura Pública e Estatuto Social (FUNDAÇÃO IBIFAM, 1989); Contrato de Prestação dos Serviços Educacionais (FUNDAÇÃO IBIFAM, 18997); transcrições das entrevistas.

O conjunto das mensagens organizadas no quadro esquemático originador da presente categoria – tempo escolar – nos remete ao seguinte comentário: a adoção do tempo escolar ampliado – tempo integral – constituía característica primordial na execução do projeto educativo do CEFI.

Dessa forma, a organização das atividades escolares em um tempo integral (superior a sete horas) caracterizava esse projeto educativo como pioneiro, até então, na cidade de Belém, no sentido de um maior tempo diário de permanência dos alunos e dos professores na escola com efetivo trabalho educativo. Muito diferente do padrão de tempo escolar proposto pelo programa atual do governo estadual para a escola de tempo integral no Pará.

E por que a opção do maior tempo diário na escola naquela experiência? O tempo integral era entendido como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

Na experiência do CEFI o tempo integral também atendia plenamente as demandas sobre as novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher. Na fábrica IBIFAM cerca de 90% da força de trabalho era formada por mulheres, que, geralmente, eram mães. As mães trabalhadoras da fábrica IBIFAM, como já dissemos, podiam deixar seus filhos com segurança, o dia todo, na escola. Assim, a questão do tempo integral nessa experiência assume, particularmente, uma dimensão concreta que transcende a questão meramente cronológica.

Ressaltamos a importância imensurável da permanência das crianças no tempo integral: eram os filhos dos (as) trabalhadores (as) que frequentavam, diariamente, em tempo integral, o espaço escolar do CEFI, pois isso oportunizou experiências únicas de vivências educativas formais, proporcionando o chamado “efeito escola” na vida daqueles pequenos indivíduos. A respeito da organização do tempo na experiência do CEFI um importante depoimento veio corroborar nossas análises:

Considerando que o conhecimento não se dá de forma fragmentada, a proposta de trabalho era organizada a partir de projetos pedagógicos ou temáticas bimestrais. No qual todas as linguagens do conhecimento eram trabalhadas a partir de um único tema. Vale destacar, que nem sempre o que foi pensado e idealizado, aconteceu na prática de forma efetiva. Houve erros e acertos, construções, desconstruções e reconstruções da organização do trabalho. A escola é (era) um espaço vivo em todos os sentidos e, por isso, a organização

da jornada integral também recebeu adaptações e modificações. Contudo, tendo referencial teórico como norte, as ações foram definidas, sobretudo a partir do terceiro ano de trabalho, isso também porque a equipe técnica ficou mais definida e permanente, conduzindo de forma mais segura o corpo docente. Os alunos tinham aulas sistematizadas com o conteúdo do currículo regular de ensino e atividades extraclasse. Natação, judô, inglês, artes (plásticas, cênicas, música), educação física, também havia atendimento de orientação e reflexões com a orientadora educacional e/ou psicóloga. Além disso, os horários eram bem definidos com alimentação (desjejum, lanche, almoço, lanche e pré-jantar), higiene (banho acompanhados por baby sitters), do descanso (as crianças dormiam/momento de descanso), atendimento médico odontológico e atividades cívicas, havia o dia do hino nacional. (DUTRA, 2018, s. p.)

Dessa forma, o CEFI concebia em seu projeto educativo que preparar o indivíduo para a vida democrática na sociedade complexa era também função da escola e, sendo assim, o tempo integral era um grande aliado. O maior tempo de convivência no espaço escolar proporcionava maiores experiências de cumprimento das regras, do código de conduta, de compartilhamento e de reflexão na vivência coletiva. Assim, as atividades ligadas às necessidades básicas (alimentação, higiene e saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva e à tomada de decisões eram potencializadas no convívio cotidiano e adquiriam uma enorme dimensão educativa e assistencial.

Foi nesse sentido que percebemos a importância da gestão do tempo integral para o alcance dos objetivos educacionais propostos naquela instituição de ensino. O tempo integral assumia diferentes dimensões educativas na experiência do CEFI. No quadro 3, apresentaremos as características da categoria “Espaço Escolar” no contexto das experiências do CEFI.

Unidades de Registro	Unidades de Contexto
Arquitetura diferenciada	Logo à entrada percebia-se o diferencial pela arquitetura inusitada e adaptada ao clima quente e úmido. Recepção e salas da equipe técnica em espaço habitual dividido por setores e além de salas de aula havia de inovador a sala para atendimento de enfermagem e até mesmo uma sala para atendimento médico, além do psicológico também! (IBIFAM 3).
Estrutura física completa	O espaço da escola era grande, arejado e com uma estrutura física maravilhosa . Foi construído para ser essa escola, diferente de muitas escolas que são em prédios adaptados. As salas de aulas eram bem iluminadas e ventiladas (IBIFAM 3).
Amplios ambientes naturais	A área verde tinha piscina, viveiro, um campinho, espaço livre com muitas árvores e com parque , quadra de esporte. Além das salas de aula, parte da educação infantil era abrigada em colméias (salas conjugadas lembrando colméias), refeitório maravilhoso com cozinha industrial. Na ala administrativa, tinha biblioteca, sala da direção, sala da psicóloga, secretaria, equipe técnica, enfermaria e consultório médico (com uma médica pediátrica e enfermeira permanente) (IBIFAM 3).

QUADRO 3 – Categoria: espaço escolar no CEFI

Fonte: Escritura Pública e Estatuto Social (FUNDAÇÃO IBIFAM, 1989); Contrato de Prestação dos Serviços Educacionais (FUNDAÇÃO IBIFAM, 1997); transcrições das entrevistas.

Os fragmentos textuais acima nos permitem chegar à constatação de que, para colocar em prática o projeto educativo da escola CEFI, a Fundação IBIFAM criou condições infraestruturais completas, capazes de dar suporte ao desenvolvimento de todas as atividades previstas e, de forma específica, ao processo de implementação da educação integral em tempo integral. Essa ideia de organização espacial da escola foi confirmada pelo depoimento da funcionária Márcia Uchoa, encarregada do setor financeiro da escola:

O espaço geográfico do CEFI era muito grande, arborizado e setorizado, com a área administrativa à frente (diretorias pedagógica e administrativa, secretaria, sala dos professores, sala dos técnicos em educação, tesouraria/contabilidade, biblioteca, consultório e sala de enfermagem; a partir desse prédio para o lado direito havia uma piscina cercada, cozinha, refeitório e uma área muito grande ao ar livre para eventos; ao lado esquerdo, havia três salas em forma de hexágono para o maternal, jardim I e II, banheiros para atender esses alunos e uma área ao ar livre com brinquedos relativos a essa faixa etária para recreação; em seguida no mesmo lado esquerdo, havia sequências de salas do primeiro ao quinto ano do Ensino fundamental e atrás ainda na lateral esquerda, salas do sexto ao oitavo ano do ensino fundamental (daquela época) e aos fundos, salas do ensino médio, cada ala com respectivos lugares de recreação; ao centro tinha um espaço coberto para eventos; a quadra de esportes coberta, ficava no lado esquerdo do terreno (UCHOA, 2018, s. p.).

O espaço escolar da instituição contemplava todos os requisitos para o desenvolvimento de seu projeto educativo com conforto e segurança para as crianças. A ideia sempre foi o de proporcionar as melhores condições possíveis para que os profissionais desenvolvessem suas atividades da melhor forma e contribuir, assim, na formação integral das crianças. O espaço escolar foi concebido para oferecer as melhores condições possíveis para que os filhos dos trabalhadores da indústria IBIFAM, dentro do ambiente escolar, pudessem ter uma formação de qualidade, fruto do investimento em educação daquele empreendimento privado. De acordo com as falas dos agentes, a concepção de educação integral em tempo integral exigia para a sua plena concretização, um espaço escolar completo e muito bem equipado, uma vez que as crianças permaneciam em tempo integral na escola. Percebemos que existia um planejamento quanto à organização e à utilização do espaço físico, de forma que o projeto educativo pudesse ser colocado em prática em condições amplamente favoráveis.

A estrutura física do CEFI se caracterizou por ter sido concebida, planejada e construída como espaço nitidamente escolar. Em um amplo terreno foi edificada um espaço escolar térreo, moderno e completo com todos os equipamentos necessários ao desenvolvimento daquele projeto educativo. O projeto arquitetônico da escola da Fundação IBIFAM em muito lembrava as estruturas dos CIEPS do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 1986). Assim, considerando o exposto, podemos afirmar que a experiência da escola CEFI, em seu tempo histórico e em função de sua natureza, concepção e finalidades já se aproximava dos princípios orientadores da educação em tempo integral propostos, atualmente, pelos

especialistas do NEEPHI, destacando entre eles Cavaliere e Coelho (NEEPHI, 2018).

A contextualização dos achados da pesquisa, a partir das análises dos documentos da escola, ressaltou as principais características do processo de implementação da educação integral em tempo integral na experiência pioneira do CEFI na cidade Belém. Tais achados nos permitiram tecer considerações finais do estudo, que serão apresentadas a seguir.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta o resultado da investigação sobre o processo de implementação da concepção de educação integral em tempo integral na experiência pioneira da escola CEFI na cidade de Belém, revelando as concepções que balizaram aquela experiência na rede de ensino básico. Realizadas as análises por meio das fontes documentais, constatamos que o projeto educativo da escola CEFI já sinalizava um modelo de arranjo que hoje concebemos por educação integral em tempo integral.

O CEFI apresentava objetivos educacionais que almejavam a formação mais completa possível dos seus alunos. Em função disso, contava para essa materialização com excelentes condições materiais e recursos humanos e primava pela organização do tempo e do espaço escolar disponíveis, constituindo formatos específicos. Portanto, a escola apresentava estrutura de funcionamento adequada, oferecendo desde o início da implantação de seus projetos suporte para a concretização da anunciada proposta educativa.

Inicialmente, os documentos revelavam marcas de um projeto educativo estruturado com toda formalidade e complexidade nos arranjos da organização do tempo e do espaço escolares, fato esse que já suscitava um olhar diferenciado para a experiência da escola CEFI. Algo de expressivo precisava ser revelado. Toda escola expressa em suas ações um projeto de mundo e de pessoa e projeções para o futuro. Assim, foi possível percebermos, mesmo de forma preliminar, as características das dimensões da concepção de educação integral em tempo integral que embasaram a materialização daquele projeto educativo que se anunciava naquele período histórico. Entretanto, precisávamos ir um pouco mais além para responder a inquietação da pesquisa: como se deu o processo de implementação da educação integral em tempo integral naquela experiência pioneira?

O primeiro passo para a compreensão do nosso objeto de estudo se deu a partir dos estudos sobre as concepções teóricas de educação integral em tempo integral basilares das propostas e das ações adotadas na escola básica brasileira partindo das experiências das primeiras décadas do século XX. Em seguida, partimos para o estudo das diversas experiências escolares que, de forma direta ou indireta, anunciavam em seus projetos a educação integral em tempo integral ao longo de nossa história em busca da caracterização de concepções influenciadoras de suas práticas e, principalmente, como se

dava os arranjos na relação tempo-espaço nas diferentes modalidades adotadas. Nesse contexto, experiências muito expressivas no passado foram estudadas, tais como o Centro Educacional Carneiro Ribeiro - CECR (TEIXEIRA, 1959), Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs (RIBEIRO, 1986), entre outras.

Percebemos que aquela experiência do CEFI já anunciava em seus projetos uma concepção de educação voltada para a formação mais completa possível dos cidadãos em tempos-espaços ampliados e diversificados em sua estrutura física, nos equipamentos e no pessoal especializado. Naquelas experiências, era muito ressaltado o aspecto do tempo integral e do espaço escolar como requisitos fundamentais para o cuidado e a formação dos alunos. O espaço escolar era concebido como o espaço de excelência para o desenvolvimento do ato educativo. Buscamos, também, a compreensão do objeto de estudo nas experiências mais contemporâneas de educação integral em tempo integral realizadas em cidades dos diferentes estados brasileiros. Constatamos que as experiências ocorrem sob uma diversidade de modalidades e sustentadas por diferentes concepções.

Por fim, realizamos estudo dos marcos legais – CF/88 (BRASIL, 2012), ECA/90 (BRASIL, 1990), LDB/96 (BRASIL, 2017), entre outros –, para compreender os avanços do entendimento conceitual e as garantias legais para a materialização de projetos de educação integral em tempo integral nas escolas básicas, públicas e privadas, em nosso país.

Desse modo, com base nesse entendimento, procuramos extrair dos documentos do CEFI palavras e frases que em seus contextos expressavam e caracterizavam o projeto de educação integral em tempo integral daquela escola. Assim, após análise, inferimos que não se tratava de uma concepção e, sim, de concepções. A experiência do CEFI se embasava em concepções de educação integral sob diferentes dimensões: educação integral como formação integral do ser humano, educação integral na perspectiva de tempo integral e educação integral e inclusão social.

Entretanto, percebemos que existia uma tendência predominante em que a anunciada concepção de educação integral, quando colocada em prática através do projeto pedagógico do CEFI, tinha uma marca própria em um misto de concepções que se definia como a formação integral dos alunos, com um maior tempo qualificado de trabalho escolar e com a oferta de diversas atividades e acesso a mais saberes em diferentes áreas, que complementavam o currículo básico obrigatório e que promoviam a melhor formação possível dos alunos.

Podemos inferir, de forma precisa, que a proposta de projeto educativo anunciava o desenvolvimento dos alunos nos aspectos cognitivos, sociais e afetivos, que os capacitava para a inserção futura na sociedade como cidadãos e até mesmo como profissionais.

O estudo da experiência do CEFI, pioneira de educação integral em tempo integral na cidade de Belém, ilustra questões de ordem teórica, prática e institucional. Assim, de todas as entrevistas, dos depoimentos e de cada documento analisado, procuramos extrair

o máximo de informações sobre o cotidiano daquela realidade. E, então, inferimos que se tratava de uma escola que apresentava perfil organizacional que a diferenciava do formato convencional, fato esse que garantiu o caráter de pioneirismo e de inovação ao projeto do CEFI com relação à infraestrutura física, à proposta pedagógica e à organização do tempo e do espaço no ambiente escolar.

Hoje, olhamos para o futuro em busca de algo que já vivenciamos no passado. Nossa pesquisa deixa um importante registro sobre a experiência do CEFI, contribuindo, assim, para futuras investigações sobre outras experiências nessa importante temática contemporânea da educação básica brasileira: a educação integral.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 33-45.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Leda Maria Sampaio. **Leda Maria Sampaio Batista**: depoimento. [julho, 2018]. Entrevistador: Reginaldo do Socorro Martins da Silva. Belém-PA: PPEB-NEB-UFGPA, 2018. 1 arquivo. E-mail, 2p. Entrevista concedida para a pesquisa de dissertação de mestrado.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF, 1990

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 14. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 51-63. abr. 2009.

COELHO, Lúcia Martha Coimbra da Costa. História (s) da educação integral. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 83-95, 2009.

DUTRA, Josefa Antônia de Sousa. **Josefa Antônia de Sousa Dutra**: depoimento. [agosto, 2018]. Entrevistador: Reginaldo do Socorro Martins da Silva. Belém-PA: PPEB-NEB-UFGPA, 2018. 1 arquivo. E-mail, 2p. Entrevista concedida para a pesquisa de dissertação de mestrado.

FUNDAÇÃO IBIFAM. **Escritura Pública de constituição da Fundação IBIFAM**. Belém: Cartório Diniz, 1989.

FUNDAÇÃO IBIFAM. **Contrato de Prestação de Serviços Educacionais**. Centro Educacional Fundação IBIFAM. Belém, 1997.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, n. 2, p. 15-24, 2. sem. 2006.

KALUME, Elias Gatasse. **Elias Gatasse Kalume**: depoimento. [dezembro, 2017]. Entrevistador: Reginaldo do Socorro Martins da Silva. Belém-PA: PPEB-NEB-UFPA, 2017. 1 arquivo. iPhone (50min). Entrevista concedida para a pesquisa de dissertação de mestrado.

MATOS, Ana Maria Silva. **Ana Maria Silva Matos**: depoimento. [março, 2018]. Entrevistador: Reginaldo do Socorro Martins da Silva. Belém-PA, 2018. 1 arquivo. iPhone (56min). Entrevista concedida para a pesquisa de dissertação de mestrado.

MARTINS, Alcireza Leal. **Alcireza Leal Martins**: depoimento. [agosto, 2018]. Entrevistador: Reginaldo do Socorro Martins da Silva. Belém-PA: PPEB-NEB-UFPA, 2018. 1 arquivo. E-mail, 1p. Entrevista concedida para a pesquisa de dissertação de mestrado.

MELO, Osvaldo. Discurso no congresso nacional. **Diário dos Trabalhos Revisoriais**, Brasília, DF, ano 2, n. 70, p. 4330-4331, 1994.

MOLL, Jaqueline. **Série Mais Educação. Educação Integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC, SECAD, 2009.

NEEPHI. **Educação em Tempo Integral: Pressupostos para Educação Básica**. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos – Tempos, Espaços e Educação Integral (UNIRIO), 2018. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppgedu/neephi>. Acesso em: 21 jul. 2018

PARO, Vitor Henrique. Educação Integral em Tempo Integral: uma concepção de educação para a modernidade. In: COELHO, Lígia Martha C. da Costa. (Org.). **Educação Integral em Tempo Integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii: FAPERJ, 2009, p. 13-20.

RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

SILVA, Osiris; SILVA, Eva. **Osiris Silva e Eva Silva**: depoimento. [agosto, 2018]. Entrevistador: Reginaldo do Socorro Martins da Silva. Belém-Pa: PPEB-NEB-UFPA, 2018. 1 arquivo. E-mail, 1p. Entrevista concedida para a pesquisa de dissertação de mestrado.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 78-84, jan./mar. 1959.

UCHOA, Márcia Cristina de Oliveira. Márcia Cristina de Oliveira Uchoa: **depoimento**. [agosto, 2018]. Entrevistador: Reginaldo do Socorro Martins da Silva. Belém-Pa: PPEB-NEB-UFPA, 2018. 1 arquivo. E-mail, 1p. Entrevista concedida para a pesquisa de dissertação de mestrado.

CAPÍTULO 3

ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VELHICE ENTRE OS SUJEITOS VELHOS DA CIDADE SENHOR DO BONFIM – BA

Data de aceite: 01/02/2022

Valéria Cunha Rodrigues

Estudante do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço e do Laboratório de Geografia Humana da UNIVASF

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega

Professor do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco, líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço e Coordenador do Laboratório de Geografia Humana da UNIVASF

RESUMO: Com a ampliação da longevidade da vida humana, observa-se a necessidade de estudar a representação social da velhice entre os sujeitos velhos como instrumento para auxiliar na construção de reflexões sobre a geografia do envelhecimento da cidade de Senhor do Bonfim – BA. As representações sociais indicam reflexos da vida cotidiana materializada no espaço geográfico, contribuindo o entendimento o seu processo de (re)produção. Esta pesquisa foi fundamentada a partir de reflexões do mundo vivido, baseado na teoria da produção social do espaço de Henri Lefebvre (2006) e utilizou-se da ferramenta de análise da representação social apresentada por Serge Moscovici (1978), apoiando a construção de análise do discurso (AD) e mapas conceituais. De modo geral, o

resultado revelou uma tentativa por parte dos participantes em caracterizar uma representação para um outro que não a si mesmo, sustentando a ideia de negatividade em torno da velhice.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia do Envelhecimento, Envelhecimento Humano, Representação Social da Velhice.

ASPECTS OF SOCIAL REPRESENTATION OF OLD AGE AMONG THE OLD SUBJECTS OF THE CITY LORD DO BONFIM - BA

ABSTRACT: The expansion of the longevity of human life, there is a need to study the social representation of old age among elderly subjects as an instrument to help in the construction of reflections on the geography of aging in the city of Senhor do Bonfim – BA. Social representations indicate reflections of everyday life materialized in geographic space, contributing to the understanding of its (re)production process. This research was based on reflections on the lived world, based on the theory of social production of space by Henri Lefebvre (2006) and used the social representation analysis tool presented by Serge Moscovici (1978), supporting the construction of analysis of speech (AD) and concept maps. Overall, the result revealed an attempt by the participants to characterize a representation for someone other than themselves, supporting the idea of negativity around old age.

KEYWORDS: Aging of Geography, Human Aging, Social representation of old age.

INTRODUÇÃO

Não é mais novidade que nas últimas décadas a humanidade tem acompanhado um aumento significativo na quantidade de pessoas mais velhas, ou seja, que vivem para além do marcador dos 60 anos de vida. Os fenômenos que dão conta de explicar o aumento do tempo de vida dos seres humanos são múltiplos, mas verificamos uma notória baixa na taxa de fecundidade concomitante com o aumento da expectativa de vida em várias partes do mundo, além da diminuição da mortalidade – tanto infantil, quanto de adultos –, algo também vivenciado no Brasil (COSTA & FREITAS, 2010).

De acordo com os últimos dados projetados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020) a expectativa de vida ao nascer passou de 73,86 em 2010 para 76,50 em 2019, podendo chegar no ano de 2060 a 81,04.

Segundo Magnabosco-Martins, Viseu- Camargo e Biasus (2009) em 2008 a faixa etária mais crescente em proporção no Brasil já era a faixa de pessoas com 60 anos ou mais.

Diante dos dados de Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação (2010- 2060) feito pelo IBGE (2020), esse crescimento fica ainda mais claro ao observar que entre os anos de 2010 a 2019 houve uma queda na participação relativa dos grupos etários de jovens (até 14 anos). Nesse mesmo período a População em Idade Ativa –PIA (15 - 64 anos) apresentou um considerável aumento, o que não anima muito ao levar em consideração os anos seguintes. A longo prazo, as projeções indicam perspectiva de baixa ainda mais expressivas até o ano de 2060 para estes grupos populacionais, ao mesmo tempo em que apontam a ampliação da participação do grupo de velhos na estrutura etária do Brasil.

Com base nos dados do IBGE (2020) durante os anos de 2010 a 2019 a evolução do grupo etário dos jovens (até 14 anos) caiu de 24,69% para 21,10%, com a perspectiva de que em 2060 esse número chegue a 14,72%. O mesmo acontece com a PIA, que apesar de sair de 67,99% em 2010 para 69,38% em 2019, tende a baixar ao longo dos anos podendo chegar a 59,80% em 2060. Enquanto isso, o grupo dos sujeitos velhos passou de 7,32% em 2010 para 9,52% em 2019, esperando alcançar 25,49% em 2060.

Diante do exposto, vale a pena salientar que ainda que a longevidade represente progresso e uma grande conquista alcançada nos últimos tempos, ela também desperta muitos questionamentos, dentre eles a forma com que esse prolongamento do tempo real de vida dos seres humanos é compreendido pelas sociedades contemporâneas (VELOZ, NASCIMENTO-SCHILZE E CAMARGO, 1999). Em países com grandes desigualdades sociais, como as apresentadas no Brasil, ampliar o número de pessoas acima dos 60 anos na população não está diretamente relacionando a uma melhoria nas condições sociais de vida, notadamente percebemos cenários de grande vulnerabilidade social entre os sujeitos mais velhos.

Ao observar um conjunto complexo de elementos ampliando as questões sociais a respeito do processo de envelhecimento e a manutenção da vida da pessoa velha no mundo moderno, dentre os novos desafios, destaca-se que a vida dos sujeitos velhos tem sido reinventada cada vez mais dentro de um contexto capitalista, o que provoca um modo de pensar a velhice também capitalista (COSTA & FREITAS, 2010).

Muitas são as sociedades que atribuem aos seus grupos crenças e valores ligados à competitividade, capacidade de trabalho, independência e autonomia funcional, dos quais nem sempre as pessoas velhas conseguem executar, uma vez que frequentemente a velhice traz consigo muitas mudanças biológicas ao corpo dos sujeitos, por vezes associadas a perdas. A construção de parte dessas crenças se dá através das representações, que diariamente se molda nos diálogos trocados entre os grupos (VELOZ, NASCIMENTO-SCHILZE E CAMARGO, 1999).

Sendo essas representações resultantes de um modo de vida socialmente construída por esses sujeitos envelhecetes, serão elas também norte para a realização deste trabalho intitulado “Por uma Geografia do Envelhecimento: Estudo sobre a representação social da velhice entre os sujeitos velhos da cidade de Senhor do Bonfim – BA”, e que tem como problema determinante da pesquisa a necessidade de se discutir as questões expostas já no título, de modo a compreender e traçar uma Geografia do Envelhecimento dentro da cidade de Senhor do Bonfim- BA.

SOBRE REPRESENTAÇÃO SOCIAL E VELHICE: NOTAS TEÓRICAS

As representações surgem da necessidade do ser humano de se reconhecer e compreender o mundo do qual pertence. Nessa busca, faz-se necessário um conjunto de análises e ajustes perante as circunstâncias e problemas que vão sendo apresentados, de modo a solucioná-los. Uma vez que vivemos em sociedade, dividindo o mundo com outras pessoas e nem tudo pode ser totalmente feito com autonomia, construímos, em meio à vida cotidiana, representações também sociais. É a partir delas que as interpretações e definições feitas em conjunto ajudam a diferenciar melhor os aspectos diariamente manifestados, facilitando assim a forma de encará-los (JODELET, 2001).

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a

construção social da nossa realidade (SÊGA, 2000, p. 128- 129).

Essa realidade socialmente construída a partir das representações sociais se torna comum a todos que a compartilham, de modo que os indivíduos se reconhecem e se entendem a partir dela, transmitindo e recriando por meio da comunicação interpessoal os saberes articulados no cotidiano, bem como aqueles que antecederam a sua cultura (SANTOS, TURA E ARRUDA, 2013).

Quando os indivíduos se encontram para falar, expressar opiniões, argumentar, discutir o cotidiano, produzir e difundir conhecimentos sobre o mundo, esses conhecimentos passam a orientar seus comportamentos e do grupo ao qual pertencem, bem como suas relações individuais e com os outros grupos (COSTA, 2006, p. 7).

É na troca, no compartilhar com o outro que nasce as representações, o que explica a sua compreensão vinculada às condutas de valores, crenças, opiniões e atitude e que como bem indicou Oliveira, Paiva e Valente (2006, p.474) “manifestam através de estereótipos, sentimentos, atitudes, palavras, frases e expressões. É um conhecimento do “senso comum”, socialmente construído e partilhado, diferente do conhecimento científico, que é reificado e fundamentalmente cognitivo.”

Serpa (2014) na tentativa de explicar o conceito de representação social por Henri Lefebvre (2006), afirma que as representações sociais são ferramentas de comunicação e recriação do mundo, aproximando-as a realidade, sem, no entanto, substituir o mundo vivido. E quando substituído pelo concebido, a representação passa a ser ideologia.

O conceito de representação social nasce na sociologia, derivando-se da “representação coletiva” apresentada pelo sociólogo Durkheim. Segundo Alexandre (2004, p.9- 130- 131):

as categorias básicas do pensamento teriam origem na sociedade, e que o conhecimento só poderia ser encontrado na experiência social, ou seja, a vida social seria a condição de todo pensamento organizado e vice-versa. [...] A “representação coletiva”, segundo Durkheim²², não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, mas são, mais do que isso, um novo conhecimento é formado, que supera a soma dos indivíduos e favorece uma recriação do coletivo. Uma função primordial da “representação coletiva” seria a transmissão da herança coletiva dos antepassados, que acrescentariam às experiências individuais tudo que a sociedade acumulou de sabedoria e ciência ao passar dos anos.

Apesar da contribuição de Durkheim com a representação coletiva foi Moscovici (1961) quem deu ênfase ao conceito de representação social, ao renovar e até divergir em alguns momentos com as ideias de Durkheim. Para Moscovici (1961) o indivíduo não se limita aos conhecimentos coletivos herdados de seus antepassados, ele exerce influência ativa na construção social, ao mesmo tempo em que esta também auxilia na sua própria construção (JODELET, 2001; ALEXANDRE, 2004). É a partir dessa conceitualização que em 1961 surge a Teoria das Representações Sociais moscoviana, com a publicação de *Psychanalyse: son image et son public*, distinguindo-se por apresentar um pensamento

social resultante de experiência, crenças e de trocas de informações na vida cotidiana (...) (PAVARINO, 2003).

A Teoria das Representações Sociais TRS operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Partia da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, guiadas por objetivos diferentes, formas que são móveis, e define duas delas: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo.

(...) O universo consensual seria aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna. Ambas, portanto, apesar de terem propósitos diferentes, são eficazes e indispensáveis para a vida humana. As representações sociais constroem-se mais frequentemente na esfera consensual, embora as duas esferas não sejam totalmente estanques (ARRUDA, 2002, pg. 129).

A teoria psicossociológica das representações sociais, é então fundamenta nos conhecimentos gerados a partir das relações sociais e que são naturalizados em um meio social pelo seu compartilhamento. Esses conhecimentos, frequentemente construídos no universo consensual é aquele do senso comum (SANTOS, TURA E ARRUDA, 2013).

A teoria das representações sociais de Moscovici (1961) é composta por dois processos que exercem grande destaque na construção de tais representações, a objetivação e a ancoragem. Nas palavras de Mazzotti (2002, pg. 18), a objetivação e a ancoragem são descritas por seu criador como:

(...) processos sociocognitivos, dialeticamente relacionados, que atuam em sua formação [...]. Para compreendê-los, é preciso lembrar que, para Moscovici a estrutura da representação tem duas faces tão indissociáveis como os dois lados de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica. Isto implica dizer que, na atividade representativa, a cada figura corresponde um sentido e a cada sentido, uma figura. Assim, os processos formativos têm por função destacar uma figura e atribuir-lhe um sentido, ancorando-a no sistema de crenças e valores pré-existente no grupo; mas têm sobretudo a função de duplicar um sentido por uma figura, dando-lhe materialidade, ou seja, objetivando-a.

A objetivação é, portanto, o processo responsável por dar vida ao que foi conceituado ou idealizado, tornando-o real, enquanto a ancoragem vai analisar e nomear esses conceitos e ideias, dando-lhes significados possíveis de serem inseridos na compreensão de mundo de seus grupos sociais, ou seja, “a objetivação transfere a ciência para o domínio do ser e a ancoragem a delimita ao domínio do fazer, a fim de contornar o interdito de comunicação” (MOSCOVICI, 1978, pg. 174).

O envelhecimento quando pensado enquanto processo se apresenta como última etapa de um longo percurso dividido por fases, sendo estas classificadas de infância, juventude, vida adulta e velhice (FERNÁNDEZ, 2007; KARPF, 2015). Em áreas de estudo como a Psicologia o conceito mais usual do envelhecimento também se baseia

no curso de vida, ou ainda *lifespan*, que vai ser compreendido como algo que faz parte da trajetória da vida dos seres e que ao mesmo tempo é composto tanto de ganhos quanto de perdas. (MAGNABOSCO-MARTINS, VISEU- CAMARGO E BIASUS (2009). Muitas são as pesquisas em torno do envelhecimento e as representações que são construídas nessa e sobre essa fase da vida. Contudo, o que se observa é uma velhice representada tanto para quem a vive quanto para sociedade, sob um olhar de perdas não somente físicas, como também sociais.

Pesquisas como a de Veloz, Nascimento-Schilze e Camargo (1999) mostram o quanto a perda ainda é ligeiramente associada à velhice. Nela foram encontrados três tipos de representação social do envelhecimento, resultantes de entrevistas com 37 pessoas que tinham idade entre 52 e 92 anos; a primeira foi uma representação doméstica e feminina, em que se destacava a perda dos laços familiares, a segunda apontou para uma representação masculina, voltada para a atividade e conseqüentemente a perda do ritmo de trabalho e a terceira e última uma representação pautada no desgaste humano. Não tão distantes foram os resultados de outras pesquisas como de Magnabosco-Martins, Viseu- Camargo e Biasus (2009) ou ainda Santos, Tura e Arruda (2013) que tiveram como resultado de seus trabalhos representações das quais muitas vezes os sujeitos não se identificavam por se negarem a ser velhos.

Costa e Freitas (2010) relacionam as representações sociais sobre a velhice a um conjunto dinâmico que não somente provoca interpretações, mas principalmente à renovação da velhice na conjuntura pós-moderna. Segundo elas, as representações foram desenvolvidas por sujeitos sociais como estratégia para enfrentar a problemática da velhice com o intuito de construir uma representação da terceira idade comum a todos. O resultado desse processo socialmente mediado é o próprio reflexo do modo capitalista de pensar as relações entre os indivíduos.

Outras pautas também podem ser levantadas a partir dessas discussões e que dão mais ênfase às construções das representações sociais, como os estereótipos criados sobre a velhice e a forma como a sociedade lida com o envelhecimento e seus sujeitos. Para Martins e Rodrigues (2004) os estereótipos criados e valorizados acabam por construir uma representação da velhice socialmente *gerontofóbica*, influenciando na própria forma dos sujeitos velhos se enxergarem e de enxergarem todo processo que envolve a velhice. Isso é claramente perceptível, tanto nas pesquisas feitas com os velhos e/ou não- velhos, quanto nas relações cotidianas.

No que se refere ao posicionamento da sociedade em torno da velhice e as condições que esta apresenta aos sujeitos velhos, em muito ainda se reflete nas falas de quem a experimenta como na própria exposição feita por Beauvoir (1990, p.265). Em suas palavras, a sociedade “fecha os olhos para os abusos, os escândalos e os dramas que não abalam seu equilíbrio”. Horn (2013, p. 16) vai dizer que:

A sociedade contemporânea é marcada pela cultura da imagem. A imagem negativa

que se construiu nos primórdios do século XVIII contribuiu para a assunção da ideia de que o sujeito só é válido se for jovem e bonito, rejeitando-se aqueles que não correspondem aos quesitos da sociedade. A subjetividade na contemporaneidade é marcada por traços narcísicos, pois a produção em massa e o mercado de consumo estão direcionados à imagem, assim como a relação entre os sujeitos. O consumo voltado para o corpo revela uma aversão em que a velhice pode ser colocada e vista como um temor, uma rejeição. Como podemos perceber, os valores colocados para a sociedade de hoje mostram uma sociedade de jovens, fazendo com que se esqueça que atualmente a população está vivendo mais e melhor, e que hoje os velhos já são a maioria. Por esse motivo é possível perceber que há uma discordância muito grande quanto ao olhar e estrutura da sociedade atual em relação aos idosos.

Mesmo com toda dificuldade, a luta para romper esse ciclo tende a ser cada vez mais forte, ainda que em passos lentos, impulsionada pela busca da tão desejada, digna, plena e feliz “bela velhice” defendida por Goldenberg (2013), quem sabe assim possa ser construídas representações do envelhecimento das quais os indivíduos se reconheçam e se orgulhem.

COMO FORAM CONSTRUÍDOS OS MAPAS CONCEITUAIS DA ANÁLISE?

Os mapas conceituais são ferramentas essenciais para auxiliar na interpretação e organização de estudos. Gava, Menezes e Cury (2003) vão dizer que essas ferramentas que são metacognitivas por si só apresentam as informações de forma mais prática, sendo assim um ferramental muito importante para expressar o conhecimento. Eles ainda descrevem os mapas conceituais como sendo:

(...) representações gráficas de conceitos, semelhantes a diagramas, em um domínio específico de conhecimento, construídos de tal forma que os relacionamentos entre os conceitos são evidentes. Ou seja, eles representam conceitos e suas ligações (relacionamentos) na forma de um mapa, onde os nós são os conceitos e os links entre dois nós os relacionamentos entre os conceitos (GAVA, MENEZES E CURY, 2003, p.3).

Assim, uma das estratégias metodológicas adotadas para entender o significado da velhice entre os sujeitos velhos foi a construção de esquemas e imagens que auxiliaram na organização das palavras e dos significados apresentados pelos sujeitos pesquisados, dando uma maior visibilidade e confiabilidade entre aquilo que foi dito com o que foi analisado. Ao final da construção dos mapas conceituais os principais elementos da fala dos sujeitos puderam ser identificados e analisados sem muitos desvios. Além disso, eles possibilitaram maiores compreensões das relações entre o envelhecimento e o espaço geográfico da cidade de Senhor do Bonfim.

Em uma perspectiva gerencial as atividades que fundamentaram este trabalho seguiram os seguintes procedimentos:

- Levantamento bibliográfico: Durante todo o processo de preparação deste material, foram feitos levantamentos teóricos sobre envelhecimento humano, geografia do envelhecimento, representação social, análise do discurso e mapas conceituais para dar base a pesquisa e ampliar o diálogo aos poucos construído.
- Formulação e aplicação de entrevista: Elaborou-se um questionário com nove quesitos que continham perguntas focadas nas questões da velhice, do envelhecimento e suas relações com o espaço geográfico da cidade de Senhor do Bonfim, ele foi estruturado da seguinte forma: 1-Sexo/ 2-Idade/ 3-O que é ser velho para você? / 4- Para você há alguma diferença entre ser velho e ser idoso? Se sim, qual? / 5-Você se acha velho? Por quê? / 6 – Para você, uma pessoa velha tem dificuldade de se locomover pelos lugares da cidade? / 7 - Para você, com quantos anos a pessoa começa a ficar velha? / 8 – Cite 5 vantagens de ser velho / 9 – Cite 5 desvantagens de ser velho

As entrevistas semiestruturadas, que apesar de terem seguido roteiros diferentes dos quais havíamos planejados devido a pandemia, resultaram numa boa coleta de dados. Ainda que de forma remota, contamos com a participação de 22 velhos moradores da cidade e que atenderam todos os requisitos da pesquisa. As entrevistas foram filmadas ou gravadas e autorizadas por cada participante, o que possibilitou uma análise mais precisa do material recolhido.

- Sistematização e análise do discurso: Com os áudios e vídeos em mãos, foi feito a transcrição e análise dos discursos minuciosamente, organizando os pontos principais em forma de mapas conceituais e tabelas.
- Elaboração de mapas conceituais: Nessa etapa da pesquisa, a elaboração dos mapas conceituais pautados na velhice e no espaço geográfico da cidade foram essenciais para a construção e entendimento da geografia do envelhecimento, assim como também auxiliaram na compreensão das representações sociais construídas pelos velhos de Senhor do Bonfim.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Contamos então com a participação de 22 velhos com idade entre 60 e 88 anos, todos residentes da cidade de Senhor do Bonfim- BA, que demonstraram interesse em participar e autorizaram a gravação dos áudios e vídeos, tendo a liberdade de deixar de responder a qualquer pergunta que não os deixassem à vontade. Dentre os sujeitos entrevistados 15 eram do sexo feminino enquanto os 7 restantes correspondiam ao sexo masculino. A maioria dos participantes tinham idade entre 70 e 79 anos, sendo 14 deles, enquanto apenas 4 tinham idade entre 60 e 69 e os outros 4 entre 80 e 89 anos.

Na busca de se fazer revelar as representações sociais da velhice em meio as falas dos velhos bonfinenses, estruturamos a entrevista a partir de nove quesitos e sete

perguntas centrais. Não tão distantes de outras realidades, a primeira questão trouxe à tona reflexões das quais nos são muito familiares quando se trata do termo velho. Algumas das respostas foram carregadas de expressões de perda e negatividade, remetendo ao ser velho palavras como *Ultrapassado*, *Acabado*, *Caída*, *Imprestável* e *Ruim*.

“Ser velho minha fia, é ruim. É ruim, porque a gente fica tão diferente, tão mudada, tão caída. É muito ruim ser velho. É muito ruim.” (entrevistada 3, 84 anos).

Pôde-se ainda observar nas entrevistas que o velho em muito continua sendo visto e descrito como algo a ser comparado a um objeto, do qual se usa e descarta quando não mais tem utilidade.

“velho é o passado, velho é o que joga fora pq não presta mais.” (entrevistada 19, 86 anos).

Outros, entretanto, enxergam a velhice como processo natural carregado de grandes ganhos, resultando no destaque de palavras como *Normal*, *Experiência* e *Vivida*, em que houve o reconhecimento de conhecimentos adquiridos dos quais podem ser compartilhados entre as novas gerações e o privilégio de poder viver e alcançar cada ano.

“Ser velho para mim é ser dona de várias experiências que vivi durante minha caminhada e que eu posso compartilhar com minha linhagem jovem (...). É desafiar a lei corpórea e mental todos os dias e continuar prosseguindo até quando for o meu limite” (entrevistada 9, 80 anos).

“Ser velho para mim é motivo de muita alegria. Por que alegria? Porque foi vivida com abundância.” (entrevistada 12, 69 anos).

Dentre os entrevistados houve quem enxergasse a velhice com um olhar mais religioso, direcionando a Deus as razões pelas quais alcançaram os anos vividos, expressando sua gratidão pela vida. Palavras como *Recompensa* e *Cumprindo* deram mais ênfase a esse olhar divino.

“Ser velhos é as ordens que a gente tá cumprindo, as ordens de Deus. Viver, viver é bom, só pode achar ruim a velhice quando a pessoa tá aleijado, cego... Mas enquanto a gente andar e ouvir a vida é boa(...).” (entrevistada 21, 88 anos).

“O que é ser velho para mim? É a recompensa de Deus.” (entrevistado 15, 74 anos).

A palavra *Disposição* aparece nas falas como algo determinado para se tornar um ser velho, em que a falta dela seria reflexo da velhice enquanto sua abundância significaria garantia de um envelhecimento mais tardio.

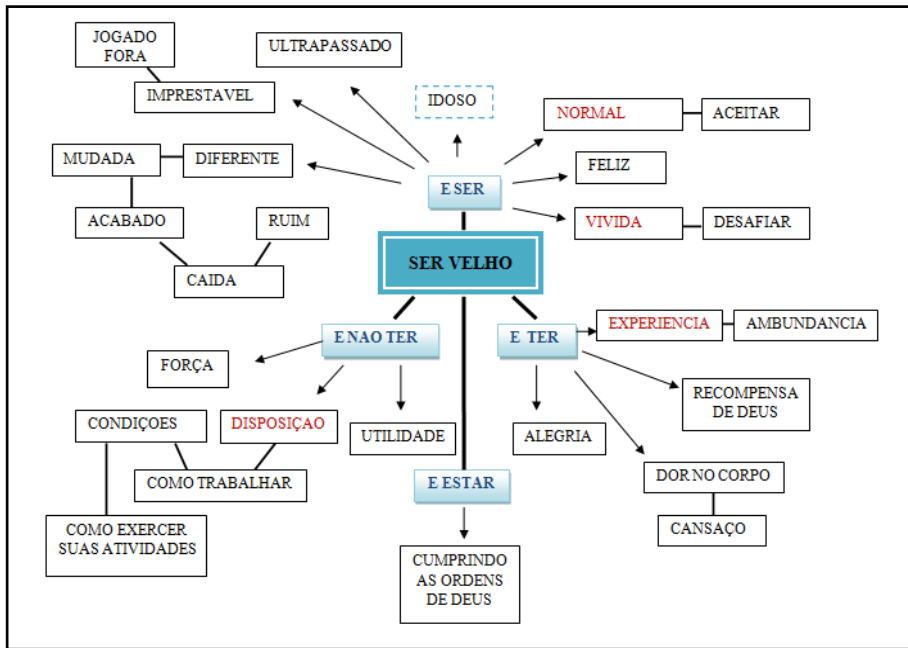


Figura 1- Mapa conceitual referente a questão: *o que é ser velho para você?*

Quando questionados se existiria diferença entre os termos velho e idoso dentro da concepção de cada um, as opiniões se dividiram. 11 dos 22 envolvidos disseram não haver diferença, 8 discordaram e 3 não souberam se expressar. Dos que confirmaram existir diferença, as justificativas foram desde a idade até questões físicas e mentais. Dessa forma, frases como “*tem mais força*”, “*tem mais disposição*”, “*não sente nada*” foram direcionadas ao idoso, enquanto “*cada vez mais fraco*”, “*não tem mais utilidade*” caracterizaram o velho. Teve ainda aqueles que colocaram o ser idoso ou velho como uma questão de estado de espírito e condição física, utilizando a palavra *Depende* para evidenciar tais questões.

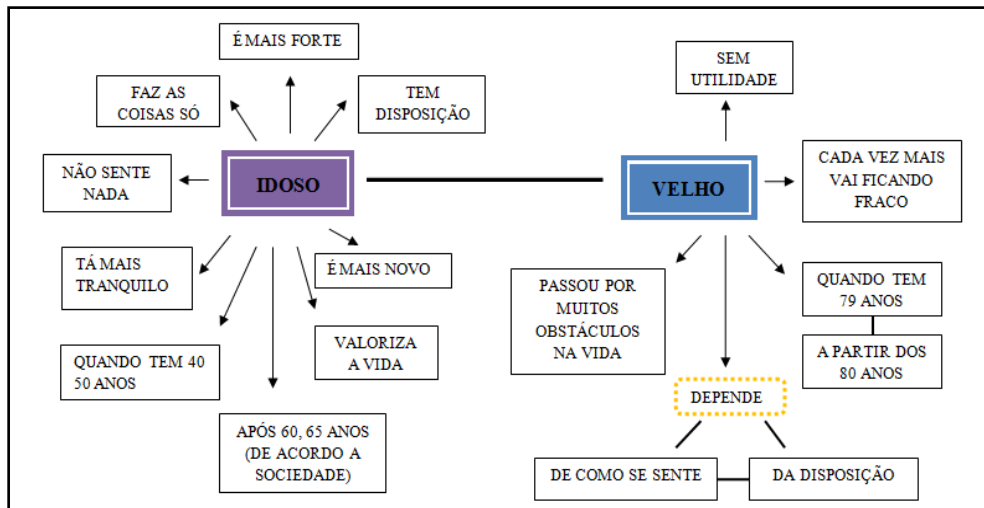


Figura 2- Mapa conceitual referente a questão: *Para você há alguma diferença entre ser velho e ser idoso? Se sim, qual??*

A terceira pergunta revelou o quanto muitos ainda se negam a velhice pelo simples fato de resumir essa etapa da vida a perda da saúde e a incapacidade de realizar atividades das quais boa parte dos sujeitos velhos entrevistados não se identificavam por não as viver por excelência, sendo essa a justificativa de 14 deles. Durante as falas eram comuns as frases virem acompanhadas de um “ainda tenho”, “ainda sou”, “não me acho”, “não me sinto”, “faço”, sempre como argumento contra a velhice.

“Não. Sinto, que eu ainda vou viver muitos anos. Tô bem!” (entrevistada 1, 73 anos).

“Não. porque ainda desempenho as minhas atividades 50%, ainda pratico esportes; chego a pedalar até 100km por dia de bicicleta.” (entrevistado 22, 74 anos).

“Não me acho velha, faço o que eu quero, tomo minha cerveja, faço caminhada. Não sou velha.” (entrevistada 19, 86 anos).

Mesmo entre os 5 sujeitos que se declararam velhos, a justificativa consistia na perda física e incapacidade de realização das tarefas, bem como a presença de *dores*, *cansaço* e *doenças*. A idade enquanto número também foi apresentada como argumento.

“Eu me acho (...) eu não tenho mais a força que eu tinha, não tenho mais o quelido que eu tinha, não posso mais fazer o que eu já fiz, nem andar como eu andei, não posso mais (...).” (entrevistada 3, 84 anos).

“Eu me acho uma pessoa velha. Por quê? Porque já estou muito cansada e os passos lentos... Já não sou mais a mesma.” (entrevistada 12, 69 anos).

“Acho, por causa da idade e das doenças que tenho.” (entrevistado 18, 73 anos).

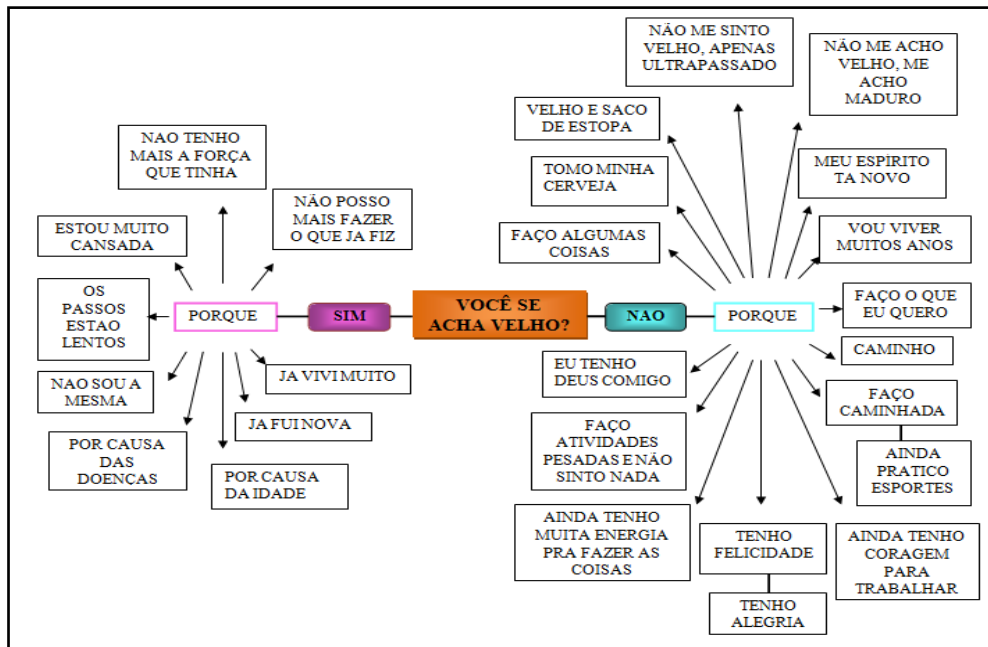


Figura 3- Mapa conceitual referente a questão: *Você se acha velho? Por quê?*

Ainda que seja imperceptível, os espaços da cidade também são negados a esses sujeitos. Ao serem questionados sobre as dificuldades de locomoção nos lugares da cidade, grande parte dos velhos participantes confirmaram a existência de tal dificuldade revelando em algumas de suas falas esse não direito aos espaços públicos provocados principalmente pela falta de estrutura que gera a impossibilidade de um tráfego tranquilo e quando somado a problemas de saúde esse ir e vir se tornava dependente ou ainda improvável de acontecer.

“Tem... Faz medo, por causa de tropeçar, dos carros que não pode subir ligeiro, andar ligeiro pra subir na calçada (...).” (entrevistada 1, 73 anos).

“Tem. Porque não existe nem dizer calçada na cidade, né? Pro idoso andar.” (entrevistado 2, 72 anos).

“Sim, porque ando de cadeira de rodas.” (entrevistado 18, 73 anos).

“Tem. Eu tenho vontade de andar, mas não posso, não tenho condição mais de andar só (...).” (entrevistada 3, 84 anos).

Entretanto, outros declararam que essa realidade não é absoluta na medida em que ela varia de pessoa por pessoa, dependendo de uma série de questões que inclui a situação que se encontra o indivíduo, bem como o seu quadro de saúde. Alguns ainda direcionaram a doença como único motivo de impossibilidade de locomoção pelos lugares públicos da cidade.

“Depende da pessoa. Conheço gente mais velha que eu que corre, que faz tudo e

tem gente mais nova que não faz porque tem preguiça.” (entrevistada 19, 86 anos).

“Se for uma pessoa que apresente doenças físicas ou mentais, sim. Caso não, acredito que com força de vontade e disposição para encarar o dia não.” (entrevistada 9, 80 anos).

“Sim. (...) quando a gente tem saúde a velhice não importa, porque a gente tem saúde e vai ficando velho, mas vai ficando velho e com coragem de conseguir as coisas, e a gente, sendo uma velhice doente, fraco, vai decaído cada vez mais, por isso que sente mais dificuldade (...).” (entrevistada 4, 68 anos).

Sabemos que a velhice e o envelhecimento não se resumem a números e muito menos a idade, contudo, as sociedades ainda utilizam desse método para marcar as fases da vida, no caso específico da velhice, essa definição pode variar entre 60 (países em desenvolvimento) e 65 anos (países desenvolvidos). Interessados na opinião desses sujeitos apontados como “idosos” por seus anos completos, questionamos qual seria a idade que melhor representaria a velhice, ou seja, com quantos anos eles acreditavam que uma pessoa começava a ficar velha. O resultado revelou que entre as 17 respostas concisas, a maioria (9 delas) apontava para idades entre 60 e 79 anos.

Ao longo dos anos moldamos a vida com versões, nem sempre feitas de altos, mas também de baixos, de coisas boas e ruins, porque somos a própria moeda, que apesar de ser uma só, tem dois lados. Não poderíamos concluir a entrevista de forma diferente, sem procurar saber o que se pode tirar de positivo e negativo da velhice, sem conhecer os benefícios e malefícios que porventura essa fase tão incerta e mistificada poderia apresentar.

Solicitamos assim descrições de possíveis vantagens de ser um velho e entre tantas palavras ditas doces forma aquelas que trouxeram à tona a gratidão pelos *anos vivido, experiências adquiridas, família criada, uma vida sem tantas preocupações* e a tranquilidade de *ter prioridade, poder viajar*, e receber mensalmente a sua *aposentadoria*.

No entanto, alguns participantes revelaram não haver, ou melhor, não verem vantagem nenhuma em ser velho.

“Bom em ser velho, porque a gente já criou seus filhos, a gente já tá tranquilo, tá mais descansado. Por isso que eu acho, que é bom. Tem mais experiência de vida, e aí, é bom.” (entrevistada 4, 68 anos).

“Ter passe livre, ter prioridade nos bancos, se aposentar, ser prioridade no hospital e não trabalhar mais.” (entrevistada 13, 66 anos).

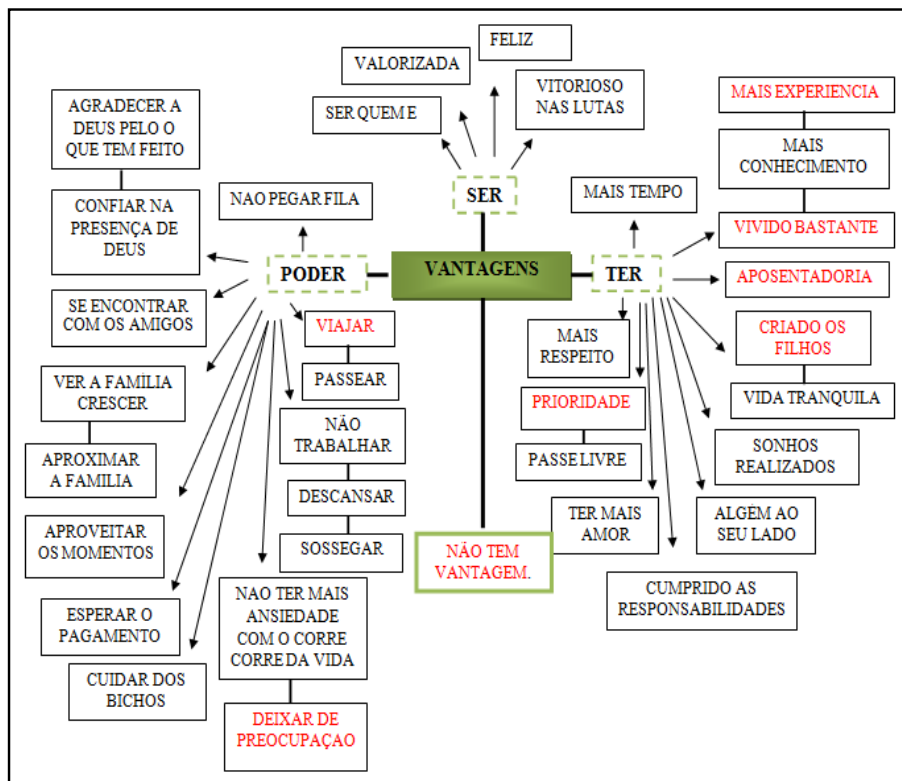


Figura 4 - Mapa conceitual referente a questão: Cite 5 vantagens de ser velho.

Por fim, as desvantagens foram escancaradas e trouxeram o outro lado da moeda, retratada em grande parte pela *dependência*, *doença* e *incapacidade* mesclada de um “*não posso mais*” e por vezes de um “*não tenho mais*”.

“É ficar a mercê das pessoas. Umhas pessoas fazem as coisas com alegria, outro já faz com a cara fechada e a gente fica triste. Não poder sair, não poder caminhar, não poder ir para a igreja, não poder, né? Se divertir como diz o povo.” (entrevistada 5, 79 anos).

“(…)Tudo! A força, o equilíbrio, tudo, tudo vai se acabando tudo, tudo!” (entrevistada 3, 84 anos).

Muitas foram as expressões lançadas para dar sentido as desvantagens da velhice as quais transmitiam um certo peso ao serem preferidas se assemelhando a tantas outras palavras ditas por outros sujeitos velhos espalhados pelos quatros cantos do mundo e que em muito reflete a degradação humana, não somente física como também social, moral e psicológica, invalidando a sua importância enquanto seres sociais.

“Primeiro lugar a pessoa fica muito carente. Segundo lugar, muita solidão. Terceiro lugar, não ter força (...) não ter o esforço próprio de fazer os seus afazeres. Quarto lugar, fica muito doente, muito cheio de dores. Na velhice é só canceira e mais nada.” (entrevistada 12, 69 anos).

“O tempo passa mais rápido, o cansaço de tudo chega, está mais arrisca a doenças, a exclusão da sociedade e a desvalorização.” (entrevistada 9, 80 anos).

“Ser velho é se tornar um bobão, se tornar um medíocre. (...) é aceitar conforme os nossos governantes determinam, você é velho e por último é a gente andar por aí jogado fora como se fosse um lixo. (...)” (entrevistado 20, 72 anos).

“Falta de respeito, consideração, as pessoas não consideram a pessoa idosa, não dão valor, respondem. É muito diferente do tempo que a gente era jovem. (...) falam do direito do idoso, mas nem todos os direitos o idoso tem. (...)” (entrevistada 10, 76 anos).

Como tudo na vida há exceções, houve aqueles que se opuseram a existência de um possível lado negativo da velhice, ainda que em menor número, alegando não verem desvantagens em ser velhos.

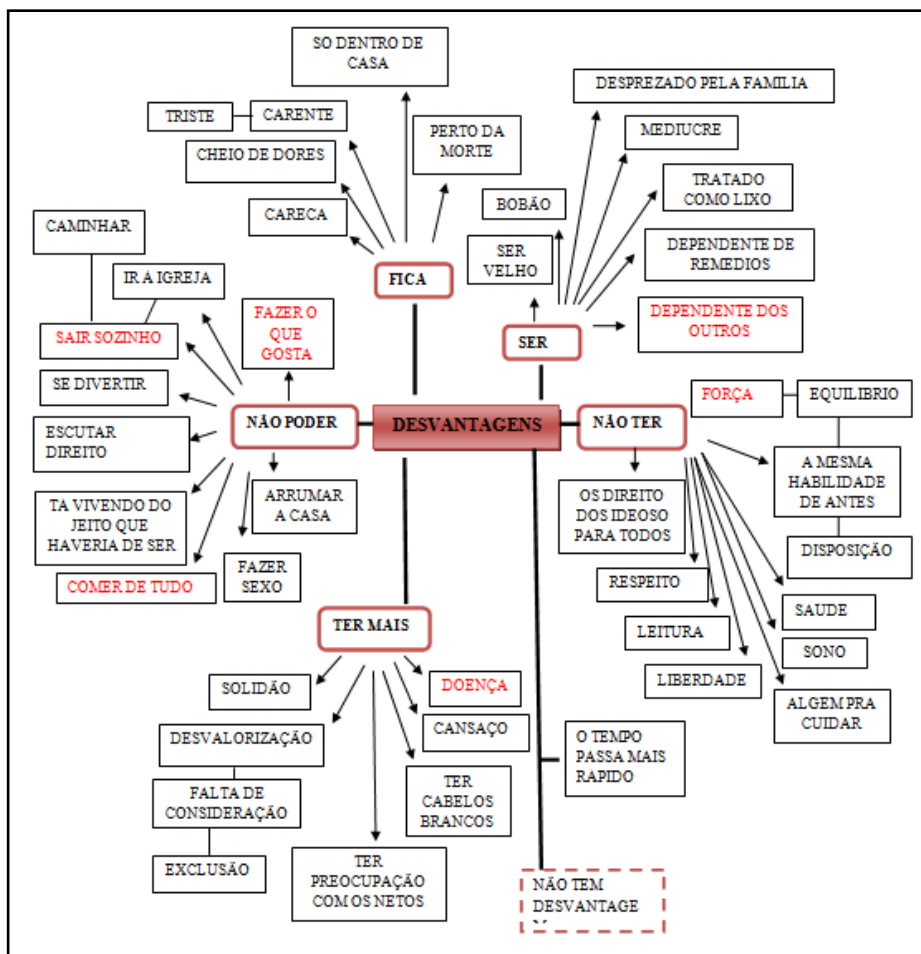


Figura 5 - Mapa conceitual referente a questão: Cite 5 desvantagens de ser velho.

Diante do exposto, identificamos de modo geral representações ainda muito negativas da velhice que se tornavam mais leves quando compreendidas na imagem do idoso. Ainda que todos vivenciassem e reconhecessem a existência da velhice enquanto processo, estes a todo momento negavam suas realidades na tentativa de caracterizar uma representação para um outro que não a si mesmo, o que acabara por sustentar a ideia de negatividade da velhice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos propormos estudar as representações sociais da velhice tínhamos em mente o desafio que nos esperava, entretanto, ele foi ainda maior com as circunstâncias que nos foi apresentado com a presente pandemia e o afastamento coletivo, o que de certa forma mudou também a nossa própria forma de construir representações.

Não é de hoje que as questões da velhice são registradas em discussões vazias e nem sempre reais. Também não é de hoje que a imagem do ser velho é restrita à degradação e a velhice a um fim trágico da vida humana. Por não serem de hoje é que essas ideias disseminadas e impregnadas na nossa sociedade puderam também serem vistas nos discursos dos próprios sujeitos velhos de Senhor do Bonfim, os quais na grande maioria direcionaram ao ser velho representações sociais das quais não se reconheciam por não se aceitarem enquanto seres envelhecetes. Criaram eles representações que se distanciam do conceito e se aproximam do processo enquanto fase natural da vida humana.

Ainda assim, percebe-se que esse trabalho de alguma forma despertou reflexões no modo de pensar e ver as representações que atualmente se apresentam a esses sujeitos, sendo elas importantes nesse processo de desmistificar e reinventar uma nova imagem da velhice e do envelhecimento capaz de serem reconhecidas por quem a vive em plenitude.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. *Representação social: uma genealogia do conceito*. Comum, v. 10, n. 23, p. 122-38, 2004.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de pesquisa*, 2002, 117: 127-147.

BEAUVOIR, S. *A velhice: o mais completo ensaio sobre a condição do idoso na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

COSTA, Suellen Monteiro da; FREITAS, Silvane Aparecida de. *As representações sociais sobre a velhice*. Interfaces da Educação, v. 1, n. 2, p. 16-27, 2010.

FERNÁNDEZ, R.P. *El proceso de envejecimiento y la intervención social*. In: RBCEH, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 57-75, jan./jun. 2007.

Gava, T. B. S., Menezes, C. D., & Cury, D. (2003, March). Aplicações de mapas conceituais na educação como ferramenta metacognitiva. In *III International Conference on Engineering and Computer Education-ICECE* (Vol. 16).

GREGOLIN, Maria. *Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. Comunicação mídia e consumo*, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007.

GOLDENBERG, M. *A bela velhice*. São Paulo: Record, 2013.

HORN, Vanessa Quevedo. *A imagem da velhice na contemporaneidade*. 2013.

IBGE. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>, acesso em 09 de junho de 2020.

JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. As representações sociais, v. 17, p. 44, 2001.

MAGNABOSCO-MARTINS, Claudia Regina; VIZEU-CAMARGO, Brígido; BIASUS, Felipe. *Representações sociais do idoso e da velhice de diferentes faixas etárias*. Universitas Psychologica, v. 8, n. 3, p. 831-847, 2009.

MARTINS, Rosa Maria Lopes; RODRIGUES, Maria de Lurdes Martins. *Estereótipos sobre idosos: uma representação social gerontofóbica*. Millenium, p. 249-254, 2004.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. *Representações Sociais de Meninos de Rua*. In: Revista Educação e Realidade V. 2, n. 1. ISSN 0100-3143 (impresso) e 2175-6236 (online), 1997.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. *A abordagem estrutural das representações sociais*. Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175-3520, n. 14-15, 2002.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961

OLIVEIRA, Jane F. de; PAIVA, Mirian Santos; VALENTE, Camila L. M. *Representações Sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero*. Ciência & Saúde Coletiva. ABRASCO. v.11, n.2, abril/junho, 2006. p.473-481.

PAVARINO, Rosana Nantes. *Teoria das representações sociais: pertinência para as pesquisas em comunicação de massa*. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVI**. 2003. p. 1-20.

SANTOS, Verônica Braga dos; TURA, Luiz Fernando Rangel; ARRUDA, Angela Maria Silva. *As representações sociais de "pessoa velha" construídas por idosos*. Saúde e sociedade, v. 22, p. 138-147, 2013.

SÊGA, Rafael Augustus. *O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici*. Anos 90, v. 8, n. 13, p. 128-133, 2000.

SERPA, A. *Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia*. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

VELOZ, Maria Cristina Trigueiro; NASCIMENTO- SCHULZE, Célia Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. *Representações sociais do envelhecimento*. Psicologia: reflexões críticas, v. 12, n. 2, p. 479- 501, 1999.

O LUGAR DOS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ

Data de aceite: 01/02/2022

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar

Docente do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Maestro em Ciência de la educación pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA – Py. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade federal do Amapá – UNIFAP.
Bacharel e Licenciado pleno em Geografia – Univ. Federal do Pará (UFPA)
<http://lattes.cnpq.br/7374815617551279>

Hilene Marilan Lima Rodrigues

Pedagoga (UNIFAP). Bacharel em Direito – Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP), BR. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade da Amazônia (UNAMA)
<https://orcid.org/0000-0002-7130-1535>

RESUMO: o presente trabalho pesquisou sobre o lugar dos camponeses da agricultura familiar e as suas contribuições para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais do Amapá. E o problema originou-se da seguinte dúvida: como o lugar dos camponeses da agricultura familiar podem contribuir para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais das comunidades agrícolas do Amapá? Considerando que este tema não tem se mostrado com frequência, entre os debates na comunidade científica, na ordem atual, nas questões políticas e socioambientais de

interesse dos camponeses. Assim, objetivo geral foi: descrever as contribuições dos lugares dos camponeses da agricultura familiar para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais das comunidades agrícolas do Amapá. Perspectivas desta natureza, dirimiram a empreitada em busca de respostas ao problema suscitado nesse trabalho. Os instrumentos de coleta de dados foram: as fontes primárias, os dados bibliográficos, as observação participante e entrevistas. Os resultados obtidos foram: os lugares dos camponeses da agricultura familiar do Amapá a pesar de pouco conectados aos programas de gestão pública, mesmo assim apresentam enorme potencial capaz de contribuir para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais das comunidades agrícolas do Amapá. De modo que há necessidade da integração dos saberes e das experiências dos camponeses ao conhecimento formal, no sentido de permitir a criar novos mecanismos e, alternativas para o equilíbrio e para o desenvolvimento das comunidades agrícolas do Amapá. Perceberam também, que ao estudar determinadas categorias geográficas, no caso o lugar e o espaço, as dúvidas sobre as suas naturezas, assim como os seus limites entre as categorias, ainda são indefinidas. Estas informações irão dar sustentação às atitudes individuais e coletivas sustentáveis às comunidades camponesas.

PALAVRAS-CHAVE: Saberes e experiências. Camponeses. Agricultura familiar. Equilíbrio e desenvolvimento.

THE PLACE OF TRADITIONAL MIDWIVES RIVER AMAPÁ

ABSTRACT: this paper researched the place of traditional midwives river Amapá and its connections with social and environmental policies. And the problem occurred from the following question: how the knowledge of coastal TBAs can contribute to the connection and settings of social and environmental policies to the Amapá? Considering that this topic has not been shown often debates among the scientific community, in the current order, political and environmental issues of interest to traditional communities. So overall objective was to describe the contributions of traditional knowledge developed by the riverside midwives, for the connection and settings of social and environmental policies, to Amapá. Uncertainties of this motto, dirimiram the contract for answers to the question raised in this work. The data collection instruments were: primary sources, bibliographic data, participant observation and interviews. The results were: knowledge of traditional midwives riverside of Amapá, in spite of not being connected to the environmental public administration programs, but have great potential able to contribute to the connection and the public policy adjustments, to Amapá. So there is need for integration of traditional knowledge developed by the riverside midwives to formal knowledge, to allow to create new mechanisms and alternatives to the adjustment of public policies. Evidence of this information will give support to the various individual and collective attitudes sustainable local community.

KEYWORDS: Traditional knowledge. Riparian Midwives. Socio-environmental policies.

1 | INTRODUÇÃO

Deixar um lugar, partir ao encontro de outro, estar aqui ou estar ali, sair daqui e ficar acolá são as palavras de maiores expressões que se utilizam durante o cotidiano do mundo- vivido pelos camponeses e, que indicam a trilha de perspectivas na busca de respostas, as quais podem indicar o sentido e o significado desta categoria de análise geográfica para os seu ocupantes, ao mesmo tempo em que exploram aspectos que podem configurar as ideias de que os saberes e as experiências tradicionais utilizadas por eles, são imprescindível, para os ajustes das políticas e para o desenvolvimento da sua agricultura familiar, no Amapá. Essas correlações de sentidos nos levam a indagar: como os saberes e as experiências dos camponeses da agricultura familiar podem contribuir para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais das comunidades agrícolas do estado?

Dúvidas deste mote, na maioria das vezes nos impõem dificuldades para o entendimento de que, o equilíbrio e o desenvolvimento socioambiental dos lugares defendidos pelos camponeses, são resultantes das suas práticas e das suas experiências apreendidas ao seu modo de vida, o qual dá sentido e significados às suas existências, modos existenciais constituídos de fatos que nos permitem acreditar e, considerar também que os modos de organização dos camponeses, enquanto marcas indenitárias territoriais e espaciais, produzem sentidos e significados a existência dos seus lugares de vivência. Assim, o objetivo deste artigo é: descrever as contribuições dos saberes e das experiências dos camponeses da agricultura familiar, para o equilíbrio e para o desenvolvimento

socioambientais das comunidades agrícolas do Amapá.

Nesse sentido, os lugares constituídos pelo conhecimento e pelas experiências destes sujeitos camponeses e, utilizados como categoria de análise geográfica, são capazes de contribuir, para o equilíbrio socioambiental no desenvolvimento e na expansão da agricultura familiar, considerando as duas condições principais em que saberes e experiências no decorrer da produção do artigo podem materializar-se: Na condição principal, uma vivência realizada entre os camponeses (as) que moram nas várias comunidades do espaço amapaense e que tem como lugar de encontros entre si e o pesquisador, os Municípios de Porto Grande e o Município de Macapá.

São entes municipais que concentram as maiores comunidades camponesas, assim como, as diversas intenções socioespaciais, para o desenvolvimento da agricultura familiar. Na condição secundária considera-se a vivência e as experiências das comunidades camponesas que se iniciam nas próprias comunidades de origem, durante aos traslados e as suas conexões com as demais comunidades visitadas e, entre os retornos delas, aos lugares de origem.

Estas conexões têm nos evidenciado certas situações de dificuldades vividas pelos camponeses tais como: as suas indiferenças, as inconsistências, o senso comum dentre outros aspectos que podem contribuir para a instabilidade e o reduzido teor de conectividade entre as experiências, as práticas dos camponeses e a dinâmica do mundo contemporâneo, capazes de contribuir para o equilíbrio e para o desenvolvimento da agricultura família, do meio e do ambiente do Amapá. Questão que, ainda se manifesta em desfavor de coletivos de indivíduos, como rastros do mundo contemporâneo, na medida em que os lugares constituídos a partir das potencialidades, da criatividade e das habilidades desenvolvidas por comunidades originárias, pouco ou quase nada tem sido integrado como possibilidade à melhoria das políticas, socioambientais para o estado.

2 | O LUGAR DOS CAMPONESES DO AMAPÁ NA CONJUNTURA GLOBAL

Evidenciar os camponeses do Amapá, por meio das práticas agrícolas familiar é recordar historicamente o que disse Andrade (1988, p. 75), que uma das formas de reorganização e modernização do processo de dominação imperialista sempre foi a da fragmentação dos territórios e dos espaços de vidas dos seus oponentes, observadas em nível de estados, assim como em nível de distribuição entre os Estados, das várias nações e de grupos sociais. Por conta desse mecanismo mundializado, o processo de resistência designado por meio das ‘grandes revoluções sociais do século passado e início deste novo século’, tem se realizado, a partir da reorganização dos camponeses, tendo-os sempre como bases, os fundamentos de suas ações constituídos para provocar a quase desestruturação e balanço das velhas ordens políticas.

No Brasil, não tem sido tão diferente, as quais desde o século XIX, também se

evidenciam pelas lutas dos camponeses, emitindo propostas radicais de transformações sociais. Estas potencialidades políticas de organização desenvolvidas pelos sugere mudança de perspectiva, ao pensa-los, como sujeitos que fazem parte de uma comunidade inovadora das ações no campo, invertendo o sentido e o significado da imagem do camponês como comunidades tradicionais, ainda embebidas nas fontes do viés do atraso, do retrógrado, dentre outros adjetivos propostos a estes sujeitos.

Ao contrário quando se pensa ingenuamente em que a tradição e a cultura do camponês tradicional não mais apresentam influências no cotidiano do campo, é preciso se colocar em alerta em função da enorme potencialidade que manifestam-se por meio dos saberes e das experiências tradicionais, nas tomadas de decisões e nos acontecimentos que envolvem estas comunidades.

As formas de reflexões sobre essas perspectivas podem ser realizadas, a partir de exames dentre os fatores de transformações que modificam as relações sociais, que os reconhecem, ou que os ignoram a natureza da agricultura tradicional e familiar, a qual possibilita a sua invenção e reinvenção. Esse novo olhar pôde ser constado por meio da expressão "essas mudanças serão encaradas como mudanças políticas, de modo que a inovação cultural aplicada pelos camponeses, apareça na sua natureza política, como fonte de legitimidade e de alternativas opostas à legalidade vigente" (MARTINS, 1989).

É nesse contexto, que os camponeses e a agricultura familiar no Brasil, articula-se e insere-se, enquanto parcela das diversas comunidades que comportam os camponeses de modo geral, participando e contribuindo para a movimentação sociopolítica, preconizada pelos trabalhadores rurais, em suas lutas diversas por melhores espaços na produção e no consumo dos seus lugares, permitindo dessa forma compreender o sentido dessas ações de resistências, sob a evocação das falas, dos gestos, das canções e das formas modificadas nas relações de sociabilidade em que as novas estruturas de manutenção da ordem atual, começam, a dar mais atenção em detrimento dos impactos e dos efeitos gerados por esses movimentos de reação sociopolíticos, sobretudo no final do século passado e no início da primeira metade, deste século.

No intercâmbio desse movimento é importante ressaltar que nem Marx ao estudar os camponeses foi capaz de demonstrar os entraves que acompanham a trajetória destas comunidades durante a constituição dos seus lugares, tal como estes se apresentam no sistema capitalista mundial desenvolvido. Mas, também pode ser mais difícil ainda, não tomar como base fundamental o estudo sobre os camponeses ou do campesinato do século XX, sem considera como ponto de partida os estudos das concepções de Marx, sobre o modo de organização dos lugares dos camponeses familiar, no contexto dessa problemática,

Ou seja, sem uma compreensão crítica da economia capitalista, a qual sempre dirimiu os destinos também da economia camponesa familiar, em que pese, se reproduzem sempre, submetida a partir da lógica da dinâmica do capital global. Em relação a problemática

específica da pequena e da média produção rural é notável que as incomodações que aguçavam esse autor contribuíram fortemente no sentido de fomentar elementos teóricos importantes, sobre as questões que se refere aos camponeses, ainda que não tenha tratado de todos os principais elementos necessários à sua compreensão.

Porque ao falar do camponês é necessário ao mesmo tempo analisa-lo, a partir de uma perspectiva do capital, considerando o seu conjunto de estratégias operacionais, assim como também considerar o processo global de produção e, de circulação, em função de que a produção camponesa familiar para se manter, precisa ser compreendida também, como um elemento que está inserida, na produção do capital global.

Essa lógica no entendimento do autor demonstra a conexão existente entre os principais processos que regulam a condução das perspectivas e dos objetivos da hegemonia mundial, afastando certas possibilidades de condução e de reprodução independente e com uma lógica própria do modo de vida dos camponeses. Essa mecanização sistêmica pode ser observada no dizer de Vergés (2011, p. 2):

“Se não entendermos que os meios de produção, mesmo aqueles que estão nas mãos do camponês, se reproduzem por meio da dinâmica do capital e que todo excedente cedido pelo trabalhador direto, seja ele operário ou camponês, transforma-se em mais-valia capitalizada, e se também não entendermos, enfim, que todo rendimento orientado ao consumo do trabalhador funciona como parte do capital variável global, não entendemos nada”.

De modo bem próximo, o autor, alerta no sentido de que se ficarmos presos a “todas” as regras do capital de modo em que, não seja possível esquivar-se delas, talvez não conseguiremos extrapolar as determinações mais gerais da reprodução camponesa familiar, inseridas no capitalismo, porque numa perspectiva mais contundente, os meios de produção dos camponeses familiar até certo ponto, não são considerados como capital.

Além disso o mecanismo por meio do qual o camponês deixa de receber o lucro e se auto consigna receber um salário, pode funcionar precisamente, em função de que no interior da unidade socioeconômica camponesa ainda, não atuam os mecanismos, de salários e de lucros ou de exploração ou expropriações. Isso significa que “a tarefa de estabelecer a especificidade imanente dessa unidade socioeconômica está, em grande parte por realizar-se” (VERGÉS, 2011, p. 3).

Nesse sentido, é possível perceber que os lugares dos camponeses da agricultura familiar são categorias geográficas constituídos, a partir dos embates em torno do caráter da produção camponesa e do seu modo próprio de ação e reação no contexto de uma formação capitalista ou não, os quais se avolumam mais em função do enfoque metodológico, por meio do qual se trata a questão. Todavia, os problemas que envolvem a produção e a participação socioeconômica dos camponeses de modo geral, assim como dos agricultores familiar, sempre foram tratados a partir de uma enfoque histórico-genético.

Isso demonstra que os processos de desagregação que operam sobre o universo

camponês quando submetido, por um modo de produção diferente, daquele que lhes deram origem, são os principais responsáveis pela desarticulação destas formas de organização no campo. No caso dos camponeses brasileiros, a situação não é tão diferente, notadamente estas comunidades são na maioria descendentes de diversas etnias, as quais notadamente produzem e se reproduzem conforme o modo próprio de organização destas comunidades.

Todavia, é importante ressaltar que a existência da pequena e da média produção camponesa nas sociedades capitalistas devem ser explicitadas logicamente por meio da operação da lei econômica básica do capitalismo, porque a partir desse entendimento os conceitos de heranças históricas ou remanescentes do passado podem ser considerados elementos improcedentes, para explicar os fatores responsáveis pela sua desarticulação ou desestruturação, pois pensar e solucionar situações histórico-genética a um problema lógico-estrutural, de uma formação social que se reproduz pela operação de um modo de produção e através de mediações específicas, deve ser coerente dentro de seu nível de análise e não se utilizar de supostos mecanismos histórico-genética para resolver dificuldades teóricas de organização política ou ideológica de formação, dos camponeses.

31 O LUGAR DOS OS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO AMAPÁ E OS SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A categoria lugar, compreendida apenas como aspectos físicos e materiais, gerando medidas de dimensões, atividades locais, profundidade dentre outros sentidos fixos, não é suficiente para apresentar elementos capazes de conectar experiências e imaginação acionados por sujeitos sociais, em suas interações e comunicações cotidiana e, tão pouco, como mecanismo de constituição e compreensão da sua existência. Nesse contexto, o potencial dos saberes e das experiências dos camponês do Amapá, se constitui neste artigo como possibilidades de experiências espaciais, adquirindo sentidos que permitem refletir sobre as relações destes sujeitos com o seu lugar de origem, assim como, por onde eles se deslocam ao exercício das suas funções, permitindo dessa forma a conduzir-nos também, para uma certa compreensão sobre as formas de organização destas comunidades as quais experiências se, as políticas de vida desenvolvidas no contexto do mundo vivido por estes sujeitos.

Esse tipo de relações permite entender claramente as ideias que fundamentam a geografia clássica, as quais permearam a constituição do conceito de lugar desde o início do século XX, quando os estudos e a confecção de mapas eram os instrumentos que fundamentavam a disciplina, indicando que o lugar em seu sentido locacional definia a ciência geográfica. Nesse sentido, essa categoria passa a ser determinada politicamente como objeto de estudo da ciência geográfica.

Essa afirmação se reforça por meio da expressão utilizada por La Blache, 1923, citado por HELPH, 1976) “a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens” é um dos

exemplos mais contundente de que o conhecimento geográfico é um dos instrumentos de grande valia, para a compreensão e para a explicação sobre a natureza dos lugares enquanto categoria de análise. Esta certificação alia-se ainda, a visão grafada por Hartshone (1959) citado por Helph (1976) de que “as integrações que a geografia deve analisar são aquelas que variam de lugar para lugar”, essa concepção do pensamento geográfico sobrepôs-se, entre si, aliando-as por mais ou menos meio século de entendimento entre os geógrafos.

Nesse sentido, a relação do conceito de lugar com a disciplina geografia, buscando a constante objetividade, praticamente inviabilizou outras considerações que permitissem extrapolar o seu significado locacional. No que se refere aos lugares produzidos pelos camponeses do Amapá, em sentido locacional, não foi diferente o seu entendimento porque pouco ou quase nada contribuiu, para conexão, para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais das comunidades camponesas do Amapá, em função da pouca valorização e do pouco reconhecimento dos saberes e das experiências tradicionais desenvolvidas por eles, na perspectiva de proporcionar à melhoria e ao aperfeiçoamento dos programas de implementação da agricultura familiar.

A reduzida conexão entre esses elementos, permite mostrar a importância em que foi desvincular o lugar do seu sentido locacional, porque, a utilização da natureza desta categoria geográfica é algo que está além da ciência e, que a mesma, apresenta conteúdos com fortes indícios capazes de proporcionar o equilíbrio e o desenvolvimento socioambientais das comunidades agrícolas do Amapá.

Porque independente da análise resultante das relações entre os lugares, a geografia e as políticas de implementação dos mecanismos de desenvolvimento dos setores de produção e de consumo, no caso em questão da agricultura familiar dos camponeses tradicionais, os estudos geográficos sempre estiveram vinculados também, a outros conceito tais como: de paisagem cultural, de território, de espaços, dentre outros, em função de que pode ser visto nessas estruturas, o agente, a área natural e ainda, o meio e o resultado das ações humanas coletivamente, demonstrando, vinculando e incorporando fortes elementos subjetivos, os quais remetem-se ao conceito de lugar dos camponeses da agricultura familiar, intrincados nestas estruturas.

Assim, a subjetividade dos saberes e das experiências dos camponeses do Amapá implícita no conceito de lugar, pode ser constatada no que está descrita por Sauer: “os fatos da Geografia, são fatos dos lugares, a sua associação por exemplo, origina o conceito de paisagem” tais ideias proporcionaram indícios, de influências qualitativas no caráter da percepção dos lugares pelos geógrafos humanistas, durante os estudos geográficos, naquele momento (SAUER, 1983 citado por HOLZER, 1999, p. 68).

Compreensão deste porte também foi observada por Dardel, quando propôs um estudo fenomenológico da geografia, referindo-se a geografia vivida em atos, a partir da exploração do mundo e da ligação do homem com a sua terra natal dizendo: “ Há a relação do homem com a terra.... como modo de sua existência e de seu destino”, e continua: “a

situação de um homem supõem um espaço onde ele se move, um conjunto de relações e de trocas, de direções e de distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência (DARDEL, 1990 citado por HOLZER, 1999, p. 2).

Percebe-se o intenso esforço para se definir e demonstrar, o sentido e o significado do lugar, o qual já entendido muito além, de uma natureza locacional, possibilitou abrir enorme possibilidades, para que a geografia humanística avançasse, sobre a natureza e o significado dos lugares, a partir do envolvimento conectivo das experiências e das práticas dos camponeses e de outras comunidades, como modo de organização destes sujeitos, do Amapá,

Práticas e experiências desse tipo devem ser absorvidas durante os programas de gestão pública, enquanto saberes que podem proporcionar grandes contribuições ao equilíbrio e ao desenvolvimento social e cultural, às comunidades camponesas da agricultura familiar, considerando as diversas formas de relações entre estes indivíduos e entre eles e a natureza. É claro que, para assegurar certos aspectos que constituem o lugar de direito e de fato dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, como elemento que possui natureza impactante, na estrutura de determinado processo, é bem aceito as ideias de Bernardes (2011) quando adverte: “a definição de certos aspectos do real é por princípio uma análise” (BERNARDES, 2011, p. 168)

Isso significa que é desarticulando e rearticulando as peças de um processo de organização socioeconômico, que se pode conhecer o modo de vida dessas comunidades, os quais são movidos pelos saberes e pelas experiências tradicionais no campo, são ao mesmo tempo, responsáveis pela promoção da sua essência e da sua identidade como elementos de formação dos lugares dos camponeses.

Por que é por meio deste exercício de relações que os sujeitos ocupam seus espaços, constituindo e promovendo os lugares da sua existência, em função de que a constituição dos lugares da existência humana pode ser percebido e constituídos a partir de um movimento que, gira em torno da solidariedade, do sentimento coletivo, da confiança nas práticas e nas ações de comunhão dos indivíduos, aplicadas por eles, no sentido de contornar, tipos de fronteiras que em determinadas situações exigem destes sujeitos certas habilidades, as quais são especificidades próprias desenvolvidas como estratégias, para a prestação dos serviços e de atendimento as demandas individuais e coletivas de suas comunidades, as quais manifestam-se, a partir de decisões de políticas de atitudes próprias destas populações.

Lukermann (1964), em se tratando do lugar, foi um dos primeiros num diálogo com a obra de Sauer, a discutir sobre as suas propriedades locacionais e, a definir a geografia como ciência dos lugares, não mais no sentido clássico, enquanto sugerido por La Blache, mas, devendo-se enfatizar, desta categoria geográfica o relativo, o cultural, as experiências históricas da humanidade e as suas relações aos atributos físicos da área, fazendo o estudo completo da área, o estudo dos lugares (LUKERMANN, 1964 citado por HOLZER,

1999, p. 68).

Essa relação direta com os lugares constituídos por meio dos saberes e das experiências tradicionais dos camponeses da agricultura familiar do Amapá e, que pode apresentar grandes potencialidades para se conectar e a promover o equilíbrio e o desenvolvimento socioambiental, das comunidades agrícolas, o que se percebe é o pouco ou o quase desconhecimento das estruturas de constituição destas comunidades, dificultando assim, a sua integração e conexão com as políticas de desenvolvimento.

Nesse sentido, a utilização das experiências históricas e dos atributos geográficos, nos remetem ao que Tuan (1979 citado por Holzer, 1999, p. 70), já chamara atenção quando se refere “o mundo é um campo de relações estruturado a partir da polaridade entre o eu e o outro, ele é o reino onde a história ocorre, onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos, é deste ponto de vista que a Geografia deve se apropriar”.

Acredita-se com isso, que o mundo do qual esse autor se refere é constituído por todos os lugares que são, os pequenos mundos, pois o conteúdo destes mundos podem ser os mesmos para todos os sujeitos, mas, apresentando-se com maior ou menor grau de complexidade ou sejam, ambos produzidos pela consciência humana e por suas relações intersubjetivas com as coisas e com os outros, gerando os campos de preocupação políticas entre os indivíduos que criam e recriam suas histórias tendo como principais suportes as intenções coletivas familiar e, que o saber geográfico deve dar conta de esclarecer.

Com base nessa “lógica”, Tuan (1979), propôs discutir o lugar, a partir de duas óticas: a do lugar como localização e a ótica do lugar como artefato único, a segunda condição para ele é a mais apropriada em função de que o lugar manifesta mais substâncias do que nos sugere a palavra localização e diz:

“Ele é uma entidade única, um conjunto especial que tem história e significado, ele também encarna as experiências e as aspirações das pessoas, ...o lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e, compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhes dão significado. De modo que, a preocupação dos geógrafos humanistas, norteados pelos preceitos da fenomenologia foi definir o lugar enquanto uma experiência que se refere ao espaço vivenciado pelos seres humanos, um centro gerador de significados geográficos, relação dialética com o constructo abstrato que se denomina de “espaço” (TUAN, 1979 citado por HOLZER, 1999, p. 70).

Essa referência feita por Holzer, esclarece bem a relação de diferença entre espaço e lugar mostrando que: “o espaço não é uma ideia, mas, é um conjunto de ideias”. No entanto, “o lugar é um espaço estruturado, é necessariamente constituído, a partir das experiências que temos do mundo”. Nessa análise Helph amplia essa assertiva demonstrando que “o espaço é amorfo e intangível e, não uma entidade que possa ser diretamente analisada e descrita”. Contudo, ele está sempre próximo e associado ao sentido ou ao conceito de lugar.

Assim, ao analisar-se a sua natureza, foi possível perceber o sentido e o significado

desta categoria para os camponeses da agricultura familiar do Amapá, o que possibilita, toma-la como a principal referencia, o espaço existencial ou vivido, o qual é representado pelo significante de uma cultura particular que é humanizada pela nomeação dos lugares, por suas qualidades para o homem e, por fazê-lo suprir melhor as necessidades da humanidade (HELPH, 1976 citado por HOLZER, 1999, p. 71).

Nessas entrelinhas, concebe-se que o lugar dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, podem estar conectados informalmente, com os demais lugares constituídos pelas ações dos diversos segmentos sociais, porquê de acordo com essa concepção o mesmo apresenta uma personalidade e um sentido particular, resultante também das suas qualidades físicas e das suas modificações que lhes são impressas, por meio das sucessivas ações humanas. Ações e modificações dessa natureza só podem ser concretizadas e compreendidas conforme Relph (1976, p. 4), “se for possível excluir as crenças nas explanações e nas considerações existentes e, igualmente, sobre os nossos próprios preconceitos, tentando colocar-nos na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno nos lugares”.

Todavia essas crenças e considerações podem ampliar ou retroagir o grau de complexidade da percepção de cada um dos sujeitos, sobre os lugares, tanto dos que se encontram incluídos, quanto daqueles que se encontram, fora do processo da sua constituição. Nessa perspectiva o sentido e o significado dos lugares constituídos pelos camponeses da agricultura familiar do Amapá seriam demonstrados, a partir do modo de organização política tomado pelo grupo, ao imprimirem seu discernimento moral, ético, estético e cultural ligados ao campo e as suas localizações. Esse modo de manifestação dos lugares dos camponeses combina com o pensamento de Holzer ao alertar: “é importante que as experiências dos sujeitos necessitam de tempos contínuos e longos, para se instabilizarem, além de um envolvimento emocional dos sujeitos com o mundo vivido, para se transformar em um lugar verdadeiramente (HOLZER, 1999, p. 72).

Essa afirmativa permite compreender que, a estabilidade das experiências leva-nos a relacionar tempo e lugar, numa relação contínua, mesmo quando o lugar é visto como pausa no movimento do espaço, isso não significa que o lugar esteja atemporal, mas, continuamente exprime relações inseparáveis entre espaço e tempo, transformando-se em um polo estruturador das relações sociais dos camponeses, como fatores de aproximação ou de distanciamento destes sujeitos entre si e entre os seus lugares. Tais experiências permitem assegurar a enorme possibilidade para expressar a natureza dos lugares, dos camponeses do Amapá, a partir do modo de organização das suas vivências com o ambiente e, com as suas comunidades e com as comunidades do seu entorno.

Daí a importância dos deslocamentos, realizados por eles, dentre as diversas missões, conectando-se à sua clientela local e, às demais comunidades, no sentido de experienciar, outros lugares como aprendizados na organização tradicional, para a compreensão do mundo vivido. Todavia, devendo ser orientado, a partir de uma variedade

de escala, em termos experienciais, ao mesmo tempo, obedecendo um limite característico com a estrutura interna e com a sua identidade comunitária (POCOCK, 1981 citado por HOLZER, 1999, p. 74).

Esse movimento e atitude dos camponeses do Amapá, permitem certificar que a tradição camponesa é um dos instrumentos que pode caracterizar a estrutura interna e a identidade comunitária, a partir da memória, como uma das ferramentas que gera, o ambiente geográfico, para efetivar e compreender os lugares. Por causa dessa forte convicção, Holzer demonstra ser inadequado a utilização do lugar descaracterizado de suas qualidades espaciais e geográficas, transfigurado em um mero símbolo não-espacial denominado “lugar de memória” ou “lugar distinto” porque em função disso, deduzem-se que não haveria lugares se a memória não fosse transposta para a história”. Na verdade, essas formulações caminham mais, na direção da “não constituição do lugar” do que como lugar propriamente dito, como foi caracterizado por (HELPH, 1976 citado por HOLZER, 1999, p. 75).

Essas dúvidas, sobre o sentido e o significado dos lugares constituídos pelos camponeses, continuamente se mostraram “normais”, para os agentes constituidores das políticas públicas. A inercia desses agentes contribui fortemente para a perda do potencial dos saberes e das experiências desses sujeitos, para a implementação do equilíbrio e do desenvolvimento da agricultura familiar. Será, portanto, sempre uma decisão política.

Pois o lugar mesmo desprezado do entendimento da sua natureza, o que deve ser constatado, são lugares manifestados a partir das experiências dos sujeitos com o seu ambiente, potencializando-nos de todas as informações e mecanismos de vivências enquanto decisões políticas coletivas destas comunidades. Essa percepção combina com o pensamento de Holzer ao propor que se defina o lugar sempre como um centro de significados e, por extensão, um forte elemento de comunicação, de linguagem, mas que nunca seja reduzido a um símbolo despido de sua essência espacial, sem a qual torna-se outra coisa, para a qual a palavra “lugar” é no mínimo inadequada (HOLZER, 1999, p. 76).

Nesse sentido, o lugar dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, pode estar norteado não só, a partir da ideia de locale, mas, também de outras dimensões as quais intrinsecamente contribuíram para a edificação e o sentido de lugar (sense of place), referindo-se às maneiras como as experiências e a imaginação humana se apropriam das características e das qualidades físico-material (physical characteristics and qualities) da localização geográfica e das outras dimensões constitutivas desta categoria. Em função destes aspectos, as imaginações dos sujeitos têm permitido mostrar que as abordagens fenomenológicas do lugar têm tendido a enfatizar os modos como os indivíduos e as comunidades desenvolvem ligações profundas com os lugares por meio das experiências, da memória e das intenções RELPH (1976) citado por SOUZA, 2013, p. 114). Os desenvolvimentos destas ligações profundas impulsionam a manifestação dos elementos que caracterizam a natureza dos lugares dirimidas, a partir das decisões coletivas destes

sujeitos, enquanto modo próprio de organização política não formal, dos camponeses.

As ideias desse autor se reforçam ainda, no dizer de Souza (2013, p. 114), quando trabalha essa categoria mostrando outras formas de entendimento, as quais vem se firmando com mais abrangência em seu plano conceitual desde a década de 1970 até nossos dias:

“O lugar tem que ser compreendido como espaço percebido e vivido, dotado de significado com base no qual desenvolve-se e extrai-se os “sentidos de lugar” e as “imagens de lugar”. “essa acepção se estabeleceu fortemente e, a geografia brasileira também já está acostumada com ela”

Nesse caso, é possível perceber que Souza trabalha o conceito de lugar não só priorizando a dimensão do poder, enquanto estratégias de controle e manipulação do território, a qual sempre foi a forma de controle político adotada pela hegemonia mundial, mas, imediatamente amplia o plano, à dimensão cultural-simbólica, em que, a partir desta abordagem, explora as questões que envolvem as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas que se encontram agregadas ou intrínsecas à construção de imagens e dos sentidos dos lugares constituídos pelos camponeses da agricultura familiar do Amapá, como espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significados e marcadas pela dinâmica das ações do homem do campo ou seja, “o lugar está para a dimensão cultural-simbólica assim como, o território está para dimensão política” (TUAN (1980) citado por SOUZA, 2013, p. 115)

Importante também é a referência que se faz sobre os espaços constituídos enquanto comunidades, bairros ou região cuidadosamente valorizados enquanto lugares, quando se refere as suas conexões com as políticas públicas de cunho participativa, no caso a interação, dos saberes e das experiências dos camponeses do Amapá em que, apesar da pouca conexão e do pouco aproveitamento ao equilíbrio e ao desenvolvimento das políticas públicas socioambientais, no direcionamento das ações camponesas na agricultura familiar, no entanto estes saberes tradicionais podem apresentar enorme possibilidades em integrá-las, sobre vários aspectos do cotidiano dos indivíduos, no sentido de melhor qualificá-las.

Conexões espaciais para fins de planejamento e de gestão não formal, constituídas por camponeses e promovidas pelo Estado, ao considerar sua abrangência no âmbito de movimentos sociais participativos, representarão, a valorização destes espaços e a manifestação da essência dos lugares, na medida em que não forem definidos meramente por meio de critérios técnico ou recortes da própria natureza (SOUZA, 2013, p. 116/117).

Nessa perspectiva já é possível entender o lugar dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, enquanto categoria geográfica tendo como fundamentos desde a década de 1970, abordagem da chamada, geografia humanística, de inspiração fenomenológica, a qual proporcionou ressaltar que o sentido e o termo lugar também politicamente, já transcendeu a tempo, os limites de uma única vertente de pensamento da geografia.

Isso permite mostrar que, o lugar dos camponeses do Amapá, também, é um espaço dotado de uma diversidade de significados, um espaço vivido e experienciado

politicamente não formalizado por eles, ou seja emite sentido mais amplo. Isso porque os lugares têm que ser entendidos, como imagens espaciais em si mesmas, ou seja, não deve ser assimilado somente por meio do substrato espacial material. De tal maneira em que, lugares, territórios, região só existirão enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções espacializadas (SOUZA, 2013, p. 117).

A crítica sobre a geografia humanística nos anos de 1970, feita por Oslander (2004) citado por Souza (2013, p. 15), sobre lugar como um “derivado de modos de vidas tradicionais e de uma solidariedade social” estabeleceu um autêntico sentido de lugar, quando estudos em aldeias, em cidades dentre outros espaços, demonstraram a crescente perturbação sofrida por estas comunidades, em função dos contatos com a modernidade e com as suas especificidades locais, em favor da homogeneidade global.

Estes resultados demonstram indícios, da pouca ou quase ausência da conexão dos saberes desenvolvidos pelos camponeses da agricultura familiar e, tão pouco dos seus lugares constituídos por meio das práticas e das experiências das suas comunidade tradicionais, no equilíbrio e no desenvolvimento das atividades agrícolas familiares, assim como, na dimensão do poder mais imediatamente perceptível da dimensão cultural-simbólica, envolvendo as identidades, as intersubjetividades e as trocas simbólicas, na construção de imagens e dos sentido dos lugares dos camponeses, politicamente.

Ao contrário de Harvey ao desconfiar da ideia de “lugar”, Souza defende que “impor as naturezas dos lugares e dos territórios, à revelia do que pensa e sente as comunidades, tende pelo menos ser algo inteiramente contraditório as decisões políticas de participação popular (SOUZA, 2013, p. 16). Porque o que está em jogo na contemporaneidade é muito mais a presença sorrateira de um tecnocratismo e de uma insensibilidade espacial, mais que propriamente uma intenção motivada por princípios democratizantes de afrontar identidades tradicionais, dentre elas os saberes tradicionais desenvolvidos pelos camponeses do Amapá, os quais historicamente continuam resistindo, na defesa e na permanente constituição e reconstituição dos seus lugares, tais quais seguindo o seu modo próprio de vida.

importante ressaltar também que a pouca valorização, o pouco conhecimento, a desconexão e a negação dos saberes e das experiências dos camponeses da agricultura familiar já se agregavam as estratégias aplicadas desde a primeira metade do século XX, por meio da geopolítica de controle dos territórios e porque não dizer do controle, dos lugares dos camponeses, justificando qualquer reivindicação, tal qual que não atendessem em primeiro plano os objetivos e o controle socioeconômico, dos seus substratos.

Esse tratamento dispensado às comunidades tradicionais por meio das estratégias de controle do poder ditado pela hegemonia mundial, pode ser reforçado por meio do pensamento de George (1980, p. 12), quando diz: “a dualidade entre uma visão geográfica estritamente explicativa e, uma geografia prática posta a serviço da posse do território pelos aparelhos militares, políticos e econômico aparece já desde o princípio”.

Estas evidências demonstram que o planejamento e a gestão pública carecem de novos mecanismos para se aperfeiçoarem, em função de que os saberes e as experiências dos camponeses da agricultura familiar, os quais movem o modo de vida das diversas comunidades, estão pouco conectados ao perfil de políticas públicas de cunho inclusivas, assim como, pouco integradas às concepções e aos programas de ações individuais e coletivas, no sentido de proporcionar o equilíbrio e o desenvolvimento do processo de ampliação e da qualidade dos lugares constituídos pelos camponeses do Amapá.

Isso pode significar que a percepção e o norteamo dos encontros e desencontros sobre as várias concepções na formação e no sentido de lugar, nos indica que as identidades socioespaciais fortes, não se restringem apenas a escala local, mas, a uma diversidade de pontos constituídos também por distâncias diversas, as quais permitem duvidar ainda, de como se fundem as vivências nos dias atuais mediadas por informações e imagens geradas em locais distantes e próximos.

Isso quer dizer que, o importante é considerar a existência de níveis de lugaridades e de organização política dos indivíduos, os quais não obedecem a uma hierarquia pré-fabricada, mas, constituídos coletivamente a partir do seu jeito de viver. Isso levar-nos a entender que, para um determinado indivíduo ou para certas comunidades, a região, os lugares são referenciais indenitários fortes, ao contrário, para outros pode ser o inverso. No entanto, o jeito mais acertado de se compreender o lugar é antes mesmo compreender os níveis de lugaridades, os quais se alteram de acordo com a posição dos sujeitos, o que Souza (2013, p. 128), chama “de insider ou outsider”, evidenciando que: “conforme passar o tempo e hajam as mudanças na vida, fazem com que o mesmo lugar no espaço, seja visto de modos distintos”.

Estas maneiras de se compreender os lugares demonstram a conexão entre os saberes desenvolvidos pelas comunidades tradicionais dentre elas os camponeses da agricultura familiar e o pensamento de Tuan, o qual levanta a seguinte questão sobre o lugar: o que dá identidade e aura a um lugar? Essa dúvida, sugere para ele que “lugares são centros aos quais atribuímos valores e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação” (TUAN 1980, p. 4). Nesse caso, os saberes e as experiências tradicionais desenvolvidos pelos camponeses do Amapá podem ser considerados “diferente”, mas também, apresentam um potencial de recursos, dos quais podemos extrair e interpretar com fidedignidade seus conteúdos e potencialidades, no sentido de impulsionar o equilíbrio e o desenvolvimento socioambientais, do Estado, a partir da agricultura familiar e das suas comunidades agrícolas.

Considerando as habilidades humanas, percebe-se que há necessidades de se encontrar maneiras de se compreender, como os sujeitos atribuem o significado e o sentido de organização do espaço e do lugar dos homens do campo, dos quais fazem parte. Nessa ansiedade um dos elementos mais importante para fundamentar o entendimento humano nestes ambientes pode ser a utilização da cultura. Ela influencia intensamente

o comportamento e os valores humanos, desde que sejam levados em conta, os traços comuns que transcendem as particularidades culturais e, portanto, reflitam as condições humanas no mundo vivido. Isso demonstra a possibilidade em que temos de acessar aos estados de espírito, aos pensamentos e aos sentimentos humanos trabalhados pelos camponeses da agricultura familiar, enquanto decisões políticas de ações não formais, no sentido de obter-se uma visão mais ampla dos fatos ou acontecimentos, vivenciados na realidade do campo.

Conforme Tuan não se trata de descrever um manual sobre as influências da cultura nas atitudes humanas em relação ao espaço e ao lugar dos sujeitos, mas, sim, evocar a cultura em sua infinita diversidade, levando em conta as questões gerais sobre as aptidões humanas, as suas capacidades e as suas necessidades, e como a cultura acentua ou as distorce estas potencialidades humanas (TUAN, 1980, p. 7). No caso dos saberes e das experiências dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, historicamente têm proporcionado elevadas contribuições, para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioculturais e ambientais, das comunidades rurais, mas, no tocante, pouco tem sido reconhecido e pouco valorizado por parte dos gestores das políticas públicas de modo geral.

De modo em que não se pode esquecer das ricas informações derivadas dos saberes e das experiências dos sujeitos, dentre os quais está o modo próprio de organização política não formal, articulando-as entre as diversas áreas do conhecimento, intrincados nos mundos das experiências humanas, podendo ser expressos a partir da sintetização dos insights humanísticos, expondo-os aos sistemas conceituais de maneira claras, no sentido de que possam compreender também as suas abstrações, as quais fundamentam a concepção de lugar, as noções geopolíticas e as suas bases materiais e simbólicas, numa implicação política de constituição do mundo vivido e experienciado por estes sujeitos camponeses, constituindo, a natureza concreta e abstrata dos seus lugares.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o lugar dos camponeses da agricultura familiar do Amapá de maneira geral, pode ser uma das alternativas para se perceber a conectividade desta categoria geográfica, gerando a dinâmica da ordem global a partir da compreensão das funções manifestadas pelo conjunto de elementos que constitui a sua natureza. Uma das condições importante durante os estudos em geografia sobre determinados segmentos sociais é a definição de categorias geográficas capazes de proporcionar elementos que certifiquem a natureza do objeto de estudo em questão, todavia, ainda são muitas as dúvidas e interrogações que acompanham o processo de compreensão e de organização dos lugares constituídos pelos sujeitos camponeses na contextualização do modo de produção natural e do modo de produção social, enquanto condição ímpar, para a existência humana e do saber geográfico.

Isso pode significar que ao estudar determinadas categorias que sustentam os aspectos geográficos, no caso o lugar e o espaço, as dúvidas sobre as suas naturezas, assim como os limites entre as categorias de estudos geográficos ainda são indefinidas. No entanto muito já se avançou, em geografia, no sentido de se esclarecer fundamentalmente sobre a natureza constitutiva dos lugares e de outras categorias geográficas, condições que tem sido bem exploradas, a partir dos estudos pautados pela abordagem fenomenológica, a qual parte do princípio de que o seu fundamento, base para esclarecimento dos fatos é do mundo vivido e experienciado pelos sujeitos. Isso pode justificar a constante contribuição e os avanços nas abordagens geográfica, ao incluir outras formas de organização sociopolítica não formal, que até certo ponto tem assegurado as demandas dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, para a promoção do bem-estar coletivo e comunitário.

De modo em que na tentativa de entender o lugar dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, e as suas contribuições para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais, um dos aspectos importante é o reconhecimento de pertencimento por parte dos sujeitos camponeses, das diversidade materiais e imateriais existentes nos lugares, os quais se constituem, a partir dos saberes aplicados por eles, por meio das suas práticas e das suas experiências, enquanto base fenomenológica dos saberes não formais e intelectuais, todavia apresentando enorme potencial para a compreensão da natureza dos lugares e conseqüentemente para a compreensão da natureza do saber geográfico, produzido por meio das experiências cotidiana desenvolvidas pelas populações originárias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. Contexto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

BERNARDES, Antônio. **Quanto às Categorias e aos Conceitos**. Revista Formação Online, nº 18, vol. 2, p. 39-62, jul. /dez, São Paulo, 2012.

GEORGE, Pierre. **Problemas, Doutrina e Método**; In: GEORGE, Pierre; LACOSTE, Yves; GUGLIELMO, Raymond; KAYSER, Bernard. In: **A Geografia Ativa**. Difel. São Paulo, Rio de Janeiro, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo, Hucitec, 1989.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço & Lugar. Perspectivas das Experiências**. Tradução Livia de Oliveira. Difel. São Paulo, 1983.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar**. Revista Território, ano IV, nº 7, p. 67-78, jul/dez. 1999.

RELPH, Eduardo C. **As bases Fenomenológicas da Geografia**. rev. geografia. ISSN-7912, VOL. 4, nº 7, p. 1-25, CAPES, São Paulo, abril, 1979.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Socioespacial. **Lugar e (re[S]) significação espacial**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos Camponeses. Leitura a partir do México profundo**. Trad. M^a Angélica Pandolfi. São Paulo, cultura acadêmica, 2011.

OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) COMO PERSPECTIVA DE MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS DO POVOADO PORTEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 18/11/2021

Handresha da Rocha Santos

Licenciada em Geografia DGE/UFS Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Gestão Ambiental. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural
<http://lattes.cnpq.br/6395191319123614>

Sandra Andréa Souza Rodrigues

Licenciada em Geografia Universidade Tiradentes, Bacharel em Geografia DGE/UFS e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural
<http://lattes.cnpq.br/4287623205791709>

Hádrian George da Rocha Santos

Graduando em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Núcleo de Tecnologia Social do Departamento de Engenharia Mecânica/NTS/UFS. Instituição: Universidade Federal de Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/2104716768059271>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral, analisar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, e o cooperativismo como forma de organização social e produtiva na agricultura.

Diante do objetivo proposto, foram adotados como procedimentos metodológicos uma revisão teórica bibliográfica em artigos, livros e textos complementares e um estudo de caso realizando trabalho de campo com entrevistas. Quanto aos resultados é pertinente elucidar que, a parceria com as cooperativas oferece aos seus participantes melhores condições econômicas e sociais, devido a possibilidade de escoamento dos produtos. Portanto, a atuação das cooperativas neste sentido promove avanços para o desenvolvimento rural apoiado pelo governo assegurando o discurso da melhoria na condição de vida, para subsidiar a permanência dos produtores nas regiões rurais por meio de políticas públicas e evitar o esvaziamento rural.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Cooperativismo, Políticas Públicas.

THE REPLACEMENT OF THE NATIONAL PROGRAM FOR SCHOOL FOOD (PNAE) AS A PERSPECTIVE OF IMPROVEMENTS IN THE CONDITIONS OF LIFE FOR RURAL WOMEN: A CASE STUDY OF MANGABEIRAS THE PORTEIRAS TOWN IN JAPARATUBA/SE

ABSTRACT: This article aims to analyze the importance of public policies for the development of family agriculture, and cooperativism as a form of social and productive organization in agriculture. In view of the proposed objective, a theoretical review of articles, books and complementary texts was used as methodological procedures and a case study was carried out in the field with interviews. Regarding the results, it is pertinent to state that the main characteristic of

cooperatives is to offer their participants better economic and social conditions. Therefore, the work of the cooperatives elucidates in this sense their due importance, with the perspective of triggering advances for the rural development supported by the government assuring the discourse of the improvement in the condition of life, o promote the permanence of producers in rural areas through public policies and avoid rural emptying.

KEYWORDS: Family Agriculture, Cooperativism, Public Policies.

1 | A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO COOPERATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

As políticas públicas tem como princípio o desenvolvimento, que ocorre a partir da igualdade dos indicadores referentes à qualidade de vida da população, como saneamento básico, saúde, habitação, bem estar e educação, e nas palavras Furtado (2004, p.484) o desenvolvimento pode ser descrito como o acesso coletivo ao bem estar.

O desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimentos e metamorfoseia em desenvolvimento. O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento e produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

A presença de diversos atores envolvidos nesse processo de desenvolvimento deve elaborar a melhor forma para o desenvolvimento com geração de renda, oportunidades de mercado, além de questões sociais e benefícios.

Para Amartya Sen (2000) o bem estar não precisa ser conquistado exclusivamente a partir de políticas assistencialistas, correndo-se o risco de constituir os seus interessados em beneficiários passivos. Mas, ao contrário, “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (Sen, 2000, p. 26). Assim, destaca se a importância das políticas públicas e a participação do Estado no combate às más condições de vida e pobreza.

Na contemporaneidade, a aplicação das políticas públicas no campo tem introduzido inovações responsáveis pela diversificação social e produtiva, isso gerou melhoria nas condições de vida, considerado pelo governo brasileiro, como uma forma de melhoria para a população rural, onde por meio do cooperativismo tem encontrado uma base para seu desenvolvimento. Este vem, proporcionando a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico possibilitando um grande crescimento na economia gerada pela produção, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país. A cooperação agrícola é um modelo que visa beneficiar e resolver alguns problemas como o alcance dos mercados institucionais pelos agricultores familiares.

O fomento ao cooperativismo no meio rural procura unir os agricultores familiares em torno de objetivos comuns, gerando também economia de escala a nível local e regional permitindo condições de produção e comercialização mais adequadas e favoráveis à inserção nos mercados. Visto que, por meio do cooperativismo ou associativismo a agricultura familiar pode integrar forças para responder aos desafios impostos pela concorrência dos mercados melhorando sua inserção, principalmente nos setores que existem compras públicas de alimentos.

Atualmente, o cooperativismo é um dos setores em que há uma grande participação no meio rural, isso ocorre pelo fato das pessoas se organizar em busca de criar novas formas de produzir e consumir, agregar valor ao produto, fortalecendo o desenvolvimento. De acordo com Ploeg (2008, p.372):

As associações e cooperativas estabelecem ligações entre a população agrícola e rural bem como formas organizacionais que estabelecem esforços em ultrapassar a crise agrícola. Assim essas práticas estabeleceram ligações e um novo padrão de instituições, as quais visam uma melhora radical nas relações entre os agricultores e o estado. De modo que ocorrem novas formas de auto regulação local e a aplicação de novas estratégias para o desenvolvimento rural sustentável.

Grisa (2009) afirma que os mercados institucionais podem ser objetivamente definidos como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume papel central, notadamente através de compras públicas.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Simultaneamente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

Programas de política pública de alimentação escolar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), exige a compra direta por parte dos estados e municípios de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

O surgimento do programa é da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação nas escolas públicas. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio do Programa Suplementar de Alimentação Escolar a ser oferecido pelos governos Federal, estadual e municipal (BRASIL/FNDE, 2011).

A partir de junho de 2009, a Lei no 11.947 determinou que pelo menos 30% do valor destinado a alimentação escolar brasileira deveria ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Além de favorecer a articulação entre produção e consumo, o controle dos preços, a garantia de mercado, a criação de novos mercados e a inserção

do consumo de produtos tradicionais de cada região.

O PNAE tem contribuído não apenas para superação da pobreza mas, também vem dinamizando regiões e aumentando possibilidades para um desenvolvimento rural sustentável. Pois a integração das políticas públicas de segurança alimentar com as políticas direcionadas para o mundo rural, junto ao reconhecimento e importância da agricultura familiar ressaltam o potencial das suas ações para o fortalecimento econômico e oportunidade de impulsionar as economias.

A lei deixa claro o incentivo dado à produção da agricultura familiar e a prioridades às comunidades indígenas e quilombolas. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo trinta por cento deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Simultaneamente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

Ainda que reconhecida a importância da agricultura familiar para o abastecimento e segurança alimentar no mundo, esse segmento é frequentemente desafiado a apresentar respostas cada vez mais rápidas frente aos processos de globalização. No Brasil, o Nordeste é a região que concentra o maior contingente de agricultores familiares, totalizando 49% dos indivíduos ocupados na agricultura brasileira (GUANZIROLI et. al., 2001). É importante ressaltar a observação muito oportuna de Wanderley (2001) ao dizer que é também no Nordeste

“onde a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização” (WANDERLEY, 2001, pág. 38).

Nesse contexto, Singer (2002) afirma que a alternativa de superar tal desafio, aparece na economia solidária, isto é, outro modo de produção, cujos princípios baseiam-se na propriedade coletiva ou associada ao capital, e o direito à liberdade individual, reunindo todos que produzem em uma única classe de trabalhadores possuidores iguais de capital, seja em cooperativas ou sociedades econômicas.

A economia solidária, desse modo, representa a modificação das relações de trabalho e consumo no âmbito coletivo, proporcionando a manutenção de postos de trabalho, inibindo a falência de empresas, a exclusão de trabalhadores e as condições precárias de trabalho. Fundamenta-se na empresa comunitária, na agricultura familiar e em cooperativas, todos balizados na autogestão.

O modelo agrícola industrial exigiu da agricultura familiar, a disponibilidade de

capital, para que pudesse ser produtiva e se inserir dentro dos padrões do mercado agrícola capitalista. Este modelo foi sem dúvida um grande problema, ao modo que muitos dos agricultores não tiveram sucesso, provocando sua exclusão do processo e levando em grande parte ao êxodo rural. Desde os anos 90 os governos lançam algumas mudanças na coordenação das políticas de assentamento passando a privilegiar a chamada agricultura familiar como linha estratégica do desenvolvimento rural.

Com isso, a questão do desenvolvimento local começa a ganhar importância na elaboração das políticas públicas nos órgãos responsáveis pela reforma agrária. Apesar da crise agrária que pega de forma mais significativa os pequenos agricultores descapitalizados, a agricultura familiar desempenha um importante papel, à medida que colabora para a permanência no espaço rural.

De acordo com o Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento. Atualmente, o movimento cooperativista vem sendo usado como forma de introduzir inovações responsáveis pela diversificação social e produtiva gerando melhoria nas condições de vida, considerado pelo governo brasileiro, como uma forma de ampliação do modo de produção capitalista que tem encontrado uma base para seu desenvolvimento na criação dos padrões cooperativistas.

A mídia juntamente com o governo brasileiro vem promovendo a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista por meio do cooperativismo, que segundo dados governamentais têm possibilitado um grande crescimento na economia gerada pela produção, sobretudo, quando se analisa os dados do progresso de cooperativas agropecuárias, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O fomento ao cooperativismo e ao associativismo no meio rural procura unir os agricultores familiares em torno de objetivos comuns, gerando também economia de escala a nível local e regional permitindo condições de produção e comercialização mais adequadas e favoráveis à inserção nos mercados. Visto que, por meio do cooperativismo ou associativismo a agricultura familiar pode integrar forças para responder aos desafios impostos pela concorrência dos mercados melhorando sua inserção, principalmente nos setores que existem compras públicas de alimentos.

2 | ASSOCIATIVISMO EM JAPARATUBA-SE: A CASA DA MANGABA

Sergipe é considerado o maior produtor de mangaba do Brasil, com produção girando em torno de 4,5 mil toneladas ao ano. A preservação da mangabeira nativa e o plantio comercial são as únicas maneiras de garantir a permanência em Sergipe. Porque, ao preservar a espécie nativa, garante a biodiversidade da região, agrega valor econômico ao produzir em grande escala a mangaba e mostra a viabilidade financeira. Porém, as mangabeiras vêm sendo extintas, planta endêmica da restinga, vem sofrendo com a

expansão desordenada dos empreendimentos imobiliários.

Muitas mulheres dependem desse fruto para reprodução social, o extrativismo da mangaba da coleta a comercialização é realizado predominantemente pelas mulheres, esse trabalho é visto como complementar mesmo constituindo parcela importante da renda familiar, por meio da venda direta do fruto in natura, ou por meio da agregação de valor, fabricando bolos, doces, licor, cocada, biscoito entre outros. Devido a necessidade de preservação instrumentos legais em vigência, protegem a reprodução social dessas mulheres, com destaque para a Lei Estadual no 288/2010 (reconhece todas as catadoras de mangaba de Sergipe como grupo culturalmente diferenciado) e o Decreto Federal no. 4887 de 20 de novembro de 2003 (regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos), não têm sido suficientes para diminuir o desmatamento das mangabeiras nativas.

Dessa forma, as mulheres rurais do povoado porteiras distante 20 km da sede do município de Japarutuba no estado de Sergipe a partir de uma reunião decidiram adotar a prática da cooperação agrícola um modelo que visa beneficiar e resolver alguns problemas, tais como: o baixo desenvolvimento e a dependência que acompanham pequenas comunidades, agregação de valor a mangaba in natura e a preservação ambiental da localidade.



Figura 1: Casa da Mangaba –Sede

Fonte: Trabalho de campo,2017.



Figura2: Registros dos cursos, feiras, eventos, exposições

Fonte: Trabalho de campo,2017.

A Associação das Catadoras de Mangaba do povoado Porteiras, em Japaratuba, surgiu com 24 mulheres as mesmas permanecem a frente do projeto, foi financiada pela PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A). Grande parte das vendas são destinadas ao PNAE, para as prefeituras os produtos fabricados são: bolos (mangaba, banana, cascão, milho, mel), biscoitos, geleia, balas (mangaba, banana), bombom de mangaba, trufas de mangaba, licor (genipapo e mangaba) e tortalete. Esses são vendidos para a prefeitura Municipal de Japaratuba e também recebem encomendas de outras prefeituras. Para trabalharem as mangabeiras receberam cursos ministrados pelos instrutores do Sebrae, que ofereceram ao grupo conhecimentos e técnicas do manuseio à comercialização dos alimentos para aumentar a produção e qualidade e atendimento. Os produtos também são vendidos em eventos realizados no estado de Sergipe.



Figura 4: Produção de bolos, balas e biscoitos

Fonte: Trabalho de campo, 2017



Figura 5: Produção de Licores

Fonte: Trabalho de campo, 2017

A renda obtida na produção tem modificado as condições de vida visto que, elas passaram a fazer melhorias em suas casas em reformas, realizando compras de eletrodomésticos, investido na compra de remédios e saúde em geral, viagens com a família e compras de produtos para a casa da mangaba.

Despulpadora



Figura 6: Maquinários da Produção

Figura 7: Batedeira Industrial

Fonte: Trabalho de campo,201. Arquivos: Handresha Rocha

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das discussões apontadas, apresenta se qualitativamente algumas informações sobre a implantação da Casa da Mangaba, a fim de elucidar a importância das cooperativas como meio de promoção para melhoria da qualidade de vida dos habitantes no meio rural.

Para tanto, se fez necessário analisar referenciais teóricos e realizar pesquisa de campo que permitiram descrever alguns aspectos pertinentes, levando-se em consideração o cotidiano dos habitantes do povoado Porteiros. Além de entrevistas semiestruturadas, observações, depoimentos, acompanhando o dia a dia da comunidade como também dialogando e integrando no espaço social.

Diante da aplicação dos 20 questionários e das 15 entrevistas, foram analisados de acordo com amostra aleatória constatando-se a participação positiva e ativa de 85% da população no trabalho associativista, excluindo desse montante as crianças e os idosos que ajudam em algumas tarefas diárias sem expressivamente colaborarem nas colheitas ou na agroindústria. A partir dessa constatação é possível afirmar que existe um forte sentimento de pertencimento e identidade entrelaçados nas raízes culturais da localidade que busca coletivamente melhoria nas condições de vida.

O cooperativismo busca unir as mulheres em prol de objetivos comuns, gerando uma economia de alcance a nível local e regional proporcionando condições de produção e comercialização melhores e favoráveis à inserção nos mercados. Permitindo adequadas formas de integração, favorecendo o desenvolvimento no campo.

Um outro detalhe importante verificado é em relação a constituição da renda, pois a pequena agroindústria tem auxiliado no complemento da renda e não é a renda principal das mulheres, sua renda advém da produção de artesanatos, venda direta da mangaba em feiras e livres e em terceiro lugar a renda relacionada aos subprodutos da casa da mangaba. Visto que só produzem quando há pedidos, e o lucro médio mensal corresponde de R\$ 500 á R\$ 2000 reais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente afirmar que a principal característica das cooperativas e associações é oferecer aos seus cooperados melhores condições econômicas e sociais. Dessa forma, a estas atuam como um meio de promoção dos interesses de seus membros.

Percebe-se que é viável a constituição de associações e cooperativas, como forma de gestão das pessoas. É possível melhorar as condições de vida por meio do aumento da renda, quando as pessoas se organizam de forma cooperada. Os esforços em conjunto criam desafios e despertam o interesse para uma gestão participativa.

Por tanto, a aplicação das cooperativas e associações elucida neste sentido a sua devida importância, na perspectiva de acionar avanços para o desenvolvimento rural apoiado pelo governo e iniciativas privadas, assegurando o discurso de melhoria socioeconômica promovendo a permanência dos produtores nas regiões rurais para garantir sua sobrevivência no campo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO REGIONAL E SETORIAL DOS RECURSOS.** *Soc. & Nat.*, Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011

BRASIL/FNDE, 2011. <http://www.fnde.gov.br/...do.../2349-guia-pnld-2011---anos-finais-do-ensino-fundamental> acessado em junho de 2016

FURTADO, Celso (2004) “**Os desafios da nova geração**”. Revista de Economia Política 24: 483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004

GRISA, Cátia. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** In: CONGRESSO DA SOBER, 47. Anais... Porto Alegre. 2009.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança.** Núcleo de Pós Graduação em Geografia. Aracaju.2007

MOTA, Dalva Maria da. **As Catadoras de Mangaba: problemas e reivindicações** et al. Belém PA Embrapa Amazônia Oriental,2007

RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo et.al **As catadoras de mangaba em defesa dos seus modos de vida**. Aracaju:Embrapa Tabuleiros Costeiros, 20015 (ISSN 1678-1953;192)

SCHNEIDER Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias. Porto Alegre ano 6, n.11, p 88-125, jan./jun.2010

_____. **Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 114.

PLOEG, J.D.V.D **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**; Tradução Rita Pereira. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.372,2008

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre:ano08, nº16, jul/dez,2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em fevereiro de 2014

TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar; Realidades e Perspectivas**; Passo Fundo; Editora da UPF, 2001, pp. 57-103.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local ((sob o ângulo do Estado)** http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_atr_pp_papel.pdf 2002

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. 2001 Passo Fundo: EDIUPF, cap. 1, p. 21-55, 2

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E OS FATORES DE RISCOS CARDIOVASCULARES EM FREQUENTADORES DA PRAÇA BATISTA CAMPOS NA CIDADE DE BELÉM (PA)

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 08/11/2021

Rafaele Maria da Silva

Profissional de Educação Física, Faculdade
Conhecimento e Ciência (FCC)
Belém, Pará, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-1017-2477>

Caroline Moraes Monteiro

Profissional de Educação Física, Faculdade
Conhecimento e Ciência (FCC)
Belém, Pará, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-6606-5657>

Thiago dos Santos Cruz

Profissional de Educação Física, Faculdade
Conhecimento e Ciência (FCC)
Belém, Pará, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9063-8953>

Carmen Françausy Martins Nascimento

Profissional de Educação Física, Centro
Universitário Famaz (UNIFAMAZ)
Belém, Pará, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4406-2281>

Daniele Magalhães Souza

Profissional de Educação Física, Centro
Universitário Famaz (UNIFAMAZ)
Belém, Pará, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-0420-0638>

Josiana Kely Rodrigues Moreira da Silva

Docente do curso de Bacharelado em
Educação Física, Universidade do Estado do
Pará (UEPA)
Belém, Pará, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-5634-5011>

RESUMO: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) as Doenças Cardiovasculares (DCV) são a principal causa de óbitos em todo o mundo. O estudo teve como objetivo verificar o perfil antropométrico e os fatores de riscos para doenças cardiovasculares em frequentadores da praça Batista Campos, em Belém (PA). Foram avaliados 84 indivíduos de ambos os gêneros, sendo 52 do grupo exercício (GE) e 32 no grupo sedentário (GS). Com a utilização de questionários e da avaliação antropométrica através das variáveis: peso, estatura e circunferências da cintura e quadril; verificação de pressão arterial e obtenção de dados do IMC, RCQ e RCE. Para a classificação do nível de atividade física foi usado a recomendação da OMS. Utilizou-se o software Excel® 2010 para entrada dos dados e confecção das tabelas e o BioEstat 5.0 para análise estatística. Na verificação da normalidade dos dados utilizou-se o teste D'Agostino-Pearson, Qui-quadrado, teste G (aderência) e o teste t de Student. Adotou-se o nível alfa de significância de 5% ($p \leq 0,05$). O GS apresentou valores antropométricos maiores quando comparados ao GE de ambos os gêneros. Pode se concluir que os participantes estão com sobrepeso e acúmulo de adiposidade corporal mais elevado no grupo sedentário e o gênero feminino se mostrou mais vulnerável para o aparecimento de fatores de riscos para DCV. Percebe-se a necessidade de intensificação de ações de prevenção e conscientização da população referente aos fatores de riscos cardiovasculares e o sedentarismo.

PALAVRAS-CHAVE: Exercício Físico, Doenças cardiovasculares, Antropometria.

ANTHROPOMETRIC PROFILE AND CARDIOVASCULAR RISK FACTORS IN GOERS OF THE BATISTA CAMPOS SQUARE IN THE CITY OF BELÉM (PA)

ABSTRACT: According to the World Health Organization (WHO), Cardiovascular Diseases (CVD) are the main cause of death worldwide. The study aimed to verify the anthropometric profile and the risk factors for cardiovascular diseases in regulars at Praça Batista Campos, in Belém (PA). 84 individuals of both genders were evaluated, 52 from the exercise group (EG) and 32 from the sedentary group (GS). Using questionnaires and anthropometric assessment through the variables: weight, height and waist and hip circumferences; checking blood pressure and obtaining data on BMI, WHR and WHR. For the classification of the level of physical activity, the WHO recommendation was used. Excel® 2010 software was used for data entry and preparation of tables and BioEstat 5.0 for statistical analysis. In verifying the normality of the data, the D'Agostino-Pearson test, Chi-square test, G test (adherence) and the Student t test were used. The alpha level of significance was set at 5% ($p \leq 0.05$). The GS showed higher anthropometric values when compared to the SG of both genders. It can be concluded that the participants are overweight and the accumulation of higher body fat in the sedentary group and the female gender was more vulnerable to the appearance of risk factors for CVD. The need to intensify prevention and awareness actions among the population regarding cardiovascular risk factors and physical inactivity is perceived.

KEYWORDS: Physical Exercise, Cardiovascular diseases, Anthropometry.

1 | INTRODUÇÃO

A incidência de Doenças Cardiovasculares (DCV) vem aumentando na população adulta em todo o mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2017, essa patologia foi a principal causa de óbitos a nível global. Alguns fatores de risco estão relacionados com o aparecimento dessas enfermidades como, tabagismo, dietas inadequadas, sedentarismo, além dos fatores cronológicos que se referem ao aumento da idade e também podemos citar a síndrome metabólica (Cichocki e colaboradores, 2017).

Diante do exposto, destaca-se a importância do trabalho de prevenção, tendo como uma das principais formas a prática de exercício físico que pode ser tanto treinamento aeróbico quanto resistido. Com isso, busca através da orientação e do movimento promover mudanças de hábitos e adaptações físicas, como melhora da frequência cardíaca de repouso, controle da pressão arterial, diminuição do percentual de gordura e a melhora da qualidade de vida, contribuindo assim, para redução dos fatores de riscos para doenças cardiovasculares (Rocha, 2016).

Ao iniciar um programa de exercícios físicos recomenda-se a verificação de algumas variáveis como alimentação, características individuais e dados antropométricos. A antropometria refere-se a uma dimensão da antropologia que busca compreender as dimensões de partes do corpo humano, através dela podemos obter dados para prescrição de exercícios e ainda classificar os indivíduos em alguns preditores de saúde (Souza e colaboradores, 2016).

O exercício físico é uma atividade planejada e estruturada com o intuito de manter ou estimular a melhora da aptidão física e saúde, pode ser praticado em vários ambientes como academias, parques e praças públicas. O Brasil possui vários locais e vias destinados a esse fim, onde a população local pode utilizar o espaço para realizar suas atividades de lazer e prática de exercício ao ar livre (Trapé e colaboradores, 2018).

O presente estudo teve como objetivo identificar o perfil antropométrico e os fatores de riscos para doenças cardiovasculares em frequentadores da praça Batista Campos, na cidade de Belém (PA).

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo de tipo transversal, amostragem não probabilística por conveniência, composta por indivíduos de ambos os gêneros, com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 60 anos. O projeto foi submetido, analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa através do CAAE nº 78636717.8.00005701.

Foram avaliados 84 indivíduos, na Praça Batista Campos (Avenida Padre Eutíquio, S/N), localizada em Belém do Pará, no período de 20 de agosto até 20 de setembro de 2019, em dois períodos (manhã e tarde) em dias alternados, através de entrevista estruturada, com perguntas fechadas, alternativas “Sim” e “Não”, e alternativas qualitativas, contendo dados pessoais, informações sobre tabagismo, consumo de bebidas alcoólicas, características sócio demográficas, práticas de atividades físicas, questões de saúde e avaliação antropométrica.

Para avaliação antropométrica foram coletados os dados de peso (P) em quilogramas e a balança digital (Geatherm Win Win Scale®), com sensibilidade a partir de 3kg e capacidade máxima de 150kg. A estatura (E) em metros, medida através de um Estadiômetro de Bolso (Cescorf®) com campo de uso de 0,40 até 2,20 m, com resolução em milímetros e tolerância de + / - 2 mm em 2,20 m, além de uma haste retrátil para medir a altura em pé.

As medidas antropométricas das circunferências do pescoço (CP), circunferência da cintura (CC), circunferência do abdômen (CA) e circunferência do quadril (CQ) foram coletadas em centímetros. Todas as medidas foram realizadas utilizando a fita antropométrica (Cescorf®) de 2 metros. A verificação da pressão arterial (PA), foi realizada com monitor de pressão arterial automático de braço (Microlife®) com braçadeira de 22 a 42 centímetros.

Após a obtenção dos dados referentes ao peso e a estatura corporal, foi calculado o IMC (Índice de Massa Corporal) que foi obtido através da razão entre o peso e estatura elevada ao quadrado. Os resultados obtidos tiveram como parâmetros os valores do quadro de referência do IMC, valores entre 18,5 e 24,9 kg/m² peso considerado dentro da normalidade.

Com os valores das medidas antropométricas e da PA os resultados foram avaliados e analisados conforme protocolos específicos. Para o resultado do RCE foi utilizado o cálculo da divisão entre a medida da CC e E ambos em centímetros com o ponto de corte 0,52 para o sexo masculino e 0,53 para o sexo feminino. A classificação do RCQ se deu após o cálculo da razão entre a CC e CQ, variando o resultado de acordo com a idade e o sexo do indivíduo. Para a medida da PA foi classificada dentro da normalidade a pressão arterial sistólica (PAS) \leq 120 e pressão arterial diastólica (PAD) \leq 80 mm Hg.

Para os cálculos de Índice de Massa Corporal (IMC) foi utilizado a Diretriz Brasileira de Obesidade (2016), após a aferição dos valores da Pressão arterial (PA) foi classificado de acordo com as recomendações VII Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial (2016) e para os cálculos de Relação Cintura e Quadril (RCQ) e Relação Cintura e Estatura (RCE) foram utilizados as recomendações da organização mundial da saúde - OMS (1995), assim como a classificação quanto a prática de atividades físicas, onde OMS recomenda o mínimo de 150 minutos/ semana de atividades moderadas ou 75 minutos/ semanas de atividades intensas (Brasil, 2017).

Adotou-se o software Excel® 2010 para entrada dos dados e confecção das tabelas, bem como o BioEstat 5.0 para análise estatística. As variáveis categóricas foram apresentadas como frequências e as numéricas por meio de medidas de tendência central e dispersão.

Na verificação da normalidade dos dados utilizou-se o teste D'Agostino-Pearson, onde evidenciou-se amostras paramétricas e não paramétricas, sendo necessário o uso dos testes do Qui-quadrado, teste G (aderência) e o teste t de Student. Adotou-se o nível alfa de significância de 5% ($p \leq 0,05$).

3 | RESULTADOS

Foram avaliados 84 indivíduos, sendo 52 do grupo exercício (GE) com idade média de $34,94 \pm 12,32$ anos e 32 no grupo sedentário (GS) com média de idade de $35,31 \pm 12,80$, para o GE 50,0% era do gênero feminino e 50% masculino, para o GS 46,9% era do gênero masculino e 53,1% feminino.

Na **Tabela 1** observou-se que em ambos os grupos, os homens apresentam valores mais elevados em relação ao peso ($p=0,58$), em comparação ao gênero feminino ($p=0,21$). Ao que diz respeito a estatura, os homens apresentaram maiores resultados comparado as mulheres, em ambos os grupos. Em relação ao IMC, notou-se valores maiores para o GS em ambos os gêneros, com média de $25,27 \pm 5,15$ ao gênero masculino e $28,10 \pm 5,75$ para GS do gênero feminino ($p=0,05$), dados estes estatisticamente significativos.

Ao que diz respeito aos valores de PAS e PAD, foram encontrados valores do GS maiores quando comparados ao GE de ambos os gêneros, porém não apresentaram resultados estatisticamente significativos.

Quanto a medida da CP foi encontrada valores antropométricos mais elevados para o gênero masculino em comparação ao gênero feminino.

Com relação a CA verificou-se valores maiores para o GS de ambos os gêneros. A medida da Circunferência da cintura mostrou dados significativos para o gênero feminino, apresentando valores de $79,40 \pm 8,51$ do GE e $88,80 \pm 15,64$ do GS ($p=0,03$), para o gênero masculino observou-se média de $81,48 \pm 10,81$ para GE e $85,74 \pm 13,33$ para GS.

O IAC foi classificado elevado para todos os grupos, com média para o gênero masculino de $26,26 \pm 3,86$ no GE e $27,00 \pm 3,16$ no GS ($p=0,53$) e para o gênero feminino $33,11 \pm 21,54$ para GE e $37,35 \pm 8,02$ ($p=0,06$) para o GS.

Quanto a RCE, todos os grupos encontravam-se dentro dos padrões de normalidade, contudo, apenas o gênero feminino apresentou dados estatisticamente significativos, com média de $0,48 \pm 0,00$ para GE e $0,55 \pm 0,10$ para GS ($p=0,01$), o gênero masculino apresentou a média de $0,47 \pm 0,05$ para GE e $0,50 \pm 0,07$ para GS.

VARIÁVEIS	MASCULINO			FEMININO		
	GE	GS	p-valor	GE	GS	p-valor
Peso (kg)	$70,99 \pm 13,92$	$73,56 \pm 15,34$	0,58	$64,62 \pm 8,47$	$69,36 \pm 13,86$	0,21
Estatura (cm)	$1,69 \pm 0,05$	$1,68 \pm 0,07$	0,55	$1,57 \pm 0,05$	$1,55 \pm 0,07$	0,24
IMC (kg/m ²)	$24,76 \pm 4,77$	$25,27 \pm 5,15$	0,75	$25,08 \pm 4,46$	$28,10 \pm 5,75$	0,05*
PAS (mmHg)	$125,50 \pm 11,94$	$129,26 \pm 14,24$	0,37	$118,46 \pm 9,43$	$119,70 \pm 13,53$	0,72
PAD (mmHg)	$78,92 \pm 9,42$	$82,73 \pm 11,89$	0,26	$78,23 \pm 8,18$	$84,23 \pm 25,73$	0,36
CP (cm)	$37,25 \pm 2,90$	$37,52 \pm 2,64$	0,77	$33,24 \pm 2,62$	$33,45 \pm 2,70$	0,79
CA (cm)	$84,74 \pm 12,19$	$88,72 \pm 13,27$	0,33	$85,82 \pm 8,29$	$93,18 \pm 15,85$	0,09
CQ (cm)	$97,54 \pm 8,23$	$96,49 \pm 8,43$	0,10	$101,11 \pm 6,78$	$97,31 \pm 18,42$	0,42
CC (cm)	$81,48 \pm 10,81$	$85,74 \pm 13,33$	0,27	$79,40 \pm 8,51$	$88,80 \pm 15,64$	0,03*
IAC	$26,26 \pm 3,86$	$27,00 \pm 3,16$	0,53	$33,11 \pm 21,54$	$37,35 \pm 8,02$	0,06
RCQ	$0,83 \pm 0,05$	$0,86 \pm 0,07$	0,12	$0,76 \pm 0,01$	$0,77 \pm 0,07$	0,57
RCE	$0,47 \pm 0,05$	$0,50 \pm 0,07$	0,13	$0,48 \pm 0,00$	$0,55 \pm 0,10$	0,01*

Nota. GE – Grupo exercício; GS – Grupo sedentário; IMC – índice de massa corpórea; PAS – Pressão arterial sistêmica; PAD – pressão arterial diastólica; CP – circunferência de pescoço; CA – circunferência abdominal; CQ – circunferência de quadril; CC – circunferência de cintura; IAC – Índice de adiposidade corporal; RCQ – relação cintura-quadril; RCE – relação cintura-estatura.

* Resultado estatisticamente significativo. Teste t de *Student* (Dados amostrais), $p \leq 0,05$.

Tabela 1 - Comparação das variáveis antropométricas e fatores de risco para doenças cardiovasculares em indivíduos frequentadores da Praça Batista Campos em Belém-Pa.

4 | DISCUSSÃO

O aumento das DCV está diretamente ligado a fatores genéticos, estilo de vida do indivíduo e o desenvolvimento dos fatores de riscos. Tais doenças podem ser evitadas

através da redução do sedentarismo, hábitos alimentares saudáveis e controle do peso corporal, essas variáveis influenciam diretamente nas medidas antropométricas e identificam o estilo de vida dos participantes. (Boiça e colaboradores, 2018)

No presente estudo, os resultados referentes ao IMC foram avaliados com sobrepeso para o GS de ambos os gêneros. Além disso, o gênero feminino apresentou resultados estatisticamente relevantes. Estes achados coincidem com os resultados encontrados no estudo de Carvalho e colaboradores (2016), realizado através de uma ação educativa em Belém do Pará, em que mulheres apresentaram valores elevados quanto ao IMC, classificadas com sobrepeso e obesidade. No estudo de Ferreira e colaboradores (2016), verificaram o baixo consumo de verduras e maior frequência de alimentos industrializados pelos participantes. Dados esses que resultam em hábitos alimentares inadequados e o favorecimento do aumento de peso e adiposidade corporal.

Como também, no estudo de Ziane, Adami e Fassina (2016), onde foram avaliados o risco cardiovascular em adultos de ambos os gêneros que frequentaram a unidade básica de saúde do município Vale do Taquari (RS). O grupo sedentário apresentou dados significativamente maiores do IMC quando comparados ao grupo exercício coincidindo com os dados apresentados, mostrando a importância da prática de atividade física para controle do peso corporal, por conseguinte, prevenção de obesidade e de doenças hipocinéticas.

Em relação a PAS e PAD detectou-se que todos os grupos, com exceção do GE do gênero feminino, estão classificados como pré-hipertensos, porém o gênero masculino apresenta valores mais elevados de PA quando comparados ao gênero feminino. Considerando que segundo a VII Diretriz Brasileira de hipertensão arterial (2016), os valores de PAS 121-139 mmHg e PAD 81-89 mmHg são classificados como pré-hipertensos. Portanto, podem estar relacionados ao aparecimento da hipertensão arterial e problemas cardíacos futuros com maior ênfase no gênero masculino.

Foram encontrados no estudo de Gonçalves e colaboradores (2018). Indivíduos de ambos os gêneros com valores de PA que indiquem pré-hipertensão e hipertensão, sendo que o maior número foi observado nos homens quando comparado às mulheres aproximando dos resultados apresentados neste trabalho.

Quando avaliado a medida da CP foram encontrados valores antropométricos mais elevados para o gênero masculino em comparação ao gênero feminino. Assim como no estudo realizado com pacientes de ambos os gêneros em Pelotas-RS, onde a CP do gênero masculino foi considerado risco moderado e mais elevado em comparação ao gênero feminino. A CP é uma medição relevante de adiposidade superior do corpo que está associado ao desenvolvimento de fatores de riscos a DCV (Silva, Preto e Borges, 2015).

A medida da CA que indica o acúmulo de adiposidade abdominal, como um fator de risco para o desenvolvimento de DCV. Apresentou valores elevados para o GS de ambos os gêneros. Porém os resultados do gênero feminino foram mais elevados, apesar de não apresentar valores estatisticamente significativos, pode-se observar que essa variável

influencia para maior propensão no desenvolvimento de fatores de riscos para DCV. A literatura vem demonstrando que esta circunferência vem aumentando neste público, como no estudo realizado com pacientes do gênero feminino atendidas no ambulatório da Universidade Federal Fluminense, onde foi encontrada a prevalência do aumento de adiposidade abdominal em mulheres que apresentou a média de 110 cm de CA (Barroso e colaboradores, 2017).

Em relação a Circunferência da cintura mostraram dados significativos do gênero feminino em comparação do GE e GS. E referindo a medida da CC, no estudo de Rosa e Alves (2017), com colaboradoras de uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN), foi utilizado como público alvo na pesquisa somente o gênero feminino sendo ativas e sedentárias. Apresentaram como resultado da medida de CC 54,7% com risco elevado para doenças cardiovasculares. Neste trabalho o maior número de mulheres foi classificado como sedentárias por volta de 78%. Aproximando dos valores de CC, aumento da adiposidade central mais elevado para as mulheres sedentárias quando comparadas as que se exercitam.

O cálculo de IAC que é um indicador de adiposidade corporal. Apresenta como resultados: o gênero masculino, de ambos os grupos ficou com a classificação de obesidade e o gênero feminino, de ambos os grupos com sobrepeso. Divergindo dos resultados do estudo realizado em Viçosa (MG), com indivíduos adultos de ambos os gêneros e classificados entre GE e GS. O gênero masculino apresentou a classificação de sobrepeso para ambos os grupos. E o gênero feminino ficou classificado com IAC dentro da normalidade para ambos os grupos. Ambos os valores encontrados no estudo foram menores, assim, obtiveram melhores resultados de IAC, principalmente dos indivíduos fisicamente ativos (Segheto E Colaboradores, 2018).

O preditor antropométrico RCE que é utilizado como indicador de possíveis doenças crônicas não transmissíveis, como a DCV. Neste estudo apresentou valores elevados no gênero feminino quando comparado o GE ao GS. A literatura apresentou um número pequeno de dados referente a essa comparação. Porém, destaca-se os valores de RCE do gênero feminino de ambos os grupos são superiores ao comparados ao sexo oposto com os mesmos grupos.

Resultado similar foi encontrado no trabalho de Correa e colaboradores (2019) e mostra que o valor de RCE do gênero feminino apresentou resultados superiores quando comparado ao gênero masculino. Os autores justificam este resultado pelo aumento dos valores da CC, o que também foi registrado nesta pesquisa.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo mostraram que o perfil antropométrico dos participantes foi classificado como sobrepeso, com acúmulo de adiposidade visceral e

corporal mais elevado em indivíduos sedentários. No qual, o gênero feminino se mostrou o público mais vulnerável para o aparecimento de fatores de riscos para DCV, apresentando dados estaticamente significativos nos protocolos IMC, CC e RCE.

Esses protocolos fazem parte de fatores de riscos modificáveis para DCV, ou seja, são passíveis de intervenções e modificações. Com isso, o desenvolvimento de ações de saúde e políticas públicas voltadas para o combate ao sedentarismo, controle de peso corporal e diminuição das circunferências antropométricas se mostram necessárias. Por conseguinte, contribuições eficazes para a melhora do perfil antropométrico do público estudado.

O contexto dos resultados encontrados nesta pesquisa percebe-se a necessidade de mais estudos acerca do tema para que se possa visualizar o motivo do gênero feminino estar com os riscos para DCV em níveis mais elevados. Juntamente com a atuação dos profissionais de educação Física na prevenção e conscientização da população.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Nós, Rafaelle Maria da Silva; Caroline Moraes Monteiro; Thiago dos Santos Cruz; Carmen Françaasy Martins Nascimento; Daniele Magalhães Souza; Josiana Kely Rodrigues Moreira da Silva, autores do manuscrito intitulado “Perfil antropométrico e os fatores de riscos cardiovasculares em frequentadores da praça batista campos na cidade de Belém (Pa)”, declaramos que NÃO possuímos conflito de interesse de ordem:

- (X) financeiro,
- (X) comercial,
- (X) político,
- (X) acadêmico e,
- (X) pessoal.

Declaramos também que não houve apoio financeiro e material recebido para o desenvolvimento deste trabalho.

As relações de qualquer tipo que possam levar a conflito de interesse estão completamente manifestadas abaixo.

REFERÊNCIAS

Barroso, T. A.; Marins, L. B.; Alves, R. Gonçalves, A. C. S.; Barroso, S. G.; Rocha, G. S. **Associação entre obesidade central e a incidência de doenças e fatores de risco cardiovascular**. International Journal of Cardiovascular Sciences. Niterói. Vol. 30. Num. 5. 2017.p. 416-424.

Boiça, L. G. de O.; Martins, M. S. A. S.; Segri, N. J.; Guimarães, L. V.; Durante, G. D.; Malta, D. de C. **Simultaneidade de fatores de risco cardiovascular e fatores associados em adultos**. Connection line- Revista eletrônica do Univag. Várzea Grande. Num. 19. 2018

Carvalho, E. V.; Costa, V. V. L.; Araújo, M. S.; Martens, I. B. G.; Sá, N. N. B.; Silva, R. A. **Correlação entre o estado nutricional e o risco coronariano de adultos atendidos em uma ação educativa em Belém do Pará. Revista Brasileira de obesidade, nutrição e emagrecimento.** São Paulo. Vol. 10. Num. 55. 2016. P. 40-49.

Cichocki, M.; Fernandes, K. P.; Castro-Alves, D. C.; Gomes, M. V. M. **Atividade física e modulação do risco cardiovascular. Revista Brasileira de Medicina do Esporte.** São Paulo. Vol. 23. Num. 1. 2017.p. 21-25.

Correa, M. M.; Facchini, L. A.; Thumé, E.; Oliveira, E. R. A.; Tomasi, E. **Habilidade da razão cintura-estatura na identificação de risco à saúde. Revista de Saúde Pública.** São Paulo. Vol. 53. Num. 66. 2019

Malachias, M.V.B.; Plavnik, F.L.; Machado, C.A.; Malta, D.; Scala, L.C.; Fuchs, S.; **Diretriz Brasileira da hipertensão arterial (2016). Sociedade Brasileira de Cardiologia,** Num. 107(3).

Ministério da saúde. **Atividade Física.** Portal do governo Brasileiro. 25 de maio de 2017.

Ferreira, R. A.; Souza, M. F.; Costa, V. V. L.; Barata, I. R. S. **Avaliação do consumo alimentar de praticantes de atividade física em uma academia em Belém, PA.** Jornal Braspen. São Paulo. Vol. 32. Num. 3. 2017. p. 246-52.

Gonçalves, J. S.; Silva, L. L.; Ninahuaman, M. F. M. L.; Abdala, G. A.; Lima, M. O. P. **Perfil de risco cardiovascular em estudantes universitários.** Jornal Life Style. São Paulo. Vol. 5. Num. 2. 2018.

Rocha, P. E. C. P. **Comparação de dois modelos de exercícios físicos na redução dos fatores de riscos cardiovasculares com ênfase na obesidade e hipertensão. Tese de doutorado.** Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro. 2016.

Segheto, W.; Hallal, P. C.; Marins, J. C. B.; Silva, D. C. G.; Coelho, F. A.; Ribeiro, A, Q.; Moraes, S. H. O.; Longo, G. Z. **Fatores associados e índice de adiposidade corporal em adultos: estudo de base populacional.** Revista ciência e saúde coletiva. Rio de Janeiro. Vol. 23. Num. 3. 2018. p. 773-783.

Rosa, Q. P.P.; Alves, M. K. **Prevalência e fatores associados ao excesso de peso em mulheres adultas colaboradoras de uma unidade de alimentação e nutrição.** Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento. São Paulo. Vol. 11. Num. 66. 2017. p. 428-436.

Silva, M. W.; Pretto, A. D. B.; Borges, L. R. **Associação entre circunferência do pescoço e risco cardiovascular de pacientes atendidos em um ambulatório de nutrição.** Revista Brasileira de Nutrição Clínica. Porto Alegre. Vol. 30. Num. 4. 2015. p. 285-90.

Souza, T. C.; Silva, H. M.; Vieira, A. C. C.; Marinho, A. O. O. **Avaliação Física: Importância e efetividade nas academias de juazeiro do Norte – CE.** Caderno de Cultura e Ciência. Crato. Vol. 6. Num. 15. 2016

Trapé, A. A.; Lizzi, E. A. da S.; Jacomini, A. M.; Bueno Júnior, C. R.; Franco, L. J.; Zago, A. S. **Exercício físico supervisionado, aptidão física e fatores de risco para doenças cardiovasculares em adultos e idosos.** Revista Brasileira de Ciências da Saúde. João Pessoa. Vol. 22. Num. 4.2018.p.291-298.

Ziane, F. C.; Adami, F. S.; Fassina, P. **Avaliação do risco cardiovascular de adultos atendidos em unidade básica de saúde.** Revista Uningá Review. Maringá. Vol. 26. Num. 1. 2016.p. 23-29.

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BAHIA: RELATOS SOBRE AÇÕES ENTRE 1970 E 1990

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 05/11/2021

Alex Vieira dos Santos

Secretaria de Educação do Estado da Bahia -
SEC
Academia de Ciências da Bahia - ACB
<https://orcid.org/0000-0003-0727-6213>
<http://lattes.cnpq.br/3213134393360397>

RESUMO: O presente artigo tem como foco destacar, dentro de uma abordagem em História da Ciência, ações em prol da popularização da ciência realizadas no Estado da Bahia durante a segunda metade do século XX. Assim, para o contexto da pesquisa é tomado como objeto quatro ações realizadas entre 1970 e 1990. Inicialmente, o trabalho foca o debate sobre os conceitos que cercam a popularização da ciência, suas correlações com a difusão do conhecimento científico e com a alfabetização científica. Nesse contexto, as ações de popularização foram discutidas através de relatos de atores que participaram ativamente em algum momento do processo trazendo suas falas em um contexto onde temos a História Oral como principal fonte de dados.

PALAVRAS-CHAVE: Popularização da Ciência na Bahia, Bahia, História da Ciência.

POPULARIZATION OF SCIENCE IN BAHIA: REPORTS ON ACTIONS BETWEEN 1970 AND 1990

ABSTRACT: This article focuses on highlighting, within a History of Science approach, actions in favor of the popularization of science carried out in the State of Bahia during the second half of the 20th century. Thus, for the research context, four actions between 1970 and 1990 are taken as the object. Initially, the work focuses on the debate on the concepts surrounding the popularization of science, its correlations with the dissemination of scientific knowledge and literacy scientific. In this context, popularization actions were discussed through accounts of actors who actively participated at some point in the process, bringing their speeches in a context where we have Oral History as the main source of data.

KEYWORDS: Popularization of Science in Bahia, Bahia, History of Science.

1 | POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA: UMA QUESTÃO DE SEMÂNTICA?

Ciência e tecnologia já não podem ser consideradas deslocadas de um contexto social qualquer que seja ele. Ambas se constituem pontos chave para o desenvolvimento econômico de um país e, de outro modo, se apresentam como importantes agentes de transformação social. Também atuam como sustentáculos da soberania de uma nação, em seu reconhecimento na conjuntura mundial e na qualidade de vida de sua população. Atrelado

a esse contexto temos as consequências das relações entre a chamada tríade virtuosa, ciência-tecnologia-produção e o desenvolvimento científico e tecnológico de um país que não poderá ser obtido através de fórmulas mágicas e ações isoladas que estejam restritas ao campo da política tradicional de gabinete (BAIARDI e SANTOS, 2005a; VOGT, 2010).

No âmbito de tais ações, a popularização da ciência se apresenta como um agente em potencial, sendo que esta pode ser entendida, sem maiores conflitos conceituais, como um conjunto de ações que visam, dentre outros objetivos, estabelecer e proporcionar um ambiente propício à compreensão por parte da sociedade do que seja o empreendimento científico, como por exemplo, quais os investimentos em ciência e tecnologia e seus resultados para a população em geral ou quais as consequências e/ou benefícios que estejam ligados a interesses comerciais ligados à saúde pública, como no caso de campanhas de vacinação em massa¹. Compreensão pública da ciência, alfabetização científica, divulgação científica, vulgarização da ciência ou mesmo cultura científica, são alguns dos termos que se tornaram recorrentes e invariavelmente são utilizados tanto pelo meio acadêmico, pela sociedade civil e pela esfera da política de educação e C&T como sinônimos e/ou correlações para o conceito de popularização da ciência.

De outro modo, o uso descontextualizado desses termos podem, a depender das circunstâncias, gerar conflitos conceituais, que transpassem a=o campo da semântica, no que tange o entendimento e a utilização dos mesmos, e assim, reforçar a persistência de um “não consenso” quanto aos seus usos e/ou abusos. Desmistificar tais conceitos, suas nuances e correlações se tornou objeto de diversos trabalhos tanto no Brasil (BUENO, 1984; CAZELLI, S. 1992; MASSARANI, 2002; GOUVÊA, 2000; CURY, 2002; ZAMBONI, 2001; GERMANO E KULESZA, 2007; PORTO, C. ; BROTAS, A. M. P. ; BORTOLIERO, S. (Orgs.), 2011, dentre outros), quanto em outros países (ROQUEPLO, 1974; PASQUALI, 1978; MILLER, 1983; JOURDANT, 1996; CORTASSA, 2012, dentre outros).

De outro modo, a Política de Popularização da Ciência é compreendida como um esforço do Estado e de algumas organizações da Sociedade Civil para colocar em um nível mais elevado as atividades de difusão e ensino formal e não formal da ciência. (BAIARDI e SANTOS, 2005b). É partindo do entendimento do enunciado supracitado, que o presente trabalho, postula discutir os caminhos traçados pela Bahia no âmbito das políticas e iniciativas de popularização da ciência², realizadas tanto pelo Estado, quanto por algumas organizações da Sociedade Civil. Desse modo, foram analisadas quatro ações emblemáticas de popularização das ciências desenvolvidas na Bahia, tendo como foco o

1 A cultura em geral se apresenta como um conjunto de qualidades mentais e aspectos de comportamento enraizados nos costumes, voltados para o conhecimento, crenças, hábitos, arte, moral, direito etc. e interiorizados pelo indivíduo como resultado da educação formal, não-formal e do ambiente (LEACH, 1985; ROSSI, 1993). E aqui em especial, a cultura científica que se refere aos processos de produção e difusão do conhecimento, no contexto as política de C&T e por extensão nas direcionadas a popularização das ciências estariam no conjunto de ações que possibilitam uma via de ação e modificação do entendimento da ciência pelo público.

2 Importante salientar que o termo **políticas e iniciativas** doravante utilizado no texto, é enfatizado para que possamos realizar uma diferenciação entre as políticas que possam ter surgido tanto da esfera estatal como da esfera social, das iniciativas surgidas no âmbito da sociedade civil.

relato dos atores participantes, as particularidades das ações, o ambiente acadêmico, a natureza das ações e quais os possíveis resultados ou legados deixados por elas.

2 | AÇÕES NO CONTEXTO DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BAHIA

No Estado da Bahia, no âmbito das ações de popularização da ciência, após realização de pesquisa em instituições e veículos de informação, foi possível constatar uma escancarada e incipiente falta de produção literária sistematizada que, a rigor, pudesse fornecer dados e referenciais precisos sobre o que foi organizado, produzido, cogitado ou mesmo engavetado sobre o tema. Foi nesse âmbito que se optou pela utilização da História Oral para a coleta de dados, tendo como fonte primária os relatos dos atores que estiveram diretamente ligados as ações aqui apresentadas. Partindo desse pressuposto e tendo os relatos orais das entrevistas, foi possível descobrir, por exemplo, que a Bahia já teve um destaque nacional, quando inaugurou o Museu de Ciência e Tecnologia, uma iniciativa pioneira no Brasil, uma vez que, naquela ocasião poucas unidades da federação contavam com algo similar. Ainda na guisa das ações em prol da popularização das ciências, tivemos na Bahia o projeto “Ciência as 6 e meia”, as realizações de encontros da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e o periódico local *CiênciaPress* produzido no contexto da UFBA.

Assim procedendo, para o relato sobre o Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia foi entrevistado o professor Roberto Figueira Santos, então governador da Bahia na inauguração do museu e a professora Heloísa Helena Fernandes Gonçalves Costa, museóloga que trabalhou na instalação expográfica do museu. No projeto ciência as 6 e meia, organizado no âmbito da secretaria regional da SBPC da Bahia, foram entrevistados a professora Inaiá Maria Moreira de Carvalho, o professor Caio Mário Castro Castilho e a professora Sylvania Maia³, todos ex-secretários regionais da SBPC Bahia na década de oitenta do Século passado. Para a agência de notícias *CiênciaPress* foram entrevistados o professor Othon Fernando Jambeiro Barbosa, pesquisador e mentor da ideia e o jornalista Claudio Bandeira, á época bolsista no projeto de pesquisa do periódico no curso de jornalismo da UFBA. A última das quatro ações foi a reunião da SBPC realizada em Salvador em 1981, tendo como entrevistados a professora Maria Brandão, então secretária regional da SBPC/BA em 1981 e o professor Nelson De Luca Pretto, participante ativo e professor da Universidade Federal da Bahia.

3 | A ORALIDADE SOBRE AS AÇÕES DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BAHIA

A memória, aqui vista como fonte de pesquisa, nos revela, por intermédio das

³ A professora Sylvania Maia foi entrevistada via e-mail por motivos de saúde, impossibilitando, desse modo, a gravação de seu depoimento.

entrevistas, um olhar pessoal dos atores que participaram das ações ligadas a popularização da ciência na Bahia.

3.1 O Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia: Uma realização fora do seu tempo e território

Focando especialmente no desenvolvimento tecnológico e no papel da educação científica, o professor Roberto Santos iniciou sua fala sobre o projeto do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia, doravante denominado MCTB, ressaltando que a inspiração surgiu a partir de outros Museus de C&T existentes fora do Brasil. O MCTB foi inaugurado em 17 de fevereiro de 1979 tendo sua criação reconhecida através do Decreto n.º 25.663 de 01 de maio, sendo projetado para funcionar na região do Parque Metropolitano de Pituáçu, na época uma área de expansão na cidade. Segundo Roberto Santos, além de alinhar perspectivas vistas em outros países, o MCTB trazia a possibilidade de instauração de um instrumento que pudesse servir de ligação entre a juventude da Bahia e o contexto de desenvolvimento tecnológico impulsionado pela indústria petrolífera que estava em voga no Estado na época. Roberto Santos (2012) comenta que:

Ficou também a convicção de que esse desenvolvimento científico e tecnológico é importante para o cotidiano... É importante para a vida de todo cidadão. E no caso da juventude é importante que haja uma noção de que as oportunidades de emprego... Que vão aparecer quando chegarem a vida adulta...

A matéria intitulada “Museu vai ter como acervo as mudanças e avanços científicos”, publicada no jornal A Tarde em 15 de agosto de 1977, reforça o relato do professor Roberto Santos quando diz que: *O aumento da popularização dos conhecimentos através do avanço da ciência e da tecnologia, foi um dos motivos que levaram o governo do estado a instituir o Museu de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia...* (A Tarde, 1977, pag. 13). A professora Heloísa Helena nesse contexto relata que: *... a ideia do Dr. Roberto é que nada fosse estático, e que adultos e crianças pudessem mexer a vontade e os pais pudessem trabalhar com os filhos nos brinquedos tal, por que eles chamam de brinquedo, mas na verdade era um equipamento para gerar conhecimento.*

A professora acrescenta que o professor Roberto Santos deixava claro em suas reuniões a intenção de divulgação científica entre os jovens: *“...o Dr. Roberto dizia muito que queria popularizar a ciência, na verdade, talvez essa palavra não fosse muito usada na época, mas a gente percebia que a intenção era divulgar a ciência, de maneira que as pessoas pudessem apreender com mais facilidade.”*. O papel do MCTB, como uma empreitada no contexto da popularização da ciência, se destaca quando Roberto Santos (2012) reforça o que para ele foram os dois grandes alicerces para a criação do museu:

O museu tinha um duplo sentido, um era esse de popularização das ciência e com essa finalidade nós tivemos um apoio muito grande do Conselho Britânico [...] o segundo a transição da economia baiana, que tinha sido agro exportadora, até aquele tempo, e estava começando a industrialização..

É notável no exposto acima as interconexões entre a necessidade de diminuir um fosso existente entre o conhecimento científico e a população, papel da popularização da ciência e, por outro lado, a correlação da implantação do MCTB no período que compreendeu a implantação da indústria petrolífera na Bahia. Nesse aspecto, o entrevistado remete as necessidades de formação de mão de obra qualificada para trabalhar nos novos nichos de emprego que estavam sendo criados. Em relação a composição e aos equipamentos que viriam a ser utilizados no Museu, o governo da Bahia, em matéria publicada no jornal A Tarde em 15 de agosto de 1977, expõe três segmentos principais de organização que iriam nortear o planejamento proposto, são eles:

(a) Constituído por equipamentos mecânicos manuseáveis pelo público, capazes de demonstrar de forma didática, os princípios científicos e tecnológicos vitais. Esses equipamentos serão concebidos e construídos em nosso Estado. (b) Existência de pequenos laboratórios equipados para experiências científicas nos campos da Física, Química e Biologia e (c) Equipamentos para exposições contemplativas, como aviões, locomotivas, torres de petróleo, embarcações etc.

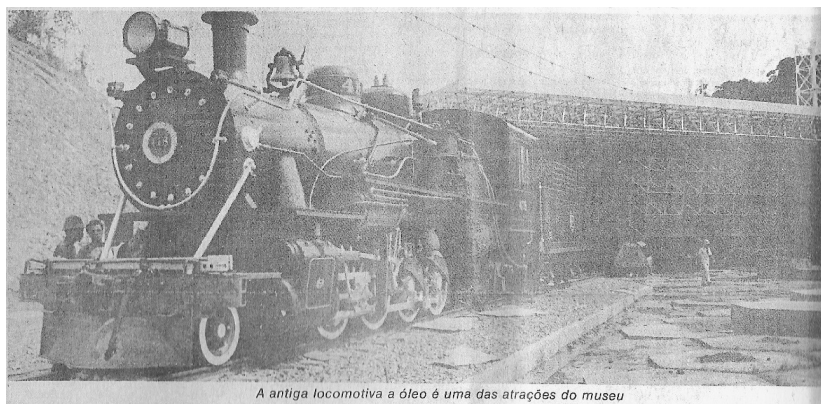


Figura 1. Foto da locomotiva movida a óleo, doada pela RFFSA, na entrada do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia

Fonte: Jornal A Tarde, 27 de setembro de 1982, Cad. De Turismo, pag. 3

O acervo do MCTB contou com peças adquiridas tanto por aquisições diretas com fornecedores, quanto com doações, como ocorreu com algumas peças doadas ao MCTB pela NASA - *National Aeronautics and Space Administration*. Não obstante o pioneirismo, por motivos que no momento não se cabe aqui analisar, o museu entrou em um processo de decadência, funcionando por 2 anos com perda do seu acervo, mas durante sua existência o MCTB promoveu visitas guiadas de estudantes no que foi denominado de “Museu Escola”⁴ e estabeleceu durante seu curto processo de institucionalização diversos contatos com

⁴ Em seu livro Reflexões sobre temas da atualidade, o professor Roberto Santos denomina da *Operação Museu-Escola*.

os comitês de outros museus tanto no Brasil como fora dele, como no caso da consultoria realizada junto ao Conselho Britânico. Mesmo após uma reinauguração em 2009, com uma breve atuação, e novo fechamento, MCTB ainda não desempenha plenamente o papel que dele se esperaria, qual seja, o de contribuir para a formação de uma cultura de ciência e tecnologia (C&T) no Estado da Bahia.

3.2 Ciência às 6 e meia em meio a popularização da ciência na Bahia: Para que população?

O projeto Ciência as 6 e meia, na Bahia, teve seu auge no campo da popularização da ciência durante a década 1980. O projeto foi desenvolvido à época a partir das bases do que já vinha sendo realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Sobre a ideia de realização do projeto aqui na Bahia, a professora Inaiá Carvalho (2012) comenta:

... tinha esse programa, ciência as 6 e meia, que tinha sido feito no Rio e São Paulo e já tinham dado alguns resultados... Era um programa de popularização da ciência que ele visava exatamente atrair um público maior e me parece que, em São Paulo e no Rio, eles tinham pego esse horário de 6 e meia por que era um horário que eles iam para os locais onde as pessoas estavam saindo do trabalho

Segundo a professora Sílvia Maia, o projeto não estava ligado em sua gênese a um conceito intrínseco de popularização da ciência, não como o termo se apresenta hoje. Para ela o:

Programa Ciência as 6 e meia não foi criado sob a definição do conceito de popularização da ciência. À época os temas escolhidos para compor a programação, não tinham um norte específico. Contudo, estava sim, contribuindo para a popularização da ciência, pelas palestras oferecidas a um público acadêmico e não acadêmicos, demonstrando interesse pela ciência.

Nesse mesmo contexto, o professor Caio Castilho (2013) nos revela em relação ao conceito de popularização da ciência e a realização do projeto Ciência as 6 e meia:

Se o termo exatamente, popularização da ciência, podia ser que ele não existisse, mas era claro entre nós que era isso mesmo. Que era para divulgar a ciência para o cidadão se tornar um cara mais... Digamos assim, ciente de como a vida se realiza, de como as coisas se realizam e como a ciência tem na interpretação da natureza, acho que basicamente era isso.

O projeto na Bahia foi organizado pela SBPC em conjunto com a Universidade Federal da Bahia, tendo como um de seus principais objetivos atingir um público amplo que não fossem somente os estudantes universitários e professores que já tinham alguma ligação com os temas que viriam ser abordados. Em suas considerações, tanto a professora Inaiá Carvalho, quanto o professor Caio Castilho salientam que, mesmo não tendo atingido uma população ampla e diversificada, o projeto, dentro de suas limitações, conseguiu uma penetração considerável para os padrões da época. Os temas debatidos durante a

realização do projeto eram aqueles ligados a ciência e suas implicações para a sociedade, sobre isso o professor Caio Castilho, reforça que esses temas estavam ligados a questões científicas e sociais. Salienta ainda que os temas eram discutidos a partir de especialistas, não sendo necessário que o mesmo fosse um cientista, assim o palestrante ou mediador poderia ser um cientista “de carteirinha” ou não.

A professora Inaiá Carvalho chama atenção para a falta de tradição da Bahia diante ações que tivessem como foco a popularização da ciência:

A gente procurou pegar temas de um interesse mais geral, ecologia, biologia, algumas coisas assim. A Bahia não tem muito essa tradição. A Bahia não tem muito essa tradição e não é fácil fazer uma coisa dessa não. Eu acho que teria também, o popularização da ciência, teria que atuar em várias frentes, inclusive na época.

Ainda segundo a professora Inaiá Carvalho, o projeto foi uma ação válida no contexto de popularização da ciência na Bahia e salienta a possibilidade de maiores alcances se o mesmo fosse realizado na atualidade⁵, em especial, pelas transformações que foram processadas na sociedade e nos padrões de educação, como por exemplo, o amplo acesso a escola e a informação.

Segundo os entrevistados o principal público atingido pelo projeto foi o estudantil, o que caracterizou para os mesmos uma ação de popularização da ciência que esteve ligada, mesmo que de forma indireta, a educação científica do Estado da Bahia. A carência de apoio institucional e as demandas da praxe na docência universitária impossibilitaram que o alcance do projeto fosse ampliado ou mesmo que ocorresse uma diversificação de público, como por exemplo, um contato direto com escolas públicas nos arredores do local de realização do projeto.

3.3 *CiênciaPress*: Uma agência de notícias científicas que rompeu os “muros” da universidade

Foi a partir das atividades desenvolvidas no CEPED (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento) na década de 1970, que Othon Jambeiro, então professor da Faculdade Comunicação da Universidade Federal da Bahia, despertou para o fenômeno da ciência aplicada, em especial, as questões ligadas a implantação do Polo Petroquímico na Bahia. Dessa experiência trouxe a ideia de um projeto que focava na questão da divulgação do conhecimento que estava ficando “emprateleirado” nas universidades e assim não tendo um alcance entre os pares na universidade e entre a universidade e a sociedade civil. Assim procedendo, através de um edital do CNPq, o professor Othon Jambeiro postulou inicialmente: *... a criação da agência de Ciência e Tecnologia, cujo o foco era divulgar a produção científica da universidade para o grande público, popularização da ciência...*

⁵ Atualmente existe uma iniciativa similar intitulada de Café Científico Salvador, promovida pelo programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA UEFS), pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução (INCT IN-TREE) e pela LDM Livraria Multicampi, em parceria com o Shopping Paseo Itaigara.

(JAMBEIRO, 2014).

A agência *CiênciaPress*, assim denominada pelo idealizador, foi uma agência de notícias que teve como principal objetivo servir de meio de divulgação acadêmica sobre as pesquisas que estavam sendo realizadas na universidade atuando junto a comunidade acadêmica e junto a mídia local especializada ou não.

A agência funcionou com a participação de estudantes bolsistas do CNPq tendo suas atividades desenvolvidas em regime de rodízio semanal ficando cada um responsável por uma área de conhecimento da universidade. Um dos grandes problemas encontrados para o pleno funcionamento da agência foi a falta de informações sistematizadas sobre as pesquisas, pesquisadores e indicadores científicos da universidade. Os estudantes faziam as matérias a partir dos dados coletados *in loco* e passavam para o professor Othon Jambeiro para dar prosseguimento a fase de revisão das matérias, que estavam passíveis de uma segunda revisão a pedido do pesquisador entrevistado.

O boletim da agência *CiênciaPress* saiu semanalmente, durante 4 anos, sendo datilografado e rodado em estêncil com o auxílio de dois funcionários da universidade e ao final grampeado pessoalmente pelo professor Othon Jambeiro. Ao final de cada notícia eram fornecidos o nome e o endereço dos pesquisadores envolvidos para que os interessados pudessem entrar em contato. Segundo o professor Othon, não era incomum ligarem para ele, já que também ia o telefone da universidade e nesse aspecto, ele cita que já recebeu telefonemas de outros estados e de revistas de grande penetração na sociedade civil. Ao fim dos 4 anos de financiamento por parte do CNPq, era para a universidade assumir o financiamento do projeto da agência de notícias, o que não ocorreu e o projeto foi encerrado ao final de 1986.

3.4 A reunião que mudou a cara das reuniões: A SBPC de 1981 e o “circo” científico na UFBA

A Bahia já foi palco para 3 reuniões de âmbito nacional da SBPC. A primeira foi em 1970, a segunda em 1981 e a terceira na virada do século em 2000. As reuniões anuais da SBPC, se inserem no contexto de divulgação/popularização/difusão do conhecimento científico, além de se caracterizarem como um espaço frutífero para debates para as políticas de C&T do país. No presente trabalho, a reunião tomada como objeto foi a de 1981, realizada entre os dias 08 e 15 de julho na cidade do Salvador. Foi no contexto da 33ª reunião anual que a professora Maria Brandão, então secretária regional da SBPC, atuou como a mola propulsora para a realização do evento na Bahia. Segundo a professora Maria Brandão, realizar a reunião não era tarefa fácil, pois:... *quando a gente tenta trazer a SBPC para o Estado, a política era você ir até São Paulo e tentar convencer todo mundo para ganhar ...* O professor Nelson De Luca Pretto, outro participante na reunião, nos relata sobre a questão da realização da SBPC na Bahia: *Vivíamos outro tempo, um sentido de tempo diferenciado do tempo alucinado de hoje, então a trigésima terceira reunião, foi uma*

reunião que fez Salvador viver a reunião anual da SBPC...

A realização da reunião em Salvador não foi um evento isolado que tenha passado despercebido na sociedade civil soteropolitana. A organização da reunião em conjunto com a universidade fez com que a cidade percebesse o evento possibilitando sua visibilidade não só para o mundo acadêmico. No que tange sua percepção se a reunião era um evento de popularização da ciência, Maria Brandão relata que, mesmo conhecendo o conceito, não via nenhuma instituição realizando em sua plenitude tal ação à época. E sobre a reunião da SBPC e sua correlação com a popularização da ciência, esclarece que na época:

Não se falava, não, basicamente nada disso. A SBPC foi um dos primeiros instrumentos disso... E as associações brasileiras, a Associação brasileira de antropologia, a ABA e as outras entidades especializadas, cada uma delas, de algum modo faziam alguma tentativa de divulgação, não é?

A correlação do termo popularização da ciência com a divulgação científica fica evidente na fala da professora, sendo essa uma corriqueira confusão conceitual, em especial à época da realização da reunião. Já para o professor Nelson De Luca Pretto, a realização da reunião da SBPC, se mostrou como um instrumento que trabalhou a favor da popularização da ciência atuando em duas vertentes:

(a) ... um espaço de articulação entre aqueles que produzem o conhecimento científico e como espaço de articulação, obviamente, se constitui também um espaço de manifestação política (b) ... ao promover suas reuniões anuais com grande porte a popularização da ciência estava, obviamente, sendo um elemento presente fundamental...

Na realização da reunião anual da SBPC de 1981, um dos fatos marcantes e que se tornou um diferencial daquela reunião, foi a adoção de um local não convencional para realização das sessões com maior público. Por falta de um local que comportasse um grande público no campus da UFBA, a organização adotou o uso de uma tenda de circo como ponto central para os debates. Sobre a questão do chamado “circo” da ciência, como ficou conhecido o local onde foi instalada a tenda, o professor Nelson De Luca Pretto, relata:

...o circo, que foi aqui implantado pela primeira vez, teve não só o espaço físico, concreto, como sendo lugar físico das reuniões, mas teve também um espaço simbólico de interferência e de ligação muito forte da ciência com a cultura, obviamente a ciência sendo parte da cultura.

A revista Veja em sua edição 671 de 15 de julho de 1981 trouxe uma reportagem de 2 páginas sobre a realização da reunião em Salvador e, dentre vários aspectos tratados, foi destacado a utilização da lona de um circo para realização dos principais simpósios propiciando um amplo espaço e a possibilidade de um maior público no evento, que naquele ano contou com mais de 2700 trabalhos inscritos.



Figura 2. Foto do Simpósio na tenda de circo na UFBA.

Fonte: Revista Veja edição 671 de 15 de julho de 1981, pag. 77.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na guisa de conclusões é possível afirmar, sem maiores restrições, que as ações de popularização da ciência desenvolvidas na Bahia no período analisado, segundo os entrevistados, não estiveram em total desacordo com o conceito de popularização da ciência. Podemos afirmar ainda que a Bahia se inseriu no contexto de popularização, mesmo que discretamente, oscilando entre anseios que perpassavam a divulgação científica, mas que hoje não deixariam de ser reconhecidas por muitos como ações de popularização da ciência. Malgrado a descontinuidade das ações e a rarefação de iniciativas semelhantes na Bahia, foram lançadas sementes para o fortalecimento da descentralização na realização de eventos de cunho científico no âmbito nacional e para ações correlatas no campo da popularização da ciência como a criação de grupos de pesquisas, periódicos e disseminação de publicações que tratem da popularização da ciência.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

A TARDE. Caderno de Turismo. A Tarde, Salvador, pag. 3, set.j 1982.

BAIARDI, A.; SANTOS, A. V. dos. *A retomada da política de popularização da ciência: Fatos e eventos recentes e as vicissitudes do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia*. Bahia Análise & Dados, v. 15, p. 311-322, 2005a.

_____. *Ciência-Tecnologia-Produção: Cultura e Vicissitudes da Ciência periférica*. Bahia Análise & Dados, Salvador, v14, n4, 2005b.

BUENO, W. C. *Jornalismo científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente*. 1984, 364 f. Tese (Doutorado) - USP, ECA, São Paulo, 1984.

CAZELLI, S. *Alfabetização científica e os museus interativos de ciências*. 1992, 203 f. Dissertação (Mestrado) - PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1992

CORTASSA, C.G. *La ciência ante público. Dimensiones epistémicas y culturales de la comprensión pública de la ciência*. 1ª edicion, Eudeba, Universidad de Buenos, Buenos Aires, 2012.

CURY, M.X. *Estudo sobre os centros e museus: subsidios para uma política de apoio*. In: CRESTANA, S. et al. Educação para a ciência: curso para treinamento em centros de ciências. São Paulo: Estação da Ciência, USP, 2002.

GERMANO, M. G. E KULESZA, W.A. *Popularização da ciência: uma revisão conceitual*. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 24, n.1, p.7-25,2007.

GOUVÊA, G. *A divulgação científica para crianças: o caso da Ciência Hoje das crianças*. 2000, 305 f. Tese (Doutorado) - CCS/UFRJ, 2000.

JOURDANT, B. *The epistemological significance of popularization of science. IV International Conference on Public Communication of Science and Technology: New trends and new pratics in a changing world*, Melboune, 1996.

MASSARANI, L; MOREIRA, I.C. e BRITO, F. *Ciência e Público; caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

MILLER, J. D. *Scientific Literacy. A conceptual and Empirical Review*. Daeclalus, v. 2, n.112, 1983.

PASQUALI, A. *Comprender la comunicacón*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1978.

PAVAN, C.; JUNQUEIRA, T. *Ciência e tecnologia diante de novos olhares*. Jornal da USP, São Paulo, v. 19, n. 706, 08-14 nov. 2004.

PORTO, C. ; BROTAS, A. M. P. ; BORTOLIERO, S. (Orgs.) . *Diálogos entre Ciência e Divulgação Científica: Leituras Contemporâneas*. 1. ed. Salvador: Edufba, 2011 .

ROQUEPLO, P. *Le partage du savoir. Science, culture et vulgarisation*. Paris: Editions.

VEJA. A filosofia da SBPC. Veja, São Paulo, n.671, pag. 77 e 78, jul. 1981.

VOGT, C. A. *Percepção pública da ciência: reflexões sobre os estudos recentes no Brasil*. In: ALBORNOZ, M.; CERESO, J. A. L. (Org.). Ciencia, tecnología y universidad en Iberoamérica. 1ªed. Buenos Aires: Eudeba, 2010..

ZAMBONI, L.M. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*, Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

Entrevistas

BANDEIRA, C. Depoimento [set. 2014] Entrevistador: SANTOS, A. V. dos. Salvador, 2014. 1 arquivo digital – mp3 (29:02min), estéreo. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UFBA/UEFS.

BARBOSA, O.F.J. Depoimento [mai. 2013] Entrevistador: SANTOS, A. V. dos. Salvador, 2013. 1 arquivo digital – mp3 (39:20min), estéreo. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UFBA/UEFS.

BRANDÃO, M.A.R. Depoimento [set. 2013] Entrevistador: SANTOS, A. V. dos. Salvador, 2013. 1 arquivo digital – mp3 (18:51min), estéreo. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UFBA/UEFS.

CARVALHO, I. Depoimento [abr. 2013] Entrevistador: SANTOS, A. V. dos. Salvador, 2013. 1 arquivo digital – mp3 (20:54min), estéreo. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UFBA/UEFS.

CASTILHO, C.M.C. Depoimento [dez. 2014] Entrevistador: SANTOS, A. V. dos. Salvador, 2014. 1 arquivo digital – mp3 (13:02min), estéreo. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UFBA/UEFS.

COSTA, H.H.G. da. Depoimento [fev. 2015] Entrevistador: SANTOS, A. V. dos. Salvador, 2015. 1 arquivo digital – mp3 (31:23min), estéreo. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UFBA/UEFS.

MAIA, S.M.R. Depoimento escrito [mar. 2013] Entrevistador: SANTOS, A. V. dos. Salvador, 2013. 1 arquivo digital – e-mail. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UFBA/UEFS.

PRETTO, N.D.L. Depoimento [set. 2014] Entrevistador: SANTOS, A. V. dos. Salvador, 2014. 1 arquivo digital – mp3 (25:50min), estéreo. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UFBA/UEFS.

SANTOS, R.F. Depoimento [dez. 2012] Entrevistador: SANTOS, A. V. dos. Salvador, 2012. 1 arquivo digital – mp3 (35:35min), estéreo. Entrevista concedida ao Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UFBA/UEFS.

TRATANDO RISCOS: OFERECER CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA ATRAVÉS DE GRUPOS TEMÁTICOS PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 22/11/2021

Viviane Andrade Pinheiro

Doutoranda em Saúde Coletiva - IRR/Fiocruz
Minas, Mestre em Psicologia – PUC/Minas
<http://lattes.cnpq.br/2799893836229605>

RESUMO: É significativo o número de adolescentes que intensificam o uso de drogas, tornando-o, do ponto de vista social e da saúde, algo prejudicial. Existem ainda aqueles que experimentam de forma prematura a maternidade e a paternidade ou contraem infecções sexualmente transmissíveis, além trazerem em como queixas dificuldades em seus relacionamentos. O Projeto “Papoda hora: falando com jovens” tentou trabalhar com jovens de 12 a 22 anos, por meio de grupos temáticos, com o objetivo de informar, orientar e fazer despertar o autocuidado nos participantes. A profissional se baseou nos princípios da redução de danos à saúde, que é pautado na ética do cuidado, com vistas a diminuir a vulnerabilidade social, individual e comunitária, em decorrência do uso, abuso e dependência de drogas, e também da falta de orientação e apoio relacionados a temas diversos. Os grupos tiveram o objetivo de orientar os jovens quanto às consequências dos usos abusivos de toda e qualquer droga, e despertar os sentimentos de pertencimento, autocuidado e responsabilidade consigo e com o próximo. Os resultados foram positivos e as

instituições continuaram demandando este tipo de intervenção, por considerarem de extrema importância para o cuidado dos jovens, provendo construção de autonomia e protagonismo.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens. Vulnerabilidade. Cuidados. Prevenção. Protagonismo.

DEALING WITH RISKS: OFFERING CITIZENSHIP CONSTRUCTION THROUGH THEMATIC GROUPS FOR YOUTH IN THE MUNICIPALITY OF ESMERALDAS/MG

ABSTRACT: The number of adolescents who intensify drug use is significant, making it, from a social and health point of view, harmful. There are also those who prematurely experience motherhood and paternity or contract sexually transmitted infections. In addition to bringing in their complaints difficulties in their relationships. The Project “Chat of the hour: talking to young people” tried to work with young people from 12 to 22 years, through thematic groups, with the objective of informing, guiding and awakening self-care in the participants. The professional was based on the principles of harm reduction to health, which has its principles based on the ethics of care, with a view to reducing social, individual and community vulnerabilities, due to the use, abuse and dependence of drugs, and due to the lack of guidance and support related to various topics. The groups aimed to guide young people regarding the consequences of the abusive use of any and all drugs, and to awaken feelings of belonging, self-care and responsibility with themselves and others. The results were positive and the institutions continued to demand

this type of intervention, because they considered it extremely important for the care of young people, providing autonomy and protagonism.

KEYWORDS: Young. Vulnerability. Care. Prevention. Role.

1 | INTRODUÇÃO

A experimentação de diversas novidades, entre elas as drogas lícitas e ilícitas, se constitui fato comum entre os jovens na contemporaneidade. É crescente o número de adolescentes que intensificam o uso, tornando-o, do ponto de vista social e da saúde, algo prejudicial. Existe ainda um bom número de jovens que experimentam de forma prematura a maternidade e a paternidade ou contraem infecções sexualmente transmissíveis. Além de também trazerem em suas queixas dificuldades em seus relacionamentos com pais, amigos e namorados (as).

A prevenção faz-se necessária em diversas situações e as informações são cada vez mais úteis, na medida em que munem os jovens para a construção de vidas saudáveis. Por isso, a ideia deste projeto nasceu da expectativa de dialogar com os jovens da cidade de Esmeraldas/Minas Gerais sobre os temas acima citados.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), através do Provimento nº27/2013, regulamenta a forma de recolhimento e destinação dos depósitos de valores arrecadados com aplicação de pena de prestações pecuniárias, objeto de transações penais e sentenças condenatórias, para entidades públicas ou privadas com finalidade social.

O Projeto Intitulado: “Papo da hora: falando com jovens”, foi apresentado e submetido à apreciação da equipe do TJMG e aceito como adequado. A intenção foi trabalhar com jovens de 12 a 22 anos, por meio de grupos temáticos, com o objetivo de informar, orientar e fazer despertar o autocuidado nos participantes. Os grupos foram realizados por uma Associação Comunitária, por uma profissional Psicóloga, que vai até os seguintes dispositivos da cidade: Escolas, CREAS (Centro Especializado em Assistência Social), Células Evangélicas, Centros Espíritas, Organizações Não Governamentais (ONGS) e Associações pertinentes.

Os temas apresentados e discutidos em cinco encontros foram: prevenção do uso abusivo de drogas, sexualidade, gravidez na adolescência, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e relações interpessoais. Os grupos aconteceram nos anos de 2014 e 2015, apresentaram resultados positivos e apareceram como a primeira iniciativa do tipo na cidade.

O método utilizado foi de encontros em grupos, com finalidades terapêuticas e psicoeducativas, conduzidos por uma profissional Psicóloga. Os grupos tiveram o objetivo de orientar os jovens quanto às consequências dos usos abusivos de toda e qualquer droga, e despertar os sentimentos de pertencimento, autocuidado e responsabilidade consigo e com o próximo, seja este familiar, professor (a), amigo (a) e parceiro (a).

As Instituições já solicitam o trabalho dos grupos e existem relatos de experiências em que os jovens afirmam que atualmente se cuidam mais, e procuram melhoras em seus relacionamentos diversos. Os grupos também contaram, em algumas ocasiões, com a participação de pais e professores, que fazem questão de fomentar o debate e a discussão, sempre no intuito de acolher e alavancar o crescimento pessoal dos jovens.

2 | SOBRE A CIDADE DE ESMERALDAS/MG

O município de Esmeraldas conta com uma população aproximada de 72.512 habitantes, segundo estimativa do IBGE no ano de 2021; dentre esses, 8.373 estão matriculados na rede municipal de educação, em 35 unidades escolares, distribuídas em cinco distintas regiões, com características peculiares (IBGE, 2021).

A cidade conta com uma enorme dimensão territorial (909.751 km²) que acaba por prejudicar, pela distância entre os bairros e também o difícil acesso das regiões periféricas ao centro da cidade, onde são ofertados os principais cuidados em saúde. Na cidade existem quatro Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), quatorze Unidades Básicas de Saúde, quinze Estratégias de Saúde da Família, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), e um Hospital Geral.

Existem as necessidades de efetivas ações de prevenção do uso abusivo de drogas e orientação sobre sentimentos e percepções que são naturais ao processo de ‘Adole-Ser’. A puberdade e a adolescência em si são processos que trazem muitas dúvidas e suscitam as mais variadas inseguranças e medos, que podem causar sentimentos de estranheza e inquietação em quem vivencia. É um período da existência que requer o apoio de várias pessoas. E tais ações de prevenção e orientação necessitam ser parte de uma intervenção em nível intersetorial.

O conceito de prevenção se ampliou e passou a ser visto como “Promoção de Saúde”. Promoção de Saúde é definido na Carta de Promoção de Saúde do Ministério da Saúde (2002) como: “o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e de saúde” (BRASIL, 2002). Um dos equívocos encontrados nas formas de se fazer prevenção é o fato de não levar em conta o contexto e a complexidade que envolve a vida das pessoas.

3 | A REDE INTERSETORIAL E SUA IMPORTÂNCIA

Soluções conquistadas a partir de vivências diárias dizem respeito à efetividade e importância do trabalho realizado por meio da parceria entre instituições e serviços diversos, intitulado de intersetorialidade, que visa à construção de um trabalho alicerçado em parcerias com as diversas áreas, como por exemplo, saúde, cultura, educação e

assistência social.

Para a realização de uma prática intersetorial na atenção aos usuários dos equipamentos diversos, faz-se necessário conhecer, integrar e articular os serviços que compõem as políticas sociais, assim como, levantar as fragilidades e potencialidades dos territórios no desenvolvimento de ações, que possam contribuir para a minimização dos problemas (GARCIA; TYKANORI; MAXIMIANO, 2014). Um dos objetivos do trabalho intersetorial é a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, objetivando-se o desenvolvimento social e superação da exclusão social, incluídas neste contexto questões de saúde e educacionais (ROCHA *et al*, 2011).

Segundo Akerman *et al* (2014), para a realização de ações e parcerias intersetoriais não existem receitas resolutivas, metodologias a serem seguidas ou evidências vigentes. O que se destaca são as experiências, os erros, os acertos e as tentativas, que evidenciam o trabalho vivo no território, respeitando as singularidades regionais e as individualidades dos sujeitos que lá habitam.

As ferramentas que se demonstram fundamentais no trabalho intersetorial são os colegiados, os fóruns, os comitês, as rodas de conversa, os conselhos comunitários, os conselhos de direitos, entre outros, desde que se priorizem a edificação e o fazer do controle social. Quanto mais frequentes e fortalecidos forem estes canais de comunicação, troca, diálogo e construção coletiva, maior a chance de interação entre os profissionais, os usuários dos serviços e suas ações (ROCHA *et al*, 2011).

A intersetorialidade segundo Pagliccia *et al* (2010), se constrói por meio da articulação entre os diversos saberes, de diferentes setores, propiciando um olhar mais adequado no que diz respeito às determinações sociais, construindo assim, uma resposta de melhor eficácia para a busca de soluções para os problemas cotidianos. Busca-se, a partir disto, construir uma rede integrada para lidar com problemas complexos, com estruturas adequadas e capazes de responder às demandas sociais, de saúde e educacionais de alta complexidade.

Desta feita, a intersetorialidade busca solucionar problemas de pessoas em seus territórios para conceber uma nova maneira de gestão na busca de soluções para problemas de determinada comunidade, região ou cidade (ROCHA *et al*, 2011).

Além disso, a Constituição Federal de 1988 garante às pessoas atenção do ponto de vista da educação e saúde, ou seja, do exercício da plenitude cidadã. Assevera-se então da obrigatoriedade dos serviços públicos, no que diz respeito ao fornecimento de subsídios para o aprendizado em ambiente saudável e acolhedor, assim como de saúde física e mental para melhores condições de vida (BRASIL, 1988).

4 | O PROJETO “PAPO DA HORA: FALANDO COM JOVENS”

O Projeto em tela foi apresentado e submetido à apreciação da equipe do Tribunal de

Justiça (TJMG), contou com o público alvo: jovens de 12 a 22 anos de idade. Os encontros aconteceram por meio de grupos temáticos, com o objetivo de informar, orientar e fazer despertar o autocuidado nos jovens participantes. Os grupos foram desenvolvidos por uma profissional Psicóloga, que vai até os seguintes dispositivos da cidade: Escolas, CREAS (Centro Especializado em Assistência Social), Células Evangélicas, Centros Espíritas, Organizações Não Governamentais (ONGS) e Associações pertinentes.

O Projeto partiu da necessidade que se apresentava na cidade de Esmeraldas/MG em relação às intervenções com os jovens, no intuito de prevenir o uso abusivo de drogas, as infecções sexualmente transmissíveis, a gravidez indesejada na adolescência, assim como, trabalhar os diversos tipos de relações interpessoais.

Para isso, a profissional de Psicologia entrou em contato com os diretores das escolas, dirigentes das instituições que trabalham com os jovens e também das instituições religiosas. Apresentou então os objetivos do Projeto e o número de encontros necessários.

A profissional se baseou nos princípios da redução de danos à saúde, que se trata de uma estratégia de saúde pública, tem seus princípios pautados na ética do cuidado, com vistas a diminuir as vulnerabilidades social, individual e comunitária, em decorrência do uso, abuso e dependência de drogas, e em decorrência da falta de orientação e apoio relacionados a temas diversos. A prática da redução de danos reconhece as singularidades das pessoas e com elas constroem estratégias de defesa de sua vida (BRASIL, 2015).

Uma das prerrogativas da redução de danos é o direito ao cuidado à saúde, obedecendo aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), a saber: universalidade, integralidade e equidade (BRASIL, 1990).

Com isso, os jovens que participaram dos encontros tiveram a oportunidade de falar sobre suas questões, dificuldades, dúvidas e angústias. E ainda puderam ser orientados. Este fato constata a importante necessidade de fazer com que os jovens possam expor sobre suas inquietações.

5 | CONCLUSÃO

A intenção do Projeto foi acolher os jovens do município de Esmeraldas/Minas Gerais, propiciando a estes a oportunidade de serem orientados por uma profissional de saúde e ainda poderem expor sobre suas dúvidas e inquietações.

A redução de danos à saúde foi utilizada na abordagem aos jovens e trabalhada também sobre os direitos aos cuidados em saúde, segundo os princípios do SUS, com o objetivo de diminuir as vulnerabilidades sociais.

Os grupos tiveram o objetivo de orientar os jovens quanto às consequências dos usos abusivos de toda e qualquer droga, e despertar os sentimentos de pertencimento, autocuidado e responsabilidade consigo e com o próximo.

Os resultados foram positivos e as instituições continuaram demandando este tipo

de intervenção, por considerarem de extrema importância para o cuidado dos jovens, provendo construção de autonomia e protagonismo.

As Instituições solicitaram a continuidade do trabalho dos grupos e existem relatos de experiências em que os jovens afirmam que atualmente se cuidam mais, e procuram melhoras em seus relacionamentos diversos. Os grupos também contaram, em algumas ocasiões, com a participação de pais e professores, que fazem questão de fomentar o debate e a discussão, sempre no intuito de acolher e alavancar o crescimento pessoal dos jovens.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, Marco et al . **Intersetorialidade? IntersetorialidadeS!**. Ciênc. saúde coletiva, v. 19, n. 11, p. 4291-4300. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232014001104291&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2013. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/constituicao-federal>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n ° 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. As cartas da Promoção da Saúde. Brasília, 2002. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção combinada e redução de danos**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/reducao-de-danos>. Acesso em: 15 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Esmeraldas/MG**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/esmeraldas>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GARCIA, L.; TYKANORI, R.; MAXIMIANO, V. Uma experiência de integração de políticas sociais para usuários de drogas: estratégias de produção de contratualidade no programa “De Braços Abertos”, da cidade de São Paulo. In: BASTOS, F., & BERTONI, N. **Pesquisa nacional sobre o uso do crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014.

PAGLICCIA, N.; SPIEGEL, J.; ALEGRET, M.; BONET, M.; MARTINEZ, B.; YASSI, A. **Network analysis as a tool to assess the intersectoral management of health determinants at the local level: a report from an exploratory study of two Cuban municipalities**. Social Science & Medicine, 2010, Vol.71(2), pp.394-399.

ROCHA, R. M.; Z. L.; TAVARES, M. F. L.; CARVALHO, A.L. Territórios da promoção da saúde e do desenvolvimento local. In: Gondim, R; Grabois, V., Mendes Junior, W.V. (orgs). **Qualificação dos Gestores do SUS**. 2. ed. P. 325-343. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP/EAD; 2011.

SHOW OPINIÃO: ARTE, POLÍTICA E CRIAÇÃO TEATRAL NO BRASIL DOS ANOS 1960

Data de aceite: 01/02/2022

Kátia Rodrigues Paranhos

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História/CNPq/Fapemig
Uberlândia-MG
<http://lattes.cnpq.br/5727089712546469>
<https://orcid.org/0000-0002-1974-1197>

RESUMO: Para o crítico inglês Eric Bentley, o teatro político se refere tanto ao texto teatral como a quando, onde e como ele é representado. Por vezes condenada como escapista, outras vezes incensada como ferramenta de libertação revolucionária, a arte, de modo geral, continua sendo um tema candente tanto na academia como fora dela. Este trabalho aborda a importância histórica do *show* Opinião, encenado em dezembro de 1964, por meio das temáticas inseridas em seu roteiro, bem como seu repertório, como uma representação política de resistência à ditadura militar no Brasil. Ênfase como características fundamentais desse musical a mistura de tradições culturais, a predominância do que Eric Hobsbawm designa “canções funcionais” (canções de trabalho, músicas satíricas e lamentos de amor) e a produção/criação artística dos atores/cantores Nara Leão (musa da Bossa Nova), João do Vale (compositor nordestino) e Zé Kéti (sambista carioca).

PALAVRAS-CHAVE: Grupo de Teatro Opinião; canções; encenação; engajamento.

OPINIÃO SHOW: ART, POLITICS, AND THEATRICAL CREATION IN BRAZIL IN THE 60'S

ABSTRACT: According to the English critic Eric Bentley, the term political theatre concerns both theatre texts themselves and when, where and how these are staged. Sometimes condemned as escapist, other times praised as a tool for revolutionary liberation, art generally remains a hot topic both within the academia and elsewhere. This paper addresses the historical importance of the show *Opinião*, staged in December 1964, by studying the topics its script deals with, as well as its repertoire, as a political representation of the resistance against the Brazilian military dictatorship. As crucial characteristics of this musical, I point out its mix of cultural traditions, the predominance of what Eric Hobsbawm terms ‘functional songs’ (work songs, satirical songs and love lamentations), as well as an artistic production/creation of actors /singers Nara Leão (the muse of Bossa Nova), João do Vale (Northeastern songwriter), and Ké Kéti (Rio de Janeiro samba singer and composer).

KEYWORDS: *Opinião* Theater Group; songs; staging; engagement.

CENA I

Teatro popular e teatro engajado são duas denominações, entre outras, que ganharam corpo por intermédio de um vivo debate que atravessou o final do século XIX e se consolidou no século XX. Seu ponto de convergência estava na tessitura das relações

entre teatro e política ou mesmo entre teatro e propaganda. Para Bentley (1969), o teatro político se refere tanto ao texto teatral como a quando, onde e como ele é representado. Por vezes condenada como escapista, noutras vezes incensada como ferramenta de libertação revolucionária, a arte, de modo geral, continua sendo um tema candente tanto na academia como fora dela. Este trabalho aborda a importância histórica do *show Opinião*, encenado em dezembro de 1964, por meio das temáticas inseridas em seu roteiro, bem como seu repertório, como uma representação política de resistência à ditadura militar no Brasil. Enfatizo como características fundamentais desse musical a mistura de tradições culturais, a predominância do que Hobsbawm (1991) designa “canções funcionais”¹ (canções de trabalho, músicas satíricas e lamentos de amor) e a produção/criação artística dos atores/cantores Nara Leão (musa da Bossa Nova), João do Vale (compositor nordestino) e Zé Kéti (sambista carioca). Mas não só a junção de música e teatro tornaram o *Opinião* uma referência. Sua relevância histórica evidenciou-se, entre muitos motivos, graças ao momento no qual foi gerado; a estréia do *show* ocorreu quando o golpe militar ainda não completara um ano de vida, e é tida como a primeira grande expressão artística de protesto contra o regime. Também chama atenção a configuração geral do espetáculo que, em forma de arena, não dispunha de cenários, somente de um tablado onde três “atores” encarnavam situações corriqueiras daquele período, como a perseguição aos comunistas, a trágica vida dos nordestinos e a batalha pela ascensão social dos que viviam nas favelas cariocas, tudo isso, acrescentando-se, regado a música que visava alfinetar a consciência do público. O repertório, embora fosse assinado por compositores diversificados, percorria uma linha homogênea de contextos regionais, concedendo-se amplo destaque a gêneros musicais como o baião e o samba. As canções cantadas – por sinal, várias delas marcaram os anos 1960 a ponto de freqüentarem inclusive a parada de sucesso – exprimiam uma fala alternativa e ilustrativa no musical. Em “Borandá”, de Edu Lobo, Nara Leão fazia ressoar, com sua voz melancólica, a tristeza dos retirantes que, impelidos pela seca, eram obrigados a abandonar a zona rural nordestina. Já em “Carcará”, a composição mais emblemática do negro maranhense João do Vale, a mesma intérprete desfiava a história dessa ave sertaneja apelando para metáforas sobre sua valentia e coragem; nessa canção era possível perceber a relação que se estabelecia entre o carcará e a ditadura militar, que investia com toda fúria contra destruindo os que se opunham em seu caminho. Como decorrência de toda a sua concepção, o *show Opinião* se calcava no pressuposto de que a representação da realidade se alinha com a perspectiva de “teatro verdade” e implica a criação de um ambiente de comunhão e igualdade entre todas as partes envolvidas no espetáculo, sobretudo o público, como se todos tivessem um denominador comum: estariam irmanados por pertencerem, de maneira inescapável, à mesma realidade. Daí o interesse em analisar a junção da música e do teatro como expressões de engajamento e de intervenção sonora que fluíam no espetáculo e para fora dele nos tempos difíceis da

¹ Ver HOBBSAWM, 1991, p. 74

ditadura militar brasileira, que ainda mostraria fôlego para perdurar, com maior ou menor força, por longos 21 anos.

CENA II

No Brasil pós-golpe militar de 1964 o ambiente de tensão instaurado é inegavelmente um tempo rico em historicidade, por comportar questões que abarcam os acontecimentos sociais, políticos e culturais de todo um período. O teatro se destaca nesse contexto por se organizar em posição de luta contra o regime, mantendo uma essência militante. Na época, o grupo de artistas que esteve ligado ao Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), reuniu-se com o intuito de criar um foco de resistência e protesto contra aquela situação. Foi então produzido o espetáculo musical *Opinião com Zé Kéti*, João do Vale e Nara Leão, cabendo a direção a Augusto Boal.² O espetáculo apresentado no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1964, no Teatro Super Shopping Center, marcou o nascimento do grupo e do espaço teatral que veio a se chamar Opinião. Os integrantes do núcleo permanente eram Oduvaldo Vianna Filho (o Vianninha), Paulo Pontes, Armando Costa, João das Neves, Ferreira Gullar, Thereza Aragão, Denoy de Oliveira e Pichin Plá.

O *show* foi organizado no famoso Zicartola — restaurante do sambista e compositor Cartola e de sua companheira Zica — onde ocorriam reuniões de músicos, artistas, estudantes e intelectuais (CASTRO, 2004). Foi esse o ambiente catalisador da união de interesses de experientes dramaturgos e músicos, com diferentes estilos e atuações no campo cultural, que resultou num roteiro inédito: um espetáculo musical que continha testemunhos reais, música popular, participação do público e a apresentação de dados e referências históricas.³ Tanto o enredo quanto o elenco eram notadamente heterogêneos e talvez seja esse o motivo pelo qual o Opinião tenha começado sua trajetória com sucesso. O grupo privilegiou desde a estreia a chamada arte popular, abrindo espaço para apresentações com compositores de escolas de samba cariocas. Vale acompanhar um trecho da abertura do *show*:

[...] a luz dos refletores se acende, entra João do Vale. [...] João do Vale ao público: Peba é um tatu. A gente caça ele para comer. Com pimenta fica mais gostoso. Eu vou cantar [...]. 'Seu Malaquias preparou/ Cinco pebas na pimenta/ Só o povo de Campinas/ Seu Malaquias convidou mais de quarenta/ Entre todos os convidados/ Pra comer peba foi também Maria Benta Benta/ Benta foi logo dizendo/ Se arder, não quero, não/ Seu Malaquias então lhe disse: pode comer sem susto/ Pimentão não arde, não/ [...] Ai, ai/Ai, seu Malaquias/ [...] / Você disse que não ardia/ Ai, ai/ Tá ardendo pra danar/[...]'. (VALE, João do; BATISTA, Zé. "Peba na pimenta" *apud* COSTA *et al.*, 1965, p.

2 A direção musical do *show* foi de Dori Caymmi com a participação dos músicos Roberto Nascimento no violão, Hekel Tavares na flauta e João Jorge Vargas na bateria. Cf. COSTA *et al.*, 1965, S./p.

3 Elementos peculiares do *show Opinião* são as estatísticas citadas no decorrer do espetáculo. Entre canções e falas, fazia-se um corte para transmitir informações sobre a sociedade brasileira, como, por exemplo, a porcentagem de êxodo rural no início da década de 1960. Essa colagem é uma característica do teatro de teor político, que cruza cenas fictícias e realidade. Ver BENTLEY, 1969.

Podemos afirmar que o espetáculo não só focalizava como “mistificava” dois lugares de memória: o “morro” (“favela + miséria + periferia dos grandes centros urbanos industrializados”) e o “sertão” (“populações famintas, [...] o messianismo religioso [...], coronelismo”) (CONTIER, 1998, p. 20) Por intermédio da música⁴, as interpretações e discussões a respeito dessas realidades fluíam no espetáculo, alternadas por depoimentos dos “atores” que compartilhavam, fora do palco, as mesmas dificuldades cantadas por eles, como nos casos de João do Vale (nordestino retirante) e Zé Kêti (morador de uma favela carioca). Já Nara Leão – conhecida como a musa da bossa nova que personalizava a classe média –, assumia uma postura de engajamento e se posicionava de forma ativa e questionadora da realidade brasileira. Destaco, assim, algumas passagens:

Meu nome é João Batista Vale. [...] Moro na Fundação da Casa Popular de Deodoro, rua 17, quadra 44, casa 5. Duas horas, sem encontrar ladrão, chega lá. Tenho duzentas e trinta músicas gravadas, fora as que vendi. De quinhentos mil réis pra cima já vendi muita música. [...] Minha terra tem muita coisa engraçada, mas o que tem mais é muita dificuldade pra viver (*apud* COSTA *et al.*, 1965, p. 19).

Meu nome é José Flôres de Jesus. [...] Vida de sambista vou te contar. Passei oito anos em estúdio de rádio, atrás de cantor, até conseguir gravar minha primeira música. O samba – ‘A voz do morro’- eu sou o samba [...]. Aí ele teve mais de 30 gravações. [...] O dinheiro que ganhei deu para comprar uns móveis de quarto estilo francês e comi três meses carne (*apud* COSTA *et al.*, 1965, p. 20).

Meu nome é Nara Lofego Leão. [...] Ando muito confusa sobre as coisas que devem ser feitas na música brasileira mas vou fazendo. Mas é mais ou menos isso – eu quero cantar todas as músicas que ajudem a gente a ser mais brasileiro, que façam todo mundo querer ser mais livre, que ensinem a aceitar tudo, menos o que pode ser mudado (*apud* COSTA *et al.*, 1965, p. 20).⁵

Esse movimento de aproximação das diferenças num palco de teatro foi conduzido por uma tendência ainda de caráter cepecista, uma vez que nos CPCs o principal lema era portar-se como transmissor de uma mentalidade revolucionária para o povo⁶ e assim atingir a tão utópica revolução social. Não poderia ser diferente, pois os dramaturgos do Opinião, como Vianninha e o poeta Ferreira Gullar, eram membros ativos dos Centros Populares de Cultura e utilizavam suas peças, inclusive o musical *Opinião*, como meio de “fazer emergir” na platéia “valores novos” e uma “capacidade mais rica” de sentir a “realidade” (KUHNER e ROCHA, 2001, p. 54-55) no intuito de estabelecer uma identificação entre os atores e o público.

Mas não foi somente a junção de música e teatro que tornou o *show Opinião* um

4 No programa do espetáculo (“As intenções do Opinião”) pode-se ler: “a música popular é tanto mais expressiva quanto mais tem uma opinião, quando se alia ao povo na captação de novos sentimentos e valores necessários para a evolução social; quando mantém vivas as tradições de unidade e integração nacionais”. COSTA *et al.*, 1965, p. 7.

5 Ver também o CD *Show Opinião*, 1994.

6 Sobre a noção de “povo” para os integrantes do CPC, ver MOSTAÇO, 2016, p. 59-60.

marco. Sua relevância histórica é ressaltada, dentre vários motivos, pelo meio no qual foi gerado: a estréia ocorreu antes de o regime militar completar um ano de vigência. O espetáculo é apontado como a primeira expressão artística de protesto contra a ditadura militar de 1964, mesmo sem fazer qualquer referência direta a este fato. A respeito disso, comenta Boal:

Eu queria que escutassem não apenas a música, mas a idéia que se vestia de música! Opinião não seria um show a mais. Seria o primeiro show de uma nova fase. Show contra a ditadura, show-teatro. Grito, explosão. Protesto. Música só não bastava. Música idéia, combate, eu buscava: música corpo, cabeça, coração! Falando do momento, instante! (BOAL, 2000, p. 226).

[...] em *Opinião*, os fatos não estão expostos caoticamente, embora muitas vezes **conflituem**. Há uma ideia central organizadora da obra, embora nem sempre explícita. A mesma ideia informa as canções de Zé e João, de Pete Seeger e do anônimo espanhol 'al pueblo y a las flores no los mata el fuzil'. Por que não os mata, *Opinião* tenta dizer: a simples existência de opinião é prova de perenidade de flores e povo. (BOAL *apud* MOSTAÇO, 2016, p. 97).⁷

Como já mencionado anteriormente a estrutura geral do espetáculo que, em forma de arena, não dispunha de cenários; tinha somente um tablado no qual os três “atores”, em seus trajes cotidianos (camiseta e jeans), falavam de si, de sua vida, de suas lembranças e cantavam e encenavam situações daquele período. Vejamos alguns exemplos:

1. sobre a seca, em “Borandá” de Edu Lobo:

Já fiz mais de mil promessas
Rezei tanta oração
Deve ser que eu rezo baixo
Pois meu Deus não me ouve, não (*apud* COSTA *et al.*, 1965, p. 28-29).

2. a condição do nordestino retirante, no olhar de Zé Kéti, em “Favelado”:

O morro sorri mas chora por dentro
Quem vê o morro sorrir
Pensa que ele é feliz
Coitado
O morro tem sede
O morro tem fome
O morro sou eu
Um favelado (*apud* COSTA *et al.*, 1965, p. 44).

3. a questão da terra em “Missa Agrária” de Carlos Lyra e G. Guarnieri:

Eu sou um pobre caboclo

⁷ Em *Revolução na América do Sul* – encenada em 1960, em São Paulo, no Teatro de Arena –, Boal ao tratar da exploração do trabalhador optou um espetáculo musicado entrecruzado por histórias em formato de esquetes (BOAL, 1960).

Ganho a vida na enxada
O que colho é dividido
Com quem não plantou nada
Se assim continuar
Vou deixar o meu sertão
Mesmo com os olhos cheios d'água
E com dor no coração (*apud* COSTA *et al.*, 1965, p. 49).

4. a esperança no futuro em “Quarta-feira de Cinzas” de Vinicius de Moraes e Carlos Lyra e em “A Voz do Morro” de Zé Kéti:

E no entanto é preciso cantar
Mais do que nunca é preciso cantar
É preciso cantar e alegrar a cidade
A tristeza que a gente tem
Qualquer dia vai se acabar (*apud* COSTA *et al.*, 1965, p. 61)

Eu sou o samba
A voz do morro sou eu mesmo, sim senhor
Quero mostrar ao mundo que tenho valor
Eu sou o rei dos terreiros.... (*apud* COSTA *et al.*, 1965, p. 78).⁸

Incluir o(s) marginalizado(s) na cena teatral brasileira não foi um mérito exclusivo do *show*. Basta lembrar de *Eles não usam black-tie* de Gianfrancesco Guarnieri.⁹ Contudo, o formato musical e o roteiro não cronológico diferenciavam o *show* pela aproximação que esses elementos propiciavam entre palco e plateia. Vários autores preocupados com a situação pós-golpe refletiram acerca da importância do teatro, dos dramaturgos e atores que foram personagens ativos desse período de repressão. Entre eles podemos mencionar Maria Helena Kuhner e Helena Rocha, que examinam a formação do Grupo de Teatro Opinião (e o *show* inaugural) como referência de postura política no início do governo

8 Sobre o *show*, ver um pequeno trecho no filme *O desafio*, de 1965, de Paulo César Saraceni e a gravação das músicas no disco de agosto de 1965. “Este é, sem dúvida, um lançamento esperado pelo público brasileiro: o *Show Opinião* em disco. Aqui estão, na voz de Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale, os momentos emocionantes do espetáculo, gravados em cena, e aquelas músicas que são hoje sucessos populares no Brasil: “Opinião”, “Carcará”, “Noticiário do Brasil”, “Tiradentes”, e tantas outras. [...] Rompendo com os métodos usuais, o espetáculo foi feito de modo a revelar o substrato humano, social, político, que se encontra sob as composições musicais de João do Vale e Zé Kéti e na opção de Nara ao se tornar a intérprete da música popular socialmente engajada. [...] Trata-se, aqui, de uma condensação do espetáculo feita de modo a preservar-lhes as qualidades e a autenticidade originais. Este lançamento permitirá, aos que viram o espetáculo, reviver aqueles momentos emocionantes; e aos que não viram, a oportunidade de conhecê-lo”. Texto do encarte do LP *Show Opinião* reproduzido no CD, de 1994, com título homônimo.

9 Segundo Iná Camargo Costa, “a novidade era que *Black-tie* introduzia uma importante mudança de foco em nossa dramaturgia: pela primeira vez o proletariado como classe assume a condição de protagonista de um espetáculo”. COSTA, 1996, p. 21. A busca do nacional, do popular, do homem do povo está presente também nos filmes do diretor Nelson Pereira dos Santos em *Rio 40 graus*, de 1954-1955, e *Rio, Zona Norte*, de 1957. Ver RIDENTI, 2014, p. 83.

militar. Na leitura da análise por elas desenvolvida é possível vislumbrar, uma expressão de urgência de mudança almejada por um grupo que muitos qualificavam de “idealistas, utópicos, românticos, ingênuos, loucos [...] que viveram a geração da utopia” (KUHNER; ROCHA, 2001, p. 34-35) e que nela criavam e se apoiavam, a fim de fazer do musical a primeira manifestação de engajamento do teatro brasileiro após a ditadura.

Um exemplo disso era a utilização da música regional, tão presente na constituição do *show* *Opinião*. O conteúdo dessas representações transita entre o público e o privado, mostrando as mazelas da vida individual do trabalhador e do ambiente ao seu redor. Uma vez identificada essa fagulha de inconformismo, o público do teatro, ali, diante do palco, tem a oportunidade de “retomar a posse de si mesmo, de reencontrar o próprio nome (‘Eu sou’), de situar-se no plano social (KUHNER; ROCHA, 2001, p. 69).

Para Hélio Fernandes, numa matéria, em 1965, no jornal *Tribuna da Imprensa*,

Opinião é um espetáculo para ver uma, cinco, dez vezes, sem cansar. É recomendável para os que gostam do chamado ‘teatro digestivo’; para os que querem apenas se distrair com um bom musical; para os que vão aos teatros sem compromissos, e também para os que gostam de sair dos espetáculos com ‘alguma coisa para pensar (FERNANDES, 1965, p. 23).

De acordo com Leslie Hawkins Damasceno, o *Opinião*

[...] atraiu basicamente estudantes e pessoas do mundo artístico, apesar de seu público variar de estudantes a classe média alta. Entretanto, o número de espectadores que viram o espetáculo dá uma ideia mais ampla de sua recepção. Ross Butler conta que em algumas semanas mais de 25 mil pessoas o tinham visto no Rio, e que em São Paulo e Porto Alegre (onde foi encenado mais tarde) mais de cem mil pessoas o assistiram. O espetáculo teve também um efeito multiplicado: *Opinião* se tornou emblemático de protesto e solidariedade para muitos outros que não viram o *show* mas, tendo ouvido falar dele, compraram o disco (DAMASCENO, 1994, p. 169).

Logo, por meio desse acontecimento cênico, visualiza-se um leque de possibilidades revolucionárias dado pelas representações culturais. O teatro, portanto, passa a se caracterizar não somente como meio de encenação da realidade na qual se encontra, mas também como divulgador de lugares e sentidos político-culturais. Destaco, aqui, alguns trechos de duas músicas do espetáculo, que em especial empolgavam a plateia que superlotava o teatro naquelas noites sombrias. Na primeira, “Opinião”, Zé Kéti cantava: “Podem me prender/ Podem me bater/ Podem até deixar-me sem comer/ Que eu não mudo de opinião”.¹⁰ Na segunda, “Carcará”, pela voz de Nara Leão, João do Vale narrava as aventuras de um pássaro voraz do sertão, que não morre porque, com seu bico volteado que nem gavião, “pega, mata e come” (COSTA *et al.*, 1965, p. 41-42).

Opinião foi a primeira aula dada ao público sobre como reaprender a ler certas obras de arte – ensinamento extremamente útil nos anos (de censura) que se seguiram. O clima, na plateia compacta, ensopada de suor e envolvida

¹⁰ A canção “Opinião” “tornava-se uma senha de reconhecimento da tribo ideológica. Por metonímia, por simbolização”. MOSTAÇO, 2016, p. 101.

pelas paredes de concreto do teatro, era de catarse e sublimação. Vivia-se a sensação de uma vitória que tinha sido impossível lá fora (SEM AUTORIA apud KUHNER; ROCHA, 2001, p. 72).

Podemos ainda registrar sobre o *show* a variedade de temas, de ritmo, de músicas, a “imprevisibilidade” da ação cênica, a troca entre as diferentes dimensões – a poética, a política, a ética, a história – dos testemunhos que vão se desdobrando em “atos performáticos”, em discursos de caráter multitemático, caleidoscópicos por assim dizer. Vale lembrar que os versos das músicas “Carcará” (João do Vale e Zé Cândido) e “Opinião” (Zé Kéti) são utilizados de forma dramática durante o espetáculo: “Carcará/Pega, matá e come/Carcará/Não vai morrer de fome” / “Podem me prender/Podem me bater/Podem até deixar-me sem comer/Que eu não mudo de opinião” (apud COSTA *et al*, 1965, p. 41 e 62).

O sentimento de transformação política está presente em todo o corpo da peça, suas origens musicais, o passado dos integrantes no cenário de oposição e intervenção política, bem como as particularidades dos atores estreantes, tornam-se intrigantes peças de um complexo quebra-cabeças que faz desse espetáculo uma importante referência na trajetória engajada do teatro brasileiro.

Num artigo de 1968, Dias Gomes enfatizou:

Toda arte é, portanto, política. A diferença é que, no teatro, esse ato político é praticado diante do público. [...] o teatro é a única arte [...] que usa a criatura humana como meio de expressão. [...] Este caráter de ato político-social da representação teatral, ato que se realiza naquele momento e com a participação do público, não pode ser esquecido (DIAS GOMES, 1968, p. 10).

Por isso, no entendimento do autor, coube ao teatro um papel de destaque na luta contra a ditadura implantada no Brasil em 1964: “a platéia que ia assistir ao *show Opinião*, por exemplo, saía com a sensação de ter ‘participado’ de um ato contra o governo” (DIAS GOMES, 1968, p. 11). Afinal de contas, desde *Anchieta* – “o nosso primeiro dramaturgo” (DIAS GOMES, 1968, p. 13) –, teatro e política estão umbilicalmente ligados à questão da função social da arte. A defesa do engajamento, portanto, parte do princípio de que os autores que falam sobre a realidade brasileira (sob diferentes óticas) são engajados. Isso significa dizer que o teatro é uma forma de conhecimento da sociedade. Assim, mesmo aqueles que se autoproclamavam não-engajados ou apolíticos, na verdade, acabavam assumindo uma posição também política (PARANHOS, 2012).

Sem dúvida alguma, trabalhar com temáticas que envolvam a ditadura militar ocorrida no Brasil é vasculhar uma memória que contém expressões de resistência surgidas nesse período. Inserida nesse contexto, segmentos da classe artística se posicionou imediatamente contra o golpe e iniciou um “levante cultural” no combate às medidas do governo, no qual o teatro e a música tiveram um papel determinante. Esse padrão de resistência mediado pela cultura contém uma historicidade digna de atenção, sobretudo no que diz respeito às artes cênicas.

O *show Opinião* pode ser visto como um exemplo do poder da arte dos sons. Representa objeto de interessantes investigações históricas por formular uma voz de protesto inicial, ainda em 1964. Nessa perspectiva, o texto teatral integra o conjunto de documentos inseridos em certo contexto sócio-histórico e que se constituem como fragmentos de um período e uma forma interpretativa de acesso às representações do real. Podemos ainda destacar a riqueza de ideias, a fórmula da colagem, a participação do público, a reafirmação da resistência, a valorização das práticas culturais populares, a cumplicidade palco-plateia, a temática ligada à realidade brasileira, a concepção multifacetada de gêneros musicais.

O *show*, porém, não foi unanimidade de crítica. Nas páginas da *Revista Civilização Brasileira*, por exemplo, o jornalista e crítico de teatro Paulo Francis observava que

[...] qualquer protesto é útil [...] pois, desde 1º de abril, o país parece imerso em catatonia, precisando de ser sacudido. Mas *Opinião*, quando chega ao público, pelos intérpretes e a música, nada contém de indutivo à ação política. Basta-se a si próprio, é muito agradável [...]. Mas daí a considerá-lo como um evento político vai uma certa distância, pois, nesse terreno, o espetáculo nunca sai do *Kindergarten* sentimental da esquerda brasileira (FRANCIS, 1965, p. 215-216).

Para José Ramos Tinhorão, no texto “Um equívoco de ‘Opinião’”, de 1966, o *show* pode ser entendido como uma das “criações de um grupo de classe média para consumo das próprias ilusões” (TINHORÃO, 1997, p. 86). Entretanto, para Ferreira Gullar, o *show* musical era “bem-humorado, engraçado, irreverente, que colocava as questões políticas mas de uma maneira muito discreta”

[...] todo mundo percebia mas a censura não percebeu o quê tava sendo colocado ali, quando ela se deu conta, já era tarde porque o espetáculo tinha se tornado um sucesso [...] o teatro vendia ingressos, lotações inteiras com um mês de antecedência, então a ditadura não tinha coragem de proibir o espetáculo que tinha tamanha popularidade, mas eles aprenderam a lição e a partir daí eles começaram a censurar outras peças (FERREIRA GULLAR *apud* COUTINHO, 2011, p. 156).

O *show* teve uma enorme repercussão; era feito com habilidade, uma coisa engraçada, cheia de música, Narinha Leão, lindinha, conquistando as pessoas, o João do Vale, que era um compositor do Nordeste e Zé Kéti, um compositor do morro. Ninguém com compromisso político, com marca política nenhuma, mas o conteúdo do *show*, no meio das brincadeiras, era contra a ditadura mesmo. No fundo, reafirmar o plano da reforma agrária, a luta de classes, contra a exploração. O povo, a intelectualidade toda e o pessoal de classe média se identificou, viu que aquilo era expressão contrária à ditadura e o teatro era lotado com meses de antecedência. Quando a ditadura se deu conta, não pôde fazer nada, porque não podia fechar um espetáculo que era o sucesso do teatro na época (FERREIRA GULLAR *apud* RIDENTI, 2014, p. 107).¹¹

11 Edélcio Mostaço assinala que a encenação exercitava “uma comunicação entre iniciados: palco e plateia irmanados na mesma fé” (MOSTAÇO, 2016, p. 97-98). Por outro lado, Marcos Napolitano pontua que esse mesmo “circuito fechado” representava “a ampliação e a massificação do público, bases fundamentais para entender a entrada dos produtores culturais de esquerda na indústria cultural” (NAPOLITANO, 2001, p. 75).

Para terminar retomo, uma vez mais, alguns trechos de duas das músicas, que em especial, empolgavam a platéia que superlotava o teatro naquelas noites sombrias. Na primeira, “Opinião”, Zé Kéti cantava: “Podem me prender/Podem me bater/ Podem até deixar-me sem comer/Que eu não mudo de opinião”. Na segunda, pela voz de Nara Leão, João do Vale narrava as aventuras de um pássaro voraz do sertão, que não morre porque, com seu bico volteado que nem gavião, “pega, matá e come”. “Opinião foi a primeira aula dada ao público sobre como reaprender a ler certas obras de arte – ensinamento extremamente útil nos anos (de censura) que se seguiram. O clima, (...) era de catarse e sublimação. Vivia-se a sensação de uma vitória que tinha sido impossível lá fora” (KUHNER e ROCHA, 2001, p. 72).

REFERÊNCIAS

- BENTLEY, Eric. *O teatro engajado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- BOAL, Augusto. *Revolução na América do Sul*. São Paulo: Massao Ohno, 1960.
- _____. *Hamlet e o filho do padeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CASTRO, Maurício Barros de. *Zicartola: política e samba na casa de Cartola e Dona Zica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. Edu Lobo e Carlos Lyra: o nacional e o popular na canção de protesto (os anos 60). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998, p. 13-52.
- COSTA, Armando *et al.* *Opinião: texto completo do show*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.
- COSTA, Iná Camargo. *A hora do teatro épico*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- COUTINHO, Lis de Freitas. *O Rei da Vela e o Oficina (1967-1982): censura e dramaturgia*. Dissertação (Mestrado em comunicação social) – USP, São Paulo, 2011.
- DAMASCENO, Leslie Hawkins. *Espaço cultural e convenções teatrais na obra de Oduvaldo Vianna Filho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- DIAS GOMES. O engajamento é uma prática de liberdade. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, 1968, p. 7-17.
- FERNANDES, Hélio. Opinião vira moda. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 15 jan., 1965, p. 23-24.
- FRANCIS, Paulo. Novo rumo para autores. *Revista Civilização Brasileira*, n. 1, 1965, p. 215-216.
- HOBSBAWM, Eric J. *História social do jazz*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- KUHNER, Maria Helena; ROCHA, Helena. *Opinião: para ter opinião*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2001.

MOSTAÇO, Edélcio. *Teatro e política: Arena, Oficina e Opinião*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *“Seguindo a canção”*: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

PARANHOS, Kátia Rodrigues (org.). *História, teatro e política*. São Paulo: Boitempo, 2012.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

TINHORÃO, José Ramos. Um equívoco de “Opinião”. In: *Música popular* [1966]. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.

Referência de áudio:

LEÃO, Nara; ZÉ KETI; VALE, João do. *Show Opinião* [1965] CD, PolyGram, 1994.

ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DAS REPORTAGENS EM CAMPO GRANDE, MS SOBRE OS POVOS HAITIANOS: APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OUTRO POR INTERMÉDIO DA ENUNCIÇÃO MIDIÁTICA

Data de aceite: 01/02/2022

Euzenir Francisca da Silva

(UNESP-FCLAr/PPGLLP/CAPES)

Pós-Graduanda da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Araraquara, São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-9339-3135>

Melly Fátima Goes Sena

(FCMS/PPGEL-UFMS)

Pós-Graduanda da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

<https://orcid.org/0000-0002-9544-3036>

O presente texto remonta da participação das autoras no IV SIAD-Simpósio Internacional sobre análise do Discurso e Desigualdade Sociais. De 14 a 17 de setembro de 2016-UFMG-Brasil. A presente versão mantém sua versão original, salvo algumas correções e atualizações bibliográficas e dados das autoras.

RESUMO: O século XX é um período marcado por revoluções sociais, tecnológicas, as práticas de comunicações e a linguagem passaram por mudanças e continuam se adaptando aos meios de comunicação do seu tempo. Não podemos ignorar questões a respeito da linguagem, da cultura e dos meios de comunicação, elementos que se embarram formando uma teia de relações, comunicação, culturas, pessoas e produtos sofrem alterações ou deslocamentos espaciais, o tempo e o espaço são transformados, a linguagem

intervém na cultura, nas formas de vida do sujeito /ator social, os discursos são manifestados devido a fatores e ocorrências históricas no meio social, pois, estamos num século em que o poder industrial estendeu sua suserania por todo globo terrestre, conforme afirmara Edgar Morin (2011 [1962]).Dentre as ferramentas que contribuirão para o desenvolvimento da linguagem humana, temos as ciências humanas, com suas diversas teorias que almejam dar conta da linguagem e do processo de comunicação destacamos a antropologia, a sociologia, as teorias da comunicação e a linguística. Optamos por seguir pelo caminho da teoria do signo e da significação a Semiótica do Discurso de Algildas Julien Greimas (1917-1992), sua obra fundadora denominada se “*Sémantique Structurale: Recherche de méthode*” (Paris,1966). Explica Fontanille (2008): “a Semiótica constitui-se como um ramo da ciência da linguagem na confluência da linguística, da antropologia e da lógica formal.”. José Luiz Fiorin (2015) informa por meio dos estudos de Émile Benveniste (1902-1976) a enunciação é estabelecida como instância de mediação entre a língua e a fala, “o enunciado é regrado, é social, é produzido, quando um sujeito toma a palavra, instituindo-se como um *eu* e, ao fazê-lo, erige um *tu*, num dado espaço. O discurso é um produto social, resultante da enunciação.” Partindo dessas definições este artigo tem como objetivo analisar as reportagens dos principais jornais *on line*¹ do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), listamos, elegemos como *corpus* as chamadas que abordam a temática da migração

¹ Os links dos jornais on line com os quais trabalhamos nesse artigo tratam de reportagens data do ano 2015 : <http://www.campo-grandenews>, <http://www.correiadoestado.com.br>, <http://www.oestadoonline.com.br> <http://www.topmidianews.com.br>

dos povos haitianos na capital do Estado, na cidade de Campo Grande. Ao olhar o enunciado nas chamadas jornalísticas, em que a temática aborda a presença dos haitianos, no espaço da capital do MS, observamos a demarcação de um discurso de exclusão, José Luiz Fiorin (1996) afirma que “todo discurso se constrói numa relação polêmica, é constitutivamente heterogêneo e trabalha sobre outros discursos”. Fiorin (1996) ainda diz que, “no âmbito da linguagem, o que pertence à ordem da História é o discurso e não o sistema, com a enunciação, ou seja, temporalizando, especializando e actoralizando a linguagem.”. Nesse sentido o tempo é o da enunciação feita na data da publicação das reportagens ano 2015, o espaço o território de Mato Grosso do Sul, a capital Campo Grande, e os atores povos migrantes haitianos disputam o espaço físico e social com moradores locais. Nossa análise procura responder à questão: Como a mídia sul- mato-grossense (re) apresenta os povos haitianos em seu discurso?

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica do discurso. Migração. Enunciação.

ABSTRACT: The 20th century is a period marked by social and technological revolutions, communication practices and language underwent changes and continue to adapt to the means of communication of its time. We cannot ignore issues about language, culture and the media, elements that overlap forming a web of relationships, communication, cultures, people and products undergo changes or spatial displacements, time and space are transformed, language intervenes in culture, in the ways of life of the subject / social actor, the discourses are manifested due to historical factors and occurrences in the social environment, as we are in a century in which industrial power extended its suzerainty throughout the entire globe, as stated by Edgar Morin (2011 [1962]). Among the tools that contribute to the development of human language, we have the human sciences, with their various theories that aim to account for language and the communication process, we highlight anthropology, sociology, communication theories and linguistics. We chose to follow the path of the theory of sign and meaning the Semiotics of Discourse by Algildas Julien Greimas (1917-1992), his founding work called “Sémantique Structurale: Recherche de méthode” (Paris, 1966). Fontanille (2008) explains: “Semiotics constitutes a branch of the science of language at the confluence of linguistics, anthropology and formal logic.”. José Luiz Fiorin (2015) informs through the studies of Émile Benveniste (1902-1976) that enunciation is established as an instance of mediation between language and speech, “the utterance is regulated, it is social, it is produced, when a subject takes the word, instituting itself as an I and, in doing so, erects a you, in a given space. Discourse is a social product, resulting from enunciation.” Based on these definitions, this article aims to analyze the reports of the main online newspapers in the State of Mato Grosso do Sul (MS), we list and elect as corpus the headlines that address the issue of migration of Haitian peoples in the capital of the State, in the city of Campo Grande. When looking at the statement in the journalistic headlines, in which the theme addresses the presence of Haitians, in the space of the capital of MS, we observe the demarcation of a discourse of exclusion, José Luiz Fiorin (1996) states that “all discourse is built in a controversial relationship, is constitutively heterogeneous and works on other discourses”. Fiorin (1996) also says that, “in the scope of language, what belongs to the order of History is the discourse and not the system, with enunciation, that is, temporalizing, specializing and actoralizing language.”. In this sense, the time is the enunciation made on the date of publication of the reports in 2015,

the space the territory of Mato Grosso do Sul, the capital Campo Grande, and the actors of Haitian migrant peoples dispute the physical and social space with local residents. Our analysis seeks to answer the question: How does the media in Mato Grosso do Sul (re) present the Haitian peoples in their discourse?

KEYWORDS: Semiotics of discourse; Migration; Enunciation.

REFLEXÕES PERTINENTES E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO DISCURSO SOBRE A MIGRAÇÃO NO MS

“ A linguagem é de fato o próprio fundamento da cultura. Em relação à linguagem, todos os outros sistemas de símbolos são acessórios ou derivados. (ROMAN JAKOBSON, 1979, p.18)

O Estado de Mato Grosso do Sul recebeu um número expressivo de migrantes haitianos, uma das rotas de entrada dos povos haitianos ocorreram pelas rotas que fazem divisas com países vizinhos, como a Bolívia ou pela rota que faz divisa com o Estado do Acre. Apesar de suas presenças no Estado desde 2011 foi somente a partir do ano de 2015, que o tema tomou visibilidade e devido aos problemas que tornaram a presença deles visíveis, a situação dos haitianos residentes na capital do MS passou a ser uma questão humanitária, política e social, chegando à demanda a atenção do Ministério Público (MP) por exemplo.

[...]Essa migração, iniciada principalmente a partir de 2011, repercute em Campo Grande onde, hoje, entre 50 e 80 pessoas definiram que aqui é o lugar para fixar residência e lutar por um futuro. Os municípios de Rio Brillhante e Ivinhema são opções secundárias de destino, por conta de frigoríferos.

Para eles, a descoberta da capital de Mato Grosso do Sul é por conta da divulgação de empreiteiras sobre existência de trabalho ou contato com quem que já vive aqui.

A jornada para chegar a Campo Grande representa superação. Conforme relato, se evitam esperar por meses até que um visto para o Brasil seja emitido na embaixada brasileira no Haiti (alguns afirmam precisar pagar “taxas extras”), precisam encarar uma viagem pinga-pinga para chegar ao país saindo de avião da Republicana Dominicana com destino ao Equador.

Depois, a jornada é terrestre com 3,3 mil km entre Guayaquil (Equador), cruzando o Peru e finalmente entrando em Assis Brasil (Acre). Ou por Brasileira (AC), divisa Brasil-Bolívia, 3,4 mil km de viagem. “A vida é uma luta e é preciso lutar para se conquistar algo”, disse o professor de matemática Wadner Absalon, 26, que há uma semana foi contratado em Campo Grande para instalar gesso em construções civis. Estrangeiros enfrentam dificuldade no mercado de trabalho na Capital.

Por isso, os haitianos vão se distribuindo pelo país, indo para Mato Grosso – que também é de porta de entrada para quem decide chegar ao Brasil pela Bolívia–, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. “Lá no Acre, as empresas fazem propaganda de trabalho e a gente decide para onde vai. Vim para cá há um ano para trabalhar no Aquário do Pantanal depois de ver anúncio no Acre”, contou Jean Wis Boisrond, 49. (ESTADO ON LINE, 2015).

Em síntese explanamos por meio de um pequeno contexto situacional quais foram os fatores que conduziram os povos ao processo de migração, resumindo desse modo, situado na América Central, colonizada pela França, o país caribenho é o mais populoso da região e tem vivido nas últimas duas décadas diversos problemas estruturais, desde político-sociais a catástrofes naturais como o terremoto que o devastou em 2010 vitimando mais de 100 mil pessoas. No mesmo ano o país sofreu um surto de cólera e um furacão fragilizou ainda mais a produção agrícola do país. Fatores esses que serviram de estopim para o intenso fluxo emigratório do país para outras localidades como o Brasil.

A partir de 2010 iniciou-se um processo de fluxo migratório desse povo rumo a diversos países, incluso o Brasil. Autores (FERNANDES, 2010; SILVA, 2013) afirmam que uma das hipóteses para tal migração deve-se a presença das tropas brasileiras em missão de paz no Haiti. Apesar de receber um número pequeno de haitianos em comparação com países como Estados Unidos, Cuba e França, a migração massiva de haitianos chamou a atenção das autoridades brasileiras, que diferentemente da Europa, não passou pelo processo de migração desde os migrantes europeus no começo do século XX.

Com este artigo propomos refletir sobre como os canais de comunicação de massa, no contexto nos limitamos a jornais eletrônicos da cidade e capital do Estado de Mato Grosso do Sul, instauraram os discursos sobre os sujeitos haitianos migrantes, para dar conta dessa busca de sentidos no texto jornalístico usarmos a ciência do signo, a Semiótica do Discurso de linha francesa.

Uma história ligeira da semiótica do discurso², na sua relação com seus objetos de eleição a cada fase de desenvolvimento da teoria, poderia sugerir que esse aumento de interesse pela dimensão social dos discursos, especialmente na mídia e nos produtos da cultura de massa, se inicia no momento em que, ao final dos anos 1970, a literatura começa a perder o seu estatuto de objeto privilegiado, para dar lugar a uma semiótica do discurso que se ocupa das contradições e assimetrias, da sociedade, manifestas na comunicação social. (PORTELA, 2019, p. 44).

Nossa metodologia para refletir sobre as manifestações discursivas a respeito dos povos haitianos nos meios de comunicação pelos canais de comunicação jornais *on line* da capital do Estado de Mato Grosso do Sul, trabalhamos com as chamadas e reportagens dos seguintes canais de comunicação:

- a) “ **Depois de muita empolgação haitianos começam a se decepcionar com a vida em MS.**” Localizado em lado B Comportamento, b) “ **MPE vai apurar condições de vida e trabalho de haitianos e outros grupos no MS**”, publicados

2 Segundo Fontanille, (1999) a semiótica da Escola de Paris, formou-se nos anos 50 e 60, dialogando com a linguística (Barthes, Greimas), da antropologia (Lévi-Strauss) e de várias correntes formalistas, algumas delas oriundas da crítica literária (a “nova crítica”), e outros da lógica matemática, nascendo desse encontro entre as ciências humanas, a uma semiótica baseada no princípio de uma “semântica” de discursos, textos ou imagens. Para semiótica todo discurso é um processo de significação assumido por uma enunciação e não um macro signo ou conjunto de signos. Quando a metodologia de aplicação, a semiótica estabelece um conjunto de níveis de significação, informa Fontanille (1999) esse estudo do nível parte do mais abstrato ao mais concreto, divididos em: níveis de estruturas semânticas elementares, estruturas atuariais e modais, estruturas narrativas e temáticas e estruturas figurativas.

pelo <http://www.campograndenews>;

c) **“Governo do Estado é investigado por falta de assistência a haitianos.”** publicado no <http://www.correiodoestado.com.br>;

d) **“Campo Grande vira destino para haitianos que buscam prosperidade.”**, publicado no <http://www.oestadoonline.com.br>;

e) **“Os sonhos dos haitianos em confronto com a realidade brasileira.”** publicado no <http://www.topmidianews.com.br>.

Nestas reportagens regionais do ano de 2015 foram observados na época o predomínio das chamadas que enunciavam o comportamento e denunciavam os maus tratos aos povos haitianos, a recepção dos sul- mato-grossense à decepção dos haitianos, as dificuldades encontradas no mercado de trabalho à negligencia social do Estado, a busca da prosperidade pelos migrantes por meio da Educação, os haitianos se defrontaram com a realidade que restringira sua presença e limitaria seus sonhos, apesar do Estado ser uma região moldada por migrantes, já que receberam outros povos como bolivianos, paraguaios, japoneses, e onde se podem ver na cultura a presença desses, através dos restaurantes, feiras livres, porém os haitianos são negros, essa demarcação da cor é posta numa dessas reportagens, o que demanda um olhar depreciativo sobre o migrante, conforme veremos mais adiante, a questão da raça e da linguagem, assim como o poder econômico desse intrusos são postos em evidências nas pautas, o sonho em cursar um curso superior e refazer a vida, tudo neles causaram um impacto negativo na sociedade.

Apresentados os canais nos quais se instauram os discursos enunciados corpus para nossa análise verificamos como na circulação dos discursos jornalísticos traçam em seus textos enunciados que exprimem atrás do tema da migração discursos de ordem preconceituosas, ali textualizados e enunciados. Reconhecemos o texto em semiótica por duas concepções que se complementam e foram definidas pela professora Dr^a Diana Luz Pessoa de Barros (1990) “[...] pela organização ou estruturação que faz dele um “todo de sentido”, como objeto da comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário.” A primeira concepção de texto, entendido como objeto *de significação*, descrição que segundo Barros tem se atribuído de análise interna ou estrutural do texto.

Na segunda caracterização do texto é tomado como *objeto de comunicação* entre dois sujeitos. Assim concebido, o texto encontra seu lugar entre os objetos culturais, inserido numa sociedade (de classes) e determinadas por formações ideológicas específicas. Nesse caso, o texto precisa ser examinado em relação ao contexto sócio histórico que o envolve e que, em última instância, lhe atribui sentido, (BARROS, 1990, p.7), assim compreendemos que, nos enunciados³ a respeito das pautas sobre os povos haitianos, existem uma comunicação explícita e implícita a respeito de formações ideologias que

3 O enunciador e o enunciatário são o autor e o leitor, o produtor do texto e seu receptor. Cabe, porém, uma advertência: não são o autor e o leitor reais, em carne e osso, mas o autor e o leitor implícitos, ou seja, uma imagem do autor e do leitor construída pelo texto. (FIORIN, 2008, p.81).

amparam ou desamparam o sujeito migrante, contextos sociais e históricos que remetem aquela sociedade o seu olhar sobre o outro de modo preconceituoso, remetendo ao assimilação destes com povos quilombolas.

Temos assim como instância de instauração do discurso enunciado⁴ pela figura do repórter como lugar da *atualização da língua* pelo ator, ali representado pelo profissional da comunicação midiática e também como lugar da *virtualização do discurso* (espaço onde circula o jornal on line), lugar em que estão depositadas, gozando da existência semiótica, as formas pressupostas do discurso, ao atualizar-se nas suas *performances* graças as práticas discursivas, no caso o de informar sobre a presença do (s) sujeitos (s) migrantes haitianos, bem como as ocorrências com a presença destes no contexto daquela sociedade.

Definindo –se como teoria geral do texto e da significação, a semiótica ocupa-se da produção de sentido de um texto por meio de uma metodologia que considera a articulação entre o plano de conteúdo e o plano de expressão e categorias gerais de análise capazes de por um lado, **contemplar a totalidade dos textos, manifestados em qualquer materialidade e, por outro lado, definir estratégias enunciativas particulares dos textos concretos.** (TEIXEIRA, in OLIVEIRA, 2009, p. 42). (Grifos nossos).

Teixeira (2009) faz uma definição clara do que trata a semiótica é uma teoria geral do texto, capaz de contemplar qualquer materialidade textual, não se limitado apenas a um gênero ou tipologia textual, ela abrange de textos verbais a não verbais, sincréticos, musicais, dentre outros, assim o textos jornalísticos faz uso das linguagens verbais e não verbais, fotos auxiliando no processo de comunicação da linguagem escrita enunciada pela palavra e pela fotografia, assim como outros recursos da linguagem que possam ser reconhecidas pelo leitor, como constituinte da manifestação da comunicação. Importante observação nos faz Fiorin (2008, p.79) “os textos da mídia são complexos, uma vez que eles são manifestados por diferentes linguagens (por exemplo, um jornal é um composto de textos verbais, de fotos, de gráficos, etc.) e, por isso, é preciso que haja uma teoria específica para esses textos.” E ainda enfatiza, que a semiótica narrativa e discursiva tem se ocupada das manifestações do sentido da linguagem também sincrética, uma vez que a linguagem se manifestadas por vários modos de expressão.

Mas qual o motivo que nos conduzem a refletir sobre o processo de comunicação de jornais locais e porque seus enunciados não são meras informações banais, qual sua influência ou efeito sobre o outro?

Em resposta é preciso entender o contexto social, o poder industrial estendeu sua suserania no começo do século XX, dando origem aponta os estudos do antropólogo, sociólogo e filósofo francês, Edgar Morin, que denomina o Terceiro problema em sua obra, *Cultura de Massas no século XX*⁵. As questão que afetam o mundo moderno, trazem temas

4 Conforme dicionário de Semiótica destacamos uma das definições: 1. No sentido geral “ daquilo que é enunciado”, entende-se por **enunciado** toda grandeza dotada de sentido, pertencente à cadeia falada ou ao texto escrito, anteriormente a qualquer análise linguística ou lógica. (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 168). (Grifos dos autores).

5 Ver MORIN, Edgar. *Cultura de Massas do Século XX: o espírito do tempo, neurose*. 10ª ed., Rio de Janeiro -Forense

que giram em torno da exclusão, de condutas autoritárias, racistas, xenófobas, o professor Drº Jean Cristtus Portela, (2019) também traz reflexões a respeito do descompasso entre o progresso técnico –científico não anda em concordância com o progresso social, ele ressalta o papel da internet na disseminação da informação, assim como algumas condutas que expõe discursos de cunho racistas, xenófobas, desumanas e anticidadãs que resistem e mesmo se multiplicam ao redor do globo, frutos do terceiro problema, oriundo do surgimento da denominada Cultura de Massa.

Voltando ao nosso contexto, observamos nos jornais on line, de Campo Grande -MS que, apesar do progresso tecnológico que instaura o discurso jornalístico em um canal de circulação midiática, a evolução da imprensa, os enunciados denunciam por outro lado, o não progresso social, o desconforto diante da presença do migrante, o tratamento e a recepção a eles (povos haitianos) na capital sul mato-grossense são de cunho disfórico⁶, preconceituoso e xenófobo, conforme se observa nos discursos enunciados pelos canais de comunicação local. A migração é um fenômeno global em que os povos têm saído de seus países, muitas vezes devastados por guerras em busca da sobrevivência em outros. O próprio termo migrar, que semanticamente é mudar de um país para outro ou região para outro adquire um status semântico nesse momento negativo, envolve questões de limitações e aceite, Leis e regras regem esse tema, a existência dos refugiados são questões que tem ditados questões políticas como na Europa e Brasil.

Nossa proposta visa procurar, por meio da semiótica do discurso, entender como se deu a construção do sentido nos enunciados nos jornais eletrônicos sobre povos haitianos no ano de 2015, no espaço da região Centro-Oeste, em Campo Grande- MS. Para entender o processo do discurso é de suma importância, segundo Fiorin (1996), compreender os mecanismos de temporalização, especialização e de actorialização. Essa discursivização perpassa no discurso jornalístico pela escolha do posicionamento ideológico contido na falsa ilusão de objetividade por meio da não projeção do *eu* relatado no interior do texto e pela seleção, hierarquização e as conexões do que se relata. Nossa análise recorta trechos mais relevantes das reportagens supracitadas, investigando como foi o processo de criação do enunciado no discurso jornalístico, averiguando com a teoria semiótica as produções de sentido no texto por meio dos enunciados nas reportagens selecionadas.

A SEMIÓTICA DISCURSIVA ANALISA OS ENUNCIADOS SOBRE OS POVOS HAITIANOS NOS JORNAIS ELETRÔNICOS DE CAMPO GRANDE- MS

Expostos os motivos que nos conduziram a fazer essa análise, iremos trabalhar com as análises dos enunciados extraídos dos jornais supracitados, tendo como suporte

Universitária (p. 03 -11).

6 **Disforia** é o termo negativo da categoria tímica que serve para valorizar os microuniversos semânticos-instituindo valores negativos-e para transformá-los em axiologias. A categoria tímica articula-se em *euforia/ disforia* e comporta, além disso, como termo neutro, *aforia*. (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 149). (Grifos dos autores).

metodológico e teórico a semiótico do discurso de linha francesa, como afirma Fiorin (2008b), “[...] Os textos criados pelos meios de comunicação são produtos de linguagens e, por conseguinte, podem ser examinados pelas teorias linguísticas e semióticas.”

A enunciação é a instância que povoa o enunciado de pessoas, de tempos e de espaços.

O mecanismo básico com que se instauram no texto pessoas, tempos e espaços é a **debreamagem**. Ela pode ser de dois tipos: **a enunciativa** e a **enunciva**. **A primeira** projeta no enunciado o eu-aqui-agora da enunciação, ou seja, instala no interior do enunciado os actantes enunciativos (eu/tu), os espaços enunciativos (aqui, aí, etc.) e os tempos enunciativos (presente, pretérito perfeito 1, futuro do presente). **A debreamagem enunciva** constrói-se com o ele, o alhures e o então, o que significa que, nesse caso, ocultam-se os actantes, os espaços e os tempos da enunciação. O enunciado é então construído com os actantes do enunciado (3ª pessoa), os espaços do enunciado (aqueles que não estão relacionados ao aqui) e os tempos do enunciado (pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais que perfeito e futuro do pretérito ou presente do futuro, futuro anterior e futuro do futuro). **A debreamagem enunciativa produz, basicamente, um efeito de sentido de subjetividade, enquanto a enunciva gera, fundamentalmente, um efeito de sentido de objetividade.** (FIORIN, 2008b, p.81). (Grifos nossos).

Nosso objeto de análise trata da forma de expressão dos jornais que enunciam os sujeitos haitianos estes veículos de comunicação os instauram pelo discurso como sujeitos disjuntos, com limitações sociais e desamparo dos órgãos do Estado, num dado espaço, a na sociedade da capital morena. Uma vez compreendido que o homem se constitui na e pela linguagem visamos encontrar marcas discursivas de inclusão ou exclusão dos povos imigrantes e a representação discursiva de um meio de comunicação local sobre o outro (o sujeito migrante). Faremos esse jogo de relação entre a produção de sentido do texto enunciado (plano de expressão e plano de conteúdo) e o discurso propriamente dito (ideologias) o que justifica a leitura dessas reportagens pelo viés das teorias do discurso supracitada.

Fundamentalmente, o papel dos estudos do discurso é revelar como se dá linguisticamente a construção simbólica dos grupos sociais e dos mecanismos de realização do poder. No senso comum e em outras disciplinas acadêmicas que lidam com fenômenos sociais e políticos, esse é um salto, muitas vezes, automático, ou, no mínimo, excessivamente centrado no conteúdo dos discursos, ignorando a sua forma, organização e processos constitutivos. (FARIA, 20015, p. 261)

Conforme o excerto o discurso é um dos principais suportes ideológicos de manifestação de poder, de expressão e de manipulação, principalmente quando se trata de temáticas relacionadas às questões políticas, sociais, no caso desse artigo, das manifestações sociais via processo de migração dos sujeitos, o discurso tende a ceder lugar para a resistência ao outro, para a apresentação e levantamentos de argumentos tendenciosos que visem construir a imagem dos que tentam se adicionar no novo espaço.

Nesse sentido almejamos verificar como é a recepção dos sujeitos migrantes (povos haitianos) no espaço escolhido como destino à capital de Mato Grosso do Sul, como essas vozes da mídia apresentam ou interpretam o outro na sua dimensão discursiva, para então, eles serem de certa forma aceitos ou reconhecidos pela sociedade local, extraímos dos principais jornais eletrônicos de Campo Grande-MS os discursos sobre os haitianos.

Aqui nos limitamos a um exemplo de cada fonte jornalística tendo como objetivo geral da nossa análise refletir sobre as formas discursivas que produzem um sentido em relação aos povos haitianos, os efeitos de sentidos desses discursos mediante essa representação discursiva da imagem do outro via discurso enunciado pelos jornais eletrônicos. Entendemos a enunciação segundo Fiorin (2011), “é o ato e produção do discurso, é uma instância pressuposta pelo enunciado (produto da enunciação),” que ao realizar-se, ela deixa marcas no discurso que constrói.

Dando sequência iniciamos as práticas de análises dos enunciados que seguem, vejamos abaixo as chamadas do jornal online, o qual classificamos I, no caso, o veículo comunicativo, denominado *Jornal Regional Campo Grande News*, assinado por um ele (a jornalista) num determinado espaço (lado B, sessão comportamento), datado de um tempo cronológico em 19/07/2015 às 07:25, instaura um discurso enunciado, projeta para fora de si os autores do discurso, bem como suas coordenadas espaços –temporais por meio de uma debreagem actancial e temporal enunciativas⁷: **“Depois de muita empolgação, haitianos começam a se decepcionar com a vida em MS.”** (MESQUITA, Naiane, 2015, Lado B):

Discurso enunciado: **“ DEPOIS DE MUITA EMPOLGAÇÃO, HAITIANOS COMEÇAM A SE DECEPCIONAR COM A VIDA EM MS”**

Quem foi o enunciador: repórter Naiane Mesquita

Tempo da enunciação: Data da reportagem 19/07/2015 07:25

Espaço e canal da enunciação: Fonte Jornal Regional eletrônico: Campo Grande News, Canal: Lado B, Sessão: Comportamento

Quadro I (Autoria do quadro nossa).

Fonte: Campo Grande News

Observem que a temporalidade *“Depois de muita empolgação”* o marcador temporal

7 Pode se tentar definir **debreagem** como a operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta para fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fecundação ao enunciado-discurso.[...] De um outro ponto de vista, que faria prevalecer a natureza sistemática e social da linguagem, dir-se –à igualmente que a enunciação, enquanto mecanismo de mediação entre a língua e o discurso, explora as categorias paradigmáticas da pessoa, do espaço e do tempo, com vista a constituição do discurso explícito. A **debreagem actancial** consistirá, então, num primeiro momento em distinguir do sujeito da enunciação e em projetar no enunciado um *não –eu*; a **debreagem temporal** em postular um *não-agora* distinto do tempo da enunciação; a **debreagem espacial**, em opor ao lugar da enunciação um *não –aqui*. (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.111). (Grifos dos autores).

se refere a um tempo posterior versus o tempo presente da reportagem (o tempo do agora 19/07/2015 às 07:25), a debreagem temporal marca um antes e depois da chegada dos migrantes ao espaço físico da Cidade de Campo Grande - MS, instaurados no discurso pela marcação da mudança de estado emocional dos atores haitianos revelando no nível fundamental a oposição entre os sentimentos no tempo do antes versus tempo do agora.

O tempo é o responsável por enunciar a alteração do estado emocional dos migrantes mostrando a oposição do estado emocional dos sujeitos haitianos. Temos em oposição no nível fundamental do discurso a *empolgação* (no tempo do não –agora) versus “*começam a se decepcionar*” (o tempo do agora, marcado pelo verbo no presente, na terceira pessoa do singular, “*começam*” (eles). Logo, o enunciador instaura uma debreagem temporal apresentando a concomitância /não concomitância ou anterioridade / posterioridade dos tempos dos acontecimentos.

Quanto aos elementos constituintes do discurso temos a figura do meio de comunicação eletrônico (suporte onde está inserido o enunciado = *Jornal Regional Campo Grande News*), a identificação da localização da matéria (um lá = espaço destinado a esse tipo de discurso no jornal *lado B*) a marcação do tempo e do espaço na chamada da matéria: (o enunciado = “ **Depois** de muita empolgação, haitianos **começam** a se decepcionar com **a vida em MS**) a identificação do enunciador (a profissional responsável pela matéria = Naiane Mesquita, na seção de comportamento, a data e hora em que fora publicada a reportagem (19/07/2015 07:25).

Outro fator relevante é a demarcação do espaço da reportagem no espaço interno do jornal, lado B a reportagem em questão não é como manchete principal ou com prioridade das chamadas principais, o próprio discurso instaurado no lado B, trata do tema como “comportamentos sociais”, ou seja, desde a mudança do comportamento dos haitianos de empolgados para decepcionados com a vida em Campo Grande - MS.

Há uma temporalidade indicadora de que houve um primeiro momento que os povos haitianos buscavam entrar em conjunção⁸ com objetos valores qualidade de vida, e que agora estão em disjunção com esse objeto valor qualidade de vida, representado pelo sentimento de decepção, da euforia para disforia outros elementos foram sendo postos inseridos no discurso enunciado, a questão do saber e não saber a língua portuguesa, os valores da cultura e do conhecimento e que fatores adversos a falta de comunicação, a sua raça e cor locais contribuíram para essa disforia.

⁸ Em semiótica narrativa, convém reservar o nome conjugação para designar, paradigmaticamente, um dos dois termos (juntamente com a disjunção) da categoria junção, que se apresenta, no plano sintagmático, como função (relação entre o sujeito e o objeto) constitutiva dos enunciados de estado. Se, paradigmaticamente falando, conjunção e disjunção são contrários, o mesmo não acontece no plano sintático, em que, de acordo com a distribuição do quadrado semiótico, a não-disjunção (“conservar alguma coisa”) entre um sujeito e um objeto valor-valor deve ser distinguida da conjugação (“ter alguma coisa”). (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 90).



Grupo montado pelo médico Jean Daniel tem de 20 a 40 participantes que estudam português em paróquia no Rita Vieira (Foto: Marcos Ermínio).

Na foto temos um grupo de haitianos em processo de aquisição da língua portuguesa, sendo o local uma igreja paróquia no bairro denominado Rita Vieira, no discurso vai se instalando a classificação sócio econômica do espaço no qual os imigrantes estão instalados, conforme descreve a reportagem:

Em uma ruazinha de terra, no salão lateral da Igreja Divino Espírito Santo, no bairro Rita Vieira, um grupo de imigrantes se reúnem todos os sábados. Ali, há além de aulas de português, um pouquinho do que foi deixado para trás, o que não foi possível trazer na bagagem ou se perdeu pelo caminho. Entre lembranças de casa, incertezas e desilusões, todos contam as dificuldades e também alegrias de se viver longe das praias paradisíacas, mas inseguras do Haiti.

O sotaque é francês, a língua oficial do país, a pele é negra e o sorriso totalmente contagiante. Nem todos entendem bem o português, mas com paciência a maioria consegue se comunicar, seja por palavras enroladas, gestos ou com a ajuda dos amigos. (CAMPO GRANDE NEWS, 2015).

O que foi enunciado na chamada: **UM SONHO CHAMADO BRASIL, HAITIANOS EM CAMPO GRANDE**

Espaço e data de circulação do discurso enunciado: Top Mídia News 16 JUL 2015 14h56

Quem assina o discurso enunciado: Assinado por Izabela Sanchez

Quadro II (Autoria nossa).

Fonte: Top Mídia News.

O enunciado aponta para um discurso classificatório e preconceituosos, os espaço

citado no valor diminutivo e depreciativo: uma ruazinha de terra, na lateral de uma igreja (espaço exterior, sem marca de urbanização como asfalto) no bairro Rita Vieira (local não centralizado, periferia da capital), a descrição de um sujeito em falta com bens materiais, a descrição da insegurança do seu local de origem, o Haiti, que segundo o enunciador só lhes restam de positivo as praias paradisíacas, o sotaque francês, caracteriza os aspectos linguísticos versus a língua portuguesa, abordagem da falha de comunicação, “a pele é negra e o sorriso é contagiante” a descrição dos povos haitianos pela cor da pele negra, deixa-os sob a visão da sociedade já instalados num discurso de sujeitos marginalizados que sofrem com as incertezas e desilusões de uma vida promissora na nova cidade, onde buscam uma qualidade de vida. Ao enfatizar a descrição da cor da pele e da linguagem o enunciador indício de xenofobia e discriminação do invasor, o qual é deslocado pelo sistema para um bairro de periferia, reportando ao local onde vivem os mais pobres e desfavorecidos economicamente, no contexto brasileiro o negro destituído do saber e de riquezas remetem a sujeitos que tendem a serem marginalizados ou discriminados pela sociedade branca e hierarquizada. A figura da igreja, o fato deles estarem sendo acolhidos no lado externo e não interno, remonta a exclusão daquele grupo, aquele que por questões diversas não se enquadra na sociedade, por ser negro, por ser periférico, por não dominar a língua do país para qual migrou, mesmo assim, mantém o sorriso no rosto na esperança do acolhimento que lhe são prestados por aqueles que acolhem e lhes ensinam a língua local.

Nessa segunda reportagem do jornal Top Mídia News a temática da chamada retrata o confronto dos haitianos com a realidade brasileira, se num primeiro momento, eles eram retratados como sujeitos empolgados com a nova terra, nas próximas imagens, já são retratados com imagens negativas e expressões frustradas, apontando o discurso para uma situação de disforia com a realidade, aqueles que almejavam sonhar com uma formação superior parece não lhe ser atribuído o direito as expectativas futuras promissoras.



Lunex Belzince (foto: Deivid Correia)

Quando os haitianos chegam ao Brasil, seus sonhos são maiores do que a realidade das condições de estrutura que o país oferece. A maioria acredita na potencialidade da educação do Brasil. E não é algo que possa ser condenado. “Eu tenho um pouco de dificuldade de ir pra faculdade (no Haiti) porque todas as faculdades são privadas. Tinha públicas, mas as públicas ficaram destruídas no terremoto. E por isso que eu vim aqui, primeiro para estudar e para trabalhar também”, contou Leonet, de 20 anos.

Essa é a realidade do ensino em uma das nações mais pobres da América Latina. O Haiti também não oferece empregos aos poucos jovens que conseguem se formar nas universidades do país. (TOP MÍDIA NEWS,2015), (Grifos nossos).

Além da linguagem verbal, a linguagem sincrética complementa os enunciados, a fotografia chama a atenção pelas as cores escuras e nebulosas, a figura do sujeito solitário e com aparência envergonhada do haitiano mediante o olhar câmera que o retrata para a sociedade, o sentimento da expressão lida é de angustia, de um despertar de um sonho não realizável, que é expresso na linguagem verbal, “*Quando os haitianos chegam ao Brasil, seus sonhos são maiores do que a realidade das condições de estrutura que o país oferece,*” no discurso enunciado há uma constatação que os migrantes tem sonhos maiores do que a estrutura do país lhes oferece, o que pode ser entendido como um ato limitação e restrições ao acesso à educação pública e de qualidade, o que não é verdade, uma vez que no Brasil existem várias universidades públicas e os meios de seleção de ingresso permitem a todos os direito a participar do processo seletivo, só no Estado temos três Universidades públicas (UEMS, UFMS tendo as primeiras vários campus espalhados no interior, e a grande UFGD), o que entra em desacordo com a negação da estrutura educacional dita no discurso.

Há uma negação por parte do enunciador de realização do sonho dos imigrantes como se seus sonhos e sua presença não fossem aceitas, de modo que a busca pelo sonho de cursar um uma faculdade pública não lhe fosse um direito garantido, a negação do outro se dá pelo enunciado. O enunciador ainda justifica seu ponto de vista, informando que de modo repressor teria como condenar a postura sonhadora dos imigrantes, mas não o faz, como se relevasse com certa autoridade o desejo do outro em se inserir enquanto sujeito social, como se lhe fosse até permitido sonhar, mas que tal sonho não lhe fosse possível a realização, há indícios de marginalização do outro, da negação a direitos garantidos por Lei, direito ao ir e vir e a educação.

È notório o discurso opressor sobre o novo integrante social, até mesmo comparações dos povos haitianos versus povos escravos, a figura dos sujeitos negros tendem a serem postas numa mesma cadeia discursiva, conforme se nota no título que descreve as enfermidades tidas por eles como uma enfermidade do período escravocrata:

O banzo do século XXI

“Eles se frustram muito nesse sonho. Primeiro porque até ali já acabou o dinheiro, depois pra continuar a viagem precisa de ajuda, de solidariedade.

Possuem traumas, em todos os sentidos. Se sentem perseguidos e ameaçados psicologicamente. Há certo desânimo, pré-depressão de frustração, porque fazem tudo, se empenham em tudo, e esperavam que as coisas sejam mais fáceis. " É a percepção da Irmã Rosane Costa Rosa, coordenadora da Pastoral dos Imigrantes da Arquidiocese de Campo Grande.

A pastoral é uma das únicas entidades que auxilia os haitianos que chegam a Campo Grande. O trabalho se divide em diversas frentes. Desde ajuda financeira, como passagens de ônibus para outros lugares e alimentação, até auxílio psicológico e orientações de cidadania. Além da pastoral o Centro de Apoio ao Migrante (Cedami), ligado ao Hospital São Julião, também oferece auxílio aos haitianos que chegam em situação de vulnerabilidade. Município e Estado não se atentaram que a migração por questões de trabalho ou de conflitos chegou até Mato Grosso do Sul. Nenhuma das entidades recebe auxílio do poder público.

Alguns dos imigrantes haitianos têm passado por um fenômeno que ganha o nome de "Síndrome de Hércules". É uma melancolia, uma tristeza que lentamente vai afetando todos os setores da rotina diária. Um sentimento de "despertencimento" e "desterritorialização".

No período da escravidão, os negros que foram arrastados ao Brasil contra a sua vontade, sofriram o Banzo, uma tristeza profunda, um desligamento com a realidade encontrada, a saudade da própria terra e da própria cultura. Na realidade da migração e precarização do trabalho, a Síndrome de Hércules parece ser o Banzo moderno. (TOP MÍDIA NEWS,2015). (Gritos nossos).

No recorte acima observamos novamente a construção da relação entre os sujeitos haitianos com os sujeitos descendentes de escravos, que constituem a origem da população negra no país. O jornal dá a voz a uma freira, irmã Rose (representante do órgão que presta assistência aos imigrantes) os quais não tem aparo do órgãos oficiais do Estado, a comparação dos períodos: atualidade da migração haitiana com o período da escravidão, a relação entre os sentimentos de tristeza e frustração dos haitianos com o Banzo, que é denominada na reportagem como tristeza profunda e a Síndrome de Hércules, caracterizam os pré julgamentos dos sujeitos sobre o outo e autentica a exclusão racial sofrida pelos imigrantes diante dos órgãos dos setores público locais. Ressaltando que os diagnósticos patológicos também são inseridos pelos discursos dos nativos, os quais não há relatos ou fontes científicas que comprovam a veracidade das enfermidades, assim, prevalece no discurso o preconceito do sujeito nativo em relação àqueles que não pertencem a cidade.

Discurso enunciado: “GOVERNO DO ESTADO É INVESTIGADO POR FALTA DE ASSISTÊNCIA A IMIGRANTES CONDIÇÕES SUBUMANAS E EXPLORAÇÃO NO TRABALHO TAMBÉM SÃO ALVO DA APURAÇÃO”

Espaço e data de circulação do discurso enunciado: Fonte Correio do Estado matéria: Data: 13 DEZ 2015 14h:40

Quem assina o discurso enunciado: ALINY MARY DIAS

Quadro III (Autoria nossa).

Fonte: Correio do Estado.

Conforme a chamada o tema da reportagem traz a indiferença do governo do Estado com relação ao assistencialismo prestado aos povos haitianos, a denúncia de negligência social, discorre sobre o papel do Estado mediante a relação de acolhimento e prestação de assistência aos aproximadamente 80 haitianos que se instalaram na capital, há suspeita de que o Governo do Estado esteja praticando omissão na assistência aos imigrantes.

O discurso transcrito a seguir dá informações e voz às autoridades ligadas ao MPE que investigam às condições de relação do Estado, assim como condições de exploração trabalhista por empresas terceirizadas, respaldados pelos Direitos Humanos o representante da Lei, investiga eventuais crimes cometidos contra os haitianos, que vai do tratamento e contratações teor escravocrata, a situações de xenofobia, restaura a existências de outros povos como os sírios e aborda como o Estado atende as demandas e necessidades desses imigrantes, empresas privadas e o modelo de contratação via terceirização colocam em questão abusos e falta de direitos trabalhistas garantidos:

[...]Para apurar supostas condições subumanas e de exploração laboral, o Ministério Público Estadual (MPE) abriu investigação. A apuração será comandada pelo promotor dos Direitos Humanos, Luciano Furtado Loubet.

Além de investigar a situação subumana e exploratória, o MPE quer avaliar **como está o atendimento do Estado em relação ao problema que os haitianos, e até imigrantes de outras nacionalidades como os sírios, enfrentam diariamente.**

No mês passado, o Correio do Estado trouxe o assunto à tona com reportagem sobre denúncias feitas pelos haitianos ao Ministério do Trabalho. Na época, a avaliação do órgão era que empresas terceirizadas eram as principais “vilãs” dos haitianos.

Para o procurador do MPE, Cícero Rufino Pereira, embora não tenham sido registrados casos de racismo no órgão, **as fraudes trabalhistas a esses refugiados têm lastro em uma cultura xenófoba que estigmatiza esses povos.** Entretanto, ele considera como um dos elementos mais graves a terceirização. (CORREIO DO ESTADO, 2015).

Discurso enunciado: **MPE VAI APURAR CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DE HAITIANOS E OUTROS GRUPOS NO MS**

Espaço e data de circulação do discurso enunciado: Correio do Estado/ cidades Data e horário: 14/12/2015 17:16

Quem assina o discurso enunciado: Matéria autoria de Thiago de Souza

Quadro IV (Autoria nossa).

Fonte: Campo Grande News

Na última reportagem sobre a atua do MPE deixa explícito os procedimentos de racismo sofrido pelos haitianos (casos de xenofobia) as cidades de MS que mais recebem esses estrangeiros e as condições de trabalhos que levam a exploração dos haitianos dentro do Estado, assim como as atitudes tomadas para dar auxílio humanitário aos imigrantes.

[...] O caso foi designado para o promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet, da 67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande. Segundo o MPE, casos de xenofobia (aversão a estrangeiros), preconceitos e maus-tratos noticiados pela imprensa nacional e local embasam o questionamento do Ministério Público.

De acordo com a dirigente, a secretaria já realiza trabalhos em cima das maiores dificuldades dos haitianos que são o idioma e a documentação. Um grupo de trabalho foi criado a partir de uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de MS, no dia 23 de novembro deste ano.

Agora, segundo Ana Lúcia, vai ser realizada nova audiência pública, na noite desta segunda-feira (14), desta vez em Três Lagoas, para criar novo grupo de trabalho que vai deliberar as atribuições de cada órgão no apoio aos imigrantes.

Segundo a superintendente, as cidades de Três Lagoas e Itaquirai são as que mais possui haitianos no Estado. Na Capital, os haitianos se concentram na Vila Progresso e no Bairro Rita Vieira.

Outras ações em favor dos imigrantes, segundo a superintendente, são o encaminhamento dos estrangeiros ao mercado de trabalho, parceria com a Superintendência Regional do Trabalho para impedir casos de exploração dos imigrantes no local de trabalho, distribuição de cesta básica e qualificação.

De modo geral, nos jornais de MS observamos que circulam o discurso da alteridade com relação aos povos haitianos, nesse último temos de diferencial as informações dos roteiros de viagens dos imigrantes durante o percurso de chegada ao Brasil, denunciando como ocorre o processo de manipulação e sedução desses povos para que se distribuam pelo país como mão de obra barata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidimos trabalhar com esse tema tínhamos em mente entender como os discursos enunciados contribuíram para a apresentação positiva ou negativa dos povos haitianos no Estado de Mato Grosso do Sul, deparamos com a complexidade da linguagem e seus subtendidos, com a força da enunciação enunciada sobre o outro, como os textos e os discursos são produtos da linguagem e ferramentas que podem trazer a imanência de um problema global, social e cultural. Nossas manifestações discursivas, nossas impressões sobre o outro, os sentidos alterados por informações direcionadas a mudar a visão de um grupo social sobre o outro, via valorização ou depreciação, da euforia a disforia, do acolhimento a negação, a quem interessa a situação dos povos migrantes, seriam outras nações apresentadas pela cor e pela língua que dominam ou não dominam? Foram os migrantes sírios detalhados pelo seu trajeto ao chegar na capital e a sua cor questionada? Quais nações foram postas como problemáticas nas chamadas, não teriam os povos haitianos, uma cultura positiva, uma comida tradicional, uma dança regional a ser apresentadas para os campo-grandenses ou demais cidades, o que foi dito sobre eles foi de forma favorável à sua presença ou foram colocados como intrusos e problemáticos ao espaço? Não seriam eles cultos, com alguns já formados e com profissões que pudessem ser inseridos no mercado de trabalho de forma justa e digna? Ora, os veículos de comunicação local ao buscar criar uma imagem representativa dos haitianos expõe juízos de valor negativos sobre a cor da pele e a linguagem dos migrantes.

Os jornais enunciam julgamentos até mesmo do estado de saúde deles de modo a articular o discurso sobre essas pessoas, relacionando-as à identidade e características dos povos negros trazidos para o Brasil com a finalidade de serem objetos de trabalho gratuito e explorados por senhores feudais. O que não se distancia dos procedimentos escravatórios da atualidade, no caso, empresas envolvidas que atraem esse público a baixo custo, desvalorizando a sua mão de obra ou tornando-os de certo modo, a releitura das novas formas de escravizar os sujeitos humanos partindo do pressuposto ilusório de “busca por uma vida melhor”. Com a teoria semiótica procuramos descrever os processos de produção de sentido do texto enunciado e os modos como o texto da voz aos interlocutores (enunciadores e enunciatários) notamos os discursos que perpassam as temáticas extraídas das chamadas dos jornais, visando encontrar os indícios de uma cultura da opressão e da exclusão do sujeito negro, vindo migratoriamente, visto que a todo momento nos enunciados, encontramos a relação de comparação, proximidade discursiva entre imigrantes haitianos e os escravos que aqui chegaram também trazidos por uma ilusão de trabalho em busca de uma vida “digna”.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ática, 1990.

BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Orgs.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.

CAMPO GRANDE NEWS. **Depois de muita empolgação haitianos começam a se decepcionar com a vida em MS.** Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/depois-de-muita-empolgacao-haitianos-comecam-a-se-decepcionar-com-a-vida-em-ms>. Data do acesso: 01.08.2016.

CAMPO GRANDE NEWS. **MPE vai apurar condições de vida e trabalho de haitianos e outros grupos no MS.** Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/mpe-vai-aporar-condicoes-de-vida-e-trabalho-de-haitianos-e-outros-grupos-no-ms>. Acesso em 01.08. 2016.

CORREIO DO ESTADO. **Governo do Estado é investigado por falta de assistência a haitianos.** Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/cidades/campo-grande/governo-do-estado-e-investigado-por-falta-de-assistencia-a-haitianos/265514/> acesso em 01.08. 2016.

FERNANDES, Jéssica. *Operação Haiti: ação humanitária ou interesse político para o Brasil?*. Conjuntura internacional. nº 22. PUC Minas. 2010.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, José Luiz. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008a.

FIORIN, José Luiz. *Semiótica e Comunicação*. In.: DINIZ, Vissoto Paiva; PORTELA, Jean Cristtus (Orgs.). *Semiótica e Mídia: Textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC, 2008.b, 269p

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso: balanço e perspectivas*. Trad. Jean Cristtus Portela e Matheus Nogueira Schwartzmann. CASA – *Cadernos de Semiótica Aplicada*, vol. 6, n.1, julho de 2008a. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/download/951/819>. Acesso em: 03 novembro de 2021.

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do Discurso*. (trad.) PORTELA, Jean Cristtus. Ed. Contexto: São Paulo, 2008.

GREIMAS, A.J; COURTÉS. J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

JAKOBSON, Roman Linguística, *Poética, Cinema*. Ed. Perspectiva, S.A, São Paulo. 1979.

O ESTADO ONLINE. **Campo Grande vira destino para haitianos que buscam prosperidade.** Disponível em: <http://www.oestadoonline.com.br/2015/03/campo-grande-vira-destino-para-haitianos-que-buscam-por-prosperidade/> acesso em 01.08. 2016.

PORTELA, Jean Cristtus. *Estratégias enunciativas de construção da inclusão na HQ*. In.: ABRIATA, Vera Lucia Rodella (org.), *Vozes do social: a enunciação visual e sincrética na diversidade das mídias*. [Franca, SP]: Unifran, 2019. (Foco: linguística do texto e do discurso, 4) 260 p.

PORTELA, Jean Cristtus; SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira. *A noção de gênero em semiótica*. In.: PORTELA, Jean Cristtus; BEIVIDAS, W.; LOPES, Ivã Carlos; SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira (Orgs.). *Semiótica: Identidades e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-98.

SILVA, Sidney. Brazil, a new eldorado for immigrants?: the case of haitians and the brazilian immigration policy. In: **Urbanities**, Vol. 3 n° 2 Novembre 2013.

TEIXEIRA, Lúcia. *Para uma Metodologia de análise de textos verbovisuais*. In.: *Linguagem na Comunicação: desenvolvimento de semiótica sincrética*. (Orgs.) OLIVEIRA, Ana; TEIXEIRA, Lúcia. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

TOPMIDIANEWS. **Os sonhos dos haitianos em confronto com a realidade brasileira**. Disponível em: <http://www.topmidianews.com.br/especiais/os-sonhos-dos-haitianos-em-confronto-com-a-realidade-brasileira/30780/>, acesso em 01.08.2016.

CICLO DE VIDA DO MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 07/11/2021

Márcia Regina Valle Mielke

Pós-graduação em Empreendimentos e
Negócios Turísticos Sustentáveis – SENAC
Salto - SP
<http://lattes.cnpq.br/0857340079068564>

RESUMO: A restauração do Mercado Paulistano e a sua transformação em atrativo turístico trouxeram os impactos negativos que um planejamento estratégico poderia ter evitado. O Ciclo de Vida do Turismo desenvolvido por Butler (1980) é uma ferramenta usada para determinar em qual fase está o espaço turístico possibilitando a maximização dos impactos positivos e minimização dos negativos. O principal objetivo desse trabalho foi verificar em qual fase do Ciclo de Vida do Turismo está o Mercado Paulistano. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica de outros pesquisadores e pesquisa documental em jornais e instituições. Também foi realizado um estudo de campo para atualização da dinâmica do objeto de estudo. Constatou-se que o Mercado Paulistano se encontra na sua fase de Consolidação e portando requer ações para que seja evitada a fase de estagnação e possível declínio

PALAVRAS-CHAVE: Mercado Municipal. Ciclo de Vida. Planejamento Turístico

TOURISM LIFE CYCLE OF MUNICIPAL MARKET OF SÃO PAULO CITY

ABSTRACT: The restoration of Mercado Paulistano and its transformation into a tourist attraction brought negative impacts that strategic planning could have avoided. The Tourism Life Cycle developed by Butler (1980) is a tool used to determine what stage the tourism space is at and thus maximize positive impacts as well as minimize negative ones. The main objective of this work is to verify in which phase of the Tourism Life Cycle the Paulistano Market is. The methodology used was the literature review of other researchers and documentary research in journals and institutions. A field study was also carried out to update the dynamics of the object of study. It was found that the São Paulo Market is in the Consolidation phase and, therefore, needs actions to avoid stagnation and possible decline.

KEYWORDS: Municipal Market. Lifespan. Tourist Planning.

1 | INTRODUÇÃO

A restauração do Mercado Municipal Paulistano, realizada em 2004, teve como objetivo a reestruturação do espaço. A beleza arquitetônica de sua construção, somado aos belíssimos vitrais seriam riquíssimos recursos que não poderiam ser abandonados e simplesmente entregues à deterioração física que engole a maioria do patrimônio material que compõe a paisagem dos grandes centros urbanos brasileiro. O preço dessa

ação, um risco não calculado, foi o desvio de parte de sua função original: a venda de produtos, predominantemente alimentícios à população paulistana, seguindo o caminho da transformação do espaço em um centro gastronômico voltado ao turismo.

Os desacordos com as ações realizadas pelo poder público foram manifestados nos mais diversos meios democráticos possíveis. “Mercados em fuga”¹ foi o título dado por Josimar Melo na crônica que descreve a situação dos mercados cujas “carcaças” se transformaram em espaços turísticos. Citando exemplos, entre os quais o Mercado Municipal de São Paulo, lamenta que as almas² desses espaços tenham se perdido quando abandonaram sua principal missão.

Também os permissionários mais antigos – os comerciantes - que perderam parte de seus lucros, lamentam a redução de sua freguesia. O congestionamento de pessoas e veículos, o encarecimento dos produtos, afastou os compradores usuais. Esses males são atribuídos à transformação do espaço em um ponto turístico.

Atribuir unicamente ao Turismo esses males é acusar injustamente uma atividade que, quando bem trabalhada, se torna uma forte aliada na preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural. A realidade é que os supermercados ocasionaram uma mudança nos hábitos de consumo resultando em uma considerável queda nas vendas das feiras e mercados.

A realidade enfrentada pelo Mercado permaneceu até a década de 1990, com permissionários fechando suas bancas ou passando para outros responsáveis, por não mais conseguirem sustentar os negócios. Foi no início do século XXI, no ano de 2004, que o Mercado Municipal conseguiu verba da prefeitura para uma ampla reforma que fez parte dos projetos de revitalização do centro velho da cidade. Foram restaurados os vitrais, sua fachada e construído um mezanino de 2.000 m² para acomodação de novas lanchonetes, a fim de estimular o turismo no local (TIRADENTES, 2008 apud ROIM, 2016, p.52)

A administração pública paulistana buscou no estímulo ao turismo a saída para manter o lugar vivo e preencher as lacunas deixadas pelos antigos frequentadores do local.

O objetivo desse estudo é avaliar as transformações que ocorreram no Mercado Municipal Paulistano, conhecido como Mercadão, entre os anos de 2004 e 2017. A escolha desse tema se justifica pela necessidade de planejar a atividade turística de forma mais ética, minimizando os impactos negativos sobre o espaço e a sociedade afetada. A problemática foi se a transformação do Mercado em Atrativo Turístico implicou em caminhos pelos quais passam os demais atrativos existentes no mundo do Turismo. Algumas fases pelas quais passam os atrativos, segundo o modelo de Butler, seriam: Lançamento (ou partida), Exploração, Desenvolvimento, Consolidação e Estagnação (seguido de declínio ou rejuvenescimento, dependendo da atuação do gestor), a indagação foi em qual fase estaria o Mercado dentro dessa curva denominada Ciclo de Vida do Espaço do Turismo.

¹ Crônica publicada no Caderno de Turismo do jornal Folha de São Paulo no dia 26 jan. 2016

² Referência a Eduardo Yazigi e o livro “A alma do lugar”

Os procedimentos metodológicos utilizados foram revisões bibliográficas de pesquisadores que usaram os temas “Mercado Municipal de São Paulo” e “Recuperação da área central da cidade de São Paulo”. A revisão bibliografia foi complementada com pesquisa documental a jornais e instituições como o Observatório de Turismo, mapas do mercado municipal e notícias da mídia sobre as modificações que ocorreram nesse espaço. Também foi realizada uma visita ao Mercadão no dia 30/12/2017, para verificar a dinâmica nos dias de grande movimento.

As transformações realizadas pelo poder público no mercado foram necessárias e corroboram com o fato que só o que está morto há tempos não se modifica, porém, a riqueza cultural existente nos espaços públicos deve ser protegida da força transformadora da atividade turística. Essa riqueza que desperta o interesse do turista não pode ser despojada por um turismo predatório e mal planejado. Não basta “criar” um atrativo turístico é necessário mantê-lo saudável.

2 | A TRANSFORMAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL: AS FASES DO CICLO DE VIDA DO ESPAÇO TURÍSTICO

2.1 A história do Mercado Municipal

O Mercado Municipal de São Paulo começou a ser construído em 1925 ao lado do Rio Tamanduateí, principal via de transporte fluvial da cidade. A proximidade com o rio facilitaria o deslocamento dos alimentos, a maioria vindo das pequenas chácaras próximas.

Embora com o objetivo de abrigar os pequenos comerciantes que vendiam os seus produtos ao ar livre, idealizou-se um edifício que deveria estar à altura da “metrópole do café”. Contratou-se então o escritório do renomado arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que já assinava outras obras primas da arquitetura entre as quais o Teatro Municipal de São Paulo.

A construção do majestoso edifício durou oito anos e na mistura de estilos arquitetônicos como o neogótico, neobarroco e neoclássico foram ainda incluídos 55 vitrais representando cenários campestres, de autoria de Conrado Sorgenicht Filho, o grande nome da arte em vitral de São Paulo (FIGURA 1).



FIGURA 1 – Mercado Municipal de São Paulo

Fonte: <https://www.mercadomunicipalsp.com>

2.2 Os baixos e altos do Mercado

Mesmo sendo majestoso demais para sua finalidade, segundo a reportagem do jornal o Estado de São Paulo da época, a localização não correspondia a essa suntuosidade, o Rio Tamandateí e seus constantes alagamentos transformavam o espaço ao redor em um enorme pântano. Outro problema encontrado era que os meios de transportes até o local eram escassos. Inaugurado em 1933, somente em 1939 três linhas de bondes começaram a fazer o trajeto nas ruas próximas ao Mercado.

Poderíamos descrever as fases do mercado comparando-as aos arcos que compõem sua fachada. A relutância inicial dos comerciantes para assumir os boxes internos foi vencida com a melhoria no acesso. Após a II Guerra iniciou-se a fase de ascensão e glória seguido da consolidação do espaço como principal entreposto de alimentos da cidade de São Paulo, fase que continuaria até os anos 60, quando as constantes cheias do Rio Tamandateí (as enchentes do rio vieram a ser resolvidas somente nos anos 70), a vinda dos primeiros supermercados e a construção da Central de Abastecimento – CEASA - afastaram os clientes do local, traçando a curva do seu declínio.

Nesses anos difíceis cogitou-se a demolição do Mercado, esse fato não aconteceu devido a mobilização dos comerciantes para que o prédio fosse tombado a nível estadual pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT. Além do tombamento, o espaço assumiu um perfil

mais varejista para sobreviver.

2.3 A Revitalização do Centro de São Paulo e a Reestruturação do Mercado Municipal

A partir de 1990, a área central da cidade de São Paulo passou a receber uma atenção maior dos governos municipais, estaduais e de vários setores da sociedade civil. O objetivo comum era repovoar, preservar o patrimônio histórico, melhorar a mobilidade, segurança e a qualidade de vida. Programas e projetos foram lançados e embora alguns autores não concordem com o termo “Revitalização”, alegando que o centro não estaria morto, era necessário ações urgentes para trazer mais “vida” ao centro de São Paulo.

A restauração do Mercado Municipal aconteceu durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004) com o Programa de Reabilitação da Área Central, conhecida como Ação Centro. Os vitrais e fachada foram restaurados e construído um mezanino de 2.000 m² com vista para o interior do edifício aonde se acomodariam diversos restaurantes. Foram também realizadas outras obras de melhorias na infraestrutura. O antigo salão de leilões também foi incluído na reforma e transformado em um espaço para eventos.

Como parte das comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo, o mercado foi entregue reestruturado à população. Uma grande campanha de marketing foi realizada para divulgação do espaço como um centro gastronômico buscando uma projeção maior como um atrativo turístico legando a segundo plano sua função de comércio varejista de alimentos.

2.4 O Mercado Municipal Paulistano em números

Pode-se constatar a dificuldade de obtenção de dados atuais para o mercado. Segundo Soares (2009) citado por Roim (2016, p.52)

O Mercado, atualmente, é composto por 291 boxes em 12.600 m², que atendem um público de aproximadamente 14 mil pessoas ao dia e um corpo de funcionários de cerca de 1.600 integrantes. São comercializadas aproximadamente 350 toneladas de alimentos ao longo do dia, visto que só fecha suas portas das 18 horas às 22 horas

O site da Secretaria de Abastecimento fala em 50 mil visitantes por semana e 300 boxes. O site do Mercado Municipal fala em 14 mil visitantes por dia e 1000 toneladas de alimentos, segundo a atualização de dois de janeiro de 2018.

O Observatório do Turismo da cidade de São Paulo realizou sua última pesquisa sobre o Mercado Municipal em 2012. Nessa pesquisa foram realizadas 940 entrevistas aplicadas nos diversos setores que compõem o mercado em meados do mês de novembro de 2012, considerado um período de visitação normal.

Alguns resultados dessa pesquisa são importantes para mostrar a atual finalidade do Mercado (embora os dados sejam de 2012, podem ser considerados um patamar mínimo de valores). Os principais pontos levantados foram:

- 64% dos entrevistados estiveram no local para almoçar, lanchar ou apenas conhecer
- 64% dos entrevistados permaneciam entre menos de 30 minutos até uma hora no local
- 62 % dos entrevistados visitavam o local pela primeira vez, anualmente, esporadicamente ou semestralmente, não podendo ser considerados fregueses.
- 38% dos entrevistados visitam o local mensalmente, semanalmente ou diariamente
- 43,8 visitantes não eram da cidade de São Paulo e estavam divididos em outras cidades (17,2%), estados (21,6%) ou países (5%).

2.5 Procedimentos Metodológicos

Na pesquisa do turismo, segundo Rodrigues (1998, p.78) “Há necessidade de se posicionar duplamente perante o objeto de pesquisa [...]”, somos pesquisadores e somos turistas. Não é possível ser mero observador das relações que se desenvolvem no espaço turístico, é necessário estar incluído nelas.

Rodrigues (1998, p.87) relembra Boaventura Souza Santos³ em “[...] cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste em cada língua que pergunta”.

Neste trabalho foi usado “uma pequena constelação de métodos”. Primeiro foi realizado um estudo de campo para dimensionar o objeto da pesquisa, a visita ao Mercado após a definição do tema foi realizada para verificar a dinâmica a partir da visão de um visitante. Segundo foi realizada a pesquisa bibliográfica utilizando dois trabalhos acadêmicos muito ricos em detalhes sobre o Mercado e a revitalização da região central da cidade. Terceiro buscou-se por documentos oficiais, jornais, sites. Essa pesquisa documental foi necessária para atualizar os dados dos documentos bibliográficos.

2.5.1 As visitas de 30/12/2017

A data de 30/12/2017 foi escolhida pelos seguintes motivos: véspera de feriado prolongado, ser um sábado e a cidade estar cheia de visitantes em razão de dois eventos: a Corrida de São Silvestre e o Reveillon na Paulista. Segundo dados da Gazeta Esportiva, 30 mil atletas nacionais e internacionais participaram da Corrida de São Silvestre⁴. Esses competidores raramente vêm sozinhos para a competição, trazem suas equipes, amigos e familiares.

O Observatório de Turismo da cidade de São Paulo divulgou que o Reveillon na Paulista de 2018 atraiu 1,7 milhões de pessoas gerando uma movimentação de 410 milhões

3 Boaventura de Sousa Santos é um Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

4 Reportagem no exemplar online da Gazeta Esportiva. Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/sao-silvestre-conteudo/confira-os-resultados-da-93a-corrída-de-sao-silvestre>. Acesso em: 02 fev. 2018

na economia da cidade.

Embora esses dados não estejam relacionados diretamente ao número de visitantes que estiveram no Mercado dia 30/12/2017, dão-nos uma probabilidade da grande movimentação turística no local durante esse período.

Observou-se na visita que o Mercado Municipal estava repleto de visitantes, o tempo de espera para uma vaga no estacionamento ficou em torno de 100 minutos, para se chegar ao caixa do Hocca Bar⁵ no piso inferior gastou-se cerca de 20 minutos e para receber o pastel de bacalhau comprado mais 20 minutos. Não havia lugar para sentar, o pastel teve que ser saboreado em pé, no corredor entre os boxes. Também chamou a atenção o preço do pastel: 26 reais.

Pode-se comprovar o acúmulo maior de pessoas no mezanino e boxes de vendas de pastel de bacalhau e sanduíche de mortadela. As bancas de vendas de frutas exóticas eram outros pontos de aglomeração de visitantes que degustavam os produtos oferecidos pelos vendedores, sem necessariamente comprá-los.

2.5.2 A tese “As relações socioculturais no Mercado Municipal de São Paulo – produção de tradições na formação e no reconhecimento de grupos culturais a partir da alimentação” de Talita Prado Barbosa Roim

Os quatro anos de pesquisa renderam um material muito rico onde consta, além das transformações físicas por que passou o mercado, as transformações pessoais e sociais de seus integrantes. Entrevistando permissionários e visitantes, Roim (2016) apresenta os sentimentos desses com a transformação do mercado em um atrativo turístico. No material coletado pelas entrevistas pode-se tomar conhecimento da forte ligação dos permissionários com o Mercado, mesmo com a queda nas vendas ocasionada principalmente pela mudança de público, permanecer no espaço, segundo eles, é manter suas relações sociais vivas.

Roim (2016) no decorrer de sua pesquisa entrevistou 10 dos permissionários dos boxes, o resultado dessas entrevistas está resumido abaixo:

- As datas de início de atividade no mercado variam de 1933 a 2010
- Quatro boxes são “comprados” e seis adquiridos através da licitação
- O mais recente, de 2010, vende lembranças da cidade e do mercado para os turistas
- Seis apoiam a transformação do mercado em atrativo turístico
- Entre as reclamações principais estão a transformação do mercado em um shopping, o estacionamento pequeno e caro, o acúmulo de pessoas que vão apenas para comer o pastel de bacalhau ou o sanduíche de mortadela. Esses três pontos afugentaram a antiga freguesia

⁵ HoccaBar é uma das referências gastronômicas do Mercado com o seu pastel de bacalhau.

- Entre os elogios estão a volta do público jovem, e o fato de que os que vêm para comer o pastel ou o sanduíche acabam conhecendo os demais produtos (divulgação do Mercadoão).

2.5.3 A dissertação “Reabilitação de áreas centrais: Antagonismos e Ambiguidades do programa paulistano Ação Centro” de Daniela Motisuke

Essa dissertação discorreu sobre todos os principais programas que buscaram renovar a área central da cidade de São Paulo que mesmo com participação de setores da sociedade civil, as ações realizadas não levaram a uma completa aprovação dos que foram atingidos por elas.

A diversidade de opiniões e intenções não concorreram para uma plena satisfação do programa Ação Centro aplicado na gestão da prefeita Marta Suplicy. Tratando-se pontualmente do Mercadoão, a opção pela transformação do mesmo em um espaço turístico foi a ferramenta encontrada para manutenção do público no espaço. Os antigos compradores do varejo haviam trocado o espaço pelos supermercados. Os que compravam no atacado passaram a fazer suas compras na Central de Abastecimento – CEASA.

Os melhores movimentos do mercado estavam ligados a algumas datas como Páscoa e Final de Ano, até que houve a reestruturação e a transformação do espaço em um centro gastronômico. Não se pode afirmar que os antigos compradores voltaram, a transformação em atrativo trouxe algumas mazelas como o encarecimento dos produtos, dificuldades para estacionar, espaço lotado, homogeneização da oferta. Esses acontecimentos afastam o comprador natural e possivelmente afastará o visitante. Mas comprovadamente o movimento de pessoas frequentado o mercado aumentou visivelmente, sem necessariamente ter aumentado a renda dos permissionários no geral.

2.5.4 Pesquisas em jornais e sites institucionais

O Mercadoão possui um site comercial – “Portal do Mercadoão”, é possível fazer o download de um mapa com as distribuições dos boxes. A Supervisão Geral de Abastecimento⁶ possui também um mapa interativo do mercado. Enquanto o Portal indica 41 boxes como gourmet, a Supervisão Geral aponta 43. Existem oito divergências quanto aos ramos de negócios dentre os considerados lanchonetes, doçarias, casas de sucos, padarias, cafés, rotisseries e restaurantes.

Existem outras divergências ocasionadas pela venda de boxes ilegalmente. Pelo decreto 41.425 - Termos de Permissão de Uso (TPUs), os boxes só podem ser adquiridos através de licitações. O permissionário que não tiver mais interesse em continuar seu comércio deve devolver o espaço à prefeitura para que ele possa ser adquirido por outro interessado através de licitação. Mas esse fato nem sempre ocorre. Conforme denúncias de jornais existe um “mercado negro” de compra e venda dos boxes.

⁶ O Mapa Interativo está disponível em: <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/sdte/pesquisa/mercado-paulistano/>

Com o título “Com acordos paralelos, empresários concentram até 16 boxes no Mercado” o Jornal Estado de São Paulo denunciou a transferência de boxes do mercado sem licitações (LEITE, 2017). Outra ameaça denunciada por jornais está relacionada às futuras privatizações dos mercados municipais (são 14 mercados). Duas concessões já foram aprovadas pela Câmara Municipal da Cidade de São Paulo, a do Mercado Municipal Cantareira e a do Mercado Municipal Paulistano – o Mercado.

A concessão de um patrimônio como o Mercado deve incluir critérios para proteger não somente a estrutura, mas também seu viés cultural e social. Segundo os urbanistas, pode ocorrer uma descaracterização do local, segundo os sociólogos pode haver o rompimento das relações sociais que ocorrem no espaço.

Crê-se que essas relações já começaram a se deteriorar com a troca de público que começou a ocorrer depois da transformação do espaço em um atrativo turístico. Segundo Roim (2016, p.57), os clientes e os turistas são tratados de formas diferentes nos boxes tradicionais porque a chance de concretização nas vendas é menor com o último grupo.

Porém, é certo que o poder público deve ser o mediador nos conflitos de interesses que permeiam as relações econômicas que envolvem a atividade turística para que não ocorram excessos que podem prejudicar a comunidade, o turista ou o empreendedor.

2.5.5 O Ciclo de Vida do Espaço do Turismo

O modelo de Ciclo de Vida do Turismo é uma ferramenta de avaliação do desenvolvimento da atividade turística em um determinado espaço. Desenvolvido por Butler (1980) é conhecido pela sigla TALC – Tourism Area Cycle. Compõe-se das seguintes fases:

1. **Partida:** é o início do processo, pode acontecer quando determinado local é descoberto como atrativo turístico de forma espontânea ou através da promoção do espaço pela iniciativa pública ou privada.
2. **Exploração:** aumenta o número de visitantes e os serviços passam a ser baseados na oferta turística.
3. **Desenvolvimento:** a atividade começa a despertar interesses de outros empreendedores. Os pequenos negócios passam a ser transferidos para empresas maiores.
4. **Consolidação:** muitas vezes por limitação do espaço (capacidade de suporte) começa a haver diminuição na taxa de crescimento do número de turistas. A atividade econômica ligada ao turismo sobrepõe as demais atividades. Ocorre a homogeneização da oferta.
5. **Estagnação:** não há mais crescimento na taxa de turistas, o destino deixa de ser atraente ao turismo. O planejamento estratégico bem feito evita que o espaço turístico chegue a essa fase. Ações de monitoramento, controles e ajustes quando o produto turístico começa a se consolidar deve evitar essa fase de estagnação.

6. **Declínio ou rejuvenescimento:** aqui não se tem necessariamente fases do Ciclo de Vida, mas dois caminhos que podem ser tomados pelos gestores. O abandono da atividade voltada ao Turismo ou a reinvenção da atividade para que volte a ser atrativa ao turista.

2.6 Síntese dos Resultados

Os procedimentos metodológicos seguidos levaram a identificação das seguintes fases pelas quais passaram o Mercado desde sua restauração em 2004 até a fase em que hoje se encontra.

2.6.1 Fase de Partida - Lançamento

Aconteceu com o Programa Ação Centro na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004). A restauração do Mercado Municipal Paulistano com a construção do mezanino e a instalação do centro de gastronomia modificaram a função principal do mercado, de local de compras e vendas de alimentos passou a ser um local de consumo direto de alimentos.

2.6.2 Fase de Envolvimento e Desenvolvimento

Estas duas fases ocorreram conjuntamente, a divulgação intensa na mídia do novo espaço gastronômico atraiu outros interessados em adquirir os boxes. Os que já eram permissionários foram se adaptando para receber o novo público.

Roim (2016, p.21) identificou essas duas fases quando visualizou a oferta de produto para atender os visitantes em detrimento da antiga freguesia. Os produtos de consumo tradicional que revelam a identidade de um povo foi trocado por outras formas de consumo mais atrativas como as frutas exóticas.

Outro ponto interessante observado por Roim (2016, p. 55-57) é a justaposição entre o “velho” e o “novo”, a tradição e a modernidade. No espaço tradicional os clientes são tratados com maior cordialidade e no espaço moderno (souvenires e gastronomia) aos turistas é dada uma atenção maior.

Outro fator que apoia a fase de desenvolvimento é o “mercado negro” de compra e venda de boxes sem licitações que foi denunciada pelo jornal o Estado de São Paulo.

2.6.3 Fase de Consolidação

Esta é a provável fase em que se encontra o Mercado, embora as fases de Envolvimento e Desenvolvimento continuem a acontecer de maneira menos intensa.

Os principais indicadores é a limitação do espaço físico. O aumento no número de visitantes que vão ao espaço para comer afugentou os antigos fregueses pela dificuldade de se conseguir vagas para estacionar próximo ao mercado (são aproximadamente 300 vagas no sistema zona azul). O congestionamento de veículos ocasionado pela proximidade com as ruas de comércio popular próximas é outro agravante que afugenta visitantes e

compradores.

Para completar, a alta dos preços ocasionada pela ação inflacionária do Turismo. A proximidade com a zona cerealista se tornou uma opção mais barata para os antigos compradores, as diferenças de preços chegaram a 50%.

Roim (2016, p.81) teve entre seus entrevistados o Sr. Gino, frequentador assíduo desde a década de 1960, que deixou de comprar no local em razão do encarecimento dos produtos, mantendo apenas o costume de voltar sempre para rever os amigos.

A pesquisa do Observatório do Turismo, embora de 2012, mostra que 64% dos entrevistados vão ao local somente para comer, 64% permanecem no local por menos de uma hora e 62% não podem ser considerados fregueses pela frequência que vão ao Mercado. Uma das características da fase de Consolidação é a atividade econômica ligada ao turismo sobrepondo as demais atividades.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo foi o caminho utilizado pela administração pública municipal para manter o Mercado “vivo”. O prédio tombado como patrimônio histórico pelo CONDEPHAAT está localizado na região central da cidade de São Paulo. A restauração e a promoção do espaço como um atrativo turístico, focado na gastronomia, aumentou o número de visitantes, porém, sem refletir no aumento da renda dos boxes mais antigos que tinham nos fregueses costumeiros seu retorno financeiro. Esses fregueses acabaram se afastando pela própria limitação do espaço físico, normalmente congestionado, pela falta de vagas para estacionar e pela inflação resultante da transformação do espaço em um atrativo.

É importante lembrar que manutenção da funcionalidade do Mercado como mercado evita o processo conhecido como “museificação” do espaço. O patrimônio imaterial deve ser preservado juntamente com o seu patrimônio arquitetônico. Segundo Castrogiovanni (2003, p.44-47) um atrativo que recebe rapidamente uma carga de alterações pode perder rapidamente os elementos que o sustentam como atrativo. O crescimento de ofertas para agradar unicamente o turista acaba por destruir a especificidade do lugar destruindo a atratividade “[...] só há troca se ocorrerem diferenças”.

O Ciclo de Vida do Turismo de Butler (1980) é uma ferramenta importante para os planejadores fazerem novas interpretações do espaço sem que este perca sua “alma”. Pode-se dizer que o Mercado Municipal Paulistano se encontra na sua fase de Consolidação, a limitação do espaço físico e a homogeneização na oferta de produtos para atender aos visitantes são os principais indicativos. A ação do poder público é muito importante para promover um rejuvenescimento no espaço, diminuindo os impactos negativos, tornando-o novamente uma atividade turística viável assim como um local de encontros comerciais e sociais de comerciantes e seus fregueses, como já foi tempos atrás.

REFERÊNCIAS

BUTLER, R. W. **The concept of Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management** . The Canadian Geographer, 1980.

CASTROGIOVANNI, A.C. Turismo x espaço reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, S.; CASTROGIOVANNI, A.C.(orgs).**Turismo na pós-modernidade: (des)inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. P. 43-50.

LEITE, F. Com acordos paralelos, empresários concentram até 16 boxes no Mercado. **Estadão Online**, São Paulo, 13 out. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/rW1Aob>. Acesso em: 24 dez.2017.

MOTISUKE, D. **Reabilitação de áreas centrais: Antagonismo e Ambiguidades do Programa Paulistano Ação Centro**. 2008. 217f. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

OBSERVATÓRIO DE TURISMO DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Mercado Municipal Paulistano: Pesquisa de Perfil de Público 2012**, São Paulo, 2012

RODRIGUES, A. B. Abordagem Geográfica do Espaço do Turismo. In: CORIOLANOS, L. M. T.**Turismo com Ética**. 2. ed. Fortaleza: FUNECE, 1998. cap. 5, p. 76-89.

ROIM, T. P. B. **As relações socioculturais no Mercado Municipal de São Paulo – produção de tradições na formação e no reconhecimento de grupos culturais a partir da alimentação**. 2016. 273f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Campus Marília, São Paulo, 2016.

SOARES, Cesar. J. **Mercados do Brasil: de norte a sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SÃO PAULO (Município). Supervisão Geral de Abastecimento. **Mercado Paulistano**. Disponível em: <https://goo.gl/63eRZ1>>. Acesso em 01-25 fev. 2018.

TIRADENTES. J.A.**Mercado Municipal Paulistano:75 anos de aromas, cores e sabores**.São Paulo: Supra, 2008.

O MERCADO IMOBILIÁRIO EM MARÍLIA (SP) E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 07/11/2021

André Pimenta Mota

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/5867555548063601>

RESUMO: Esta pesquisa visa analisar o processo de produção do espaço urbano tomando por base o mercado imobiliário como articulador, analisando as lógicas dos espaços residenciais fechados e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) da cidade de Marília (SP). O objetivo principal dessa pesquisa é analisar as dinâmicas desse mercado imobiliário frente as novas lógicas econômicas e práticas espaciais, considerando os processos de fragmentação e segregação socioespacial presentes no tecido urbano. Os procedimentos metodológicos contam com levantamento bibliográfico e documental, além de pesquisa em jornal, buscando caracterizar a questão nos últimos anos do governo Dilma considerando seu vínculo com as políticas habitacionais do governo Lula. Como resultados esperados deste a possibilidade de compreender como as novas lógicas imobiliárias alteraram o ritmo da expansão urbana da cidade e consequentemente o padrão da estruturação urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado imobiliário, Marília, PMCMV, fragmentação, segregação.

THE REAL ESTATE MARKET IN MARÍLIA (SP) AND THE RESIDENTIAL SEGREGATION PROCESS

ABSTRACT: This research aims to analyze the production process of urban space based on the real estate market as an articulator, analyzing the logic of closed residential spaces and the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) in the city of Marília (SP). The main objective of this research is to analyze the dynamics of this real estate market in the face of new economic logics and spatial practices, considering the processes of fragmentation and socio-spatial segregation present in the urban fabric. The methodological procedures rely on a bibliographic and documental survey, in addition to research in newspapers, seeking to characterize the issue in the last years of the Dilma government, considering its link with the housing policies of the Lula government. As expected results of this the possibility to understand how the new real estate logics changed the pace of urban expansion of the city and consequently the pattern of urban structuring. Therefore, the study fits into the Research group DITER - Territorial Processes and Dynamics (CNPQ), coordinated by Professor Dr. Luciano Antonio Furini, UNESP, Ourinhos SP.

KEYWORDS: Real estate market, Marília, PMCMV, fragmentation, segregation.

1 | INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O relatório final expõe as atividades desenvolvidas durante o projeto de pesquisa nomeado: O mercado imobiliário em Marília (SP) e o processo de segregação residencial.

Tendo por base seu cronograma de atividades exposto no projeto originário, facilitando dessa forma a análise dos principais pontos executados.

Cabe ressaltar pequenas mudanças entre o projeto original e o relatório final, mudanças essas decorrentes do amadurecimento acadêmico do pesquisador e devido as decorrentes leituras que fomentaram uma nova visão sobre a pesquisa e sua forma de recolher e analisar as informações.

Com base nas propostas da pesquisa realizada na cidade de Marília, os resultados do projeto visam contribuir para os estudos da Geografia Urbana nos âmbitos das cidades médias e segregação residencial, assim como, do efeito dos agentes imobiliários sobre o tecido urbano. Esses fatores, então, permitiriam correlações significativas, assim, o relatório tem cunho de evidenciar os procedimentos metodológicos relacionados aos temas presentes.

Tendo em conta a escala geográfica e o processo de formação histórica da cidade de Marília, ambos devem ser considerados em peso ao se analisar os classificados no *Jornal da Manhã*, considerando também o entorno dos classificados (propagandas estimulando o consumo, crimes urbanos, estímulo a creditização etc.) e o poder influenciados das grandes mídias jornalísticas. Dessa forma, visa-se um conjunto de dados finais apresentados e embasados segundo uma mescla desses fatores.

Os dados apresentados no decorrer do relatório demonstram o avanço da pesquisa e permitem visualizar aspectos em andamento, porém, é válido ressaltar que os produtos aqui contidos ainda estão sob revisão.

A urbanização brasileira ocorreu em meio a uma profunda desigualdade social levando grandes parcelas da população a diversas situações, sendo elas: precarização, exploração, segregação e fragmentação socioespacial, gerando muitos problemas urbanos no que diz respeito à questão da habitação. Em meio as tentativas e implementações de políticas de habitação no Brasil uma diversidade de possibilidades de especulação imobiliária se efetivou, em muitos casos apoiadas nas políticas públicas e nas articulações do sistema financeiro. O ritmo da urbanização já revela uma potencialização de problemas, até a década de 1940 menos de 40% da população residia em áreas urbanas, característica alterada a partir dos anos de 1970, já são 2010 aproximadamente 84% da morava nas cidades. Segundo dados disponibilizados pelo IBGE em 2018, o Brasil possui renda média de R\$ 1.511,00 já o Estado de São Paulo apresenta R\$ 1.984,00 de renda média. O que contrasta fortemente com a tabela abaixo em que estão presentes o rendimento médio per capita dos 40% mais pobres e 10% mais ricos.

	40% mais pobres (Valores em reais)	10% mais ricos (Valores em reais)
São Paulo (capital)	592	13.311
São Paulo (Estado)	553	8.577
Região Sudeste	496	7.593
Brasil	376	6.629

Tabela 1: Rendimento médio per capita no Brasil – entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres.

Fonte: IBGE, 2018. Organização: Autores.

Conhecendo esse padrão de desigualdades e os limites das políticas públicas no Brasil não é difícil argumentar que muitas políticas públicas não enfrentam com eficácia e efetividade os problemas habitacionais, chegando muitas vezes a agravá-los. A história brasileira é repleta de exemplos do papel conservador do Estado em relação à concentração de terras e proteção da lógica da propriedade privada, em meio a padrões de atendimento mínimo das demandas sociais, particularmente da questão da moradia.

Perante isso, é primordial estudar a aplicação das políticas habitacionais em território nacional para entender a configuração atual dos espaços urbanos, assim como de sua produção. Buscando se unir ao debate sobre o processo de reforço das desigualdades e da fragmentação do espaço urbano apoiados direta ou indiretamente por políticas públicas, ou pela ausência destas como instrumento inclusão social plena da população.

O fato do Programa Minha Casa Minha Vida fazer parte da recente lógica da política habitacional de interesse social presente no Brasil confere ao mesmo certa importância como objeto de pesquisa sobre a problemática habitacional no Brasil. Deste modo apresentaremos alguns aspectos centrais das três fases do programa até hoje: Fase I (2009 – 2010), Fase II (2011 – 2015) e Fase III (2016 – atual).

O Estado de São Paulo é particularmente uma área privilegiada de análise da implementação da política habitacional ou da ausência de políticas adequadas aos diversos tipos de centros urbanos. Buscaremos caracterizar essas presenças e ausências de políticas a partir da cidade de Marília/SP, por se tratar de uma cidade média de grande importância na rede de cidades paulista e possuir a implementação de políticas públicas e de novos produtos imobiliários oferecidos por meio da iniciativa privada com respectivos apoios governamentais, além do fato de que muitas cidades médias apresentam dinamismo de crescimento proporcionalmente elevado e também se constituem focos de atração de migrantes dos mais diversos segmentos populacionais. Deste modo, foram analisados dados a partir da pesquisa com o “Jornal da Manhã” – jornal impresso de circulação diária da cidade de Marília/SP – na sessão de classificados de imóveis dos anos de 2007 e 2009, buscando identificar padrões do potencial de venda de imóveis de acordo com o perfil dos imóveis. Também realizamos uma breve contextualização da política habitacional

brasileira e do PMCMV e da formação histórica de Marília e de seu mercado imobiliário, especificamente em relação ao processo de expansão da cidade e análise dos jornais.

2 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA E O PMCMV

Villaça (1999, p. 169-183) faz uma análise da construção e trajetória do planejamento urbano brasileiro, e as políticas e programas que o mesmo engloba. Em suas análises o mesmo aborda como o planejamento foi se transformando com o passar dos anos, como um ser metamórfico, porém, mantendo sempre em sua essência o controle exercido pelas classes mais abastadas e que estariam no controle em determinado período histórico. Enquanto que para Villaça (1999) o planejamento urbano é tido como uma especificidade para a organização do espaço urbano e aplicando-se ao plano de uma cidade individualmente, Souza (2001) oferece outra perspectiva de abordagem qual o planejamento contém uma leitura mais mercadorista, sendo assim um planejamento de facilitação, seja para empresas ou indústrias com licitações e/ou doações de terras e um planejamento para a administração privada, dando suporte para os interesses capitalistas.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2003, p.35)

Analogicamente, as políticas públicas podem ser comparadas com a cabeça de um polvo, cada um de seus tentáculos representam diferentes agentes¹: econômicos, imobiliários, grupos sociais carentes ou abastados, entre outros, cada um buscando influenciar decisivamente a partir dos seus interesses.

O Estado capitalista se transforma e se adapta mais rápido do que seria possível conceber, ele está fadado as crises, porém após cada uma delas ele volta com novo fôlego e uma nova formulação, Querino Júnior (2017) aborda a questão do “espaço como mercadoria”, em que o espaço é apreendido como lugar para atender as principais e mais urgentes demandas da sociedade, principalmente das classes menos abastadas, o que em geral é deixado de lado, atendendo no lugar meras frivolidades de pequenos grupos de interesse, porém de alta influência, e dessa forma acentuando as relações capitalistas. De acordo com Villaça (1999), os períodos históricos podem ser diferentes, porém, as relações de poder diante das políticas permanecem as mesmas. Nesse contexto as injustiças sociais

¹ Tendo em mente a diferenciação de agentes e atores sociais propostos por Capel (2013) em “*La Morfología de las Ciudades*”, na qual os atores referem-se a cidadãos ou grupos sociais que vivem na cidade e agentes aos que possuem condições de intervir na cidade.

parecem se perpetuar.

O Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás...), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos e zoneamentos e outras normas de ocupação do espaço que consolidam a segregação, atua, também, como agente repressor, via de regra na tentativa de ‘colocar os pobres em seu devido lugar’: antes uma guarda das elites que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de brancos e negros, de moradores privilegiados e pobres (Souza, 2003, p. 90, grifos do autor)

A primeira grande política habitacional foi implantada em agosto de 1964, o Banco Nacional de Habitação, iniciou-se como uma autarquia federal ligada ao Ministério da Fazenda, porém, logo depois ligou-se ao Ministério do Interior, e em 1971 se transformou em uma empresa pública de direito privado, atuando por meio de bancos privados ou públicos concedendo operações de crédito imobiliário. Paulo Júnior (2018) aborda que na época, esta foi a principal instituição federal de desenvolvimento urbano da história brasileira.

No começo dos anos de 1980 foram descobertas fraudes praticadas pelo grupo Delfin – a maior empresa privada de poupança no período – o que acarretou uma intervenção nas sociedades de crédito imobiliário feita pelo Banco Central, ligada a forte crise internacional no período e contra as práticas autoritárias da ditadura, o BNH foi se fragmentando cada vez mais até a sua extinção em novembro de 1986 (PAULO JÚNIOR, L. 2018)

Segundo dados provenientes da SIENGE (2018) durante 23 anos após o encerramento do BNH o país se encontrou em um hiato de políticas públicas habitacionais até a chegada em 2009 do PMCMV, o programa é ligado à secretaria nacional de habitação do Ministério das Cidades. A primeira fase do programa tinha a intenção de popularizar e disseminar a compra de casas próprias em todo território nacional, o programa foi dividido a princípio em três faixas:

Primeira fase (2009 a 2011)	
Faixas	Famílias com renda mensal bruta de até
1	R\$ 1.600,00
2	R\$ 3.275,00
3	R\$ 3.275,01 até R\$ 5.000,00

Tabela 2: Primeira fase do PMCMV.

Fonte: SIENGE, 2018. Organização: Autores.

Segunda fase (2011 a 2016)	
Faixas	Famílias com renda mensal bruta de até
1	R\$ 1.600,00
2	R\$ 1.600,01 até R\$ 3.600,00
3	R\$ 3.600,01 até R\$ 5.000,00

Tabela 3: Segunda fase do PMCMV.

Fonte: SIENGE, 2018. Organização: Autores.

Terceira fase (2016 até -)	
Faixas	Famílias com renda mensal bruta de até
1	R\$ 1.800,00
* 1,5	R\$ 2.350,00
2	R\$ 3.600,00
3	R\$ 6.500,00

Tabela 4: Terceira fase do PMCMV.

Fonte: SIENGE, 2018. Organização: Autores.

* Uma mudança também ocorreu com a criação de uma nova faixa intermediária, a faixa 1,5 – beneficiando famílias com renda bruta mensal de até R\$ 2.350,00 mil, essa modalidade foi criada para as famílias com dificuldades de enquadramento nas outras faixas.

Pedrazzini (2006, p. 117) ao abordar o que chama de “urbanismo do medo”, dá uma verdadeira aula sobre a história do Brasil e sua discriminação contra a base da cadeia alimentar da sociedade contemporânea, sendo esta a da classe mais pobre, esse medo ligado ao urbanismo dos promotores de vendas que Lefebvre (2008, p. 32) menciona em seu livro em que o que se visa é o lucro, não vendendo mais a moradia e o espaço de terra, e sim a ideia de morar (como, onde, de que jeito) vendendo dessa forma, toda uma utopia e um modo de se viver longe do caos urbano – diga-se de passagem que os mesmos acabaram por fomentar – e se aproveitando do medo e do sensacionalismo promovido por diversos programas jornalísticos sobre os perigos urbanos.

“A cidade foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado” (HARVEY, D. 2014, p. 20) com essa sentença Harvey não poupa críticas ao sistema capitalista e sua expansão inconsequente no tecido sócio-político espacial, tal expansão pode ser observada pela sempre presente acumulação de terra do perímetro periurbano, tornando-se um terreno fértil para ação dos especuladores – sempre de tocaia, como um leão nas savanas africanas esperando para atacar. O crescimento e a expansão da cidade, são assim englobados pelo mercado imobiliário em suas táticas de acumulação de capital.

Uma crítica a ser considerada para o PMCMV, apontada por SILVA (2016) e PAVARINA (2016) está em relação a tipologia da considerada “família” para o programa, que foi instituída pelo IBGE e é levada em conta pelo programa, um núcleo familiar clássico, uma mãe, um pai e duas crianças, dessa forma desconsiderado a diversidade existente em

território nacional, e assim, gerando um impasse para com suas construções, não gerando nenhuma variedade que não englobe o dito “núcleo familiar clássico”.

É por esse motivo, pelo fato de que os pobres não cabem nas cidades, que os conjuntos habitacionais têm sido construídos em terras baratas a longas distâncias. Levar a cidade até eles resulta socialmente muito caro, mas essa lógica de extensão da cidade alimenta aquilo que ocupa o lugar central da desigualdade urbana: a valorização imobiliária e fundiária. Grandes fortunas no Brasil se fazem sobre a renda imobiliária que decorre do crescimento urbano, mas especialmente do investimento público sobre certas áreas da cidade. (MARICATO, 2009)

Vale ressaltar a monofuncionalidade que esses bairros criados pelo PMCMV muitas vezes carregam, bairros totalmente residenciais, longe dos principais centros, e que carecem de uma infraestrutura mais diversificada.

2.1 Formação histórica de marília/sp e o mercado imobiliário

Localizada na região Sudoeste do Estado de São Paulo, na região conhecida como Alta Paulista, encontra-se a cidade foco desse estudo, atualmente a cidade de Marília caracteriza-se como uma cidade de porte médio com uma população de aproximadamente 216 mil habitantes e sua importância como polo econômico regional e dentro do Estado de São Paulo – sendo a 34ª maior cidade do Estado -, e sua relevância dentro da rede urbana paulista e brasileira, e possuindo um PIB industrial expressivo ligado as suas diversas indústrias alimentícias.

A formação de Marília como município, ocorreu com a junção dos núcleos de Alto Cafezal, Marília e Vila Barbosa – todos pertencentes a grandes proprietários de terra – em 1928, no âmbito da expansão cafeeira, e da instalação da linha férrea provida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), magnetizando e provendo melhores condições para a vida rural, e posteriormente urbana do município, com a vinda de melhores instalações.

A ocupação das terras da Alta Paulista constituiu-se como uma das últimas a ser “alcançada” pela expansão da cafeicultura paulista, a partir dos anos de 1920 – mesma década da formação do município – ocorre uma crescente valorização do solo na região, por conta é claro da construção da estrada de ferro da CPEF, e da vinda de imigrantes em busca de um pedaço de terra, sejam esses nordestinos ou estrangeiros, assim como de uma intensa política do governo na valorização do preço do café. (MOURÃO, 1994, p. 57 – 60).

A transformação dessas terras em mercadoria auxiliou na ocupação da Alta Paulista, (MOURÃO, 1994, p. 62) entrando de acordo com Nunes (2007, p. 16) que o mercado de terras estava compassado com o processo de formação urbana de Marília, utilizando a expansão cafeeira como pano de fundo.

De acordo com Sposito (2004, p. 429):

A expansão cafeeira pelo chamado “Oeste Paulista” dá-se no bojo do processo de constituição da instituição jurídica da propriedade privada da terra, no Brasil, processo fundamental para a consolidação do modo capitalista de produção no país.

As indústrias que se instalaram no Oeste paulista a partir da década de 1930 estavam diretamente ligadas com a produção agrícola regional, assim como analisado por Mourão (1994, p. 3 – 4), criando assim na região de Marília uma forte indústria de alimento ganhando destaque e crescimento no Estado de São Paulo, porém, esse setor realmente se fortalece somente a da década de 1970 com o declínio das culturas de café e algodão na década anterior.

Nunes, (2007, p. 21) deixa explícito,

A formação urbana de Marília no âmbito do processo de urbanização, que consistiu de início na apropriação, fragmentação e comercialização da terra sobrepondo o valor de troca ao valor de uso aliada à acumulação capitalista, serviram como base para a produção desigual e contraditória do espaço urbano.

Possuindo uma formação histórica cheia de contradições na construção de suas políticas públicas, como já apontado por Villaça (1999), com um poder sempre girando nas mãos de poucos, dessa forma, gerando uma produção do espaço desigual, visto que essa é concebida dentro de uma produção social capitalista (CARLOS, 1994). O que caberia parafrasear o dito por Criolo (2018) “A indústria da desgraça pro governo é um bom negócio”, com as normas públicas sempre tendo a intenção (mesmo que não exposta de privilegiar um nicho específico da população).

O PMCMV, como já abordado anteriormente neste trabalho surge como uma medida de contenção para a crise internacional presente na época, e preenchendo uma lacuna na questão da habitação deixada em vácuo desde a extinção do BNH. Aumentando o acesso a moradia decente para os nichos sociais mais carentes, e tendo um impacto muito forte no município de Marília – SP.

O município de Marília em 2014 ficou apenas atrás de São José do Rio Preto no número de residenciais fechados no Estado de São Paulo, segundo dados do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (Graprohab), foram mais de 3.500 lotes comercializados, um pouco mais de 40% do número de unidades habitacionais do PMCMV. Claramente, cada uma dessas propostas, atendendo a um nicho social diferente. O PMCMV chegou em solo mariliense em meados de 2009 e teve um impacto profundo na urbanização e mobilidade da cidade, aumentando o número de unidades (com uma leve queda em 2013) em quase todos os anos seguintes.

Os dados obtidos pelo site da Caixa podem ajudar com na visualização de como ocorreu o processo de instalação do PMCMV na cidade de Marília, a partir da segunda fase do programa em 2011.

Ano	Unidades habitacionais (em construção e concluídas)
2009	741
2010	728
2011	1607
2012	1601
2013	632
2014	2206
2015	1133
Total	8016

Tabela 5: Número de empreendimentos para pessoas físicas em Marília - SP.

Fonte: Ministério das cidades, ABREU, M. A. Organização: Autores.

3 | ANÁLISE DOS CLASSIFICADOS JO JORNAL DA MANHÃ: A DINÂMICA DO MERCADO IMBOLIÁRIO E SEUS REFLEXOS NA OFERTA DE IMÓVEIS

Em trabalho de campo realizado na cidade de Marília em junho de 2018 foram coletados dados a partir dos classificados do jornal de circulação diária, *Jornal da Manhã*. As seguintes variáveis foram consideradas no levantamento de dados:

- Data: referente a data de publicação do classificado;
- Tipo: casa, apartamento, terreno;
- Uso: comercial ou residencial;
- Imobiliária anunciante;
- Valor do imóvel;
- Área do terreno;
- Área construída;
- Número de cômodos.

Optou-se pela pesquisa em jornais devido ao significativo papel que esta mídia cumpre na efetivação de transações imobiliárias e ao padrão de divulgação e abrangência dos potenciais negócios imobiliários e das respectivas tendências locais e setoriais que emergem a cada edição. Contudo alguns cuidados devem ser tomados ao se analisar os resultados. Os anúncios de classificados em jornais, expressa uma composição peculiar já que se trata unicamente do preço de oferta do imóvel, encerrando em sua composição um preço que condiz com expectativas de venda desejada e não necessariamente o preço final. Estas expectativas correspondem a intenções de venda que podem ou não realizar-se. Além disso, os anúncios sinalizam uma fração de mercado em que predominam as ofertas de imóveis usados,

sendo restritas ou poucas as informações voltadas aos lançamentos e novos produtos imobiliários, ou daqueles de maior e menor preço cuja divulgação não ocorre, majoritariamente, no âmbito dos classificados imobiliários em jornais. (AMORIN e ABREU, 2014, p. 300)

Os trabalhos de campo para coleta de dados ocorreram em duas datas, num período de 6 horas em cada visita. As coletas foram realizadas com os jornais referentes aos anos de 2007, 2009 e 2014. Esses viagens até Marília foram realizadas nos finais dos meses de abril e junho de 2018.

A organização do banco de dados dos dados recolhidos nos classificados do Jornal da Manhã obedecem a seguinte ordem: data da publicação do anúncio; localização (em qual bairro); tipo (se é residencial, terreno ou apartamento); uso (comercial ou residencial); imobiliária anunciante; valor do imóvel; área do terreno; área de construção e; número de cômodos. Também foram fotografadas as capas das edições do jornal em que foram retirados os anúncios, assim como, do seu entorno para análise de como esse veículo de mídia influenciava (ou não).

A pesquisa em jornal, mesmo com alguns limites, é capaz de abarcar um grande período de tempo, com variados anunciantes e permite uma comparação entre diferentes cidades. Optou-se pela seleção do mês de outubro por ser um mês de grandes tiragens e um dos maiores em questão do número de anúncios em classificados, e a escolha de apenas o primeiro domingo dos meses de outubro de 2007 e 2009, perdendo acurácia, porém ganhando-se em amplitude. (AMORIM; ABREU, 2014, p. 301)

Para classificar os resultados obtidos, particularmente as variações locacionais, optamos por comparar os padrões de localização a partir dos bairros dos imóveis anunciados com os indicadores da distribuição da renda por setores censitários.

A articulação entre os agentes de produção do espaço urbano, sobretudo, os empreendedores imobiliários e proprietários de glebas urbanas e de terras rurais, em áreas de expansão urbana, podem potencialmente produzir, ou efetivamente concretizar, a autossegregação, ao contemplar/reproduzir a demanda solvável. (Corrêa 2005, p. 64 *apud* Dal Pozzo, 2015)

Segregação essa que está diretamente ligada à expansão do tecido urbano e ao modo como os diversos agentes e atores consomem a cidade, essa expansão urbana ocorre com o loteamento de áreas cada mais periféricas e próximas ao perímetro periurbano.

A relação de oferta e demanda² apresenta um certo descompasso na sociedade contemporânea, é ilusória, metamorfoseando a cidade, intensificando as relações de “melhor e pior” área para se morar e circular, transformando suas localizações e influenciando como a cidade poderia se expandir. Com um Estado que por vezes cede aos requisitos de grupos sociais distintos, estes que muitas vezes por possuírem um poder de compra mais elevado, acabam o escolhendo o “onde e como” morar, e por opção se auto segregando, e impondo,

2 Sposito (1984) e Melazzo (1993) (*apud* Melazzo 2015, p. 384-385) descompasso esse que gera alterações nos valores de terra, localizações e transformando a cidade num misto de “melhor e pior” localização para se morar e circular.

mesmo que involuntariamente, o lugar destinado para outras parcelas da população.

A ironia do momento em que vivemos é que o abandono do debate sobre a “produção do espaço” no conjunto da produção capitalista – como momento de crise do processo de acumulação – coincide com a extensão do mundo da mercadoria, isto é, a expansão da propriedade privada do solo urbano e da terra, que transforma a cidade inteira em mercadoria vendida no mercado (CARLOS, 2011, p. 60)

Alguns elementos do padrão de desigualdade e de acirramento da segregação residencial podem ser notados no mapa 1, que mostra a localização dos domicílios com rendimento domiciliar acima de 10 salários mínimos, sendo observado uma maior concentração desse contingente de população na zona leste e no eixo centro-sudoeste. Enquanto que no mapa 1 podem ser observados os padrões de rendas de até 2 salários mínimos, localizados longe do centro da cidade, principalmente nos extremos da zona norte e da zona oeste, do perímetro periurbano.

Ao comparar os dois mapas a seguir é possível ver a segregação presente no tecido urbano, com um certo distanciamento entre as diferentes classes sociais.

A tendência recente de uma urbanização dispersa, com vazios urbanos e empreendimentos em descontínuo ao tecido urbano já consolidado, traz grandes transformações à dinâmica de estruturação das cidades, ainda que cada uma delas guarde suas particularidades (MARIZ, 2013, p. 3)

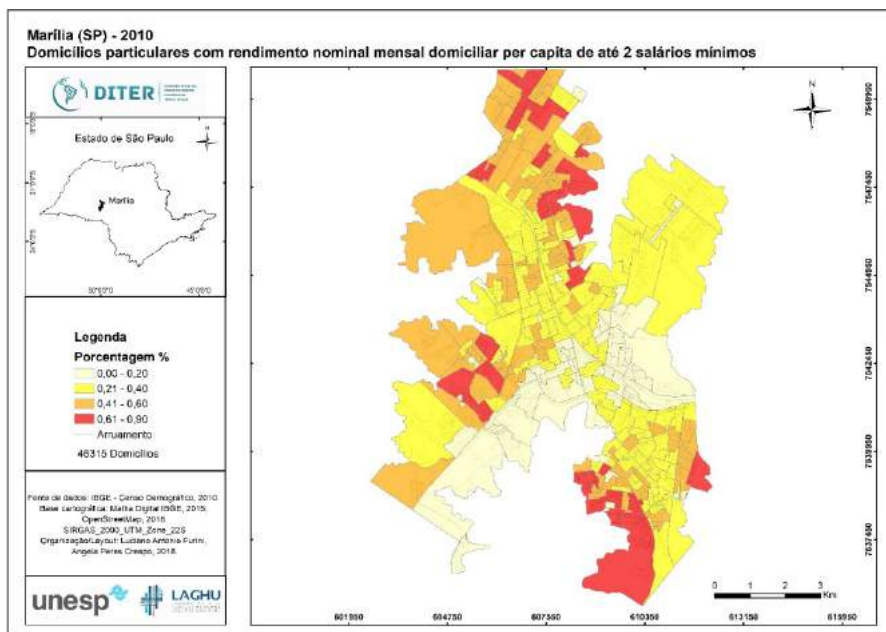


Imagem 1: renda per capita de mais de 10 salários mínimos na cidade de Marília - SP.

Fonte: IBGE, 2010. Organização: Autores.

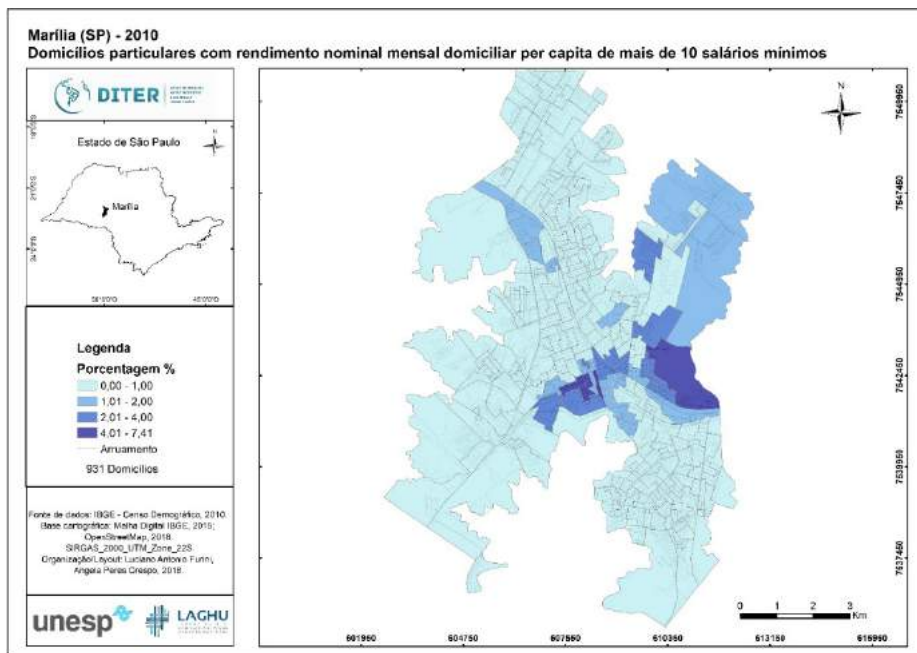


Imagem 2: renda per capita de até salários mínimos na cidade de Marília – SP.

Fonte: IBGE, 2010. Organização: Autores.

Nos mapas anteriores percebemos a concentração de uma população de maior renda no centro leste, e com uma pequena mancha na zona Norte, dessa forma, contando uma população não abastada nos extremos das regiões norte e sul, e na região oeste. Essas desigualdades na distribuição da população da cidade, observadas nos mapas, caracterizam espaços segregados, que distanciam ainda mais o contato com o “outro”, gerando discriminações e estereótipos, alimentando a sensação de insegurança e acirrando a lógica da desigualdade socioespacial.

Na tabela 6 encontram-se os dados referentes a quantidade de anúncios de imóveis relativos aos anos de 2007, 2009 e 2014. Selecionamos estes períodos por permitirem comparar os principais mudanças ocorridas antes, durante e após sua consolidação, considerando as alterações nas regras. O programa foi implantado em 2009 e em 2014 já estava em sua segunda fase.

	Nº de transações em 2007	Nº de transações em 2009	Nº de transações em 2014
Apartamento	115	94	103
Casa	294	299	341
Terreno	116	94	105
Outros	16	15	22
Total	541	502	571

Tabela 6: tipos de negócios imobiliários em Marília – SP.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Os números de transações dos três anos analisados permaneceram semelhantes, apenas contendo uma queda no ano de 2009 porém, do tipo casa foram maiores que as presentes em 2007. O ano de 2014 conteve o maior número de transações de casas e de outros (galpões, chácaras etc., que para esta pesquisa não foram características priorizadas), já o ano de 2007 apresentou o maior número de transações de apartamentos e terrenos.

	Percentual de transações em 2007	Percentual de transações em 2009	Percentual de transações em 2014
Apartamento	21,26	18,73	18,04
Casa	54,34	59,56	59,72
Terreno	21,44	18,73	18,39
Outros	2,96	2,99	3,85
Total	100%	100%	100%

Tabela 7: tipos de negócios imobiliários em Marília – SP.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Na tabela 6 podemos observar como as transações do tipo casa correspondem com a maior porcentagem entre as transações, chegando quase aos 60% nos anos de 2009 e 2014, 2014, coincidentemente, também foi o ano com o maior número de imóveis em construção ou entregues pelo PMCMV.

A análise dos classificados também mostra a criação de diversos empreendimentos imobiliários novos, a maior parte de loteamentos fechados, o que influenciou a criação de novos bairros ou a expansão de outros já existentes.

As tabelas abaixo (de 9 a 13) estão identificando após a análise dos classificados o preço médio dos bairros (tanto os mais caros, quanto os mais baratos) dos anos de 2007,

2009 e 2014, respectivamente o ano em que ainda não estava funcionando o PMCMV, o ano de sua estreia e finalizando a segunda fase do programa, dessa forma, tentando relacionar o mesmo com os valores de oferta de residências e terrenos pelo município de Marília.

Localização	Total em R\$	Data
Jardim Tropical	R\$ 362.375,00	10/7/2007
Jardim Tangará	R\$ 343.333,33	10/7/2007
Parque das Esmeraldas	R\$ 322.142,86	10/7/2007
Parque das Primaveras	R\$ 270.000,00	10/7/2007
Jardim Araxá	R\$ 202.500,00	10/7/2007
Barbosa	R\$ 193.750,00	10/7/2007
Jardim Califórnia	R\$ 186.000,00	10/7/2007

Tabela 8: valores médios dos 7 bairros mais caros em 2007.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Localização	Total em R\$	Data
Janio Quadros	R\$ 23.000,00	10/7/2007
Jardim Santa Antonieta	R\$ 25.000,00	10/7/2007
Parque Residencial Julieta	R\$ 29.000,00	10/7/2007
Altos da Colina	R\$ 35.000,00	10/7/2007
Jardim Cavallari	R\$ 38.000,00	10/7/2007
Santa Tereza	R\$ 42.000,00	10/7/2007
São Miguel	R\$ 53.000,00	10/7/2007

Tabela 9: valores médios dos 7 bairros mais baratos em 2007.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Localização	Total em R\$	Data
Portal da Serra	R\$ 700.000,00	10/4/2009
Jardim Alvorada	R\$ 628.000,00	10/4/2009
Parque das Esmeraldas	R\$ 618.571,43	10/4/2009
Jardim Altos do Palmital	R\$ 600.000,00	10/4/2009
Jardim Tropical	R\$ 576.250,00	10/4/2009
Saliola	R\$ 350.000,00	10/4/2009
Centro	R\$ 295.000,00	10/4/2009

Tabela 10: valores médios dos 7 bairros mais caros em 2009.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Localização	Total em R\$	Data
Homero Zaninoto	R\$ 32.000,00	10/4/2009
Jardim Primavera	R\$ 35.000,00	10/4/2009
San Remo	R\$ 40.000,00	10/4/2009
Jardim Califórnia	R\$ 40.750,00	10/4/2009
Parque dos Ipês	R\$ 40.000,00	10/4/2009
Jardim Araxa	R\$ 41.000,00	10/4/2009
Jardim Cavallari	R\$ 51.750,00	10/4/2009

Tabela 11: valores médios dos 7 bairros mais baratos em 2009.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Localização	Total em R\$	Data
Barbosa	R\$ 4.350.000,00	10/5/2014
Vila Romana	R\$ 3.452.420,00	10/5/2014
Parque Serra Dourada	R\$ 2.100.000,00	10/5/2014
Portal dos Nobres	R\$ 1.800.000,00	10/5/2014
Jardim Altos da Cidade	R\$ 1.800.000,00	10/5/2014
Parque das Esmeraldas	R\$ 1.700.000,00	10/5/2014
Esmeralda Residence	R\$ 1.650.000,00	10/5/2014

Tabela 12: valores médios dos 7 bairros mais caros em 2014.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Localização	Total em R\$	Data
Nova Marília	R\$ 45.000,00	10/5/2014
Jardim Califórnia	R\$ 90.000,00	10/5/2014
Jardim América	R\$ 90.000,00	10/5/2014
San Remo	R\$ 92.500,00	10/5/2014
Parque das Acácias	R\$ 100.000,00	10/5/2014
Residencial Lavínia	R\$ 100.000,00	10/5/2014
Jardim Marajó	R\$ 110.000,00	10/5/2014

Tabela 13: valores médios dos 7 bairros mais baratos em 2014.

Fonte: classificados do Jornal da Manhã. Organização: Autores.

Das tabelas citadas acima é possível fazer algumas correlações, como do Bairro Barbosa que se encontra entre os bairros mais ricos em dois períodos diferentes, e o Parque das Esmeraldas que está presente em todos os anos das pesquisas entre os bairros mais ricos. Um fato interessante é o residencial Portal da Serra que aparece no topo dos bairros mais caros em 2009, mesmo ano de lançamento e de venda de seus lotes e casas, e no ano 2014 ele sequer figura entre os bairros mais caros procurados.

Dentro os bairros mais baratos para se comprar uma residência podemos destacar o Bairro Jardim Califórnia que em 2007 figurava entre os bairros mais ricos, em 2009 acabou

ficando entre os bairros mais baratos do município, e permanecendo também no ano de 2014. O Bairro San Remo figura entre os mais baratos nos anos de 2009 e 2014.

4 | ANÁLISE DA INSEGURANÇA URBANA E CONSUMO

A cidade é tida por Whitacker (2007, p. 139) como um espaço que não é somente concebido para a efetuação da produção, é também uma expressão conjunta do passado e presente de uma forma de se produzir. Abraçando dessa maneira as relações sociais, seus momentos de conflito e empatia, permitindo relações de produção e consumo. “Espaço e a cidade são frutos de uma sociedade que desigualmente os produz e deles se apropria” (WHITACKER, 2007. p. 141)

Entende-se o consumo como uma estratégia de ação e uma forma de representação da estrutura social, “podemos afirmar que no mundo atual no qual vivemos a ampliação do consumo não tem somente reflexos na expansão do capitalismo, mas também, na vida e na produção do espaço” (ALONSO, 2006 *apud* CATELAN, 2015, p.441) espaço esse que é constituído de agentes e atores sociais distintos. Em tempos recentes no Brasil a relativa “facilidade” de acesso aos bens de consumo (de residências a sapatos, de automóveis a celulares) vem estimulando a criação de espaços exclusivos (como clubes privados, shopping centers e espaços residenciais fechados), espaços esses destinados a uma parcela específica da população.

Nas diversas páginas e em diferentes edições do Jornal da Manhã é possível observar alguns modismos por parte de seus redatores, sendo uma destas a categoria de *Agitos de Domingo* (pois, segundo o jornal, não é domingo sem agito) nas quais entre várias chamadas rápidas, em 90% das edições constam notícias sobre crimes, desfalques e como observável na imagem 5, de indigestão política, claro, sempre antes da entrada dos classificados.



Imagem 3: Classificados do Jornal da Manhã.

Fonte: Jornal da Manhã, 2009.



Imagem 4: Matérias em meio aos anúncios de classificados.

Fonte: Jornal da Manhã, 2009.



Imagem 5: *Agitos de Domingo*.

Fonte: Jornal da Manhã, 2014.

A imagem 3 representa alguma das tomadas referentes aos classificados em si, com algumas pausas entre um ou outro anúncio, pausas essas que podem ser observadas na imagem 4, onde manchetes sobre aumento no número de financiamentos, lançamento de novos empreendimentos, todos é claro impulsionando e dando ênfase em como os ambientes urbanos estão sendo cada vez mais consumidos.

Harvey (1980) alude como os agentes diversos – nesse caso, os especuladores imobiliários e os agentes de consumo propriamente dito – abordam a terra e o espaço urbano como âmbitos de lucro e investimento financeiro, deixando, dessa maneira, de lado o texto da Constituição Federal (1988), da habitação como função social, assim sendo, tratando qualquer solo exposto como um possível ganho para os meios de consumo capitalista. Esse processo gera novas maneiras de se posicionar, ver e usufruir as cidades, com novos significados para os espaços públicos e um aumento da preferência pelos espaços privados.

Os espaços privados vêm se expandindo pelas cidades em vista da obsolescência programada, aumento da creditização e linhas de produtos apoiados pela publicidade e propaganda, e como observado por Amendola (2000), uma população ligada ao consumo de massas. “A total aceitação do efêmero, da fragmentação, da descontinuidade e do caótico é pois, para Harvey (2014), uma das principais características da sociedade contemporânea.” (FONSECA, 2005, p. 3).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como apontado por Maricato (2009) a cidade não é feita e nem está pronta para receber e lidar com os pobres. O PMCMV avança nesse sentido ampliando o acesso à habitação, porém, essa habitação não tem o mesmo peso que a de um condomínio fechado, seja na questão do seu aporte econômico quanto social.

A renda imobiliária é originada a partir do crescimento, gerado pela segregação – em seus tipos: autosegregação, induzida ou imposta. A constante expansão da cidade faz com que quem possua as condições necessárias possa escolher como e onde morar, enquanto que uma generosa parcela da população acaba sendo obrigada a se mover cada vez mais para as bordas, ou ocupando as lacunas deixadas pela parcela da população que busca fugir do “caos e perigo urbano”, que diga-se de passagem, os mesmos muitas vezes ajudaram a promover.

O presente estudo visou abordar brevemente as políticas habitacionais urbanas, focando principalmente no PMCMV e suas três fases de atuação, assim como, na produção do espaço urbano na cidade de Marília e sua expansão pelos empreendimentos imobiliários. Outro fator importante abordado por esse artigo são as ideologias de consumo anexadas e presentes quase que disfarçadamente nos classificados, trabalhando dessa forma com os a insegurança urbana e incentivando o consumismo. Entre as diversas matrizes das desigualdades socioespaciais, aquela gerada pelo acirramento da segregação residencial a partir da atuação dos especuladores imobiliários ganha um grau de perversidade ao ser apoiada por governos que deveriam zelar pela função social da propriedade.

É notório como o Estado está cooptado por grupos de interesse. Assim perguntamos: como combater um problema quando os maiores responsáveis por enfrentá-lo são responsáveis por sua geração e perpetuação?

REFERÊNCIAS

ALONSO, Luis Enrique. **La era del consumo**. Madrid: Siglo XXI, 2006.

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad posmoderna**. Magia y miedo de la metrópolis contemporánea. Madrid: Ediciones Celeste (1997).

PAULO JÚNIOR, L. **A história do BNH. Banco Nacional de Habitação**. Disponível em: < <http://www.resimob.com.br/a-historia-do-bnh-banco-nacional-de-habitacao/> > Acesso em: 03 de julho de 2018.

IBGE, população. Disponível < <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> > Acesso em: 05 de julho de 2018.

G1. Marília fica em 2º lugar em ranking anual de loteamentos e urbanização. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/02/marilia-fica-em-2-lugar-em-ranking-anual-de-loteamentos-e-urbanizacao.html> > Acesso em 12 de abril de 2019.

MARÍLIA NOTÍCIA. Minha Casa Minha Vida levou população para periferia, mostra FGV. Disponível em: < <https://marilianoticia.com.br/minha-casa-minha-vida-levou-populacao-para-periferia-mostra-fgv/> > Acesso em: 10 de abril de 2019.

Minha casa minha vida. Disponível em: < <https://www.sienge.com.br/minha-casa-minha-vida/> > Acesso em: 03 de julho de 2018.

SILVEIRA, D. **No Brasil, 10% mais ricos ganham cerca de 17,6 vezes mais que os 40% mais pobres, aponta IBGE**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/05/no-brasil-10-mais-ricos-ganham-cerca-de-176-vezes-mais-que-os-40-mais-pobres-aponta-ibge.ghtml> > Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

ABREU, M. A. AMORIM, W. V. **O Estudo do Mercado Imobiliário em Cidades Médias: Procedimentos para Coleta e Sistematização dos Dados**. UERJ. Rio de Janeiro - Ano 16, n.º. 25, v. 21, p. 297-323. 2014.

AMORIN, E. M. G. C. **As Cidades Médias e suas Múltiplas Particularidades: Produção e Consumo do Espaço Urbano em Marília/SP E Mossoró/Rn**. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. 1994.

_____. **Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico**. CARLOS, A. F. A. (Org.). In: A produção do espaço urbano. 1a. ed. São Paulo: Contexto. p. 53 a 73. 2011.

CATELAN, M. J. Vida A Crédito Nas Cidades Médias/Intermediárias Brasileiras: Efeitos Do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida. p. 441-470. In: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. M. **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.

DAL POZZO, C. F. **Fragmentação Socioespacial Em Cidades De Porte Médio**. Revista Da anpege, v. 8, n. 9, p. 29-46, jan./jul. 2012.

DA SILVA, T. F. Z. PAVARINA, P. R. J. P. **Habitação De Interesse Social E O Programa Minha Casa Minha Vida**. 2016.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. **Padrões Sociais e Uso do Espaço Público**. 2008.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Cidades Rebeldes**. Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. O direito a cidade. Editora Centauro, 5ª ed. 2008

MARICATO, E. O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. Disponível em: < <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160> > Acesso em: 03 de julho de 2018.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARIZ, H. F. A expansão das cidades em descontínuo e a formação de áreas centrais: o subcentro Nova Marília em Marília-SP. 2013.

MOURÃO, P. F. C. A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília. 1994.

PEDRAZZINI, Y. A violência das cidades. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, M. L. ABC do desenvolvimento urbano. 4 ed. 2003.

SPOSITO, M. E. B. *et al.* O Estudo Das Cidades Médias Brasileiras: Uma Proposta Metodológica. p. 35-68. SPOSITO, M. E. B. In: Cidades médias espaços em transição. 1ed. São Paulo, 2007.

WHITACKER, A. M. Uma Discussão Sobre A Morfologia Urbana E A Articulação De Níveis Diferentes De Urbanização. p. 139-156. SPOSITO, M. E. B. In: Cidades médias espaços em transição. 1ª ed. São Paulo, 2007.

ZANDONADI, J. C. A expansão territorial urbana na cidade de Marília/SP e os loteamentos fechados. Monografia de Bacharelado (Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2005.

FINANÇAS PESSOAIS E TESOIRO DIRETO: UMA ANÁLISE PRÁTICA PARA GERIR OS CUSTOS DOS INVESTIMENTOS NOS TÍTULOS DO TESOIRO DIRETO

Data de aceite: 01/02/2022

Eduardo Alvim Guedes Alcoforado

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU)

RESUMO: Esse trabalho analisa o investimento em títulos públicos no contexto de um investidor pessoa física (PF). O trabalho contextualiza teoricamente os principais conceitos pertinentes aos investimentos nos títulos públicos do TD e, então, analisa se os retornos oferecidos pelo TD aos seus investidores (na forma de taxas de desconto) são compatíveis com a realidade encontrada no mercado secundário ou não e, também, analisa um conjunto de dados históricos e simula vários investimentos possíveis e, então, analisa os efeitos dos custos com taxaço e tributaço dos investimentos afetam a lucratividade dos investidores. Os resultados mostraram que as taxas oferecidas pelo TD é equivalente às encontradas no mercado secundário e, no caso das análises dos custos, os resultados sugerem que os investidores e potenciais investidores do programa somente devem investir se planejarem manter o capital investido por pelo menos um ano. Além das análises realizadas aqui, o apêndice desse fornece uma série de ferramentas escritas na linguagem R a fim de permitir que os resultados apresentados sejam replicados.

PALAVRAS-CHAVE: Tesouro Direto; Títulos Públicos; Taxas; Tributos.

ABSTRACT: This work analyzes the investments in the Tesouro Direto's public bonds. The work conceptualizes the main concepts underpinning these investments and then it analyzes the the returns of the investments in the public bonds of Tesouro direto (raw returns, liquid returns and real returns). The results shows that the returns of the investments of Tesouro Direto are equivalent to the returns offered by the public bonds negotiated under the secondary market. Also, this article has an appendix which presents the source code of the tools used here, written in R language.

KEYWORDS: Tesouro Direto; Public bonds; Taxes.

1 | INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objeto de estudo os investimentos nos títulos públicos do Tesouro Direto (TD) do tipo “Zero Coupon Bonds”, que são os títulos públicos que não pagam cupons semestrais. Mais especificamente, o trabalho apresenta uma metodologia para a gerir investimentos do tipo, no qual mostra como calcular os custos com taxaço e tributaço dos investimentos analisados e, então apresenta o peso de cada um desses na rentabilidade final do investidor e, também, disponibiliza em seu apêndice *scripts* na linguagem R para que qualquer leitor possa operacionalizar e replicar todas as análises realizadas aqui no software livre (isto é, gratuito e com o código fonte disponível ao público) GNU R.

As análises apresentadas aqui consistem em apresentar os conceitos teóricos subjacentes aos investimentos analisados aqui, enquanto a segunda parte apresenta *scripts* com as aplicações práticas dos conceitos apresentados. Essas explicações teóricas desenvolvidas aqui, e implementadas na linguagem R, foram desenhadas para serem utilizadas como ferramenta dos investidores do tipo Pessoa Física (PF), que é o público elegível para investir nos títulos do TD (TESOURO NACIONAL, 2017). Embora os *scripts* em R disponibilizados aqui tenham sido escritos pensando no caso dos investidores do tipo PF, eles são perfeitamente escalonáveis, podendo também serem utilizados em quaisquer outros contextos – como, por exemplo, na apuração da rentabilidade dos títulos públicos adquiridos no mercado secundário – uma vez que os fundamentos do TD são os mesmos do mercado secundário de títulos públicos e, também, os títulos públicos negociados no programa possuem as mesmas características dos títulos que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) oferta em seus leilões (PROITE, 2009). Entretanto, para a utilização dos *scripts* apresentados aqui nesses outros contextos é necessário entender um pouco melhor a linguagem R, que não será o foco do presente trabalho.

O TD não é um caso isolado de programa de investimento em títulos públicos destinados a pessoas físicas. Programas como esses existem em vários países no mundo como Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Suécia e vários outros países (KRUPA; TOGO; VELANDIA, 2007; THEDÉEN, 2004), além disso, a origem desse tipo de programa é desconhecida e remonta meados do século 17 (KRUPA; TOGO; VELANDIA, 2007; PROITE, 2009). Esses programas de investimento como o TD são conhecidos como *Retail Debt Programmes* (RDP) - Programas de Venda a Varejo de títulos Públicos – e, assim como no caso brasileiro, são destinados exclusivamente a investidores pessoa física e a finalidade principal de todos eles é estimular a formação de poupança dos cidadãos (TUFANO; SCHNEIDER, 2006).

As justificativas para a realização desse trabalho residem no fato dos RDP serem um campo de estudo muito interessante e pouco explorado na literatura acadêmica, tanto nacional quanto internacional. Além de serem poucos, a maioria dos trabalhos sobre esse assunto residem em publicações do Banco Mundial (*World Bank*) e tem como foco as discussões e aspectos técnicos do tema e, em parte, negligenciam um pouco o público alvo desses programas, os investidores pessoa física e com recursos financeiros limitados. Sendo assim, o presente trabalho busca além de apresentar o TD, ele também procura apresentar, de maneira acessível, ferramentas que os possa auxiliar nas tomadas de decisões de seus investimentos.

Além dessa introdução, o trabalho está dividido em mais quatro seções. A próxima seção apresenta os principais aspectos do programa Tesouro Direto e seus similares no mundo e também apresenta o desenvolvimento da teoria subjacente às ferramentas apresentadas aqui. Então, a terceira seção apresenta os resultados gerados por meio dos *scripts* em R, utilizando dados reais e oficiais da STN. Por fim o trabalho se encerra com

uma breve conclusão. No apêndice estão os scripts utilizados para calcular os custos e retornos dos investimentos.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

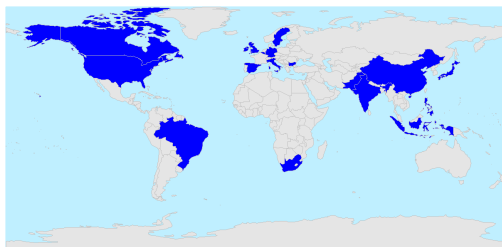
2.1 Os *Retail Debt Programmes* (RDP), o Tesouro Direto (TD) e os custos dos investimentos nos títulos do programa

Como já mencionado, o TD é um programa de venda de títulos públicos no varejo. Diferente dos títulos emitidos nos leilões da STN destinados às Pessoas Jurídicas (PJ), no qual os títulos públicos são comercializados em lotes, o TD realiza as vendas de títulos públicos diretamente às pessoas físicas por meio de varejo, vendendo títulos em unidades e não lotes e, inclusive, frações de títulos, desde que o valor da compra seja maior ou igual a R\$ 30,00 (trinta reais) (PROITE, 2009; TESOURO DIRETO, 2017; TESOURO NACIONAL, 2017) e, com isso, tornando um investimento muito mais acessível ao cidadão comum.

Nos leilões de títulos públicos, no Brasil e em diversos países, os governos tomam grandes empréstimos através de poucos credores e esse financiamento é chamado de “financiamento a atacado” e o oposto disso são os RDP, como o Tesouro Direto, nos quais os governos firmam empréstimos menores através de muitos credores, refletindo o caráter de varejos desses programas (MCCONNACHIE, 1997), mas que representa uma parcela significativa da dívida pública dos países e uma alternativa viável dos governos reduzirem suas dependências com os grandes credores “atacadistas” (THEDÉEN, 2004) e diversificar a base de credores.

O Tesouro Direto (TD) não é o único programa de financiamento a varejo no mundo, havendo programas desse tipo muito mais antigos, como o “*Treasury Direct*” dos E.U.A. que existe desde o século XIX (TUFANO; SCHNEIDER, 2006). Entretanto, os grandes avanços tecnológicos decorrentes dos sistemas de informação e de transações eletrônicas baratearam os custos das transações como um todo e isso levou ao desenvolvimento de vários novos programas de financiamento no varejo em vários países (GLAESSNER; KANTUR, 2004) nesse início do século XXI. A FIGURA 1 destaca alguns dos países que possuem programas de RDP, de acordo com as informações encontradas na literatura e, portanto, de forma alguma se restringindo apenas aos países destacados no mapa.

Países que possuem 'Retail Debt Programmes' (RDP)



Fonte:
Glaesner e Kantour (2004)
Krupa, Togo e Verlandia (2007)
Diaz (2009)

FIGURA 1 – Principais exemplos de países com *Retail Debt Programmes* (RDP).

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos trabalhos citados na figura.

O programa Tesouro Direto iniciou as suas operações em janeiro de 2002 e foi amplamente aceito pelos investidores PF brasileiros (PERLIN, 2013) e desde março de 2015, com a implementação da chamada “Primeira Onda de Melhorias do TD”, ou simplesmente “Primeira Onda”, essa adesão aumentou vertiginosamente e o TD viu sua base de investidores cadastrados dobrar em um ano (TESOURO DIRETO, 2017; ALCOFORADO, 2017). Dentre as melhorias implementadas na “Primeira Onda” foi a redução do investimento mínimo para R\$ 30,00 (trinta reais) e a possibilidade de vender antecipadamente um investimento em qualquer dia da semana – antes de março de 2015, somente era possível vender antecipadamente um investimento nas quartas-feiras (TESOURO NACIONAL, 2017). Entretanto, mesmo com essa salto no número de investidores cadastrados no programa, os títulos públicos do TD correspondem a menos de 5% do total da Dívida Pública Federal Mobiliária interna (DPMFi) (ALCOFORADO, 2017). A próxima subseção apresenta os aspectos matemáticos e metodológicos das análises apresentadas aqui.

3 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Dados utilizados nas análises

Os dados utilizados nas análises apresentadas são provenientes do portal Tesouro Transparente, e se referem aos dados da tabela “Taxas dos Títulos Ofertados pelo Tesouro Direto”¹. Essa tabela contém o histórico de preços de todos os títulos negociados na

¹ Disponível em <http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/taxas-dos-titulos-ofertados-pelo-tesouro-direto>

plataforma do programa (incluindo os que já venceram). Além desses dados públicos, o trabalho também utilizou em uma análise dados da Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) sobre os preços e taxas dos títulos públicos negociados no mercado secundário. A ANBIMA disponibiliza apenas os dados referentes aos últimos cinco dias úteis, mas para a realização dessa análise o trabalho utilizou dados que o autor coletou consistentemente ao longo dos últimos dois anos.

3.2 Os custos dos investimentos nos títulos do Tesouro Direto

As taxas cobradas são duas: 1) taxa de custódia dos títulos na B3 e 2) taxa cobrada pela instituição financeira (agente de custódia), na qual o cliente realizou o investimento (TESOURO DIRETO, 2017). Essas taxas são cobradas semestralmente do investidor e suas cobranças independem da lucratividade dos investimentos. De maneira geral, a cobrança das taxas são caracterizadas por: 1) as taxas são cobradas de acordo com o período do investimento, isto é, se em um determinado momento o investidor não estiver investindo em nenhum título, essas taxas não serão cobradas (ESAF, 2017); 2) os valores são provisionados diariamente ao longo do período do investimento e incidem sobre o valor de venda dos títulos de cada um dos dias do período em que o dinheiro esteve investido no título (ESAF, 2017).

Quanto as alíquotas, a taxa cobrada pela B3 é de **0,3% ao ano** (capitalizada diariamente) e o seu valor sempre será apurado de acordo com os preços de venda diários do título. No caso da taxa cobrada pela instituição financeira (agente de custódia) na qual o investimento foi realizado, a alíquota dessa taxa varia de 0% a 2% ao ano, a depender do agente de custódia²(TESOURO DIRETO, 2017). Nas análises apresentadas aqui, será utilizada para essa taxa a alíquota de **0,5% a.a.** (capitalização diária), que é a alíquota mais frequente dentre as instituições financeiras autorizadas a operar no TD.

Além disso, na data do investimento, é cobrado em adiantado o valor dessa taxa para o primeiro ano de custódia dos títulos, e o valor dessa taxa é calculado sobre o valor de compra do título. No caso de o investimento ser sacado antes de completar um ano, o valor pago a título dessa taxa não será devolvido. Após o investimento completar um ano, o processo de apuração dessa taxa é o mesmo utilizado para calcular a taxa cobrada pela B3.

A tributação dos investimentos nos títulos do Tesouro Direto é a mesma que rege os investimentos de renda fixa é regida pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº1585 de 31 de agosto de 2015 (IN RFB N°1585, 31 de agosto de 2015³). Essa instrução normativa prevê, para os investidores pessoa física brasileiros ou domiciliados no país, a aplicação de dois tributos: 1) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e 2) Imposto de Renda (IR). A cobrança do IR ocorre nos pagamentos dos cupons semestrais

² As taxas cobradas por todos os agentes de custódia habilitados para intermediar investimentos no TD podem ser encontradas em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-instituicoes-financeiras-habilitadas>.

³ Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=67494&visao=compilado>

(no caso dos títulos públicos que preveem esses pagamentos) e no momento do resgate do investimento, seja na venda antecipada, seja no vencimento do título, já a cobrança do IOF somente ocorre no caso de vendas antecipadas de investimentos resgatados antes de completarem um mês (TELLES, 2013; TESOURO DIRETO, 2017; ESAF, 2017). Em relação às alíquotas desses impostos, estas diminuem com o aumento do tempo que o dinheiro permanecer investido.

Dias	Alíquota IOF	Dias	Alíquota IOF
1	96%	16	46%
2	93%	17	43%
3	90%	18	40%
4	86%	19	36%
5	83%	20	33%
6	80%	21	30%
7	76%	22	26%
8	73%	23	23%
9	70%	24	20%
10	66%	25	16%
11	63%	26	13%
12	60%	27	10%
13	56%	28	6%
14	53%	29	3%
15	50%	30	0%

TABELA 1- Tabela IOF Regressivo (para investimentos sacados antes de 30 dias)

Fonte: <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/TabIOFRegressivo.pdf>

No que tange à incidência do Imposto sobre Operações Financeiras Regressivo (IOF Regressivo), este somente ocorre nos casos de resgates de aplicações feitas em menos de 30 dias corridos e incide sobre os rendimentos financeiros auferidos no período do investimento (ESAF, 2017). Como mostra a TABELA 1, o percentual da alíquota desse tributo diminui gradativamente ao longo dos 30 primeiros dias do investimento, começando em 96% e zerando a partir do 30º dia que o dinheiro permanecer investido.

Já o Imposto de Renda (IR), a IN RFB Nº1585, 31 de agosto de 2015 instrui que a alíquota de IR sobre os rendimentos dos investimentos de renda fixa deve ser aplicada de acordo com o previsto na Lei Nº11.033/2004⁴, sendo o máximo de 22,5% (até 6 meses) e o mínimo de 15% (mais de 2 anos), conforme apresentado na TABELA 2.

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L11033compilado.htm

Duração do Investimento	Alíquota
0 a 180 dias	22,50%
181 a 360 dias	20%
361 a 720 dias	17,50%
720 dias ou mais	15%

TABELA 2 - Alíquotas de Imposto de Renda (IR) cobradas nos investimentos

Fonte: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/detalhes-da-tributacao-do-tesouro-direto>

Nos investimentos do TD, o IR incide sobre os ganhos com a valorização do título ao longo do período investido e sobre os cupons pagos semestralmente por alguns dos títulos (ESAF, 2017) como, por exemplo, os títulos do tipo “Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)” e “Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B)”. No caso dos títulos que pagam cupons semestrais, as alíquotas de IR sobre o valor dos cupons também segue a Tabela 2, mas não há incidência de IOF sobre os pagamentos dos cupons semestrais (ESAF, 2017).

3.3 Formulações matemáticas para apuração dos custos calcular as rentabilidades dos investimentos

Como visto na subseção anterior, os tributos sobre os investimentos nos títulos do tesouro Direto têm como base de cálculo o valor do lucro bruto positivo (e não são cobrados em caso de prejuízo). O lucro bruto é a diferença entre o preço de compra e de venda do título e formalizado matematicamente na EQUAÇÃO 1.

$$LucroBruto_{Inv.} = (PU_{Venda_t} - PU_{Compra_0}) \times qtde$$

EQUAÇÃO 1 - Fórmula para calcular o lucro bruto de um investimento

PU_{Venda_t} : Valor recebido pelo título na data da venda

PU_{Compra_0} : Valor pago pelo título na data da compra

O primeiro tributo cobrado sobre o lucro bruto é o IOF, formalizado na EQUAÇÃO 2 e somente será cobrado no caso do investimento ser sacado antes de completar 30 dias corridos. No caso de haver incidência desse tributo, utiliza-se as alíquotas apresentadas na TABELA 1.

$$IOF_{R\$} = LucroBruto_{Inv.} \times Aliq_{IOF_{dias}}$$

EQUAÇÃO 2 – Fórmula para calcular o IOF de um investimento resgatado antes de 30 dias

IOF_{inv} : Valor do IOF na operação. Valor arredondado em 2 casas decimais

$Aliq_{IOF_{dias}}$: Alíquota de IOF a ser cobrada na operação. (ver TABELA 1)

O segundo tributo cobrado sobre o lucro bruto dos investimentos é o IR e o cálculo do seu valor incide sobre o valor do lucro bruto descontado do IOF e o valor da alíquota cobrada depende do tempo que o dinheiro permanecer investido, conforme a TABELA 2.

$$IR_{R\$} = (LucroBruto_{Inv.} - IOF_{R\$}) \times Aliq_IR_{dias}$$

EQUAÇÃO 3 – Fórmula para calcular o valor do Imposto de Renda (IR) do investimento

$IR_{R\$}$: Valor cobrado a título de IR. Valor arredondado em duas casas decimais

$Aliq_IR_{dias}$: Alíquota do imposto de renda (ver TABELA 2)

O valor total das taxas cobradas nos investimentos é calculado em três etapas. A primeira delas é a taxa cobrada em adiantado pela instituição financeira para o primeiro ano de custódia e seu valor é calculado utilizando a EQUAÇÃO 4.

$$TaxaIF_{1o\ ano} = PU_Compra_t \times Taxa_{\%a.a.} \times qtde$$

EQUAÇÃO 4 – Fórmula para calcular a taxa cobrada pela instituição financeira para o primeiro ano de custódia (valor pago no momento do investimento)

$Taxa_IF_{1o\ ano}$: É o valor da taxa para o primeiro ano (Arredondado em 2 casas decimais)

PU_Compra_t : Preço de compra do título

$Taxa_{\%a.a.}$: Alíquota da taxa cobrada pela instituição financeira

qtde: Número de títulos adquiridos na operação

Já o valor da taxa cobrada pela B3 no período e pela instituição financeira após o primeiro ano de custódia, são calculados com base nos preços unitários de venda do título, em cada dia que o dinheiro permaneceu investido nele (ESAF, 2017). Para simplificar esse procedimento e, também, tornar a execução do *script* que calcula essas taxas mais rápida, o trabalho calcula essas taxas de acordo com o procedimento apresentado na EQUAÇÃO 5, que utiliza o valor médio do investimento no período e considera que o investimento apresentou esse valor em todo o período.

$$Taxa_{0:t} = \sum_{t=0}^{per} PUVenda_t \times \left[(1 + Taxa_{\%a.a.})^{\frac{1}{365}} - 1 \right] \times qtde$$

EQUAÇÃO 5 – Fórmula geral para calcular as taxas cobradas dos investidores do Tesouro Direto

$Taxa_{0:t}$: Valor da taxa cobrada pela B3 ou IF (Valor arredondado em 2 casas decimais)

$PU_Venda_{0:t} = \frac{PU_Compra_0 + PU_Venda_t}{2}$: Preço de venda *médio entre a data de compra e de resgate*

$Taxa_{\%a.a.}$: Alíquota da taxa a ser calculada. Será igual a 0,3%a.a no caso da taxa cobrada pela B3 ou a alíquota da taxa cobrada pela instituição financeira

qtde: Número de títulos adquiridos na operação

3.4 Lucro líquido e retorno líquido de um investimento

O lucro líquido de um investimento, apresentado na EQUAÇÃO 6, é igual ao lucro bruto menos os valores desembolsados pelo investidor a título de taxas e tributos.

$$LucroLiquido_{Inv.} = LucroBruto_{Inv.} - IR_{R\$} - TaxaBVMF_{0:t} - TaxaIF_{0:t}$$

EQUAÇÃO 6 – Lucro líquido de um investimento em um título do Tesouro Direto

Dividindo o valor calculado na EQUAÇÃO 6 pelo valor do título na data da compra, é encontrado o ganho em termos percentuais do valor investido obtido no período.

$$RetLiquido_{a,p} = \frac{LucroLiquido_{Inv.}}{PUCompra_0}$$

EQUAÇÃO 7 – Retorno Líquido ao período

Por fim, é utilizada a EQUAÇÃO 8 para converter o retorno ao período para ao ano.

$$RetLiquido_{a,a} = \left[\left(1 + RetLiquido_{a,p} \right)^{\frac{252}{du}} \right] - 1$$

EQUAÇÃO 8 - Fórmula para converter o retorno líquido ao período para ao ano

Ao comprar vários retornos, é imprescindível que todos os retornos estejam em uma mesma base periódica (BODIE, KANE e MARCUS, 2014). Caso contrário, há grandes chances dos resultados apresentarem equívocos.

3.5 Aspectos gerais sobre o GNU R

A modelagem matemática apresentada nessa seção foi inteiramente operacionalizada na linguagem R e executadas no software GNU R versão 3.5.1⁵. O Apêndice A apresenta os scripts utilizados que basearam todas as análises apresentadas aqui, permitindo que as mesmas possam ser replicadas por qualquer pessoa com o código em mãos.

O GNU R é um *software* livre, isto é, o programa está disponível gratuitamente e, também, o seu código fonte está disponível para qualquer pessoa, sem restrição alguma (PENG, 2014). O GNU R é bastante conhecido no meio acadêmico como um software voltado para análise de dados e para estatística (SILVA FILHO; SOUZA, 2013), entretanto as suas capacidades não se restringem somente à essas atividades. Em essência, o GNU R é um programa destinado a executar scripts usando a linguagem R e, sendo assim, pode ser utilizado para, virtualmente, realizar quaisquer atividades computacionais.

O motivo da escolha do GNU R ao invés de qualquer outro software livre também capaz de realizar as mesmas atividades (por exemplo, em Python) se dá por duas razões, a simplicidade da linguagem R para usuários iniciantes e sua grande expansibilidade decorrente de seu enorme repositório de bibliotecas que trazem novas funcionalidades (os chamados *R Packages*) e disponibilizados gratuitamente para os usuários do GNU R. Em meados de julho de 2018 o repositório do R contava com mais de 12.000 *R packages* a disposição de seus usuários (R PROJECT, 2018). A linguagem R é consideravelmente mais simples que as linguagens de programação tradicionais – como C/C++, Cobol, Java, dentre outras – e possui várias simplificações que tornam o seu aprendizado muito mais rápido para qualquer usuário iniciante (PENG; KROSS; ANDERSON, 2017), bem como o fato

⁵ Disponível para download em <http://www.r-project.org>

do GNU R estar disponível para qualquer sistema operacional e executar sem diferença alguma em todos eles, abrindo um largo caminho para qualquer iniciante se aventurar nele.

Para poder executar os scripts apresentados aqui, além do GNU R, é necessário carregar na área de trabalho do R os *R Packages* “*lubridate*” e “*bizdays*”. O primeiro traz funcionalidades para flexibilizar a manipulação e conversão de datas no R e o segundo e acrescenta recursos para se trabalhar com dias úteis no R. A instalação desses *R Packages* é feita diretamente dentro do GNU R o procedimento está claramente descrito no Apêndice A.Outro *R Package* importante do GNU R se chama “*Shiny*”, que permite o desenvolvimento de aplicativos interativos que funcionam em qualquer navegador de internet. Por meio desse recurso, o trabalho também disponibiliza em suas notas de fim um link com uma versão interativa de todas as análises realizadas aqui⁶.

4 | RESULTADOS

4.1 Comparação das taxas de rentabilidade oferecidas pelo Tesouro Direto e no Mercado Secundário

O primeiro teste realizado aqui compara as taxas de desconto oferecidas nos títulos “Tesouro Prefixado 20XX” seriam iguais ou não às taxas que um investidor do tipo pessoa física (PF) poderia obter caso tivesse acesso ao mercado secundário de títulos públicos. Um resultado apontando a possibilidade das taxas oferecidas no mercado secundário serem maiores seria evidência contrária contra o programa, uma vez que ele estaria oferecendo taxas de retornos arbitrárias e, possivelmente, inconsistentes com a realidade do país.

	Mínimo	1ºQ	2ºQ	Média	3ºQ	Maior	n	Anderson-Darling	P-Valor
Mercado Secundário	0,0617	0,0728	0,0846	0,0878	0,0977	0,1375	1.111	15,74	0
Tesouro Direto	0,0626	0,0736	0,0853	0,0888	0,0988	0,1379	1.111	15,6	0
Diferença	-0,0052	-0,0012	-0,0009	-0,0009	-0,0007	0,0052	1.111	37,77	0

TABELA 3 – Comparação das taxas dos títulos prefixados no mercado secundário e no Tesouro Direto

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados de ANBIMA

A TABELA 3 mostra os resultados das estatísticas descritivas comparando as observações que foram equivalentes (isto é, mesma data de referência e mesmo vencimento) nos dados do Tesouro Direto e nos da ANBIMA, em relação aos títulos prefixados e que não pagam cupons semestrais. A TABELA 3 também mostra os resultados do teste de normalidade de Anderson-Darling para cada um dos grupos de observação e, nos três casos, os valores das observações não apresentavam uma distribuição normal,

⁶ Versão interativa das análises aqui: https://dualvim.shinyapps.io/td_zerocouponbonds/

inviabilizando uma utilização de um teste t de Student e, portanto, foi realizado um teste de Mann-Whitney-Wilcoxon, apresentado na FIGURA 2.

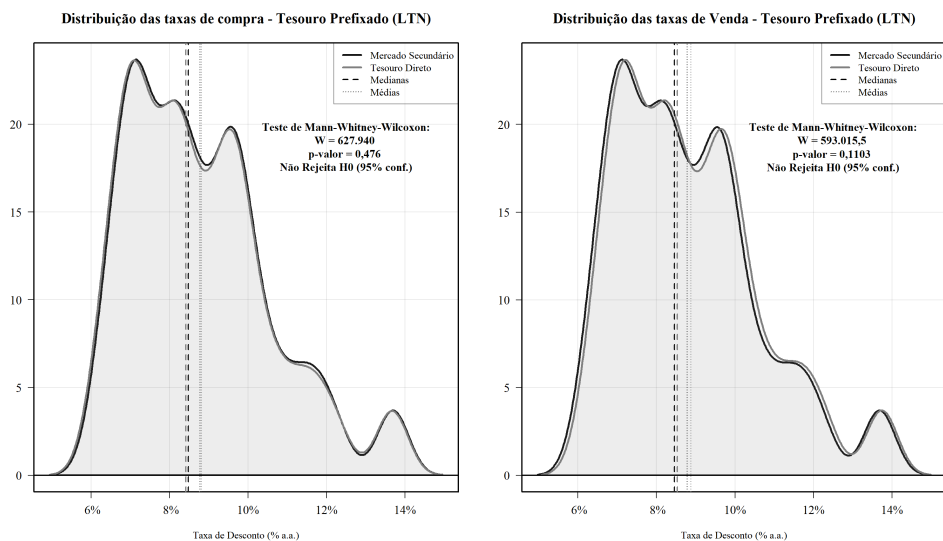


FIGURA 2 – Resultado do Teste não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney para os retornos dos títulos.

Fonte: Elaborada pelo autor

O resultado apresentado na FIGURA 2 mostra que no caso dos títulos prefixados, as distribuições das taxas de desconto oferecidas pelo Tesouro Direto são equivalentes às taxas negociadas no mercado secundário e, com isso, apresentando uma grande seriedade do Tesouro Direto com seus investidores, oferecendo a eles as mesmas taxas encontradas no mercados secundário e, portanto, de acordo com a realidade do país.

4.2 Análise da composição do lucro bruto dos investimentos

A FIGURA 3, FIGURA 4 e FIGURA 5 apresentam os resultados das análises da composição dos lucros brutos dos investimentos nos títulos do Tesouro Direto que não pagam cupons semestrais analisados aqui.

Composição do Lucro Bruto - Tesouro Prefixado 20XX (LTN) - Investimentos com LucroLiq > 0

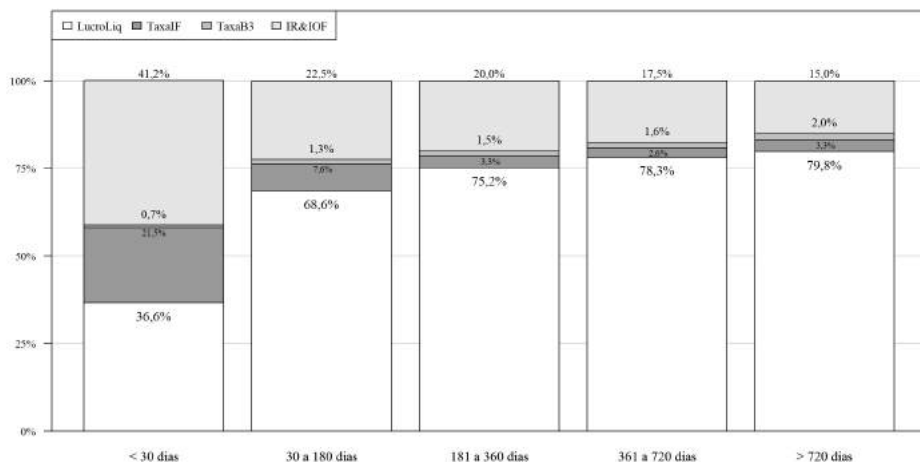


FIGURA 3 – Composição do lucro bruto dos investimentos nos títulos do tipo “Tesouro Prefixado”.

Fonte: Elaborada pelo autor.

As barras nos gráficos dessas figuras representam os percentuais médios de cada um dos componentes do lucro bruto analisados: Lucro líquido, taxa cobrada pela instituição financeira, taxa cobrada pela B3 e tributos. É importante frisar que os dados utilizados nas análises desses gráficos foram apenas os dados que se referiram a investimentos com lucro bruto positivo. O motivo de não incluir os resultados dos investimentos com rentabilidade negativa é porque nesse caso não há a cobrança de tributos.

Os resultados das análises apresentadas nos gráficos de barras apresentados na FIGURA 3, FIGURA 4 e FIGURA 5 apontam que, nos casos dos investimentos com duração de 30 dias corridos ou mais, os percentuais dos custos na rentabilidade total é praticamente igual nos três tipos de títulos (o que não implica que o retorno monetário seja igual).

As diferenças na composição dos lucros brutos aparecem nos casos dos investimentos com duração inferior a 30 dias corridos. Nesses casos de investimentos de curtíssima duração, há a incidência do tributo IOF, que incide nesses investimentos exatamente com a finalidade de inibir investimentos como esses.

A primeira barra da FIGURA 4 mostra que investimentos de curtíssima duração são um caso especialmente problemático no caso dos investimentos nos títulos do tipo “Tesouro Selic (LFT)”, uma vez que a taxa cobrada pela instituição financeira para o primeiro ano de custódia do título é paga antecipadamente no momento da compra. Isto é, em qualquer investimento em títulos do Tesouro Direto, o investidor paga em adiantado o valor dessa taxa e esse valor não é devolvido ao investidor caso ele venda o título antes do investimento cobrar um ano. Mas caso o investidor permaneça mais de um ano com

o dinheiro investido no título, após a data em que o investimento completar um ano, ele passará a pagar semestralmente por essa taxa, além da taxa de custódia dos títulos na B3.

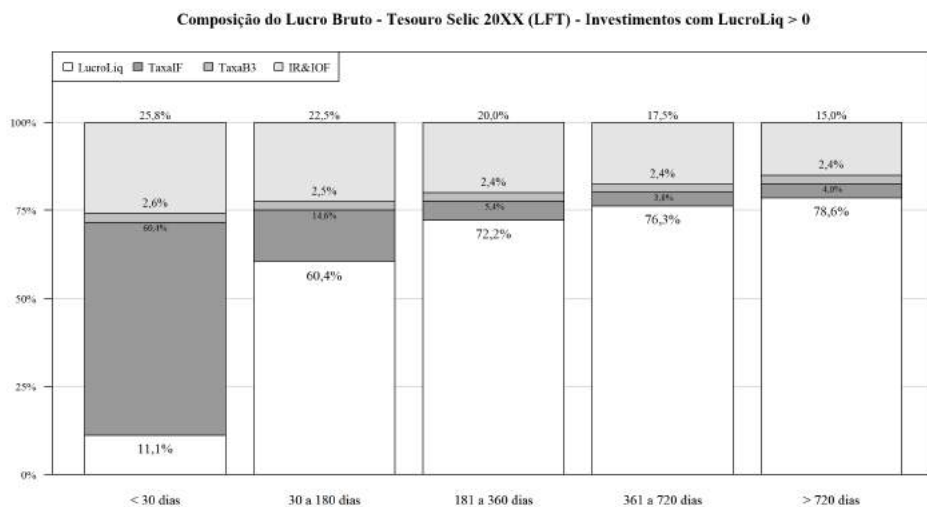


FIGURA 4 – Composição do lucro bruto dos investimentos nos títulos do tipo “Tesouro Selic”.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Após o momento que os investimentos completam um ano, o percentual dos valores das taxas tende a se estabilizar após esse período do primeiro ano.

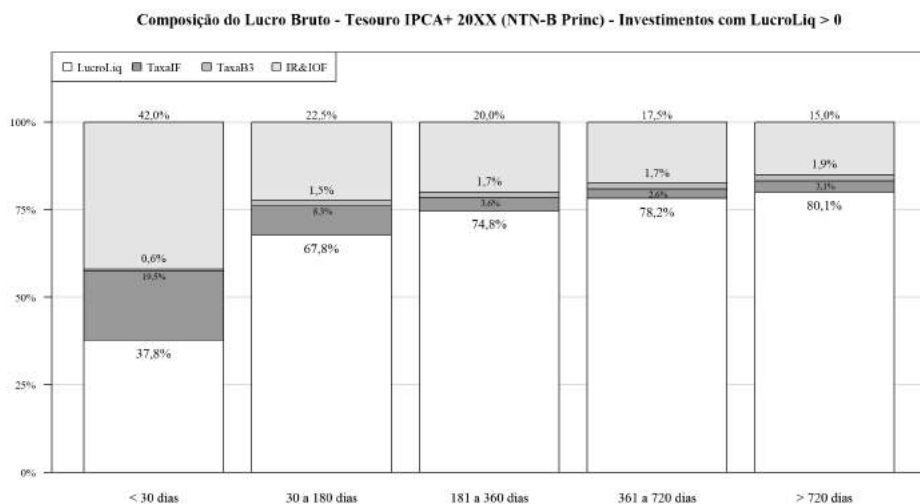


FIGURA 5 – Composição do lucro bruto dos investimentos nos títulos do tipo “Tesouro IPCA+”.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Após o período de um ano, o percentual do lucro líquido vai aumentando gradativamente até o momento em que o investimento completa dois anos e atinge a alíquota mínima de imposto de renda (IR), de 15% do lucro bruto. Sendo assim, os resultados apresentados aqui sugerem que os investimentos nos títulos do TD devem ser feitos de maneira planejada, uma vez que os gráficos mostram que a lucratividade começa a apresentar maiores vantagens após a data em que o investimento completa o seu primeiro ano.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou uma breve análise dos investimentos nos títulos do Tesouro Direto. A primeira análise consistiu em comparar as taxas de desconto oferecidas para os investidores do programas com as taxas oferecidas nas negociações no mercado secundário e os resultados mostraram que as taxas oferecidas pelo TD são praticamente as mesmas que as que poderiam ser conseguidas no mercado secundário de títulos públicos. Esse resultado deve ser visto como algo bastante positivo para os investidores, uma vez que o TD proporciona condições bastante especiais para os seus investidores (como a possibilidade de comprar frações de títulos) e também é o único canal em que um investidor do tipo pessoa física pode adquirir títulos públicos diretamente com o Governo Federal.

Uma limitação acerca dessa análise comparativa das taxas do mercado secundário com as taxas de desconto oferecidas pelo Tesouro Direto é que somente foi possível fazer a análise para apenas os títulos prefixados, uma vez que somente havia dados para a análise referentes a um período de mais ou menos 18 meses e que foram obtidos por meio de coletas diárias desses dados no site da ANBIMA ao longo de todo esse período.

Uma possível sugestão de pesquisa futura para aproveitar os dados disponíveis é a utilização de técnicas de matemática financeira para calcular as taxas equivalentes e, com isso, conseguir aumentar o tamanho da amostra analisada.

Por fim, as análises da composição dos lucros brutos dos investimentos nos títulos do programa sugerem que os investimentos somente devem ser realizados em casos em que o investidor planeje manter o dinheiro investido no título por um prazo mínimo de um ano ou, idealmente, dois anos, quando a partir de então os percentuais tendem a se estabilizar.

Para auxiliar essa gestão, o apêndice desse trabalho apresenta um conjunto de ferramentas para escritas em R para auxiliar quaisquer interessados em gerir os seus próprios investimentos em títulos públicos.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, E. A. G. *Uma análise da taxação e tributação dos investimentos no Tesouro Direto*. Uberlândia, p. 136. 2017.

BODIE, Z.; KANE, A.; MARCUS, A. *Investments*. 10th. ed. New York: McGraw-Hill/Irwin, 2014.

DIAZ, A. Retail Investors and the Trading of Treasury Securities. *Journal of Financial Services Research*, v. 36, p. 45-63, 2009.

ESAF. *Curso do Tesouro Direto - Curso Online Gratuito*. Brasília: Escola de Administração Fazendária (ESAF), v. 1-3, 2017. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/-/curso-do-tesouro-direto>>.

ESAF. *Curso do Tesouro Direto - Curso Online Gratuito*. Brasília: Escola de Administração Fazendária (ESAF), 2017. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/-/curso-do-tesouro-direto>>.

GLAESSNER, T.; KANTUR, Z. Two case studies on electronic distribution of government securities: The US Treasury Direct System and the Philippine Expanded Small Investors Program. *World Bank Policy Research Working Paper No. 3372*, Washington, D.C., 10 August 2004. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=625249>.

GNU PROJECT. Filosofia do Projeto GNU. *Projeto GNU - Free Software Foundation*, 2017. Disponível em: <<https://www.gnu.org/philosophy/philosophy.pt-br.html>>.

KRUPA, B.; TOGO, E.; VELANDIA, A. Retail government debt programmes: practices and challenges. In: BANK, W. *The Euromoney International Debt Capital Markets Handbook 2007*. Washington, D.C.: Euromoney Yearbooks, 2007. Cap. 10. Disponível em: <http://treasury.worldbank.org/cmd/pdf/Euromoney_2007_Handbook_International_Debt_Capital_Markets.pdf>.

MCCONNACHIE, R. *The Retail Market For Government Debt*. London: Centre for Central Banking Studies/Bank of England, v. 13, 1997. ISBN 1-85730 -60-9.

PENG, R. D. *R Programming for Data Science*. 1a. ed. [S.l.]: Learnpub, 2014.

PENG, R. D.; KROSS, S.; ANDERSON, B. *Mastering Software Development in R*. [S.l.]: Learnpub, 2017. Disponível em: <<http://leanpub.com/mmsdr>>.

PERLIN, M. S. A Microestrutura do Tesouro Direto: Sazonalidade da Demanda e o Processo de Formação de Spreads. *XIII Encontro Brasileiro de Finanças*, Rio de Janeiro, Julho 2013.

PROITE, A. Venda de títulos públicos pela internet: Programa Tesouro Direto. In: SILVA, A. C.; CARVALHO, O.; MEDEIROS, O. L. *Divida Pública: a experiência brasileira*. Brasília: Tesouro Nacional, v. 3, 2009. Cap. 7, p. 443-465. ISBN 978-85-87841-34-6.

R PROJECT. Contributed R Packages. *Comprehensive R Archive Network (CRAN) - Contributed Packages*, 2018. Disponível em: <<https://cran.r-project.org/web/packages/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ROSS, S.; WESTERFIELD, R.; JAFFE, J. *Corporate Finance*. 10th. ed. New York: McGraw-Hill/Irwin, 2013. ISBN 978-0-07-803477-0.

RUPPERT, D.; MATTESON, D. S. *Satistics and Data Analysis for Financial Engineering*. 2a. ed. New York: Springer, 2015. ISBN 978-1-4939-2614-5.

SILVA FILHO, A. S. D.; SOUZA, A. C. D. Estatística aplicada a administração usando o software R. *Revista de Ciências Gerenciais*, v. 17, n. 23, p. 175-193, 2013.

TELLES, D. X. Á. S. *Tributação das Aplicações Financeiras Realizadas por Pessoas Físicas: Uma visão crítica e sugestões de otimização*. Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília. 2013.

TESOURO DIRETO. Conheça o Tesouro Direto. *Tesouro Direto - Secretaria do Tesouro Nacional*, 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/tesouro-direto-regras-do-tesouro-direto>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

TESOURO DIRETO. Precificação de Títulos Públicos. *Tesouro Direto - Entenda Cada Título no Detalhe*, 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/391338/Precifica%C3%A7%C3%A3o+dos+t%C3%ADtulos+p%C3%BAblicos/3f1e409b-bfd9-45a0-aa9d-eefa5ed98468>>.

TESOURO NACIONAL. Regulamento Tesouro Direto. *Tesouro Nacional*, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.gov.br/documents/10180/259552/Regulamento+TD_Outubro_2017/d6ab4842-d25a-4b2a-bd87-f237103d79a3>.

THEDÉEN, E. Retail borrowing - an important part of the national debt. *Swedish National Debt Office*, Stockholm, Sweden, 3 jun. 2004. 5. Disponível em: <https://www.riksdagen.se/globalassets/dokument_eng/press/speeches/upl869-talretaileng040602.pdf>.

TUCKMAN, B.; SERRAT, A. *Fixed Income Securities - Tools for Today's Markets*. 3a. ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2012. ISBN 978-1-118-13399-6.

TUFANO, P.; SCHNEIDER, D. Reinventing Savings Bonds: Policy Changes to Increase Private Savings. *HBS Finance Working Paper No. 06-017*, Harvard Business School, April 2006. 1-40. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=814029>.

APÊNDICE A

Nesse apêndice estão são apresentados os scripts em R usados no desenvolvimento da análise. Esse apêndice disponibiliza aos seus leitores os scripts na linguagem R cujos resultados foram apresentados na seção de resultados. Os dados analisados nesse trabalho foram todos calculados por meio dos referidos scripts e os dados usados para calcular esses resultados estão publicamente disponíveis no portal Tesouro Transparente o R SCRIPT 1 apresenta o procedimento no R para baixar a versão mais atual desse conjunto de dados da STN. Para uma correta utilização do material disponibilizado aqui, é necessário que o leitor possua, no mínimo, conhecimentos elementares da linguagem R e do GNU R. Esse conhecimento mínimo é necessário porque o apêndice visa disponibilizar material para ser utilizado por outros pesquisadores e existem diversos, e excelentes, tutoriais gratuitos sobre o R na internet⁷⁸.

R SCRIPT 1 – Baixar o arquivo com os dados das taxas e preços dos títulos públicos

7 Tutorial bastante completo e disponível gratuitamente na forma de pdf: http://www.burns-stat.com/pages/Tutor/R_inferno.pdf

8 Tutorial desenvolvido por Hadley Wickham, um desenvolvedores da linguagem R e GNU R, e também um dos principais experts do R: <https://adv-r.hadley.nz/index.html>


```
# Criar o diretório onde serão salvos os dados
if(!dir.exists("C:/Tesouro_Direto/")) dir.create("C:/Tesouro_Direto/")
# Definir o diretório de trabalho para o diretório criado:
setwd("C:/Tesouro_Direto/")
# baixar o arquivo com os dados no portal Tesouro transparente:
arq_dados_tes_transp <- "https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/df56aa42-484a-4a59-8184-7676580c81e3/resource/796d2059-14e9-44e3-80c9-2d9e30b405c1/download/PrecoTaxaTesouroDireto.csv"
download.file(url=arq_dados_tes_transp, destfile="PrecoTaxaTesouroDireto.csv", method="auto")
```

Com os dados do arquivo baixado, foram realizados alguns pré-processamentos para melhorar a usabilidade dos dados nas análises e no R. O R SCRIPT 2 modifica os nomes das colunas, transforma os dados das colunas com as datas e datas de vencimento para o formato de data usado no R, retira as linhas com dados pertinentes aos títulos que pagam cupons semestrais e por fim, salva o conjunto de dados em um arquivo de extensão RDS, para que o usuário não precise realizar esse procedimento novamente, bastando carregar o arquivo RDS na próxima vez que for usar o conjunto de dados. A conversão das datas que estão no arquivo para o formato de datas reconhecidos no R, é necessário instalar antes o R package “lubridate”, como mostrado nas três primeiras linhas em R SCRIPT 2.

R SCRIPT 2 – Pré-processamento dos dados

```
# Instalar e carregar o R Package “lubridate”
install.packages("lubridate")
library(lubridate)
# Abrir o arquivo baixado no portal 'Tesouro Transparente'
dados_titulos <- read.table(file="PrecoTaxaTesouroDireto.csv", header=TRUE, sep=";", dec=".", stringsAsFactors=FALSE, na.strings="")
# Renomear as colunas
colnames(dados_titulos) <- c("tipo_tit", "dt_vcto", "dt_base", "taxa_cpa_manha", "taxa_vda_manha", "pu_cpa_manha", "pu_vda_manha", "pu_base_manha")
# Ver os tipos de títulos na coluna 'tipo_tit'
unique(dados_titulos$tipo_tit)
# Retirar de 'dados_titulos' as linhas dos títulos que pagam cupons semestrais
titulos_zcb <- c("Tesouro Prefixado", "Tesouro IPCA+", "Tesouro Selic")
dados_titulos <- dados_titulos[(dados_titulos$tipo_tit %in% titulos_zcb), ]
rm(titulos_zcb)
# --> Converter 'dt_base' e 'dt_vcto' para o tipo 'Date'
dados_titulos$dt_vcto <- dmy(dados_titulos$dt_vcto)
dados_titulos$dt_base <- dmy(dados_titulos$dt_base)
#--> Retirar as observacoes dos títulos que venceram antes de 01/01/2014
dados_titulos <- dados_titulos[dados_titulos$dt_vcto>=as.Date("2014-01-01"), ]
#--> Retirar as observacoes posteriores a 31/07/2018
dados_titulos <- dados_titulos[dados_titulos$dt_base<as.Date("2018-08-01"), ]
#--> Dividir as taxas de compra e de venda por 100
dados_titulos$taxa_cpa_manha <- dados_titulos$taxa_cpa_manha/100
dados_titulos$taxa_vda_manha <- dados_titulos$taxa_vda_manha/100
# --> Adicionar uma coluna com o nome completo dos títulos
titulo <- paste(dados_titulos$tipo_tit, year(dados_titulos$dt_vcto))
dados_titulos <- cbind(titulo, dados_titulos)
dados_titulos$titulo <- as.character(dados_titulos$titulo)
# Adicionar uma coluna com as abreviacoes
abrev_titulo <- dados_titulos$tipo_tit
abrev_titulo[abrev_titulo=="Tesouro Prefixado"] <- "LTN"
abrev_titulo[abrev_titulo=="Tesouro Selic"] <- "LFT"
abrev_titulo[abrev_titulo=="Tesouro IPCA+"] <- "NTNB"
abrev_titulo <- paste0(abrev_titulo, gsub(pattern="-", replacement="", x=as.character(dados_titulos$dt_vcto)))
dados_titulos <- cbind(abrev_titulo, dados_titulos)
dados_titulos$abrev_titulo <- as.character(dados_titulos$abrev_titulo)
# Ordenar os dados:
dados_titulos <- dados_titulos[order(dados_titulos$titulo, dados_titulos$dt_base), ]
# --> Ver o início e o fim do conjunto de dados
head(dados_titulos)
tail(dados_titulos)
```

Várias das fórmulas apresentadas aqui no trabalho utilizam o número de dias úteis.

Para poder fazer cálculos usando o número de dias úteis, é necessário instalar e ativar o *R Package* “bizdays”. O bloco de código abaixo apresenta o procedimento para instalar e ativar o *bizdays*, bem como a sua configuração inicial para usar o calendário de feriados ANBIMA.

R SCRIPT 3 – Instalação e configuração do *R Package* “bizdays”

```
install.packages(bizdays)
library(bizdays)
#--> Configuracoes de 'bizdays'
create.calendar("Brazil/ANBIMA", holidays=ANBIMA, weekdays=c("saturday", "sunday"))
bizdays.options$set(default.calendar="Brazil/ANBIMA")
```

A partir desse ponto, o apêndice apenas apresenta as funções utilizadas para gerar os resultados na análise. O bloco de código a seguir utiliza os recursos do *R Package* carregado em R SCRIPT 3 em uma função do R que calcula o número de dias úteis entre duas datas. O R SCRIPT 4 também apresenta uma segunda função para ser utilizadas com datas, mas dessa vez para calcular o número de dias corridos entre duas datas.

R SCRIPT 4 – Funções usadas nas manipulações de datas

```
# --> Funcao para calcular o numero de dias uteis entre duas datas:
funAux_calcular_dias_uteis_entre_datas <- function(arr_datas1, arr_datas2){
  n <- length(arr_datas1)
  dias_uteis <- sapply(X=1:n, FUN=function(i){
    bizdays(from=following(arr_datas1[i]+1), to=following(arr_datas2[i]), cal="Brazil/ANBIMA")
  })
  return(dias_uteis)
}
#--> Funcao rapida para calcular o numero de dias corridos entre duas datas
funAux_calcular_dias_corridos_entre_datas <- function(arr_datas1, arr_datas2){
  n <- length(arr_datas1)
  dias_corridos <- sapply(X=1:n, FUN=function(i){difftime(time1=arr_datas2[i], time2=arr_datas1[i],
units="days")})
  return(dias_corridos)
}
```

Um detalhe importantíssimo nos vários procedimentos de cálculos apresentados aqui e bastante comum nos procedimentos dos títulos públicos é que alguns procedimentos os números devem ser truncados e em outros arredondados. O R não possui um comando para truncar um número em um número especificado de casas decimais, logo, a primeira função apresentada em R SCRIPT 5 foi criada para resolver esse problema. Já as outras, são funções gerais de matemática financeira e são utilizadas, respectivamente, para converter uma taxa de retorno ao período para ao ano e, a última, para calcular o preço de compra ou venda de um título que não paga cupons semestrais.

R SCRIPT 5 – Funções financeiras auxiliares utilizadas em diversos momentos da análise

```
# → Função para truncar um número (e não arredondar)
funAux_truncar_numero <- function(numero_dec, ncasas=2){
  fat_trunc <- (10 ^ ncasas)
  n <- length(numero_dec)
  num_trunc <- sapply(X=1:n, FUN=function(i){floor(numero_dec[i] * fat_trunc) / fat_trunc})
  return(num_trunc)
}
# → Função para converter uma taxa de retorno ao período para ao ano
funAux_converter_aoPer_aoAno <- function(ret_ap, du){
  n <- length(ret_ap)
  retornos_aa <- sapply(X=1:n, FUN=function(i){
    exp_dias <- 252/du[i]
```

```

    r_aa <- ((1 + ret_ap[i]) ^ exp_dias) - 1
    r_aa <- round(r_aa, 8)
    return(r_aa)
  })
  return(retornos_aa)
}
# -> Função para calcular o Preço Unitário de um título que não paga cupom
calc_pu_titulo <- function(du_vcto, taxa_desc, vf=1000){
  n <- length(taxa_desc)
  pu_titulo <- sapply(X=1:n, FUN=function(i){
    exp_dias <- floor((du_vcto[i]/252)*(10^14))/(10^14)
    pu <- vf/((1+taxa_desc[i])^exp_dias)
    pu <- trunc(pu*100)/100
    return(pu)
  })
  return(pu_titulo)
}

```

Por fim, o bloco R SCRIPT 6 apresenta as funções que calculam os valores dos custos com taxas e tributos nos investimentos nos títulos do TD. Para que essas funções sejam corretamente executadas, é necessário que as funções apresentadas nos blocos de código anteriores estejam ativas na área de trabalho do R, uma vez que essas duas últimas funções chamam todas as funções anteriores.

R SCRIPT 6 – Funções para calcular os custos dos investimentos com as taxas e tributos

```

# --> Função para calcular o valor do Imposto de Renda (IR) e do IOF (caso se aplique)
calcular_tributos_invest <- function(lucro_bruto, dias){
  # Array com as alíquotas de IOF:
  IOF <- c(0.96, 0.93, 0.9, 0.86, 0.83, 0.8, 0.76, 0.73, 0.7, 0.66, 0.63, 0.6, 0.56, 0.53, 0.5,
    0.46, 0.43, 0.4, 0.36, 0.33, 0.3, 0.26, 0.23, 0.2, 0.16, 0.13, 0.1, 0.06, 0.03, 0.0)
  # Array com as alíquotas de IR:
  IR <- c(0.225, 0.2, 0.175, 0.175, 0.15)
  # Aliquota dos tributos de acordo com o valor de 'dias':
  aliq_iof <- IOF[ $\min(\text{dias}, 30)$ ] # IOF[30] = 0
  aliq_ir <- IR[ $\min(\text{trunc}(\text{dias}/180)+1, 5)$ ]
  # Booleano indicando se 'lucro_bruto' > 0
  lb_pos <- lucro_bruto > 0
  # Calcular os valores dos tributos sobre o lucro bruto:
  vlr_iof <- round((lucro_bruto*lb_pos)*aliq_iof, digits=2)
  vlr_ir <- round(((lucro_bruto-vlr_iof)*lb_pos)*aliq_ir, digits=2)
  # Array com os valores dos tributos IOF e IR
  tributos <- vlr_iof+vlr_ir
  return(tributos)
}
# --> Função que recebe um array com os valores e retorna o valor da taxa cobrada do investidor
funAux_calcular_valor_taxa <- function(arr_pu_vda, taxa_aa){
  tx_ad <- round(((1+taxa_aa)^(1/365))-1, digits=8)
  taxa_bruta <- sum(arr_pu_vda)*tx_ad
  taxa_trunc <- funAux_truncar_numero(taxa_bruta, ncasas=2)
  return(taxa_trunc)
}
# --> Função para calcular o valor total das taxas
calcular_taxas_invest <- function(dt1, dt2, df_dados_titulo, taxa_if_aa=TX_AGENTE_AA[5], qtde=1){
  # data da liquidação
  data_liq <- offset(dt1, n=1, cal="Brazil/ANBIMA")
  # Dias entre 'data_liq' e 'dt2'
  periodo_inv <- seq.Date(from=data_liq+2, to=data_ref, by="day")
  df1 <- data.frame(periodo_inv)
  df1$du_subseq <- following(df1$periodo_inv, cal="Brazil/ANBIMA")
  # Criar um dataframe com os dados do investimento
  df2 <- df_dados_titulo[ $((\text{df\_dados\_titulo}\$abrev\_titulo==\text{titulo}) \& (\text{df\_dados\_titulo}\$dt\_base \%in\% \text{df1}\$periodo\_inv))$ , c("dt_base", "pu_vda_manha")]
  df3 <- merge(x=df1, y=df2, by.x="du_subseq", by.y="dt_base", all=TRUE)
  # Valor da taxa a ser cobrada pela B3
  taxa_b3 <- funAux_calcular_valor_taxa(df3$pu_vda_manha*qtde, taxa_aa=TX_B3_AA)
}

```

```

# Valor da taxa cobrada pela IF
pu_compra <- df_dados_titulo$pu_compra[lin_dt1] # Taxa cobrada na data do investimento
taxa_if <- funAux_truncar_numero(pu_compra*taxa_if_aa*qtde, ncasas=2)
# Verificar se deve calcular a taxa posterior a 1 ano
n <- length(df3$pu_vda_manha)
if(n > 367){
  tx_if2 <- funAux_calcular_valor_taxa(df3$pu_vda_manha[368:n], taxa_aa=taxa_if_aa)
  taxa_if <- taxa_if + taxa_if2
}
return(taxa_b3+taxa_if)
}

```

Os scripts apresentados nesse apêndice encerram o trabalho. Para uma melhor utilização desses scripts, é importante entender como eles operacionalizam as fórmulas apresentadas na seção de metodologia. Como já dito aqui, embora os scripts apresentados aqui envolvam apenas conhecimentos elementares da linguagem R, eles proporcionam um grande avanço para qualquer usuário que queira gerir a sua própria carteira de títulos públicos, uma vez que eles agilizam e facilitam os trabalhos e, também, podem ser facilmente transportados para outras situações que envolvam análises de rentabilidade de investimentos em títulos públicos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO INTERMITENTE ENQUANTO PRECARIZAÇÃO

Data de aceite: 01/02/2022

Gabriel Bacarol Kerber

Psicólogo e Mestre em Psicologia pela
Faculdade Meridional IMED

RESUMO: Em julho de 2017 foi promulgada no Brasil a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467). Dentre os vários dispositivos atualizados ou incluídos pela Reforma, cita-se o novo contrato de trabalho intermitente. O objetivo deste artigo é identificar evidências que considerem a modalidade de trabalho intermitente como um modo de precarização, a partir de uma revisão de literatura. O método utilizado para esta pesquisa foi o bibliográfico narrativo (Creswell, 2014). A seção de apresentação dos resultados e discussão são exibidas em duas categorias: 1) o que é trabalho intermitente; e 2) evidências sobre o trabalho intermitente enquanto precarização. Em síntese, notou-se que a flexibilização dos direitos dos trabalhadores promove a precarização do trabalho, instabiliza a renda que pode não chegar a um salário mínimo e negociam-se direitos que podem comprometer o processo de benefícios previdenciários.

PALAVRAS-CHAVE: Emprego precário; condições de trabalho; trabalho intermitente; reforma trabalhista.

ABSTRACT: In July 2017, the Labor Reform was enacted in Brazil (Law nº 13.467). Among the various devices updated or included by the Reform, the new intermittent employment contract

is cited. The objective of this article is to identify evidence that considers the intermittent work modality as a precarious way, based on a literature review. The method used for this research was the narrative bibliographic (Creswell, 2014). The results presentation and discussion section are displayed in two categories: 1) what is intermittent work; and 2) evidence on intermittent work as precariousness. In summary, it was noted that the flexibilization of workers' rights promotes the precariousness of work, unstable income that may not reach a minimum wage, and rights that may compromise the process of social security benefits are negotiated.

KEYWORDS: Employment; working conditions; intermittent work; labor reform.

INTRODUÇÃO

A Reforma Trabalhista de 2017, no Brasil, adotou o método de contratação intermitente como uma nova modalidade de contrato, bilateral e celetista, a qual a prestação de serviços é estabelecida sob demanda e o trabalhador é remunerado pelo tempo que efetivar seu trabalho (Orsi & Pereira, 2018). O tema divide opiniões nos âmbitos jurídico, sindical e empresarial, além de ser pouco discutido pela massa trabalhista (Moraes, 2018). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) sinalizou a necessidade de se discutir o futuro do trabalho (ILO, 2019), e nesse sentido, este artigo ratifica a importância de se discutir sobre essa recente modalidade originada pela reforma

trabalhista brasileira.

Por um lado, a modalidade de trabalho intermitente é considerada uma modernização do trabalho, com saldo positivo notificado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, desde a aplicação da reforma até dezembro de 2019 (CAGED, 2020). No entanto, predomina o entendimento por parte de pesquisadores quanto a esse modelo de trabalho ser considerado precarizado (Alves, 2018; Nogueira 2017).

A precarização do trabalho se caracteriza pela constituição do que Alves (2018) denomina como a “nova precariedade salarial”, que se baseia justamente na lógica do trabalho flexível. O contexto da flexibilização e precarização do trabalho, fomentando pela nova reforma trabalhista, implica no nível salarial e na relação condições/processos de trabalho. Desse modo, intensificam-se também os riscos psicossociais dos trabalhadores (Figueiras, Lima & Souza, 2019; Mandarini & Sticca, 2019).

Conquanto, realizar buscas por pesquisas teóricas e empíricas que apontem resultados sobre essa recente modalidade e discuti-los, poderá, além de subsidiar o entendimento sobre o tema, fortalecer o contrato social ao colocar as pessoas e o trabalho no centro das práticas e políticas econômicas, sociais e de negócios (ILO, 2019). Assim, este artigo busca identificar quais são os indicativos que resultam no entendimento de que o trabalho intermitente é um modo de precarização, a partir de uma revisão bibliográfica da literatura.

MÉTODO

O método utilizado para a construção desse artigo foi o bibliográfico narrativo. Deve-se levar em consideração que essa investigação bibliográfica contempla estudos empíricos e teóricos, sendo o foco do estudo a discussão do tema, e a busca por evidências sobre o trabalho intermitente enquanto precarização (Creswell, 2014).

A pesquisa buscou por artigos em bases de dados como o Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual em Saúde (SciELO), Google Acadêmico e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Também foram considerados documentos públicos, conteúdo jurídico, dissertações e livros.

Os radicais selecionados para realizar a busca foram “trabalho intermitente”, “contrato intermitente” e “modalidade de trabalho intermitente”. Foram selecionados estudos publicados a partir do ano de 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para realizar a apresentação dos resultados e discussão, optou-se por dividir essa seção em duas. A primeira buscou apresentar o que é o trabalho intermitente. A segunda contempla as evidências que resultam no entendimento do trabalho intermitente, enquanto

modelo de precarização do trabalho.

O que é o Trabalho Intermitente

Perante a legislação brasileira (Brasil, 2017), o trabalho intermitente se caracteriza pela desobrigação do empregador em contratar por horário estável, adotando o serviço sob demanda, podendo contratar de forma interrupta e remunerar somente pelas horas que o trabalhador registrou trabalho. A remuneração será concebida pelas horas trabalhadas, bem como férias proporcionais +1/3 computadas, e descanso semanal remunerado e adicionais legais também contemplados (Brasil, 2017). Deve-se apresentar o valor da hora do trabalho, que por sua vez, não poderá ser inferior ao diário do salário mínimo (art. 452-A, § 3º; Orsi & Pereira, 2018).

As contribuições previdenciárias e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) são aplicadas assim que o contratante recolher o valor com base no total pago mensalmente ao contratado (Orsi & Pereira, 2018). Ao ser desligado, o trabalhador intermitente terá direito as verbas de rescisão (art. 452-E, CLT 2017). Importante frisar que o trabalhador intermitente poderá servir a duas ou mais empresas simultaneamente (Orsi & Pereira, 2018; Quatrochi & Furno, 2017). Conforme a Lei nº 13.467:

“Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria” (art. 443 § 3º, CLT 2017).

Trata-se, pois, da autorização para execução de um trabalho celetista descontinuado (intermitente), em que o trabalhador não consegue prever quanto irá receber, uma vez que é remunerado apenas sob demanda (Nogueira, 2017). A literatura sobre o que caracteriza esse tipo de modalidade de contrato é encontrada especialmente sob a ótica do Direito, Psicologia, Sociologia, Administração e outras áreas que remetem à abertura da discussão sobre a saúde e dignidade no trabalho (Alves, 2018; Antunes, 2019; Nogueira, 2017).

Análises críticas sobre a modalidade de trabalho intermitente apresentam destaques autorais como Antunes (2019), Alves (2018), Nogueira (2017), os quais discutem os efeitos da incorporação dos modos flexibilizadores de organização do trabalho. O sociólogo Antunes (2019) afirma que estruturas de trabalho, como a proposta pelo trabalho intermitente, são destrutivas e representam a antessala do desemprego. Em sintonia, Alves (2018), alerta que a modalidade expressa veementemente a precarização do trabalho e negligencia os direitos dos trabalhadores, sendo um desprestígio à dignidade e construção da identidade do trabalhador, além de mascarar dados estatísticos de empregabilidade. Nogueira (2017), aborda que a ideia de emprego ideal ou de trabalho comum representadas pelo contrato de trabalho com subordinação, contínuo, de prazo indeterminado, salário mínimo e adicionais legais, entrou em profundo declínio, uma vez que se permitiu a flexibilização desses direitos

com o surgimento da modalidade intermitente.

Fundamentos político-legislativos a favor da Reforma Trabalhista destacam o trabalho intermitente como uma possibilidade de conter os índices de desemprego, retirar trabalhadores do mercado informal, diminuir “despesas” de empregadores nas contratações, e possibilitar a adequação do quadro pessoal das empresas às oscilações do mercado e da economia (Araújo, 2018). Sob essa ótica, a modalidade faz com que se formalize a atividade de diversos profissionais que atuavam de maneira informal, a qual se apropria a gíria popular “bico” (Abreu, 2017).

Entretanto, a legalização do trabalho intermitente não considera a precarização das vagas criadas, sob quais condições os trabalhadores estão executando as atividades e nem mesmo sobre os ganhos que não chegam a alcançar um salário mínimo, na modalidade (Alves, 2018). No mundo, a modalidade é conhecida por ser uma ferramenta do capitalismo intenso e desmedido, e atende pelo nome de “*zero hour*” (Adams-Prassl, Adams-Prassl & Freedland, 2015).

Evidências sobre o Trabalho Intermitente enquanto precarização

A flexibilização dos direitos trabalhistas, alavancada pela permissão da terceirização em amplitude, e agora pela autorização do trabalho intermitente, obstinou o maior controle do empregador sobre o contratado (Ramalho, Santos & Rodrigues, 2019). Grupos empresariais pressionaram o judiciário brasileiro, antes da aprovação da nova reforma, instigando operadores do Direito à amplas discussões sobre o tema (Silva, 2019). Em tempo, o trabalho celetista no Brasil, ao adotar modalidades que permitam flexibilizações de direitos, será responsável, segundo Nogueira (2017), por um desmedido desmantelamento das Consolidações de Leis Trabalhistas.

Uma pesquisa com elaboração do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020) notou que existem vínculos intermitentes que não geraram atividades em 2018, e além disso, muitos dos vínculos que estavam ativos em dezembro de 2018 não registraram nenhuma atividade no mês. Os dados ainda revelam que a remuneração em dezembro foi inferior a um salário mínimo em 43% dos vínculos intermitentes que registraram atividade. A pesquisa mostra que no final de 2018, a remuneração mensal média dos vínculos intermitentes foi de R\$ 763 (Ministério da Economia, 2019).

Desse modo, a não garantia de um salário mínimo mensal corrobora com a precarização do trabalho, diante da inovação legislativa, ferindo os princípios consolidados como direito do trabalhador, não só no âmbito da OIT e demais Convenções Internacionais, como também no campo interno constitucional e infraconstitucional jus laboral (Inácio, 2019). Outro estudo analisou a questão da estabilidade da gestante no contrato de trabalho intermitente, relacionando com outros países. A Reforma Trabalhista de 2017, ao criar a modalidade de contrato intermitente, se assemelha, em comparação com modelos

estrangeiros, ao modelo inglês, justamente aquele que menos assegura a proteção à gestante (Gunther, Lima & Neto, 2019).

Ao contrário do que ocorre nos modelos similares em Portugal, Alemanha e Itália, os quais trazem restrições ao contrato na tentativa de torná-lo menos prejudicial aos trabalhadores, o ordenamento constitucional brasileiro não permite esse tipo de interpretação, uma vez que a estabilidade da trabalhadora gestante prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) é material, e não apenas formal. O que se busca não é a mera estabilidade para que a trabalhadora possa ter ou não renda, mas sim, a efetiva renda e meios de sobrevivência (Gunther, Lima & Neto, 2019).

Em que pesem tais evidências, a conhecida fragilidade histórica-estrutural do mercado de trabalho brasileiro caminha em sentido do desmantelamento dos direitos trabalhistas historicamente conquistados (Quatrochi & Furno, 2017). É importante destacar, neste sentido, a nota realizada pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas (FENATTEL), que, dentre outros pontos, ataca a possível inconstitucionalidade do Trabalho Intermitente. A entidade alega que a norma impede o trabalhador de ingressar no programa de seguro desemprego e dificulta sua adesão ao Regime Geral da Previdência Social ao permitir remuneração inferior ao salário mínimo (STF, 2017). Portanto, a Reforma Trabalhista, ao contrário do que alegam posições favoráveis, não foi planejada para “modernizar” as relações de emprego, mas sim afastar encargos trabalhistas até então previstos na legislação, precarizando ainda mais a situação do trabalhador brasileiro (Vieira, 2018).

A pesquisa de Veras e Santos (2019) demonstra efeitos do contrato intermitente sobre o trabalho doméstico. Analisando a razão da legislação exigir o trabalho doméstico como atividade contínua prestada a partir de duas vezes semanais (Lei nº 150/2015), o contrato intermitente não pode a ele ser aplicado. Teoricamente, a modalidade traria formalização ao empregador que buscasse serviços em até duas vezes por semana, como as diaristas. Com a interpretação mais incidente do olhar econômico, o que se observa é que com a nova Reforma, se permite com que insira o empregado doméstico que não tem a proteção da Lei nº 150/2015 na nova modalidade de Trabalho Intermitente, provendo menor remuneração e segurança ao serviço doméstico já desvalorizado, sendo este um efeito contraditório ao de busca de estabilização empregatícia com o uso do modelo de Trabalho Intermitente (Veras & Santos, 2019; Carvalho, 2019).

Em relação à remuneração variável, considerando-se que o trabalho intermitente pode não alcançar o salário mínimo, percebem-se outras implicações (Villas-Boas, 2019). Se o trabalhador intermitente receber valores inferiores a um salário mínimo, ele “poderá” fazer a complementação da diferença entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo mensal, para que aquele período trabalhado conte como tempo de serviço (Silveira, 2019; Villas-Boas, 2019).

Os elementos contidos na nova reforma trabalhista (2017) prestigiam a negociação

entre as partes envolvidas (empresa e trabalhador). Contudo, de acordo com Inácio (2017), esses elementos beneficiam tão somente uma delas, a empresa. A ideologia liberal que fundamentou a nova reforma foi almejada por grandes empresários, defensores do livre mercado, sem a regulação do Estado. Alterou-se não apenas as condições de regulação do estatuto salarial, o qual diz respeito à contratação salarial precária, remuneração e intrajornada de trabalho flexíveis, mas a organização do trabalho e a base técnica da produção capitalista (Alves, 2018).

CONCLUSÕES

Analisadas as evidências disponíveis na literatura consultada, pode-se concluir que há muitos elementos que convergem para o entendimento que o trabalho intermitente é precarizado. Em síntese, a flexibilização dos direitos dos trabalhadores promove a precarização do trabalho, instabilizando a renda que pode não alcançar um salário mínimo e negociando direitos que podem comprometer o processo de benefícios previdenciários. Sob o ponto de vista reverso, o que se constata é a vantagem que empregadores tem com a nova modalidade, a qual possibilita a adequação do quadro pessoal das empresas às oscilações do mercado e da economia.

Neste viés, observam-se duas demandas: a procura de emprego e a flexibilização em contratações e na finalização de contratos. Nesse sentido, operam o conflito entre geração de emprego e a precarização do trabalho. Quanto a isso, é notável que a flexibilização do trabalho prejudica tão somente o trabalhador.

Este estudo apresentou limitações, dentre as quais destacam-se que a revisão de literatura não foi sistemática, o que permitira maior amplitude de dados e a possibilidade da replicação do método. Em que pesem os limitadores, este artigo cumpriu com seu objetivo e permitiu, ainda, desvelar a urgência de realizarem-se pesquisas empíricas, a partir da fala dos trabalhadores intermitentes.

REFERÊNCIAS

Abreu, A. S. (2017). Trabalho Intermitente: uma solução para os estabelecimentos de hospedagem e alimentação preparada. CNC, Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade. Recuperado (Cetur). Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-6787-16-reforma-trabalhista/documentos/audiencias-publicas/AlexandreSampaiodeAbreu.pdf>

Adams-Prassl, Abi. Adams-Prassl, Jeremias & Freedland, Mark R. (2015). The “Zero Hours Contract”: regulating casual work, or legitimating precarity?. *Oxford Legal Studies Research Paper*. nº 11/2015. Recuperado de: <https://ssrn.com/abstract=2507693>

Alves, C. A. (2018). Trabalho intermitente e os desafios da conceituação jurídica. *Revista Síntese trabalhista e previdenciária*. Ano XXIX – No 346.

Alves, G. (2018). A “nova informalidade” do mundo do trabalho – aspectos da reforma trabalhista no Brasil. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*.

Antunes, R. (2019). O futuro do trabalho. *Jornal Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/29/trabalho-precario-intermittente-e-a-antessala-do-desemprego-diz-ricardo-antunes/>

Araújo, E. M. C. (2018). O contrato de trabalho intermitente: um novo contrato?. *Revista TST, São Paulo*.

Brasil (2017). Lei No 13.467, de 13 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-13467-2017.htm>

Carvalho, M. (2019). O que muda na Reforma Trabalhista para o Empregado Doméstico. Instituto de Direito Real. Disponível em: <https://direitoreal.com.br/artigos/empregado-domestico>

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). (2020). Brasil cria 644 mil novos postos de trabalho em 2019. Ministério da Economia. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/01/brasil-cria-644-mil-novos-postos-de-trabalho-em-2019>

Creswell, J. W. (2014). *Investigação Qualitativa & Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). (2020). Boletim Emprego em Pauta – Número 14. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta14.pdf>

Figueiras, V. A., Lima, U. M., & Souza, I. F. (2019). Os impactos jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas. *Caderno CRH*. UFBA <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30731>

Gunther, L. E., Lima, P. L. S., Neto, F. S. (2019). Estabilidade da gestante no contrato de trabalho intermitente. *Revista Relações Internacionais do Mundo Atual*. Curitiba/PR. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/3928/371372258>

Inácio, H. C. P. (2019). Lei 13.467/17 e o contrato intermitente: precarização e (des)construção das condições de trabalho. *Conteúdo Jurídico*. Brasília-DF.

International Labour Organization (ILO) (2019). *Work a brighter future: global commission on the future of work*. Geneva: ILO. 78 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---cabinet/documents/publication/wcms_662410.pdf

Lacaz, F. A. De C. (2019). A (Contra) Reforma Trabalhista: lei 13.467/2017, um descalabro para a Saúde dos Trabalhadores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(3), 680. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018243.01452019>

Mandarini, M. & Sticca, M. G. (2019). Fatores de risco psicossocial relacionados ao estresse em trabalhadores terceirizados: uma revisão. *Revista Psicologia em Pesquisa*. doi: <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2019.v13.23723>

Ministério da Economia. (2019). Nível de Emprego Formal Celetista. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/images/ftp/novembro2019/nacionais/2-apresentacao.pdf>

Moraes, R., T. (2018). *Análise Crítica da Reforma Trabalhista*. Conteúdo Jurídico, Brasília – DF. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51716/analise-critica-da-reforma-trabalhista>

Nogueira, E. D. S. A. (2017). O contrato de trabalho intermitente na reforma trabalhista brasileira: contraponto com o modelo italiano. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*: N, 51. <https://hdl.handle.net/20.500.12178/125435>

Orsi, R., & Pereira, L. (2018). *Direito individual do trabalho. Principais Alterações: trabalho intermitente*. Know-how Editorial.

Quatrochi, G., Furno, J. (2017). Trabalho intermitente, prejuízos perenes: o que é e como pode nos afetar. *Revista Instituto Humanitas Unisinos*.

Ramalho, J. R., Santos, R. S. P., & Rodrigues, I. J. (2019). Mudanças na legislação trabalhista, sindicato e empresas multinacionais. *Caderno CRH*, 32(86), 343-359. Epub October 10, 2019. <https://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30668>

Silva, M., A. (2019). The impact of the economic crisis on labor rights in Brazil. *Revista Katálysis*, 22(2), 252-272. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p252>

Silveira, K. C. (2019). Contrato Intermitente: Receita Federal regulamenta a contribuição à previdência. *O Direito do Trabalho e Mundo Contemporâneo – UFRGS. Migalhas*. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/298202/contrato-de-trabalho-intermitente-receita-federal-regulamenta-a-contribuicao-a-previdencia>

Soares, L. F. (2018). *A reforma trabalhista e a terceirização: realidade e polêmica do tema*. UniEvangélica. Anápolis.

Supremo Tribunal de Justiça (STF). (2017). Nova ADI questiona trabalho intermitente instituído pela Reforma Trabalhista. ADIN nº 5829. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=363898&caixaBusca=N>

Veras, A. L. C., Santos, V. E. da S. (2019). Os efeitos do contrato intermitente sobre o trabalho doméstico como incentivo ao subemprego e informalidade. *Research, Society and Development*, 8(7), 49871163. doi:10.33448/rsd-v8i7.1163

Vieira, R. L. (2018). Os desafios do trabalho intermitente à luz da reforma trabalhista. *Revista Jus Navigandi*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70232>. Acesso em: 30 jun. 2020

Villas-Boas, E. R. (2019). O contrato de trabalho intermitente: prejuízos previdenciários. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – Centro Universitário de Ourinhos – Unifio. Disponível em: <https://cic.unifio.edu.br/anaisCIC/anais2019/pdf/07.03.pdf>

ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS PELA FUNDAÇÃO CASA À LUZ DA TEÓRIA DE WINNICOTT

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 08/11/2021

Alex Pereira de Sousa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”

Presidente Prudente/SP

<http://lattes.cnpq.br/8971090499452737>

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo a análise das Normas Socioeducativas aplicadas pela instituição Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, popularmente conhecida como Fundação CASA. Para tanto, contar-se-á com uma varredura bibliográfica, tendo como alicerce as medidas impostas aos menores infratores, em seu capítulo IV, que trata da internação, contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste sentido, será investigado conceitos que darão suporte teórico à pesquisa, conforme se segue: 1. O conceito de Privação, adotado por Donald Wood Winnicott, numa tentativa de se justificar pela psicanálise as condutas antissociais e a figura da identidade delinquente; 2. A delinquência, também adotado pelo mesmo autor, no intuito de identificar os processos de (re)constituição do sujeito que se (re)constrói diante das muralhas; e 3. A ressocialização proposta pela instituição através do ordenamento jurídico do ECA. Por fim, seguir-se-á uma breve análise das normas aplicadas por esta instituição, observando-se como cada artigo se comporta diante da ausência de uma

figura do eixo familiar que suporte a identidade do menor infrator e como as especificidades destas normas não são sustentadas pelo menor em virtude das relações de poder atribuídas pela figura do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, delinquência, privação.

ANALYSIS OF SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES APPLIED BY THE CASA FOUNDATION IN LIGHT OF WINNICOTT'S THEORY

ABSTRACT: The research aims to analyze the Socio-Educational Norms applied by the institution Fundação Centro de Atendimento Socio-educativo ao Adolescent, popularly known as Fundação CASA. For that, there will be a bibliographic review, based on the measures imposed on minor offenders, in chapter IV, which deals with hospitalization, contained in the Statute of Children and Adolescents. In this sense, concepts that will theoretically support the research will be investigated, as follows: 1. The concept of Deprivation, adopted by Donald Wood Winnicott, in an attempt to justify antisocial behavior and the figure of delinquent identity through psychoanalysis; 2. Delinquency, also adopted by the same author, in order to identify the processes of (re)constitution of the subject who (re)constructs himself in front of the walls; and 3. The resocialization proposed by the institution through the legal system of the ECA. Finally, there will be a brief analysis of the rules applied by this institution, observing how each article behaves in the absence of a family axis figure that supports the identity of the minor

offender and how the specificities of these rules are not supported by the minor by virtue of the power relations attributed by the figure of the State.

KEYWORDS: Education, delinquency, privation.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi fruto de uma experiência interlocutória entre os pensamentos do psicanalista Winnicott – especialmente contidos em seu livro *Privação e delinquência* – e o ordenamento jurídico contido no teor das medidas socioeducativas, as quais são aplicadas pela Fundação CASA, expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Tenho como objetivo demonstrar uma análise destas normas aplicadas por esta instituição, sobretudo do ponto de vista psicanalítico, tendo como base um dos pensadores mais relevantes no assunto em tela, Donald Winnicott, que teve vasta pesquisa na área. Seus conceitos influenciaram e continuam influenciando outros pensadores, realizando diagnósticos notáveis diante do papel exercido pelo Estado sobre os indivíduos que cumprem medida de internação, bem como as relações entre eles.

As medidas socioeducativas abordam amplamente um possível processo de ressocialização que contemplam situações que podem ser vivenciadas tanto dentro da instituição quanto fora dela, e é por isso que, nesta pesquisa, optei por trabalhar tão apenas com a secção VII, que trata exclusivamente da aplicabilidade destas normas impostas aos menores infratores que ficam sujeitos à medida de internação na Fundação CASA.

Nota-se no desenrolar da pesquisa que, em determinado momento, a psicanálise aplicada pelo autor é retomada por mim, mas não como uma forma de pôr à prova seus ensinamentos ou como reforço crítico feito pelo autor, nem mesmo defendendo-a como tese incontestável, mas para tentar dar um entendimento sistemático e um desencadeamento pedagógico para o assunto, relacionando os conceitos primordiais adotados por Donald Wood Winnicott, numa provável fundamentação teórica para a constituição e percepção do sujeito delinquente.

Informo ainda, para que não haja dúvidas sobre a metodologia adotada, que sequencialmente as explanarei através de secções fragmentadas, mas nem por isso desarticuladas, mapeando um desenrolar teórico para a pesquisa, perfazendo um número total de três secções, finalizando-a com uma interação entre as partes do trabalho mediante os debates e discussões.

Na secção I darei uma rápida explicação sobre a Fundação CASA, bem como o porquê de seu surgimento e sua trajetória histórica, tendo como intuito uma breve explanação sobre os motivos que levaram o surgimento da instituição e sua função social.

Na seção II, prossigo com um detalhamento sobre as medidas impostas aos menores infratores, de acordo com o regimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

E, por fim, na secção III finalizo com o conceito de privação, adotando-se como base

teórica a obra de Donald Wood Winnicott, em seu livro *Privação e Delinquência*, o qual dará um maior entendimento sobre o porquê dos adolescentes serem acometidos de tal fragilidade emocional que os direcionam para um desvio de conduta chamada pelo autor como conduta antissocial, o que, em muitas das vezes, os levarão ao cárcere.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A fundação casa

A Fundação CASA/SP (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), anteriormente chamada de FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), é uma autarquia fundacional, uma pessoa jurídica de direito público, criada pelo Governo do Estado de São Paulo¹. Sua função é executar as medidas socioeducativas impostas aos menores infratores, estabelecidas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Na Fundação CASA, eles podem cumprir pena de reclusão até no máximo a idade de 21 anos completos.

A organização desta instituição no âmbito do Estado de São Paulo tem como objetivo aplicar as normas da política do bem-estar do menor, assim como promover estudos e planejar soluções. (<http://www.saopaulo.sp.gov.br/orgaos-e-entidades/fundacoes/fundacao-casa/>, disponível em 18/10/2018)

O lócus desta instituição se concentrava na capital paulista, o que, realmente, era um inconveniente para os adolescentes, que ficavam distantes de suas famílias. Houve, após algum tempo, um sistema de descentralização do poder desta instituição, com o objetivo de realizar atendimentos aos adolescentes próximos às suas famílias, o que veio possibilitar menor índice de reincidência, bem como uma redução considerável no número de rebeliões. Esta descentralização a levou a um atendimento totalmente municipalizado em 2010, sendo supervisionada pela Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social.

Desta forma, no que tange aos menores infratores, os adolescentes que cumprem medida de internação estão respaldados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como explicado anteriormente, e que a medida de internação está prevista em seu capítulo IV, especificada dentro das medidas socioeducativas. Os artigos que contemplam as medidas de internação, considerada a mais severa por se tratar de medidas que visam a privação da liberdade do menor, vão do 121 ao 125, e estão compreendidos na Seção VII do capítulo IV do ECA.

Darei, nos próximos parágrafos, uma breve explanação sobre esses artigos, considerados de maior relevância para a pesquisa, na tentativa de melhor formalizar a compreensão destas normas, que apesar de serem poucas, possuem enormes problematizações acerca da internação do adolescente infrator, conforme veremos adiante.

¹ Leitura feita a partir de um acervo penitenciário no Estado de São Paulo.

2.2 As normas socioeducativas

As normas socioeducativas² são caracterizadas por serem medidas impostas aos menores infratores como forma de ressocialização e readaptação do indivíduo ao convívio social. Retomando o que foi explanado anteriormente, estas medidas estão caracterizadas no artigo 112 da seção VII do capítulo IV do ECA.

Fica sujeita à autoridade competente o direito da aplicabilidade destas normas, mediante verificação comprovada de ato infracional. Neste caso, a pressuposição da existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração são condições inexoráveis na imposição destas medidas, como caracterizado em seu artigo 114.

As medidas podem ser impostas seguindo, de forma ordenada, as seguintes características: a partir da advertência, que é a obrigação de reparar o dano por parte do autor do fato; a prestação de serviços à comunidade; a liberdade assistida; a inserção de regime de semiliberdade; e, por fim, a internação propriamente dita, que, diga-se de passagem, pode ser considerada a mais complicada, e a que, aqui nesta pesquisa, merecerá maior atenção, por se tratar de medida de privação de liberdade.

Como esclarecido no parágrafo anterior, retomarei as medidas impostas pela internação, as quais estão divididas em cinco artigos, dirigidos entre o 121 ao 125, os quais serão abordados neste momento.

É importante deixar claro que, estas normas socioeducativas retomam uma ideia fundamentada, por vezes, em princípios que tendem a um respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, como bem explicado no artigo 121.

Por sua vez, fica viável ressaltar que conforme demonstra o capítulo 122, as medidas de internação só poderão ser impostas diante de infrações cometidas com grave ameaça, e isso precisa realmente ser bem caracterizado, caso contrário as normas e medidas não serão aplicadas.

A instituição que manterá o adolescente internado, no caso do Estado de São Paulo, é a Fundação CASA, o que é determinado pelo artigo 123, que além de especificar a exclusividade de uma entidade direcionada para abrigar o menor, orienta ainda que os adolescentes deverão estar separados por idades, além de serem resguardadas suas integridades físicas.

Por se tratar de uma medida de privação de liberdade, orienta o artigo 124 alguns direitos ao adolescente quanto ao peticionamento de forma direta a qualquer autoridade, bem como o direito de conversar com seu defensor reservadamente e o de ser entrevistado pelo Ministério Público, pessoalmente.

Além dessas, destaco algumas de maior relevância que as demais, não descaracterizando as anteriores, como se segue: o respeito à dignidade da pessoa humana, o recebimento de visitas semanais (no mínimo), o de ser alojado em local próximo à sua

² As normas socioeducativas fazem parte do Estatuto da Criança e do Adolescente e pode ser localizado no preâmbulo das leis do Ministério da Justiça. Encontra-se anexada ao fim desta pesquisa.

família, bem como realizar participação em atividades culturais, esportivas e de lazer, além de receber assistência religiosa de acordo com a crença de cada adolescente.

E, por fim, o artigo 125, o qual contempla a obrigatoriedade do Estado em zelar pela integridade física e mental dos internos, devendo esta entidade adotar medidas que sejam adequadas e eficazes no que for pertinente à segurança e contenção deste menor.

De forma abrangente, nota-se no teor destas medidas que existe uma preocupação em zelar pelos restabelecimentos de afetos familiares do menor, ainda que a internação constitua medida privativa de liberdade, mas que está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, no caso, o adolescente.

As normas estabelecidas pela Fundação CASA são fundamentadas em critérios que objetivam garantir o respeito e a dignidade ao jovem infrator, como especificado na Seção VII, em seu artigo 121, onde consta: “A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

Não obstante, a fragilização dos vínculos do jovem está patente nos próprios instrumentos normativos do Estado. Ainda que o capítulo IV, Seção VII, artigo 124, inciso VII deixe claro que o menor infrator, durante a internação, tenha direito de receber visitas, ao menos semanalmente, e que possa corresponder-se com seus familiares e amigos, como determina o inciso VIII, o rompimento do laço com a mãe, embora não seja, a princípio, quebrado, fica pouco contemplado e, tendencialmente, é fragilizado com a pequena participação dos pais no dia a dia do menor internado na Fundação CASA.

Na próxima seção, demonstrarei como a psicanálise tende a dar uma explicação plausível em relação aos sujeitos acometidos por essa vulnerabilidade social, o que será explicado de acordo com teorias que contemplem alguns conceitos específicos, como é o caso da privação, muito fundamentado por Donald Wood Winnicott em sua obra *“Privação e Delinquência”*. Neste livro, o autor faz boas referências e verificações quanto ao comportamento antissocial, o qual pode ser observado desde a infância e motivado por questões emocionais não bem elaboradas pelo indivíduo.

Nesta situação, vale ressaltar que a delinquência é um dos muitos problemas que irá atingi-los, numa forma de tentativas desesperadas de reivindicações de afeto, o que veremos no desenrolar desta pesquisa e notadamente na próxima seção, que tratará do perfil afetivo e emocional do delinquente na visão de Donald Wood Winnicott. Logo após, darei entrada nos argumentos filosóficos que percorrem essas medidas, tentando relacioná-los com os conceitos de poder e subjetivação em Michel Foucault.

2.3 As condutas antissociais segundo a psicanálise

Falar sobre a Fundação CASA e as medidas impostas aos menores infratores requer, antes de tudo, uma breve observação quanto aos fundamentos teóricos que possam dar

explicações que caracterizem, de fato, o papel do indivíduo acometido por desvios sociais de conduta, e que, por vezes, acabam ingressando em instituições de recuperação.

O conceito de delinquência está diretamente ligado ao indivíduo submetido a comportamentos emocionais caracterizados por desvios de condutas sociais e, essencialmente, constituído por crimes em pequena escala. (WINNICOTT, 2000)

Além dos aspectos éticos e morais, e até mesmo de justificativas socioeconômicas devido a uma crise contemporânea, é conveniente que se tenha em mente que para a psicanálise, sobretudo a *winnicottiana*, toda forma de desvio de conduta está amparada em justificativas que atentam para uma infância, de certa forma, prejudicada do ponto de vista dos afetos e das emoções.

Na maioria das vezes, os sujeitos que por algum motivo tiveram fragilizados seus vínculos afetivos durante a infância, irão manifestar certas ocorrências de desvios comportamentais e de conduta atribuídas a um desejo incessante de reconciliação com figuras contidas no centro familiar ou mesmo de sujeitos próximos, o que poderá ser observado adiante.

E, para tanto, recorro à figura do psicanalista Donald Wood Winnicott, o qual desenvolveu pesquisas relevantes que deram singelas contribuições à ciência, na tentativa de explicar o porquê de adolescentes que se mostravam com aparentes normatizações de conduta se reclinavam para alguns desvios comportamentais. Foi neste aspecto que Winnicott analisou crianças em momentos traumáticos, sobretudo no pós-guerra, fundamentando algumas teorias em seu livro *Privação e Delinquência*.

Winnicott nasceu na Inglaterra, formou-se em medicina e manteve seus estudos direcionados à pediatria e à psicanálise, retomando algumas vertentes dos ideais freudianos por um lado, e introduzindo novos conceitos, por outro. Teve alguns seguidores, em especial a psicanalista Melanie Klein. (DIAS, 2002)

O conceito que trago nesta pesquisa, que considero como fundamental para um entendimento sobre o assunto, que é a análise das medidas socioeducativas aplicadas pela Fundação CASA, está fundamentado na teoria da privação. Para Winnicott (2000), a privação estaria condicionada a uma falta de uma figura muito importante representada na criança, em especial à figura materna. É, durante esta carência, que as crianças podem vir a desenvolver problemas futuros relacionados à conduta social, ao que Winnicott chamou de condutas antissociais.

Ainda para Winnicott (2000, pág. 409), a tendência antissocial estaria caracterizada por um elemento que compele o ambiente a tornar-se importante. Os impulsos inconscientes obrigariam o indivíduo a encontrar alguém que se encarregue de cuidar dele. Veja que aqui se encontra um dos fundamentos de sua teoria, uma vez que está bem caracterizado a importância de se ter ao lado deste indivíduo alguém que suporte seus traumas, seus anseios e suas fobias.

Nesse contexto, o autor aponta como fundamental ao desenvolvimento emocional e

especialmente a crianças e jovens que apresentem condutas antissociais ou delinquentiais um bom vínculo afetivo, especialmente com as figuras materna e paterna, ou a alguém que a ele atribua os mesmos referenciais.

Esta tendência seria uma tentativa de estabelecer uma reivindicação de amor e cuidados dirigidos à mãe, ao pai ou a outras pessoas próximas, mas que não é assumida, enquanto tal, pela criança ou pelo jovem e acaba por se expressar de forma transfigurada. (WINNICOTT, 2012, p. 295)

O autor revela também que, os indivíduos com este tipo de tendência estão, na verdade, norteados por uma constante espera de algo que ainda não se concretizou, ao qual ele atribui explicitamente a palavra esperança. Diante de tal afirmativa, Winnicott (2000, p. 409) revela:

“A tendência antissocial implica em esperança. A falta de esperança é a característica central da criança *de-privada* que, obviamente, não é antissocial o tempo todo. Nos momentos de esperança, a criança manifesta a tendência antissocial. Isto pode ser desconfortável para a sociedade.”

É importante ressaltar que a tendência à prática de rotinas que vão contra às normas sociais, não é um fato típico que pode ser diagnosticado por um tipo de neurose³ ou psicose⁴, mas que, para Winnicott (2000), pode ser encontrada em qualquer tipo de situações, tanto em indivíduos normais quanto em indivíduos neuróticos. Neste caso, esclarece o autor que:

A afirmação de que uma criança saudável poderia ser inteiramente compreendida com base no estudo das neuroses e de suas origens seria absurda. Não tão absurda, entretanto, seria a afirmação de que estudar uma criança saudável, presumindo-se um desenvolvimento inicial saudável, um bom caminho seria através do estudo da formação de sintomas neuróticos. O motivo é que as defesas organizadas na neurose apontam o caminho para a ansiedade, que não apenas se encontra por trás do sintoma neurótico, mas também fornece a força e a qualidade das manifestações da saúde. WINNICOTT (1990, p. 55)

A peculiaridade do ato de delinquir está profundamente entrelaçada à ação de roubar. O roubo, segundo Winnicott (2000, p. 411), “localiza-se no centro da tendência antissocial, juntamente com seu correlato, o mentir. Crianças que praticam roubo têm como regra o hábito de esconder a verdade”, seja para disfarçar a realidade, seja para que esta realidade mais profunda, do ponto de vista psicanalítico, não seja exposta para a sociedade. (WINNICOTT, 2012, p. 142). Segue o autor:

A manifestação da conduta antissocial inclui roubo, mentira, incontinência e, de modo geral, uma conduta desordenada, caótica. Embora cada sintoma tenha seu significado e valor específico, o fator comum para o meu propósito de tentar descrever a tendência antissocial é o valor de incômodo dos

3 Neurose – Cada um de vários tipos de distúrbio emocional cuja característica principal é a ansiedade, e em que não se observam nem grandes distorções da realidade externa, nem desorganização da personalidade.

4 Psicose – Psicopatia que se manifesta por acessos, que se alternam, de excitação psíquica e de depressão psíquica.

sintomas. Esse valor de incômodo é explorado pela criança e não é um caso fortuito. Boa parte da motivação é inconsciente, mas não necessariamente toda ela.

Ainda segundo o autor, os primeiros sinais de *de-privação*⁵ são tão comuns que passam por diversas vezes por uma vaga sensação de normalidade, tendo como exemplo típico, a tirania comportamental assumida por algumas crianças, enfrentada pelos pais, misturados num processo de reação e submissão.

Para o autor, um sintoma antissocial muito comum é a *avidez*⁶ estreitamente relacionada à inibição de apetite. Ao estudar a avidez, de fato, será encontrado o complexo de privação (WINNICOTT, 2012, p. 143). “A avidez é parte da compulsão do bebê para buscar uma cura por parte da mãe que causou a privação. Essa avidez é antissocial: é a precursora do furto e pode ser atendida e curada pela adaptação terapêutica da mãe”, tão facilmente confundida com excesso de mimo.

Em qualquer enunciado sobre o desenvolvimento infantil, certos princípios são considerados pontos específicos. “Os processos de maturação são responsáveis pela formação da base do desenvolvimento da criança”, tanto em psicologia quanto em anatomia e fisiologia. (WINNICOTT, 2012, p. 112)

Dos muitos estágios que foram descritos por Freud e pelos psicanalistas que os seguiram, deve ser destacado um que envolve o uso da palavra fusão. Para Winnicott (2012, p. 113), “trata-se da realização do desenvolvimento emocional em que o indivíduo experimenta pulsões eróticas e agressivas em relação ao mesmo objeto, ao mesmo tempo”. No aspecto erótico, acaba havendo uma busca por satisfação e por uma busca do objeto. Porém, em relação ao aspecto agressivo, há na maioria das vezes um complexo de raiva, empregando erotismo muscular e ódio.

Em certa medida, explica ainda o autor, é tarefa de pais e professores, leia-se neste caso, educadores e todos aqueles que colaboram para uma ressocialização do indivíduo, cuidar para que crianças e jovens nunca se vejam diante de uma autoridade tão fraca a ponto de ficarem livres de qualquer controle ou, por medo, assumirem elas próprias a autoridade.

Finalmente, toda a agressão que não é negada, e pela qual pode ser aceita a responsabilidade pessoal, será aproveitável para dar força ao trabalho de reparação e restituição. “Por trás de todo jogo, trabalho e arte está o remorso inconsciente causado pelo dano na fantasia inconsciente, e um desejo também inconsciente de começar a corrigir as coisas”. (WINNICOTT, 2012, p. 101)

Sendo assim, a relação existente na personalidade desviada para uma conduta antissocial deverá ser satisfeita no momento em que este indivíduo estiver cumprindo suas terapêuticas junto às instituições que o os acolhem. Neste sentido, o papel do Estado nas

5 De-privação é para Winnicott a falta da figura materna, com um diferencial da privação, pois, neste último caso, a criança já experiencia essa ausência desde o seu nascimento.

6 A avidez é caracterizada por uma ansiedade ou por um desejo ardente e imoderado.

normatizações de regras e medidas que satisfaçam essa rotina de trabalho, puramente emocional, poder ser relevante para uma absorção e reingresso do indivíduo à sociedade.

É, portanto, essencial que as normas aplicadas pela Fundação CASA estejam atentas ao bom (re)convívio do adolescente ao seio social e familiar. Porém, se para Winnicott a figura materna ou outra figura que desempenhe o papel de assegurar fortalecimento para este indivíduo não esteja presente no cotidiano de suas rotinas, provavelmente este mesmo indivíduo também não terá um bom aproveitamento dessas medidas impostas durante sua internação.

Na próxima seção será realizada uma pesquisa teórica acerca do funcionamento infraestrutural de instituições regidas pelo Estado que têm como fundamento a constante disciplina e os rigores da vigilância, caracterizada por conterem exacerbadas rotinas que implicam imposições de comportamentos empoderados, no intuito de manipular indivíduos e corpos, os quais deverão estar à mercê das vontades dos seus dominantes, o que influenciará as relações de um com o outro e até mesmo entre as imposições dessas medidas com os indivíduos entre si, formando identidades que irão surgir a partir de certos modelos de subjetivação segundo as teorias de Foucault.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa teve natureza bibliográfica e adotou como material de investigação o Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente em relação ao seu capítulo IV, que trata dos sujeitos submetidos às normas socioeducativas, bem como o livro de Winnicott, *Privação e delinquência*, com base em cuja perspectiva as medidas socioeducativas previstas em nosso ordenamento jurídico são analisadas e problematizadas.

4 | DEBATES E DISCUSSÕES

A partir das leituras, depreende-se que, apesar das normas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente estarem inseridas num contexto de readaptação do adolescente, conforme dispõe o Capítulo IV, Seção VII, entre os artigos 121 e 125, que trata da Internação, não está garantido aquilo que Winnicott aponta como fundamental ao desenvolvimento emocional e especialmente a crianças e jovens que apresentem condutas antissociais ou delinqüenciais: um bom vínculo afetivo, especialmente com as figuras materna e paterna. Para Winnicott (2012, p. 295), a tendência antissocial é uma tentativa de estabelecer uma reivindicação de amor e cuidados dirigidos à mãe, ao pai ou a outras pessoas próximas, mas que não é assumida, enquanto tal, pela criança ou pelo jovem e se expressa de forma tranfigurada por meio de condutas antissociais. As normas estabelecidas pela Fundação CASA são fundamentadas em critérios que objetivam garantir o respeito e a dignidade ao jovem infrator, como especificado na Seção VII em seu artigo 121, onde diz que “A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita

aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Não obstante, a fragilização dos vínculos do jovem está patente nos próprios instrumentos normativos do Estado. Ainda que o capítulo IV, Seção VII, artigo 124, inciso VII deixe claro que o menor infrator, durante a internação, tenha direito de receber visitas, ao menos semanalmente e que possa corresponder-se com seus familiares e amigos, como determina o inciso VIII, o rompimento do laço com a mãe, embora não seja, a princípio, quebrado, fica pouco contemplado e, tendencialmente, é fragilizado com a pequena participação dos pais no dia a dia do menor internado na Fundação CASA.

5 | CONCLUSÃO

Conclui-se, preliminarmente, que, em relação à análise feita pelas leituras dos documentos normativos sobre a internação de adolescentes na Fundação CASA, as normas socioeducativas são ineficazes no processo de ressocialização do indivíduo, pois deixam falhas durante a reprimenda, apesar de estarem pautadas nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente. As condutas antissociais estão ligadas a fatores de privação e a perda da figura materna durante a internação na Fundação CASA tende a provocar danos ao adolescente em seu equilíbrio e desenvolvimento emocional, bem como não cumpre os objetivos a que se propõe, nomeadamente, a ressocialização, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Capítulo IV, Seção VII**, 1990.

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/orgaos-e-entidades/fundacoes/fundacao-casa/>, disponível em 18/10/2018

Winnicott, D. W. **Privação e delinquência**. Martins Fontes, São Paulo. 2012.

CAPÍTULO 16

A UMBANDA E O CANDOMBLÉ NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A SUA RELAÇÃO RACIAL

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 12/11/2021

Francisco Rangel dos Santos Sá Lima

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Letras e Artes
Mossoró – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/4815513502932967>

Cícero Nilton Moreira da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Geografia
Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/3089186720597223>

RESUMO: Este estudo tem o objetivo de historiar, brevemente, o surgimento das mais importantes religiões afro-brasileiras, a saber: Candomblé e Umbanda, bem como discutir a respeito das práticas de intolerância contra elas, erroneamente vinculadas à origem africana e à suposta superioridade cristã/europeia. A intolerância religiosa verificada no Brasil desvela uma enorme contradição no que tange a sua essência como país democrático, que, em tese, assume o estatuto jurídico da liberdade religiosa, de consciência e de expressão, como assegura a Constituição de 1988. Embora o Brasil muito deva aos africanos que aqui chegaram e fizeram parte da formação de nosso país, a afirmação da identidade negra ainda enfrenta enormes obstáculos, principalmente no que tange à religião (ORO; BEM, 2008). Para desvelarmos as razões pelas quais vigora esta intolerância,

embasamo-nos, principalmente, em estudos que se debruçam sobre a religiosidade afro-brasileira, que nortearam nosso olhar nessa discussão preliminar. Para configurar nossa revisão bibliográfica, desse modo, nos valem de Mattos (2007), Oro & Bem (2008), Prandi (2003, 2004), Nascimento (2010), Rocha (2011) e Campos (2013). Os resultados da nossa pesquisa indicam que ainda são grandes os desafios a serem enfrentados pelos praticantes de religiões afro-brasileiras no que concerne à liberdade religiosa, considerando que, no caso das religiões afro-brasileiras, a discriminação/demonização tem razão racial.

PALAVRAS-CHAVE: Religiões de matrizes africanas; Intolerância; Raça.

UMBANDA AND CANDOMBLÉ IN BRAZIL: A DISCUSSION ON RELIGIOUS INTOLERANCE AND ITS RACIAL RELATIONSHIP

ABSTRACT: This study aims to shortly chronicle the emergence of the most important Afro-Brazilian religions, namely, “Candomblé” and “Umbanda”, as well as to discuss about the intolerance practices against them, which are mistakenly linked to African origin and alleged Christian/European superiority. The confirmed religious intolerance reveals a huge contradiction regarding its sense as a democratic nation, which, in theory, assumes the legal status of religious freedom, conscience and expression, as guaranteed by the 1988 Federal Brazilian Constitution. Despite the fact that Brazil owes a lot to the African People, who arrived here

and were part of the establishment of our country, the affirmation of black identity still faces tremendous barriers, especially with regard to religion (ORO; BEM, 2008). In order to unveil the reasons why such intolerance prevails, we ground ourselves, mainly, on studies that focus on Afro-Brazilian religiosity, which guided our view in the first place. In order to configure our literature review, we made use of Mattos (2007), Oro & Bem (2008), Prandi (2003, 2004), Nascimento (2010), Rocha (2011) and Campos (2013). The results of our research point that the challenges to be faced by the practitioners of Afro-Brazilian religions relating to religious freedom are still enormous, considering that, in the case of Afro-Brazilian religions, discrimination and demonization have a racial background.

KEYWORDS: African Matrix Religions; Intolerance; Race.

1 | INTRODUÇÃO

A intolerância religiosa verificada no Brasil desvela uma enorme contradição no que tange a sua essência como país democrático, que, em tese, assume o estatuto jurídico da liberdade religiosa, de consciência e de expressão, como assegura a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Embora o Brasil muito deva aos africanos que aqui chegaram e fizeram parte da formação de nosso país, a assunção da identidade negra ainda enfrenta enormes obstáculos, principalmente no que concerne à religião (ORO; BEM, 2008).

Desde o início da colonização dos países africanos, a demonização dos rituais autóctones foi utilizada como forte arma de dominação, que, aliada à errônea ideia de primitivismo de suas expressões religiosas, reforçava uma deturpada justificação da exploração imposta do branco sobre o negro. No século XIX, legitimaram-se as teorias acerca desse espúrio primitivismo, com a emergência da concepção “evolucionista” da religião, que, em detrimento da África, deu azo a sua partilha entre as nações europeias (CANTARELA, 2013).

Os intelectuais (médicos e psiquiatras, principalmente, mas também jornalistas e escritores) que defenderam essa concepção, no final do século XIX e início do século XX, corroboraram para legitimar os preconceitos raciais do branco em relação ao negro, estendendo-os a tudo que os toca (ORO; BEM, 2008).

Sobrevivendo à contemporaneidade, tal intolerância religiosa acarreta forte estigmatização dos praticantes de cultos afro-brasileiros, influenciando na sua autoestima, na assunção da sua identidade étnica e do seu pertencimento religioso, por conta do medo de serem vítimas de preconceito. Vale ressaltar que declarar-se como fiel de determinada religião afrodescendente é “colocar-se numa esfera de não reconhecimento e aceitabilidade social” (ROCHA, 2011, p. 7). A intolerância religiosa provoca, pois, traumas emocionais profundos nos indivíduos de que são vítimas, sendo “desumanizadora para o indivíduo que a sofre, como o é para quem a pratica” (ROCHA, 2001, p. 4).

Se ainda presenciamos agressões verbais e físicas, cerceamentos e restrições contra os praticantes de quaisquer religiões na atualidade, é uma prova da nossa inabilidade de aceitar o outro, o diferente, aquele que representa a contrariedade de nossas

crenças, as quais, por nossa inflexibilidade injustificável, julgamos absolutas, tais como axiomas, verdades universais. A adoção do caráter racial da intolerância é uma das mais desprezíveis faces do racismo brasileiro, que resiste intacto ao decorrer da história. No entanto, a harmonia entre as distintas religiões “é exigência para a convivência digna entre os povos, entre as culturas, entre as nações e entre os cidadãos” (ROCHA, 2011, p. 3).

Assim, o presente estudo tem o fito de historiar o surgimento das mais importantes religiões afro-brasileiras, a saber, Candomblé e Umbanda, discutir a razão dos preconceitos que vigoram contra elas ao longo da história e assumir sua resistência intrínseca. Neste sentido, nos interessa levantar a questão da demonização dessas religiões, uma vez que o critério determinante da discriminação se assenta, antes de tudo, na origem africana.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdutória e das referências bibliográficas, ao final. Na seção “Metodologia”, apresentamos a abordagem, o método e o recorte teórico; na seção “O surgimento da umbanda e do candomblé no Brasil”, fazemos um breve histórico do surgimento das mais importantes religiões brasileiras; na seção “A estrutura dos terreiros de umbanda e candomblé”, apresentamos, sucintamente, a estrutura e a hierarquia dos terreiros de umbanda e candomblé; e, por último, na seção “Conclusão”, apresentamos nossas considerações finais, decorrentes do estudo empreendido.

2 | METODOLOGIA

Recorremos a uma pesquisa bibliográfica para historiar o surgimento das mais importantes religiões afro-brasileiras, a saber: Candomblé e Umbanda, bem como para discutirmos a respeito das práticas de intolerância contra elas, erroneamente vinculadas à origem africana e à suposta superioridade cristã/europeia, em uma análise de abordagem qualitativa. Segundo Silveira & Córdova (2009), “(...)a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”, na qual o pesquisador, “sujeito e objeto da pesquisa”, pretende “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”, valendo-se de distintas abordagens (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31). Para tecermos nossa discussão preliminar, assim, valemo-nos, principalmente, de estudiosos que se debruçam sobre a religiosidade afro-brasileira, tais como: Mattos (2007), Oro & Bem (2008), Prandi (2003, 2004), Rocha (2011) e Campos (2013), configurando o recorte teórico da nossa revisão de literatura.

3 | O SURGIMENTO DA UMBANDA E DO CANDOMBLÉ NO BRASIL

Antes de iniciarmos um breve percurso histórico, é mister asseverarmos o caráter eminentemente sincrético das religiões de matrizes afro-brasileiras. Ao chegarem ao Brasil, os diversos grupos étnicos originários da África tiveram de ser convertidos ao credo católico.

Suas práticas religiosas, consideradas arcaicas pelos dominadores, eram, sob prescrições do Estado e da Igreja, reprimidas. A conversão à religião do senhor era obrigatória, de forma que o surgimento das primeiras manifestações religiosas de matrizes africanas no Brasil coincidiu com o período em que o catolicismo era a única religião tolerada no país, a oficial.

Em tentativa de manter sua religiosidade, os praticantes engendraram uma ressignificação dela por meio “da assimilação com os santos católicos” (NASCIMENTO, 2010, p. 926), uma vez que o sincretismo ao qual nos referimos provém de “um confronto de valores luso e afro-brasileiros e não como uma fusão de elementos diferenciados. É uma criação, uma construção do novo” (SIQUEIRA, 2009 *apud* CAMPOS, 2013, p. 20).

O sincretismo, por meio do qual houve a possibilidade do desenvolvimento das religiões de matrizes africanas, emergiu do “contínuo processo de negociação entre os participantes e de aproximações existentes nas relações entre negros, brancos e índios”, de modo que havia semelhanças entre as religiões, como, por exemplo, “a devoção a entidades intercessoras, aspectos mágicos que envolvem essa devoção e outros” (NASCIMENTO, 2010, pp. 939-940).

Além disso, conforme atestam os registros históricos divulgados por Oro & Bem (2008), foi bastante forte o papel da Inquisição no período colonial. Os calundus, tidas como manifestações prenunciadoras das religiões afro-brasileiras, foram fortemente “estigmatizadas em razão de seu vínculo negro-africano, de seu suposto caráter primitivo e de sua posição desafiadora a um catolicismo considerado hegemônico” (ORO; BEM, 2008, p. 307). Desse modo, apoiadas pelas autoridades coloniais, diversas investigações incidiram na aplicação de castigos físicos, multas e pena capital àqueles que representassem uma ameaça à religião dominante.

Até o século XVIII, o calundu, termo de origem banto, designava “todo tipo de dança coletiva com cantos e músicas acompanhados de instrumentos de percussão, invocação de espíritos, sessão de possessão, adivinhação e cura mágica”, considerada “a forma urbana de culto africano relativamente organizado, antecedendo às *casas de candomblé* do século XIX e aos atuais *terreiros de candomblé*” (NASCIMENTO, 2010, p. 930, *grifo do autor*).

Segundo Mattos (2007), o Candomblé originou-se na Bahia, no século XIX, quando houve uma grande chegada de tradições africanas ocidentais, em especial, “a jeje ou daomeana, dos cultos voduns, e a ioruba ou nagô, dos cultos dos orixás” (MATTOS, 2007, p. 161). Os cultos se baseiam na “prática de oferendas aos ancestrais e no processo de iniciação dos participantes no ritual de possessão” (MATOS, 2007, p. 160). Orixás ou voduns referem-se aos ancestrais fundadores das mais importantes linhagens africanas.

Prandi (2004) destaca que o surgimento do Candomblé representou uma “espécie de instituição de resistência cultural, primeiramente dos africanos, e, depois, dos afrodescendentes” à dominação cristã e branca, de maneira que significou uma forma de

“preservação do patrimônio étnico dos descendentes dos antigos escravos” (PRANDI, 2004, p. 223).

Por sua vez, a Umbanda surgiu nas primeiras décadas do século XX, no Sudeste, por meio da aglutinação gradual entre características do antigo candomblé da Bahia e do “espiritismo kardecista, chegado da França no final do século XIX” (PRANDI, 2003, p. 17). Enquanto que o Candomblé, nesse período, tinha se circunscrito a áreas urbanas do Nordeste, “em razão da concentração de populações negras”, a Umbanda, pelo contrário, “já nasceu num processo de branqueamento e ruptura com símbolos e características africanas, propondo-se como uma religião para todos” (PRANDI, 2003, pp. 19-20).

Assim, a Umbanda, em sua formação, é tão sincrética quanto o Candomblé, propondo-se como religião nacional, representativa das três raças nacionais, haja vista que o espiritismo também abarca os caboclos cultuados pelos indígenas. No entanto, segundo Prandi (2003), a Umbanda cria uma armadilha para si mesma: enquanto que, para o Candomblé, mais próximo do pensamento africano, há uma indissolubilidade entre o bem e o mal, na Umbanda, tal qual a moda ocidental e cristã, há a distinção. Atrrelados à caridade e ao bem, por exemplo, temos os caboclos, os pretos-velhos e demais espíritos bons, e vinculados à malignidade, temos “um panteão de exus-espíritos e pombagiras”, entidades que não se acanham em trabalhar para o mal quando este é considerado necessário (PRANDI, 2003, p. 23). Essa dicotomia caiu como uma luva para ideologias intolerantes nas quais predominam a demonização das religiões de matrizes africanas.

4 | A ESTRUTURA DOS TERREIROS DE UMBANDA E CANDOMBLÉ

Os terreiros de umbanda e de candomblé são espaços religiosos que reúnem pequenos grupos de fiéis que praticam seu culto às entidades espirituais sob a orientação de um pai ou uma mãe-de-santo, estabelecendo laços de parentesco iniciático. Vale ressaltar que as figuras do babalorixá (sacerdote) ou da yalorixá (sacerdotisa) ocupam autoridade máxima nas famílias-de-santo, de modo que os terreiros possuem sua autonomia interna, sendo impossível haver uma organização ou instituição unificada entre eles (PRANDI, 2003). Os chefes dos terreiros são tratados com muito respeito e, a depender do gênero sexual, exercem funções diferentes. Conforme Campos (2013):

O babalorixá é encarregado de realizar as oferendas aos deuses, de marcar os dias das cerimônias públicas ou privadas, do jogo divinatório e da direção geral dos rituais e do culto. Enquanto a yalorixá se ocupa de partes das cerimônias de iniciação e da disciplina dos que lhes são inferiores em categoria (CAMPOS, 2013, p.20-21).

Na sequência da hierarquia, temos a mãe pequena. A ela compete as tarefas de preparar os alimentos a serem oferecidos aos orixás, caboclos ou guias, de assessorar a mãe-de-santo nos rituais de iniciação e de policiar o comportamento das “filhas” no decorrer das danças. Abaixo da mãe pequena, devendo-lhe obediência, há as iabás, que, por seu

turno, a elas competem o auxílio às filhas em possessão. Ainda, “para fiscalizar a conduta dos possesores do sexo masculino, também são designados iniciados, que desempenham papel semelhante ao das iabás”; os tocadores de tambores, por exemplo, assumem forte prestígio nos terreiros “conforme suas habilidades” (CAMPOS, 2013, p. 22). Na umbanda, vale ressaltar, a figura mais importante após a mãe ou pai-de-santo, é a do(a) cambone, cuja tarefa é auxiliar a figura central do terreiro (NASCIMENTO, 2010), sendo privilegiado(a) por ter a prioridade em servir às entidades incorporadas.

Em termos de estrutura física e projeção social, em alguns aspectos, não há como as religiões de matrizes africanas “competir” com as diversas religiões protestantes ou católicas, uma vez que essas expressões religiosas, por seu caráter familiar e intimista, não se voltam para a massificação e conseqüente atração em larga escala de fiéis, como o fazem o catolicismo, com o oferecimento de “grandes espetáculos das missas dançantes celebradas pelos padres cantores”, ou o protestantismo, com reuniões religiosas que são realizadas em gigantescos templos, localizados, preferencialmente, em lugares de alta visibilidade e fluxo de pessoas, funcionando, muitos deles, 24 horas por dia (PRANDI, 2003, p. 25).

Embora não “disputem”, no mercado religioso, em pé de igualdade com suas concorrentes, as religiões dos orixás possuem ampla autonomia administrativa. Cada terreiro é livre para vivenciar inovações ou retroceder a formas de expressão conservadoras: “Pode mudar, afirmando que se mantém na rígida tradição. Terreiros nascem uns dos outros, mas não há dois iguais, mesmo quando se observam os terreiros mais antigos, surgidos da mesma matriz fundante” (PRANDI, 2003, pp. 31-32).

5 | CONCLUSÃO

Como acenado na introdução, numa tentativa de distinguir-se dos credos daqueles tidos como primitivos, houve um forte esforço, por parte da Igreja Católica, em classificar as religiões de matrizes africanas como demoníacas e primitivas. Uma vez fazendo parte da religião católica colonial a sua dose de magia, como, por exemplo, a consubstanciação do corpo e sangue de Cristo em pão e vinho nas cerimônias eucarísticas, fortemente magicizadas, a ideia de magia presente na “religião superior” não podia admitir concorrentes. Dessa forma, todas as religiões distintas do catolicismo, principalmente as dos africanos e afro-brasileiros, eram lançadas ao anátema.

Atualmente, o preconceito em relação às religiões de matrizes africanas é promovido, principalmente, por certos líderes protestantes. Em julho deste ano, para citar apenas um dos mais “leves” exemplos de casos de intolerância contra as religiões afro-brasileiras, disponíveis na internet, destacamos a atitude do pastor evangélico Aijalon Berto, em Igarassu-PE, que publicou, em suas redes sociais, discursos associando “símbolos culturais de religiões afro a ‘referências malignas e satânicas’”, por discordar da relevância

de homenagens às religiões afro-brasileiras, expressas por meio de um painel, exposto próximo ao Museu da Abolição, contendo símbolos culturais representativos em grafite (G1 PE, 2021).

Vale ressaltar que os afrodescendentes, a despeito de terem de ocultar, muitas vezes, a sua afirmação religiosa, para não sofrerem represálias, sempre resistiram às práticas de desqualificação de seus credos, encontrando estratégias para praticá-los. Além disso, há, atualmente, fortes eventos nacionais promovidos por militantes e intelectuais, que realizam manifestações, protestos, caminhadas em prol da liberdade de religião, bem como promovem “fóruns de debates sobre intolerância religiosa e organização de seminários que discutem a relação entre Estado e religião” (ROCHA, 2011, p. 4).

A própria promulgação da Lei nº 10639/2003 revela o compromisso, em nível federal, com o reconhecimento e a valorização da Cultura e História africana e afro-brasileira, de modo que sejam recuperadas as contribuições “do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003), representando uma forte conquista para os movimentos intelectuais e sociais em prol do negro. Assim, principalmente na educação básica das escolas públicas e privadas de todo o país, devem ser promovidas atitudes de respeito e convívio em relação às religiões de matrizes africanas, uma vez que constituem as heranças de um povo que bastante ajudou para a construção de nosso país e são genuinamente nacionais.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Z. D. P. De Xangô a Candomblé: transformações no mundo afro-pernambucano. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 13-28, jan./mar. 2013.

CANTARELA, A. G. Traços do proprium cultural africano e sua relação com o sagrado. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 88-108, jan./mar. 2013.

G1 PE. **Pastor investigado por ofensas a religiões afro critica idolatria: ‘Posso ser preso ou morto, mas não mudo pregação’, diz**. Recife, 24 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/24/pastor-investigado-por-ofensas-a-religioes-afro-critica-idolatria-posso-ser-preso-ou-morto-mas-nao-mudo-pregacao-diz.ghtml>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

BRASIL, **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

MATTOS, R. A. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil. **RBSE**, 9 (27): 923 a 944. ISSN 1676-8965, dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>. Acesso em: 5 de novembro de 2021.

ORO, A. P.; BEM, D. F. A discriminação contra as religiões afro-brasileiras: ontem e hoje. **Ciências e Letras**, n.44, p.301-318, 2008.

PRANDI, R. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados**, n.18, n. 52, 2004.

PRANDI, R. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civitas**. Porto Alegre, v.3, n.1, jun. 2003.

ROCHA, J. G. da. A intolerância religiosa e religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro. **Revista África e Africanidades**, n. 14/15, 2011. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/14152011-05.pdf>. Acesso em: 30/03/2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. P. 31 -42.

CIVILIZAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 10/11/2021

André Soares Ferreira

Fundação Universidade Federal de Rondônia
(UNIR), Departamento de Educação (DACED)

Vilhena-RO

<http://lattes.cnpq.br/8069131617780647>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões iniciais sobre o “processo civilizador” da região de fronteira Brasil-Paraguai, desenvolvido na primeira metade do século XX e que marcou a representação da região. As reflexões apresentadas aqui surgiram do levantamento de fontes para elaboração da tese de doutorado em educação intitulada “Educação e fronteira sul-mato-grossense (1889-1943): análise a partir da historiografia regional”. Assim, o presente trabalho problematiza a fronteira e as narrativas que compõem a representação sobre a mesma. O trabalho se ancora na historiografia regional, pois foi realizado a partir de fontes teórico-bibliográficas. As reflexões se fundamenta em alguns conceitos do sociólogo Norbert Elias em diálogo com o historiador Roger Chartier. Tem-se como conclusão que as relações de poder entre grupos e instituições marcaram o jogo de poder e o “processo civilizador” na região evidenciados por narrativas que compuseram a representação. Tal conclusão abre possibilidades para compreender as figurações do sistema de

instrução pública na região, bem como evidencia que a Teoria dos Processos Civilizadores é uma importante ferramenta que possibilita novas interpretações sobre a região.

PALAVRAS-CHAVE: Processo civilizador. Região fronteiriça. Representações.

CIVILIZATION ON THE BRAZIL AND PARAGUAY BORDER

ABSTRACT: The present essay has as intent to introduce some initial reflections about the “civilizing process” of the frontier territory between Brazil and Paraguay, developed in the first half of the 20th century, which has determined the regional depiction. The reflections here presented have emerged from the sources survey for the creation of the doctoral thesis in Education, entitled “Education and the Mato Grosso do Sul frontier (1889-1943): analysis from the regional historiography”. Thus, the present essay problematizes the frontier and the narratives that compose its representation. The paper is anchored in the regional historiography, for it has been constructed from theoretical-bibliographic sources. The reflections substantiate from a few concepts provided by the sociologist Norbert Elias dialoguing with historian Roger Chartier. The conclusion obtained is of that the power relations amongst groups and institutions have determined the power game and the “civilizing process” in the region, emphasized by the narratives that have composed its representation. Such conclusion opens possibilities for comprehending the setup of the regional public instruction system, as well as emphasizing that the Theories of Civilizing

Process is an important tool that allows new interpretations about the region.

KEYWORDS: Civilizing process. Frontier region. Representations.

1 | INTRODUÇÃO

Este ensaio apresenta uma reflexão sobre a região de fronteira Brasil – Paraguai e de alguns conceitos desenvolvidos por Norbert Elias em diálogo com Roger Chartier que podem contribuir para compreender o processo civilizador da região sul do antigo Mato Grosso (SMT), atual sudoeste de Mato Grosso do Sul. A referida região brasileira deve ser pensada e compreendida na perspectiva da interdependência com o país vizinho Paraguai, pois ela foi e é marcada pela cultura, pelos hábitos e pela própria história do país vizinho. Assim, apresenta-se alguns apontamentos sobre a região de fronteira ou fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e conceitos dos autores supracitados como ferramentas capazes de potencializar a compreensão da região. Não há análises das questões levantadas, pois o trabalho visa apenas problematizar e abrir possibilidades de novas interpretações sobre a região¹.

A região de fronteira do SMT foi delimitada e reconhecida a partir de conjunturas nacionais. Todavia, embora as ações das nações tenham determinado a constituição da região, temos patente que a fronteira em questão possibilitou a existência de múltiplas figurações, em que o imbricamento do regional e do nacional tem características complementares e ambíguas. Estas características contribuíram para o estabelecimento de representações que tem em suas bases mudanças do referencial de poder e de acordo com narrativas historiográficas revelam aspectos do processo civilizador da região.

A figuração regional, na primeira metade do século XX, foi marcada por disputas de poder, que revelam dois movimentos em direção opostas, pois, ora aproximam-se dos interesses da nação ou do estado e ora se aproxima dos interesses de grupos em oposição aos interesses das instituições. Assim, as figurações sofreram alterações na medida que o referencial de poder alterava seu ponto de equilíbrio. O pressuposto hipotético é que a educação adquiriu lugar privilegiado na significação da região de fronteira, pois além de ela ocupar lugar de destaque e de interesse para ambos Estados nacionais, foi desenvolvida a narrativa de que o sul do antigo Mato Grosso era mais desenvolvido do que o norte, devido a iniciativa dos seus habitantes, e um dos aspectos que evidenciava esse desenvolvimento era a presença de escolas dado a iniciativa dos habitantes do sul do estado. A educação não é linear e vertical, mas um processo, que embora tenha um fim claro, a saber, formar os cidadãos de um Estado, ela possui pontos cegos em seu desenvolvimento histórico e direções que escapam ao controle do Estado. Assim, é preciso compreender os atores e as instituições que marcaram a história do sul do antigo Mato Grosso, a fim de compreender

¹ Aspectos conclusivos sobre a região podem ser consultados em FERREIRA, André Soares. **Educação e fronteira sul-mato-grossense (1889-1943)**: análise a partir da historiografia regional. Dourados: FAED, 2019. Tese (Doutorado). Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1631>.

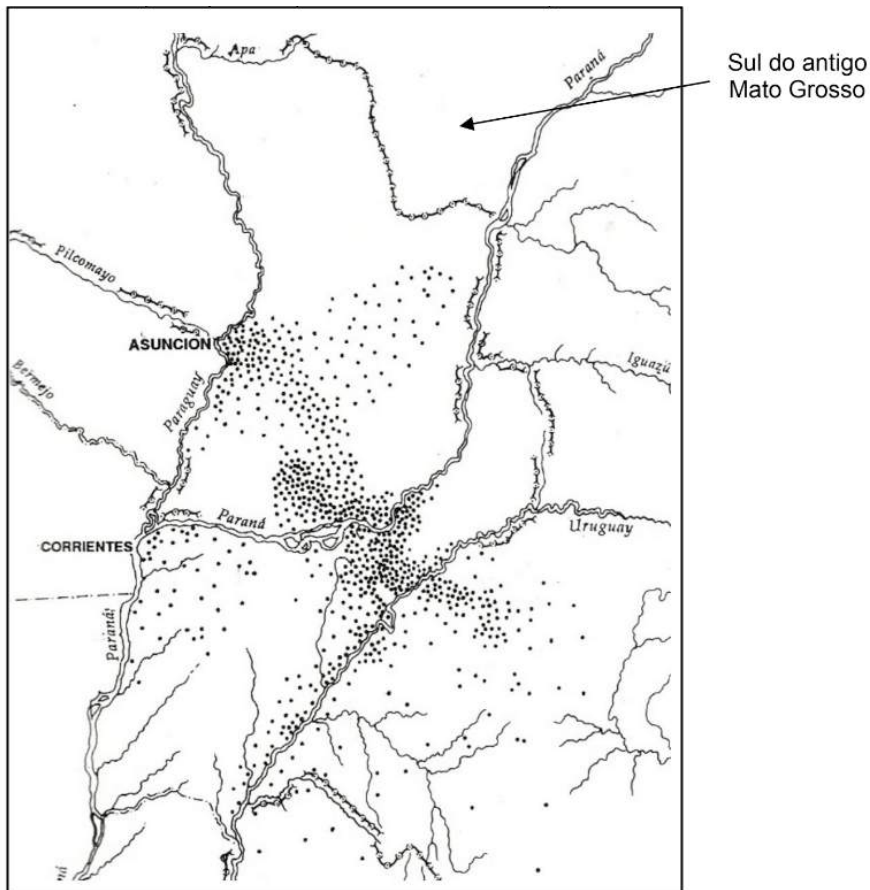
como a educação se desenvolveu em meio as figurações e disputas de poder.

Outro pressuposto que nos orienta, são os conceitos de ‘civilização’ e de ‘nação’, pois esses nos ajudam a compreender a região fronteiriça. Historicamente, no Brasil, a ideia de fronteira se aproxima da noção de ‘sertão’. Essa noção só pode ser compreendida sob a luz do conceito representacional “progresso”. Esses conceitos e noções foram ressignificados e marcados pelo pensamento hodierno. Assim, é possível compreender as diversas representações sobre a região fronteiriça – sudoeste do Mato Grosso do Sul –, levando em consideração as ideias de “progresso”, a de “civilização” e “nação”, pois estas marcaram a cultura ocidental a partir da instituição dos Estados Nacionais. Marcaram também os atores sociais que canalizam suas forças para serem reconhecidos como indivíduos de “progresso”, “civilizados” e conseqüentemente pertencentes a uma “nação” que se enquadra na representação ideal da cultura moderna.

2 | ESBOÇO DE UMA HISTÓRIA DA REGIÃO

A ocupação da região de fronteira Brasil-Paraguai, ou seja, e o sul do antigo Mato Grosso (SMT) por não indígenas, segundo Weingartner (1995), remonta ao século XVI. Para a autora, os portugueses ao chegarem ao Brasil, se estabeleceram apenas no litoral do atlântico e os espanhóis ao sul, na região Platina e no litoral do Pacífico. Portugal e Espanha seguiam o tratado de Tordesilhas (1494) que demarcava os limites de suas conquistas. Todavia, como o tratado não precisava claramente os limites das duas nações, os espanhóis, para chegarem as minas de ouro do Peru, buscaram garantir a posse da terra e a navegação do rio Paraguai por meio da fundação da missão do Itatim, localizada no sul do antigo Mato Grosso. Através dessa, introduziram o gado na região e iniciaram a exploração da erva mate, natural do local. O contato e miscigenação entre índios e espanhóis resultou nos paraguaios e, segundo a autora, no século XVIII, a pós fim das missões jesuíticas, esses eram os habitantes e “donos” das terras do sul do antigo Mato Grosso.

Não obstante, entendemos, a princípio, que tal afirmação carece de fundamentação e maior análise, pois como demonstrou Telesca (2009) (Mapa 1) e Goris (1999), a região norte do Paraguai e o sul do antigo Mato Grosso, em meados do século XVIII, não possuía outros habitantes além dos indígenas, os quais não são objeto de nossa análise, pois, estes se enquadram, *a priori*, no estigma do “bárbaro” ou “não civilizado”. Podemos citar como exemplo os Guaicurús, temíveis guerreiros, que embora tenham aprendido a utilizar os cavalos e a dominar o gado com os espanhóis, não se deixaram dominar e nem adquiriram o *habitus* europeu.



Mapa 1: Densidade populacional do Paraguai até meados de século XVIII (cada ponto equivale a 200 habitantes)

Fonte: Telesca (2009) (cada ponto equivale a 200 habitantes)

Embora os indígenas estivessem presentes na região, essa foi considerada um “espaço vazio” e de terras devolutas por não indígenas até meados do século XX, pois a cultura indígena, na perspectiva dos colonizadores, não apresentava características intrínsecas do ideal “civilização”. Todavia, a descoberta do ouro em Cuiabá, no início do século XVIII, deflagrou o início do processo de ocupação da região por não indígenas, que se constituiu de forma lenta, mas paulatina. No tratado de Madrid (1750) – Mapa 2 – é possível contemplar o traçado do atual Brasil.



Mapa 2: Tratado de Madrid.

Fonte: <<https://suportegeografico77.blogspot.com/2020/05/tratado-de-madri.html>>

A descoberta do ouro em Cuiabá e o processo de povoamento por não indígenas na região sul do antigo Mato Grosso, indica que a região sul não era ocupada por espanhóis ou paraguaios. É preciso notar que em 1767 foi fundado o forte de Iguatemi no lado luso-brasileiro e o forte Curuguay no lado hispano-paraguaio, situados no extremo sul do antigo Mato Grosso, na região onde atualmente se localiza a cidade de Paranhos-BR e Ipehumpy. Esses fortes objetivavam impedir o avanço de portugueses para as terras espanholas e também o contrário.

Todavia, a imensa região sul do antigo Mato Grosso se configurava como um “vazio” populacional, sua ocupação por não indígenas, se dá a partir de pequenos núcleos militares. Em 1775, os portugueses fundam o Forte Coimbra, em 1778, fundam o forte de Corumbá e em 1797 o forte de Miranda. Esses fortes foram fundados com o objetivo de manter as terras em posse dos portugueses devido a presença do ouro em Cuiabá. Do lado espanhol, foi fundado um forte em Concepción, em 1773, com o objetivo de controlar a navegação no rio Paraguai.

A partir desses dados podemos inferir que ao final do século XVIII não temos povoação – não indígena – significativa no sul do antigo Mato Grosso, mas apenas alguns núcleos, digamos fronteiriços, que se quer produziam para sua subsistência, ou seja, eram apenas postos avançados. Entretanto, talvez possamos considerá-los como marcos iniciais do processo civilizador da região. Outra possível inferência é que nesse período, a região

possuía, para ambas coroas, mais importância política do que econômica, pois ainda não havia grande interesse em ocupar aquelas terras, chamadas naquele período de “sertão”.

Segundo Queiroz², a povoação do sul do antigo Mato Grosso começa a ocorrer de forma acentuada a partir da década de 1820. Contudo não podemos ainda chamar esse movimento de “frente de expansão” ou “frente pioneira”³, pois a migração provinda de regiões ‘civilizadas’ para a fronteira sul do antigo Mato Grosso não estava vinculada ao mercado da terra, mas era um movimento de conquista, motivado por carências de subsistência no local de origem, conflitos políticos ou familiares. Assim, os povoadores buscavam apenas fartura e sossego, não buscavam riqueza ou terra⁴. A partir de 1820 temos a migração de diferentes lugares do Brasil – Minas Gerais, São Paulo, Cuiabá, do sul do país e também do Paraguai –, os migrantes iniciaram a atividade da pecuária, dado ao imenso rebanho bravo e pastagens naturais presentes na região, atividade que possibilitou ao sul do antigo Mato Grosso a figurar no mapa econômico da época:

Essa migração não obedece a critérios rígidos. Ela é espontânea, continua, intensa e desordenada. O que a regula são as crises econômicas e políticas na região de origem dos migrantes. O que os atrai para a nova terra são as facilidades de adquirir terras. Esse movimento dinamiza a economia e estimula a fragmentação da propriedade e, propicia o crescimento de vilas e das cidades. (WEINGARTNER, 1995, p. 27)

Após a Guerra com o Paraguai (1864 – 1870) o sul do antigo Mato Grosso ganha destaque no cenário nacional e estadual. Temos como hipótese dois motivos; primeiro: é preciso povoar para garantir o marco de limites e a posse da terra. Segundo: com a concessão da região dos ervais a Thomaz Laranjeira⁵ iniciou-se um processo de negociação e de interesses que envolveu interesses de empresas, do Estado e dos habitantes e migrantes do sul do antigo Mato Grosso.

O povoamento no sul do antigo Mato Grosso, seu desenvolvimento econômico, a presença da Cia. Matte Laranjeira e seu monopólio econômico e administrativo sobre uma grande extensão de terra, fez emergir discursos divisionistas. Contudo, o movimento não avançou dado a influência do poder de Cia. Matte Laranjeira, para a qual não interessava a divisão do estado de Mato Grosso. Segundo Queiroz

A historiografia registra, já em fins do século XIX, o aparecimento de ‘movimentos rebeldes dos *coronéis* sulistas’, constituindo um ‘embrião’ de divisionismo, ou ‘separatismo’ em relação ao domínio das oligarquias

2 Professor Paulo Roberto Cimó de Queiroz em aula no programa de pós-graduação em história, disciplina História de Mato Grosso e de Mato Grosso Sul, cursada no segundo semestre de 2015.

3 “Waibel via a fronteira como zona pioneira, com predominância das relações econômicas de ocupação e colonização”. (MONDARDO, 2016, p. 68)

4 Exemplo: A revolta da Cuiabá de 1834 motivou várias famílias a se deslocarem para o sul de Mato Grosso.

5 O Decreto de Governo Imperial, nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882, concede a Cia. Matte Laranjeira a permissão para colher erva mate nos “terrenos devolutos que demoram nos limites da Província de Mato Grosso com a República do Paraguay, entre os rios Verde e Amambay, e pela linha desses pontos for levada para o interior” e em 1890 estendeu a zona arrendada desde “os limites a foz do rio dourados no rio brilhante e por este até a sua foz no rio paraná e por este até encontrada a foz do rio Iguatemi, fechando-se com um linha reta deste ponto até a foz do rio Dourados no Brilhante”. Uma concessão de aproximadamente 2 milhões de hectares.

'cuiabanas', ou 'nortistas', que desde a época colonial enfeixavam em suas mãos o poder político regional (QUEIROZ, 2006, p. 155)

Todavia, foi na década de 1930 que o movimento divisionista ganhou força e publicidade, pois passaram a defender por escrito e abertamente a separação entre o Sul e o Norte do Estado:

[...] em fins de 1932, a *Liga Sul-mato-grossense*, fundada no Rio de Janeiro pelos referidos estudantes, que lança três documentos principais: um *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, datado de outubro de 1933; um *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte*, datado de janeiro de 1934 (já citado); e uma *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, aparentemente de março de 1934, acompanhada de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas (QUEIROZ, 2006, p. 160 destaques do autor).

O documento “A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon”, publicado em Campo Grande em março de 1934, apresenta as pretensões dos sulistas em dividir o estado. No referido documento busca-se atribuir o “estigma da barbárie” exclusivamente às populações do “norte”, do que resulta a negação, no geral, da “identidade mato-grossense”, ainda que haja apropriação de alguns elementos da mesma identidade nortista aplicando-os exclusivamente à porção sul do estado e, enfatiza a opressão política e econômica sofrida no sul do estado pelo norte.

Em síntese, o documento apresentava o sul do antigo Mato Grosso como terra do desenvolvimento e do progresso e o norte como lugar do atraso econômico e civilizacional. Ele afirma que o estado de Mato Grosso não fez nada pela pecuária, pela agricultura, pela segurança, pela educação e pela saúde da sua porção sul. O documento registra que todo o melhoramento do sul é graças aos esforços de seus habitantes “[...] cada fazenda evoluiu, saindo do rancho para as casas higiênicas... os fazendeiros fizeram pontes e estradas [...] a educação existe graças a iniciativa privada [...]”. (A DIVISÃO, 1934, p. 18-23)

Assim, percebe-se um jogo em busca do reconhecimento pelo poder, bem como a interdependência entre agentes da disputa pelo poder. Nesse jogo de disputa e interdependência tem-se quatro grupo de atores principais: as elites oligárquicas do sul, a Cia. Matte Laranjeira, e estado de Mato Grosso com sua elite política do norte e o Estado nacional, por meio do interesse em povoar a região, expressada de forma clara a partir do movimento Marcha para Oeste⁶.

Nesse jogo de disputa interdependente, a narrativa sobre a povoação da fronteira aliada ao ideal de civilização são chave de interpretação para se compreender o processo civilizador da região. Para Melo e Silva (1989), era fundamental que o governo federal incentivasse o processo de migração para região, pois o fronteiriço era “malformado, desajustado”, possuía “hábitos destoantes com o padrão moral adotado em média nos

6 O slogan “Marcha para Oeste” sintetizava o projeto do governo de Getúlio Vargas para ocupar o Centro-Oeste brasileiro. Esse projeto foi idealizado com o objetivo de integrar as áreas consideradas “vazias” e politicamente frágeis do Estado brasileiro.

demais recantos do país” (MELO E SILVA, 1989, p. 133). Dessa forma, ele defendia e cobrava do governo o incentivo a migração para região fronteiriça, pois, em sua narrativa, nacionalizar a fronteira – entenda-se, introduzir brasileiros de outras regiões – era urgente, pois a região, em sua perspectiva era outro Brasil: “É um Brasil a parte a fronteira meridional de Mato Grosso. Tudo lá é diferente: costumes, língua e, nalguns pontos, o próprio caráter do povo sofreu grande modificação” (MELO E SILVA, 2003, p. 78).

3 I CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

As narrativas produzidas sobre a região e, conseqüentemente, as representações sobre a mesma, orbitam em torno de conceitos-chave, a saber: “nação”, “civilização”, “progresso”, “desenvolvimento”, “atraso”, “povo indolente”, “espaço vazio”, “não civilizado”, “bárbaro”, “confins da civilização” dentre outros termos estigmatizantes.

Eric Hobsbawm nos ensinou que no século XIX o ideal de nação desenvolvido e buscado por todos os povos necessitava preencher três critérios ao mesmo tempo, a saber:

[1] associação histórica com um Estado existente ou [...] de passado recente e razoavelmente durável; [2] a existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito; [3] provada capacidade para a conquista, sinal do sucesso evolucionista enquanto espécies sociais (HOBSBAWM, 1990, 49-50).

A afirmação de Hobsbawm sinaliza para os problemas que marcaram a história de Mato Grosso e da região fronteiriça no final do século XIX e na primeira metade do século XX. A problemática orbitava a realidade empírica da fronteira, pois como seria possível associar a fronteira ao Estado brasileiro se seus habitantes eram na maioria indígenas e/ou de origem paraguaia. Ademais, o idioma local se afastava do nacional. Segundo Melo e Silva:

O abastardamento da nossa civilização, em tal meio, é de fato incontestável, porque os guaranis que estão de nosso lado, quase na sua generalidade, mantêm-se irredutíveis nos seus hábitos, trazem os filhos acorrentados as suas tradições, não se interessando, sequer, que eles aprendam a língua de seu país. Há mesmo umas tantas práticas e atitudes que denotam o desejo que eles têm de que os filhos não se vinculem à nacionalidade brasileira. (MELO E SILVA, 1989, p. 70)

Era preciso que surgisse uma elite capaz de construir símbolos e mecanismos para que os habitantes da região se reconhecessem como pertencentes ao todo nacional e, conseqüentemente, houvesse um melhoramento da sociedade local. O estado de Mato Grosso e o Estado brasileiro deveriam trabalhar para povoar e civilizar a região e seus habitantes deveriam colocar aquele lugar, distante e inculto, no caminho do progresso.

[...] não permitamos que se abandone o problema do povoamento do solo, da educação do homem, que ali se encontre e que para ali venha, e da conseqüente nacionalização da fronteira. Educado, o homem fará o restante.

Não cremos, porém, no povoamento daquela terra, na educação do homem e na conseqüente nacionalização daquele meio, se o Governo Federal não reclamar a si, integralmente, essa tarefa, ampliando o regime de colonização, criando novos núcleos, interferindo na distribuição das terras, fiscalizando as escolas primárias, rurais e urbanas, mantendo escolas normais e profissionais. (MELO E SILVA, 1989, p. 133)

A problemática enfrentada pelo Mato Grosso no fim do século XIX e início do XX também foi apresentada por Galetti (2000) em sua tese. Para a autora as representações sobre Mato Grosso e sua população emergiram em discursos de viajantes estrangeiros que visitaram o estado, mas foram incorporadas por brasileiros do centro e pelo próprio mato-grossense. As representações eram marcadas pelos ideais de progresso e civilização em oposição a ideias de lugar atrasado e bárbaro. Mato Grosso passou a ser representado como lugar distante, “confins da civilização”, espaço “vazio” pronto para receber o ideal de cultura e civilização europeia. Galetti (2000) identificou em cartas e documentos discursos que representavam Mato Grosso como um lugar que ainda vivia num estado pré-civilizado, pois ali habitava o bárbaro. A região, vasto “vazio”, com uma população mestiça indolente e sem ideais de progresso, só seria transformada se houvesse a introdução de imigrantes de grandes capitais da Europa.

Os apontamentos de Galetti (2000) e as reivindicações de Melo e Silva (1989; 2003) permite aplicar a Teoria dos Processos Civilizadores de Norbert Elias, que engloba importantes conceitos, tais como o de figuração, interdependência, equilíbrio de tensões, poder e *habitus* (ELIAS, 2001) à compreensão da região. Para Elias, civilização é um processo social e histórico de longa duração – processo civilizador – ao qual também poderíamos chamar processo de educação, pois através dele indivíduos de diversas épocas selecionam comportamentos considerados melhores que outros e, ao introjetarem esses comportamentos, se colocam em um estágio de desenvolvimento melhor do que de outros indivíduos:

[...] este conceito [civilização] expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra [civilização], a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, a desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais. (ELIAS, 1994, p. 22)

Os conceitos de Elias dialogam com o de representação desenvolvido por Roger Chartier (1990). Este compreende que as representações dizem respeito ao modo como em diferentes lugares e tempos a realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações. Esses dotam o presente de sentido. Representação para o francês é:

[...] Mais do que o conceito de mentalidade, ela [representação] permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar,

o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer um identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instancias coletivas ou pessoas singulares) marca de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p. 23)

Chartier entende que os códigos, padrões e sentidos são compartilhados pelos atores sociais, e apesar de poderem ser naturalizados, seus sentidos podem mudar, pois são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder, pelos conflitos de interesses dos grupos sociais. Assim, Chartier aceita que os indivíduos apreendem discursos que os possibilitam pensar o real. Mas as leituras dos discursos feitas por sujeitos e a conseqüente produção de sentido são determinadas por certas condições e processos – figurações:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p. 17)

As proposições de Chartier acerca da representação podem ser relacionadas com a teoria de Norbert Elias. A representação é socialmente construída, movida por interesses de indivíduos ou grupos e são veiculadas por meio de discursos que são proferidos que podem ser aceitos (ou não) conforme a posição que os indivíduos ou grupos ocupam na balança de poder.

A respeito da disputa pelo poder, tem-se no modelo de jogo e no conceito de figuração, propostos por Elias, uma ferramenta de compreensão. O jogo social “implica uma mudança parcialmente autorregulada numa configuração de pessoas interdependentes, parcialmente auto organizada e auto reprodutora, tendendo todo o processo para uma direção” (2008, p.161). Para Elias toda relação é relação de poder, esta depende do referencial, que se manifesta por meio de discursos. Assim, determinado grupo, para alcançar o poder ou manter-se no poder, dependerá das estratégias estabelecidas, a fim de implementarem determinado projeto que lhes permita se tornar a referência do jogo social, marcado por elaboração e reelaboração de discursos/narrativas.

O poder para Elias não é algo bom ou mal, é apenas um referencial. Assim, os modelos de jogos, apresentados por Elias, podem ajudar a entender a teia complexa estabelecida na sociedade mato-grossense. Para Elias o jogo pelo poder se constitui em diversos níveis, a saber: 1) jogo de muitas pessoas a um só nível; 2) jogo muitas pessoas à vários níveis; 3) jogo de dois níveis: tipo oligárquico e 4) jogo a dois níveis: tipo democrático crescentemente simplificado. (ELIAS, 2008, p.77-112)

Esses modelos propostos por Elias visam retirar o caráter estático das relações de poder demonstrando assim que o mesmo se manifesta em um caráter processual das relações entre pessoas ou instituições interdependentes. O sociólogo demonstra como a rede de relações humanas muda, quando muda o referencial de poder, instigando-nos a não pensar o poder em uma ordem vertical ou horizontal, mas algo que se manifesta em várias direções, prevalecendo o referencial que possuir as melhores estratégias e se destacar frentes aos demais. Todavia, é preciso considerar que as relações intencionais têm consequências não intencionais, ou seja o processo é cego. As relações de poder escondem a possibilidade de emergir consequências sociais que nenhum jogador individual ou grupo planejou ou pensou antecipadamente.

4 | PARA NÃO CONCLUIR

Aspectos da sociedade do antigo Mato Grosso aqui apontados sinalizam para importância de compreender como os estigmas de “bárbaro”, “lugar vazio”, “inculto”, “indolente”, “lugar atrasado”, “não civilizado”, etc. foi produzido numa relação interdependente de indivíduos ou grupos sociais, bem como a mesma fora apropriada de forma intencional ou anômica por grupos mato-grossenses ou sul-mato-grossenses. Esses estigmas estão presentes em narrativas produzidas sobre o sul de Mato Grosso, ainda que tenha havido esforços de fazer frente aos mesmos, por meio de tentativas de atribuir a sociedade do sul do antigo Mato Grosso características positivas como de lugar civilizado, de progresso, prospero, etc. Os envolvidos no processo de constituição de identidade regional, ou seja, da representação, que possuíam capacidade e poder para forjar narrativas, utilizaram as mesmas noções estigmatizadoras na busca de se estabelecerem em um lugar de destaque, ou seja, como referencial de poder.

Por conseguinte, a teoria dos Processos Civilizadores de Elias é uma potente ferramenta analítica, capaz e auxiliar na compreensão das redes de interdependência e os jogos de poder estabelecidos na região sul do antigo Mato Grosso. Contudo, dado a natureza desse trabalho, não foi possível aprofundar a análise. Os apontamentos realizados aqui manifestam indícios de que a fronteira sul do antigo Mato Grosso é uma realidade que carece de estudos, a partir de outras perspectivas teóricas, capazes de apreenderem o processo histórico social considerando as reações interdependentes de indivíduos, grupos sociais e instituições.

REFERÊNCIAS

A DIVISÃO de Mato Grosso: resposta ao General Rondon. Campo Grande, 1934. 35 p.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

ELIAS, Norbert. **Introdução a sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos Costumes. Rio de Janeiro, 1994, vol. I.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. 389f. Tese (Tese em história) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

GORIS, Fabio Anibal Jara. **Descubriendo la frontera**: historia, sociedade y política em Pedro Juan Caballero. Ponta Grossa: Inpag, 1999.

HOBBSAWM, E. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro, 1990.

MELO E SILVA, José de. **Fronteiras guaranis**: a trajetória da nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil Paraguai. 2 ed. Campo Grande: IHGMS, 2003

MELO E SILVA, José de. **Canaã do Oeste**: Sul de Mato Grosso. Campo Grande: TJMS, 1989.

MONDARDO, Marcos. Zonas pioneiras do Brasil: a multiplicidade de leituras de fronteira em Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil de Leo Weibel. In: GEBARA, Ademir. (Org.) **Leituras de fronteiras**. Jundiaí: Paco, 2016. p. 63-89

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Moto Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

TELESCA, Ignacio. Identidad y territorio en Paraguay antes de la independência. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 47-82, jan./jun. 2009.

WEINGARTNER, Alisoete A. S. **Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1889-1930)**. Porto Alegre: Ed. Est, 1995.

SOBRE O ORGANIZADOR

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA - Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) - área de concentração em Família e Sociedade - pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), atuando na linha de pesquisa Trabalho, Consumo e Cultura. É bacharel em Ciências Humanas, pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (BACH/ICH - UFJF); licenciado em Artes Visuais, pelo Centro Universitário UNINTER; e, tecnólogo em Design de Moda, pela Faculdade Estácio de Sá -Juiz de Fora/MG. Realizou cursos de especialização nas seguintes áreas: Moda, Cultura de Moda e Arte, pelo Instituto de Artes e Design da Faculdade Federal de Juiz de Fora (IAD/UFJF); Televisão, Cinema e Mídias Digitais, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACOM/UFJF); Ensino de Artes Visuais, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED/UFJF); e, Docência na Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba (IF Rio Pomba). Tem interesse nas áreas: Moda e Design; Arte e Educação; Relações de Gênero e Sexualidade; Mídia e Estudos Culturais; Corpo, Juventude e Envelhecimento, dentre outras possibilidades de pesquisa num viés da interdisciplinaridade.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 75, 76

Antropometria 77, 78

C

Camponeses 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 76

Canções 53, 104, 105, 106, 108

Ciclo de vida 134, 135, 136, 142, 143, 144

Condições de trabalho 186

Cooperativismo 67, 68, 69, 71, 74

Cuidados 20, 98, 100, 102, 154, 200, 202

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 22, 24, 27, 29, 44, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 101, 103, 115, 118, 133, 135, 142, 143, 150, 151, 165, 167, 168, 175, 181, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 213, 217, 218, 219, 220

Desenvolvimento regional 1, 2, 4, 6, 7, 8, 11, 12

Desigualdade social 1, 147

Doenças cardiovasculares 77, 78, 79, 81, 83, 85

E

Educação integral 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31

Emprego precário 186

Encenação 104, 110, 112

Engajamento 104, 105, 107, 110, 111, 113, 114

Enunciação 115, 116, 118, 122, 123, 131, 132

Envelhecimento humano 32, 39

Equilíbrio 5, 37, 45, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 203, 213, 220

Escola básica 13, 14, 21, 28

Exercício físico 77, 78, 79, 85

Experiências 13, 14, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 40, 44, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 90, 100, 101, 103

F

Federalismo 1, 10, 11, 12

Fragmentação 7, 9, 10, 52, 65, 146, 147, 148, 153, 163, 164, 217

G

Geografia do envelhecimento 32, 34, 39

Grupo de Teatro Opinião 104, 109

J

Jovens 15, 33, 38, 89, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 127, 200, 201, 202

M

Marília 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165

Mercado imobiliário 146, 149, 151, 152, 164

Mercado Municipal 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145

Migração 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 128, 217, 218, 219

P

Planejamento regional 1, 4, 11, 12

Planejamento turístico 134

PMCMV 146, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 163

Políticas públicas 1, 9, 10, 11, 50, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 75, 76, 84, 147, 148, 149, 150, 153

Prevenção 20, 77, 78, 82, 84, 98, 99, 100, 103

Protagonismo 98, 103

R

Reforma trabalhista 186, 187, 189, 190, 192, 193

Representação social da velhice 32, 34

S

Saberes 29, 35, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 101

Segregação 146, 147, 150, 155, 156, 163, 165

Semiótica do discurso 115, 116, 118, 121, 132

T

Taxas 117, 166, 169, 170, 173, 175, 176, 178, 179, 181, 184

Tempos-espacos educativos 13

Tesouro direto 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181

Títulos públicos 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 179, 180, 181, 183, 185

Trabalho intermitente 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Tributos 166, 170, 172, 173, 177, 184

V

Vulnerabilidade 33, 98, 128, 198

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br